



CONCESSÃO PARA O MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

**Produto 1.4.1 Relatório de Diagnóstico da Situação
Fiscal**

Contrato nº 5139/2023

Autorização de Serviço nº 0022/2023

Concessão para o manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU

Contrato nº 5139/2023 – CAIXA

Contratação de serviços técnicos especializados necessários à modelagem, estruturação e suporte ao processo licitatório de contrato de concessão de serviços públicos de saneamento básico, na modalidade de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) com escopo e abrangência de SISTEMA COMPLETO (Coleta, Transbordo, Transporte, Tratamento e Destinação Final, exclusive varrição) ou SISTEMA PARCIAL (Transbordo, Transporte, Tratamento e Destinação Final, exclusive varrição).

CONTROLE DE REVISÕES

Rev	0	Emissão Inicial	23/04/2024
Rev	1	Revisão ajustada a partir do parecer técnico PA CEVIG 221/2024	04/06/2024
Rev	2	Revisão ajustada a partir do parecer técnico PA CEVIG 303/2024	01/07/2024
<u>Rev</u>	<u>3</u>	<u>Revisão ajustada a partir das considerações do SEMAD e do CORESAB</u>	<u>09/08/2024</u>

Declaro que realizei os serviços de revisão no Produto “1.4.1 Relatório de Diagnóstico da Situação Fiscal Rev2” em conformidade com a norma culta da língua portuguesa, bem como executando procedimentos relativos à análise, correção, adequação gramatical, remissão de itens, de estilo de textos e de vínculo (arquivo), visando mitigar possível exposição da CONTRATANTE e do ENTE PÚBLICO perante a sociedade.

Por ser verdade, firmo a presente, contendo o ATESTE da Consultoria CIDADE LIMPA, denominado CONTRATADA, pela CONTRATANTE.

Flávia de Souza Tavares
CPF: 066.229.104-21
Especialista em Comunicação Social

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Certificamos para os devidos fins que FLAVIA DE SOUZA TAVARES, portador (a) do CPF Nº 06622910421 graduou-se nesta Instituição de Ensino Superior no curso de Comunicação Social no período 2009.2, tendo colado grau no dia, 28/01/2010. O referido curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 265 de 03/04/2017, DOU nº 65 Seção 1, pág. 45 de 04/04/2017..

Caruaru, 26 de Julho de 2019.

Mônica Rodrigues
MÔNICA RODRIGUES
Analista de Atendimento I
UNIFAVIP|WYDEN

Centro Universitário Favip WYDEN
Avenida Adjar da Silva Casé, 800, Indianópolis
CNPJ 02.738.361/0001-65
Número de autenticação: 7722c4e6-4c73-426d-afb2-af07bb1290d9
Documento emitido via portal. Pode ser autenticado no NAAF ou pelo endereço <http://dvb.to/autenticacao>

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	
1.1.	APRESENTAÇÃO.....	
1.2.	OBJETIVO DO PRODUTO.....	
2.	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	
2.1.	DEMOGRAFIA DAS CIDADES CORESAB.....	
2.1.1.	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO.....	
2.1.1.	ATIVIDADE ECONÔMICA.....	
2.1.2.	DENSIDADE DEMOGRÁFICA.....	
2.2.	INVESTIMENTOS EM MRSU.....	
2.3.	DESPESAS COM SMRSU.....	
2.3.1.	EVOLUÇÃO DE DESPESAS.....	
2.3.2.	RELEVÂNCIA DE CONTRATO DE TERCEIROS.....	
2.3.3.	PROJEÇÕES DE DESPESAS.....	
2.4.	FONTES DE RECEITA - ATUAL E PREVISTAS.....	
3.	MODELO DE ARRECADAÇÃO ATUAL.....	
3.1.	POLÍTICA, REGIMES E INSTRUMENTOS DE COBRANÇA.....	
3.2.	DIAGNÓSTICO DO MODELO DE ARRECADAÇÃO.....	
3.2.1.	HISTÓRICO DE ARRECADAÇÃO DE TAXAS E TARIFAS DO SMRSU.....	
3.2.2.	GESTÃO COMERCIAL E HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	
3.2.3.	CONSUMO ATUAL DE ÁGUA NAS CIDADES DO CORESAB.....	
4.	ENTIDADES REGULADORAS.....	
4.1.	ARISB - MG.....	
4.2.	ARISMIG - MG.....	
4.3.	ARIS - ZM.....	
5.	CONDIÇÕES FISCAIS/FINANCEIRAS DOS MUNICÍPIOS.....	
5.1.	CONDIÇÕES FISCAIS E FINANCEIRAS.....	
5.1.1.	AUGUSTO DE LIMA.....	

5.1.2.	BALDIM.....	
5.1.3.	BUENÓPOLIS.....	
5.1.4.	CAETANÓPOLIS.....	
5.1.5.	CORDISBURGO.....	
5.1.6.	CORINTO.....	
5.1.7.	CURVELO.....	
5.1.8.	DIAMANTINA.....	
5.1.9.	FELIXLÂNDIA.....	
5.1.10.	INIMUTABA
	102	
5.1.11.	JEQUITIBÁ
	108	
5.1.12.	MONJOLOS
	114	
5.1.13.	MORRO DA GARÇA
	119	
5.1.14.	PARAOPEBA
	125	
5.1.15.	PRESIDENTE JUSCELINO
	132	
5.1.16.	SANTANA DE PIRAPAMA
	137	
5.1.17.	SANTO HIPÓLITO
	142	
5.1.18.	TRÊS MARIAS
	148	
5.2.	IMPACTO PRELIMINAR DO CONTRATO DE CONCESSÃO.....	
6.	CONCLUSÕES.....	
6.1.	RISCOS.....	
6.2.	OPORTUNIDADES.....	

6.3. RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS.....

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população das Cidades CORESAB.....	24
Tabela 2: Dados Econômicos Cidades CORESAB.....	24
Tabela 3: Dados Demográficos Cidades CORESAB.....	25
Tabela 4: Histórico de Investimentos com RSU das Cidades CORESAB.....	27
Tabela 5: Projeção de Investimentos com RSU das Cidades CORESAB.....	28
Tabela 6: Reinvestimentos em Caminhões de Coleta.....	29
Tabela 7: Investimentos em Apoio para Remediação de Lixões e Aterros Existente.....	30
Tabela 8: Investimentos Projetados e Estimados pela Consultoria Cidade Limpa.....	30
Tabela 9: Despesas Nominais vs Despesas por Habitante Cidades CORESAB.....	32
Tabela 10: Valores contratuais dos SMRSU nas Cidades CORESAB.....	33
Tabela 11: Evolução Histórica de Despesas vs Projeções Cidades CORESAB.....	34
Tabela 12: Projeção de Despesas - Consultoria Cidade Limpa.....	35
Tabela 13: Repasses do Fundo Municipal de Saneamento Básico.....	36
Tabela 14: Fontes de Receita para pagamento das Despesas com RSU.....	37
Tabela 15: Modelo de Arrecadação Municípios CORESAB.....	38
Tabela 16: Arrecadação e Inadimplência Histórica IPTU - Cidades CORESAB.....	40
Tabela 17: Tarifas de Água e Esgoto COPASA-MG 2023.....	42
Tabela 18: Histórico de Arrecadação e Inadimplência COPASA-MG.....	43
Tabela 19: Consumo atual de água por Categoria.....	44
Tabela 20: Identificação de Outros Passivos Ambientais nos Locais de Disposição Final.....	50
Tabela 21: Composição Receitas e Despesas - Augusto de Lima.....	52
Tabela 22: Balanço Patrimonial - Augusto de Lima.....	54
Tabela 23: Capacidade de Pagamento - Augusto de Lima.....	55
Tabela 24: Composição Receitas e Despesas - Baldim.....	57
Tabela 25: Balanço Patrimonial - Baldim.....	59
Tabela 26: Capacidade de Pagamento - Baldim.....	60
Tabela 27: Composição Receitas e Despesas - Buenópolis.....	62
Tabela 28: Balanço Patrimonial - Buenópolis.....	65
Tabela 29: Capacidade de Pagamento - Buenópolis.....	66
Tabela 30: Composição Receitas e Despesas - Caetanópolis.....	68
Tabela 31: Balanço Patrimonial - Caetanópolis.....	70
Tabela 32: Capacidade de Pagamento - Caetanópolis.....	72
Tabela 33: Composição Receitas e Despesas - Cordisburgo.....	74
Tabela 34: Balanço Patrimonial - Cordisburgo.....	76

Tabela 35: Capacidade de Pagamento - Cordisburgo.....	77
Tabela 36: Composição Receitas e Despesas - Corinto.....	79
Tabela 37: Balanço Patrimonial - Corinto.....	82
Tabela 38: Capacidade de Pagamento - Corinto.....	84
Tabela 39: Composição Receitas e Despesas - Curvelo.....	85
Tabela 40: Balanço Patrimonial - Curvelo.....	88
Tabela 41: Capacidade de Pagamento - Curvelo.....	89
Tabela 42: Composição Receitas e Despesas - Diamantina.....	91
Tabela 43: Balanço Patrimonial - Diamantina.....	94
Tabela 44: Capacidade de Pagamento - Diamantina.....	95
Tabela 45: Composição Receitas e Despesas - Felixlândia.....	97
Tabela 46: Balanço Patrimonial – Felixlândia.....	99
Tabela 47: Capacidade de Pagamento - Felixlândia.....	100
Tabela 48: Composição Receitas e Despesas - Inimutaba.....	102
Tabela 49: Balanço Patrimonial - Inimutaba.....	105
Tabela 50: Capacidade de Pagamento - Inimutaba.....	107
Tabela 51: Composição Receitas e Despesas - Jequitibá.....	108
Tabela 52: Balanço Patrimonial - Jequitibá.....	111
Tabela 53: Capacidade de Pagamento - Jequitibá.....	112
Tabela 54: Composição Receitas e Despesas - Monjolos.....	114
Tabela 55: Balanço Patrimonial – Monjolos.....	117
Tabela 56: Capacidade de Pagamento - Monjolos.....	118
Tabela 57: Composição Receitas e Despesas - Morro da Garça.....	120
Tabela 58: Balanço Patrimonial – Morro da Garça.....	123
Tabela 59: Capacidade de Pagamento – Morro da Garça.....	124
Tabela 60: Composição Receitas e Despesas - Paraopeba.....	126
Tabela 61: Balanço Patrimonial - Paraopeba.....	129
Tabela 62: Capacidade de Pagamento - Paraopeba.....	130
Tabela 63: Composição Receitas e Despesas - Presidente Juscelino.....	133
Tabela 64: Balanço Patrimonial – Presidente Juscelino.....	135
Tabela 65: Capacidade de Pagamento – Presidente Juscelino.....	136
Tabela 66: Composição Receitas e Despesas - Santana de Pirapama.....	138
Tabela 67: Balanço Patrimonial – Santana de Pirapama.....	140
Tabela 68: Capacidade de Pagamento – Santana de Pirapama.....	141
Tabela 69: Composição Receitas e Despesas - Santo Hipólito.....	143

Tabela 70: Balanço Patrimonial – Santo Hipólito.....	146
Tabela 71: Capacidade de Pagamento – Santo Hipólito.....	147
Tabela 72: Composição Receitas e Despesas - Três Marias.....	149
Tabela 73: Balanço Patrimonial – Três Marias.....	152
Tabela 74: Capacidade de Pagamento – Três Marias.....	154
Tabela 75: Tarifa Base por Fase do Projeto.....	156
Tabela 76: Dados CORESAB para Estudo de Compatibilização.....	157
Tabela 77: Dados CONVALE para Estudo de Compatibilização.....	158
Tabela 78: Fator de Uso do projeto CONVALE.....	158
Tabela 79: Distância Cidades para Maior Produtora de RSU.....	159
Tabela 80: Análise Comparativa Projetos CONVALE x CORESAB.....	159
Tabela 81: Desembolso Estimado com Receitas para Concessionária.....	161
Tabela 82: Impacto Percentual sobre RCL das Cidades CORESAB.....	162
Tabela 83: Participação do setor residencial por município.....	163
Tabela 84: Consumo Médio Mensal da população por município.....	164
Tabela 85: Estimativa do Impacto da Futura Concessão nos municípios do CORESAB.....	164

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Municípios do CORESAB Signatários do FEP Caixa.....	22
Figura 2: Caracterização dos Municípios do CORESAB [Fonte: IBGE, Equipe Técnico-Operacional - Consultoria Cidade Limpa].....	23
Figura 3: Evolução Receitas x Despesas - Augusto de Lima [Fonte TCE-MG].....	52
Figura 4: Cumprimento dos requisitos da LRF - Augusto de Lima [Fonte: TCE-MG].....	53
Figura 5: Evolução Dívida Líquida - Augusto de Lima [Fonte TCE-MG].....	55
Figura 6: Evolução Receitas x Despesas - Baldim [Fonte TCE-MG].....	57
Figura 7: Cumprimento dos requisitos da LRF - Baldim [Fonte: TCE-MG].....	58
Figura 8: Evolução Dívida Líquida - Baldim [Fonte TCE-MG].....	60
Figura 9: Evolução Receitas x Despesas – Buenópolis [Fonte TCE-MG].....	63
Figura 10: Cumprimento dos requisitos da LRF - Buenópolis [Fonte: TCE-MG].....	64
Figura 11: Evolução Dívida Líquida - Buenópolis [Fonte TCE-MG].....	66
Figura 12: Evolução Receitas x Despesas - Caetanópolis [Fonte TCE-MG].....	68
Figura 13: Cumprimento dos requisitos da LRF - Caetanópolis [Fonte: TCE-MG].....	69
Figura 14: Evolução Dívida Líquida - Caetanópolis [Fonte TCE-MG].....	71
Figura 15: Evolução Receitas x Despesas - Cordisburgo [Fonte TCE-MG].....	74
Figura 16: Cumprimento dos requisitos da LRF - Cordisburgo [Fonte: TCE-MG].....	75
Figura 17: Evolução Dívida Líquida – Cordisburgo [Fonte TCE-MG].....	77
Figura 18: Evolução Receitas x Despesas - Corinto [Fonte TCE-MG].....	80
Figura 19: Cumprimento dos requisitos da LRF - Corinto [Fonte: TCE-MG].....	81
Figura 20: Evolução Dívida Líquida - Corinto [Fonte TCE-MG].....	83
Figura 21: Evolução Receitas x Despesas - Curvelo [Fonte TCE-MG].....	86
Figura 22: Cumprimento dos requisitos da LRF - Curvelo [Fonte: TCE-MG].....	87
Figura 23: Evolução Dívida Líquida - Curvelo [Fonte TCE-MG].....	89
Figura 24: Evolução Receitas x Despesas - Diamantina [Fonte TCE-MG].....	92
Figura 25: Cumprimento dos requisitos da LRF - Diamantina [Fonte: TCE-MG].....	93
Figura 26: Evolução Dívida Líquida - Diamantina [Fonte TCE-MG].....	95
Figura 27: Evolução Receitas x Despesas - Felixlândia [Fonte TCE-MG].....	97
Figura 28: Cumprimento dos requisitos da LRF - Felixlândia [Fonte: TCE-MG].....	98
Figura 29: Evolução Dívida Líquida – Felixlândia [Fonte TCE-MG].....	100
Figura 30: Evolução Receitas x Despesas - Inimutaba [Fonte TCE-MG].....	103
Figura 31: Cumprimento dos requisitos da LRF - Inimutaba [Fonte: TCE-MG].....	104
Figura 32: Evolução Dívida Líquida - Inimutaba [Fonte TCE-MG].....	106
Figura 33: Evolução Receitas x Despesas - Jequitibá [Fonte TCE-MG].....	109

Figura 34: Cumprimento dos requisitos da LRF - Jequitibá [Fonte: TCE-MG].....	110
Figura 35: Evolução Dívida Líquida – Jequitibá [Fonte TCE-MG].....	112
Figura 36: Evolução Receitas x Despesas - Monjolos [Fonte TCE-MG].....	115
Figura 37: Cumprimento dos requisitos da LRF - Monjolos [Fonte: TCE-MG].....	116
Figura 38: Evolução Dívida Líquida - Monjolos [Fonte TCE-MG].....	118
Figura 39: Evolução Receitas x Despesas – Morro da Garça [Fonte TCE-MG].....	121
Figura 40: Cumprimento dos requisitos da LRF – Morro da Garça [Fonte: TCE-MG].....	122
Figura 41: Evolução Dívida Líquida – Morro da Garça [Fonte TCE-MG].....	124
Figura 42: Evolução Receitas x Despesas - Paraopeba [Fonte TCE-MG].....	127
Figura 43: Cumprimento dos requisitos da LRF - Paraopeba [Fonte: TCE-MG].....	128
Figura 44: Evolução Dívida Líquida - Paraopeba [Fonte TCE-MG].....	130
Figura 45: Evolução Receitas x Despesas – Presidente Juscelino [Fonte TCE-MG].....	133
Figura 46: Cumprimento dos requisitos da LRF – Presidente Juscelino [Fonte: TCE-MG].....	134
Figura 47: Evolução Dívida Líquida – Presidente Juscelino [Fonte TCE-MG].....	136
Figura 48: Evolução Receitas x Despesas – Santana de Pirapama [Fonte TCE-MG].....	138
Figura 49: Cumprimento dos requisitos da LRF – Santana de Pirapama [Fonte: TCE-MG].....	139
Figura 50: Evolução Dívida Líquida – Santana de Pirapama [Fonte TCE-MG].....	141
Figura 51: Evolução Receitas x Despesas – Santo Hipólito [Fonte TCE-MG].....	144
Figura 52: Cumprimento dos requisitos da LRF – Santo Hipólito [Fonte: TCE-MG].....	145
Figura 53: Evolução Dívida Líquida – Santo Hipólito [Fonte TCE-MG].....	147
Figura 54: Evolução Receitas x Despesas – Três Marias [Fonte TCE-MG].....	150
Figura 55: Cumprimento dos requisitos da LRF – Três Marias [Fonte: TCE-MG].....	151
Figura 56: Evolução Dívida Líquida – Três Marias [Fonte TCE-MG].....	153

GLOSSÁRIO

Seguem abaixo as principais siglas utilizadas neste documento, em ordem alfabética:

Arisb-MG: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais.

Arismig-MG: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais.

Aris-ZM: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais.

Arsae-MG: Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).

CAPAG: CAPAG é uma classificação feita pelo Tesouro Nacional, a partir da análise de indicadores econômico-financeiros de Estados e municípios, que reflete o grau de solvência e a saúde fiscal dos entes subnacionais que querem contratar empréstimos com garantia da União.

CBHSF: O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF é um órgão colegiado, integrado pelo poder público, sociedade civil e usuários de água, que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia, na perspectiva de proteger os seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Para tanto, o governo federal lhe conferiu atribuições normativas, deliberativas e consultivas.

CIAS-MG: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Centro-Oeste Mineiro, busca soluções para o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos (RSU), sendo prioridade o descarte correto para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e o atendimento ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES). São consorciados os municípios de Abaeté, Araújos, Biquinhas, Bom Despacho, Carmo do Cajuru, Cedro do Abaeté, Conceição do Pará, Córrego Danta, Divinópolis, Dolores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Igaratinga, Leandro Ferreira, Luz, Maravilhas, Martinho Campos, Moema, Morada Nova de Minas, Nova Serrana, Onça de Pitangui, Paineiras, Papagaios, Pedra do Indaiá, Pequi, Perdígão, Pitangui, Pompéu, Quartel Geral, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará, São José da Varginha, São Sebastião do Oeste e Serra da Saudade

CISAB-ZM: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais, tem como objetivo prestar serviços de apoio aos serviços de saneamento básico de cada um dos Municípios consorciados (Abre Campo, Acaiaca, Aimorés, Argirita, Barra Longa, Brás Pires, Cajuri, Caranaíba, Carangola, Cataguases, Chalé, Conceição de Ipanema, Conselheiro Pena, Coronel Pacheco, Fervedouro, Governador Valadares, Guarani, Ipanema, Itambacuri, Jampruca, Jequeri, Lajinha, Lamim, Lima Duarte, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim,

Mantena, Muriaé, Oratórios, Pedra Dourada, Pedro Teixeira, Piracema, Pocrane, Ponte Nova, Queluzito, Raul Soares, Recreio, Reduto, Rio Doce, Santa Rita de Jacutinga, Santana do Garambéu, São Francisco do Glória, Senador Firmino, Senhora de Oliveira, Senhora dos Remédios, Taparuba, Tocantins, Tombos, Vermelho Novo, Viçosa).

CONVALE: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, tem a sua sede e foro no Município de Uberaba, podendo, contudo, manter representação nos demais Municípios partícipes. São instituidores do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, os Municípios de Água Comprida, Campo Florido, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Nova Ponte, Pirajuba, Planura, Sacramento, Santa Juliana, Uberaba e Veríssimo.

COPANOR-MG: A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades da região Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu. A COPANOR é uma empresa da COPASA-MG.

COPASA-MG: Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

CORESAB: Consórcio Regional de Saneamento Básico Central de Minas, pessoa jurídica de direito público interno, atualmente tem o objetivo de prestar serviços de qualidade para alcance da Gestão adequada de Resíduos Sólidos de seus consorciados (municípios de Araçai, Augusto de Lima, Baldim, Buenópolis, Caetanópolis, Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Datas, Diamantina, Felixlândia, Inimutaba, Jequitibá, Monjolos, Morro da Garça, Paraopeba, Presidente Juscelino, Santana de Pirapama, Santo Hipólito e Três Marias. Quando mencionado nesse relatório, as cidades de Araçai e Datas não fazem parte da denominação do CORESAB, dado que as cidades não são participantes do projeto.

ETE: Sigla referente a Estação de Tratamento de Esgoto.

FPM: Fundo de Participação dos Municípios - recursos recebidos pelos Municípios a título de participação na arrecadação de tributos federais (Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados).

ICMS: O ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - é um imposto de competência estadual. Ele incide (base de cálculo) sobre a circulação de mercadorias, prestações de serviços de transporte interestadual, ou intermunicipal, de comunicações, de energia elétrica. Também sobre a entrada de mercadorias importadas e serviços prestados no exterior.

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano, como o nome indica, é o imposto voltado a propriedades com construção no meio urbano. Ou seja, ele é cobrado anualmente de todos os proprietários de casas, prédios ou estabelecimentos comerciais nas cidades.

IPVA: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Como o próprio nome sugere, ele é destinado aos donos de automóveis. Sua cobrança é anual e de responsabilidade dos estados brasileiros.

ISS: O Imposto Sobre Serviços (ISS) é um tributo que incide na prestação de serviços realizada por empresas e profissionais autônomos. Ele é recolhido pelos municípios e pelo Distrito Federal e, também, é conhecido como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Quase todas as operações envolvendo serviços geram a cobrança deste tributo.

ITBI: Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, trata-se de um imposto obrigatório que é cobrado do comprador de um imóvel pela Prefeitura do local em que o imóvel está localizado.

LRF: A Lei de Responsabilidade Fiscal é um código de conduta para os administradores públicos de todo o país, que vale para os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). A Lei fixa limites para despesas com pessoal, para dívida pública e ainda determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas. Além disso, segundo a LRF, nenhum governante pode criar uma nova despesa continuada (por mais de dois anos), sem indicar sua fonte de receita ou sem reduzir outras despesas já existentes. Isso faz com que o governante consiga sempre pagar despesas, sem comprometer o orçamento ou orçamentos futuros. Pela LRF ainda, são definidos mecanismos adicionais de controle das finanças públicas em anos de eleição.

MRSU: Sigla referente a Manejo de RSU.

PIB: Sigla referente a Produto Interno Bruto, é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano.

PNRS: Plano Nacional de Resíduos Sólidos está previsto em legislação federal e prevê metas, princípios e instrumentos que visam a gestão correta dos resíduos. O plano que entrou em vigor em 2010 estabelece responsabilidades e integra governo, empresas e sociedade civil em prol da destinação correta do lixo e do estímulo ~~à toda~~ a todaa todaa todaa todaa toda a cadeia produtiva envolvida no processo de reciclagem.

PPP: Parceria Público-Privada é uma modalidade de contrato de parceria entre o poder público a iniciativa privada para prover a execução ou gestão de obras e serviços de interesse da população nos setores de telecomunicações, energia e inovação, transporte, educação, saneamento, entre outros. Neste tipo de contratação a empresa ficará responsável por investir, financiar e explorar o serviço. As PPPs foram definidas na Lei 11.079/2004, que determina que

o valor do contrato não pode ser inferior a R\$10 milhões. Não há teto máximo. A Lei veda a celebração de contratos cujos únicos objetivos sejam o fornecimento de mão de obra, equipamentos ou execução de obras públicas.

PRAD: O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas – PRAD é um instrumento de planejamento das ações necessárias visando à recuperação da vegetação nativa, o qual deve apresentar o diagnóstico ambiental da área degradada ou alterada, os métodos e técnicas a serem utilizados e prever cronograma de implantação e monitoramento das ações.

RCL: Receita Corrente Líquida; é um indicador financeiro calculado a partir da receita corrente total do ente federado, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal e as contribuições mencionadas na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art. 195 (contribuição social patronal, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social) e no art. 239 (PIS/PASEP) da Constituição Federal; b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

RDO: São resíduos sólidos resultantes das atividades domiciliares ou atividades comerciais cujas características sejam similares aos resíduos domiciliares.

RSU: Sigla referente a Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) são aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas (resíduos domiciliares) e os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana (resíduos de limpeza urbana).

SMRSU: Sigla referente a Serviço de Manejo de RSU.

TAC: O termo de ajustamento de conduta é um acordo que o Ministério Público celebra com o violador de determinado direito coletivo. Este instrumento tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial.

TCE/MG: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Os Tribunais de Contas dos Estados fiscalizam as despesas e receitas dos estados e municípios. Os TCEs são autônomos, ou seja, possuem independência financeira e administrativa, e atuam como um auxiliar do poder Legislativo no controle externo da Administração Pública.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A consultoria CIDADE LIMPA vem, por meio deste, apresentar o RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO FISCAL, vinculado ao Contrato Nº 5139/2023, para prestação de serviços técnicos especializados necessários à modelagem, à estruturação e ao suporte ao processo licitatório de contrato de concessão de serviços públicos de saneamento básico, na modalidade de manejo de RSU, com escopo e abrangência de SISTEMA COMPLETO (coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final, exclusive varrição) ou SISTEMA PARCIAL (transbordo, transporte, tratamento e destinação final, exclusive varrição) nos municípios de Augusto de Lima, Baldim, Buenópolis, Caetanópolis, Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Diamantina, Felixlândia, Inimutaba, Jequitibá, Monjolos, Morro da Garça, Paraopeba, Presidente Juscelino, Santana de Pirapama, Santo Hipólito e Três Marias, componentes do CORESAB.

Este relatório não só oferece uma visão ampla da atual situação financeira dos municípios, mas também destaca os desafios e oportunidades enfrentados pelos gestores públicos no manejo de RSUs.

A metodologia para a elaboração do presente RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO FISCAL, aplicada para os municípios aderentes ao projeto de manejo de RSU no âmbito do CORESAB, foi desenvolvida em fases, a seguir apresentadas:

1. **Coleta de Dados:** O primeiro passo consistiu na coleta de dados relevantes sobre as finanças municipais, incluindo informações sobre receitas, despesas, endividamento, investimentos, indicadores socioeconômicos e fontes de recursos em serviços de manejo de RSU, entre outros. Esses dados foram obtidos por meio de fontes oficiais, como relatórios contábeis, orçamentários e de gestão fiscal como fonte secundária, além de pesquisas e entrevistas com gestores e técnicos municipais para a obtenção de dados primários.

Devido à grande dificuldade na obtenção dos dados primários nos municípios, apesar das inúmeras reuniões com os pontos focais e com os responsáveis pelas áreas financeiras dos municípios, além do enorme esforço empreendido pelos representantes da Caixa Econômica Federal, fomos obrigados a estender o prazo de entrega do presente relatório. A carência e a inconsistência dos dados nos levariam a avaliações inadequadas e incompletas. Só com a obtenção de quantidade razoável de dados primários foi possível desenvolver o presente relatório.

2. **Análise Quantitativa:** Os dados coletados foram analisados quantitativamente para identificar tendências, padrões e indicadores de desempenho financeiro. Isso pode incluir a elaboração de índices de liquidez, solvência, endividamento, capacidade de investimento, entre outros, que permitem avaliar a saúde financeira do município.

3. **Análise Qualitativa:** Além da análise quantitativa, foi importante realizar uma análise qualitativa para compreender o contexto político, econômico, social e institucional em que as finanças municipais estão inseridas. Isso envolveu a identificação de fatores externos que afetam as finanças municipais, como mudanças na legislação, pressões sociais, crises econômicas, entre outros.

4. **Identificação de Riscos e Oportunidades:** Com base na análise quantitativa e qualitativa, foram identificados os principais riscos e oportunidades relacionados às finanças municipais. Isso incluiu riscos fiscais, econômicos, políticos e institucionais, bem como oportunidades de melhoria na gestão fiscal, captação de recursos e desenvolvimento econômico.

5. **Elaboração de Recomendações:** Com base na identificação de riscos e oportunidades, foram elaboradas recomendações específicas para fortalecer a gestão fiscal do município e promover a sustentabilidade financeira a longo prazo.

6. **Apresentação do Diagnóstico:** O diagnóstico fiscal está apresentado de forma clara, objetiva e acessível aos gestores públicos, técnicos municipais, órgãos de controle, comunidade local e demais partes interessadas.

Os principais resultados da aplicação da metodologia são apresentados a seguir:

Evolução Populacional

A maioria das cidades do CORESAB é considerada pequena pelos padrões nacionais, com uma população média de 16.116 habitantes em 18 municípios.

Apesar de um crescimento populacional médio de 2,46% entre 2010 e 2022, apenas sete das 18 cidades apresentaram crescimento populacional durante este período.

Atividade econômica

A maioria das cidades do CORESAB tem a sua base econômica nos serviços e na agricultura, com alguns destaques industriais. Nos municípios menores, surge o poder público como um dos principais agentes de atividade econômica.

Os desafios apresentados incluem PIB per capita, salário médio e população ocupada abaixo da média do estado de Minas Gerais.

Densidade Demográfica

As cidades do CORESAB possuem extensas áreas com baixa urbanização e densidade populacional. Estes dados sugerem desafios logísticos na identificação do melhor e mais eficiente modelo de manejo RSU para os municípios do CORESAB.

Investimentos em RSU

Os investimentos em MRSU das Cidades CORESAB, nos últimos três anos, foram realizados de forma pontual, com apenas sete das 18 cidades realizando algum tipo de investimento relevante em infraestrutura do SMRSU. Metade das cidades do CORESAB não possui uma previsão estruturada de investimentos necessários para manter ou aprimorar a estrutura atual de SMRSU. Da outra metade, sete das cidades têm valores orçados para investimentos, mas ainda não têm determinada a finalidade do recurso. Os investimentos projetados para 2024-26 são, aproximadamente, 12 vezes menores do que o estimado pela Consultoria para manter o nível de serviço e cumprir com a legislação existente.

Despesas com RSU

As despesas totais com SMRSU (coleta, transporte, transbordo, disposição final) em cada município dependem de diversos fatores e, em determinados casos, não é possível obter dados com precisão das despesas específicas com RSU, especialmente em cidades menores, onde os funcionários equilibram diversas funções.

- As despesas tiveram um aumento substancial em 2022 em relação a 2021 (crescimento de 9,59%), mas o crescimento em 2023 foi mais comedido (7,19% versus 2022).

- As projeções de despesa dos municípios diferem bastante do crescimento histórico, com cidades como Jequitibá projetando crescimento de despesa 10 vezes maiores que a média histórica e cidades como Diamantina prevendo redução de 80,20% nas despesas versus crescimento de 19,68% de 2021 para 2023.

- Foi elaborada uma projeção mais assertiva, levando em consideração três fatores como premissas base: nível de despesa base em 2023 para cada município, evolução populacional e reajuste de preços. Considerando esses três fatores, podemos verificar que a projeção total dos custos em 2026 é de R\$ 26,7 milhões, o que representa um crescimento anualizado de 3,85% versus a despesa base de 2023 e 4,79% versus a despesa disponibilizada pelos municípios.

Fontes de Receita – Atual e Previstas

Apesar do Marco Legal, três das 18 Cidades CORESAB ainda não possuem cobrança da Tarifa de Lixo (também chamada de taxa de resíduos sólidos, taxas de RSU ou taxa de coleta de lixo): Augusto de Lima, Buenópolis e Corinto.

Nas 15 cidades que já cobram a tarifa, a cobrança é feita através do IPTU, que, também, devido à alta inadimplência na arrecadação, o que se arrecada não é suficiente para cobrir as despesas com RSU. Apenas em Curvelo, Diamantina, Felixlândia e Paraopeba a arrecadação com a taxa de coleta de lixo corresponde a mais de 10% das despesas, e em nenhuma dessas cidades a taxa cobre mais de 40% das despesas em 2023.

As despesas com estes serviços de RSU são provenientes principalmente da fonte 100, que abriga as transferências constitucionais.

Por fim, existem os Fundos Municipais de Saneamento Básico, regulamentados pela Arsae, os quais possibilitam que os municípios utilizem até 4% da receita líquida da COPASA-MG em cada destes municípios. Esses fundos estão sendo utilizados principalmente para recuperação de áreas degradadas, investimentos para melhoria da infraestrutura nos aterros e compra de equipamentos que auxiliam na coleta de RSU.

Gestão comercial de abastecimento de água

Os serviços de abastecimento de água e saneamento nos municípios do CORESAB são prestados pela COPASA-MG (todos os municípios) e COPANOR-MG (Diamantina), regulamentados pela Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).

As tarifas variam de acordo com as categorias de consumo e são regulamentadas pela Arsae-MG, com reajustes orientados por resoluções específicas.

Consumo atual de água

Apesar da diminuição do número de ligações, o volume de consumo de água aumentou, sobretudo nos setores industrial e público. As categorias residencial e social ainda respondem por parcela significativa do consumo de água nas cidades do CORESAB.

O grande desafio para a cobrança de tarifa de RSU na conta de água que se apresenta é resultante da significativa parcela de população rural nos municípios, onde a COPASA e COPANOR não atendem com seus serviços. Algumas localidades rurais são servidas de água por cooperativas ou mesmo por poços controlados pelo poder municipal.

Entidades Reguladoras

Atualmente, não existem entidades reguladoras que fiscalizem os serviços de gestão de resíduos nos municípios, pois são geridos pelos próprios municípios ou por equipes terceirizadas.

Em caso de concessão ou implantação de PPP, Arisb-MG, Arismig-MG e Aris-ZM são as três entidades habilitadas a regular o serviço de manejo de RSUs em municípios de Minas Gerais. A escolha de uma dessas três agências implica implementar um sistema de cofaturamento com a COPASA e COPANOR.

Um órgão que também deve ser levado em consideração é a Arsae-MG. A agência atualmente não possui competência para regular o serviço de manejo de RSU, uma vez que sua lei de criação (Lei Estadual nº 18.309/2009) trata apenas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Assim, exige-se a criação de uma lei que delegue à agência a

regulação também dos serviços de manejo de RSU. Mas uma vez estabelecida a competência da Arsae-MG, poderia ser celebrado um convênio de cooperação do CORESAB com a agência para disciplinar a delegação da regulação dos serviços, o que simplificaria o modelo de regulação dado que a Arsae-MG é quem regula hoje o sistema de água e saneamento operado pela COPASA e COPANOR.

Condições fiscais e financeiras dos municípios

Foi feita uma análise abrangente da saúde financeira dos municípios do CORESAB integrantes do contrato com a Caixa Econômica Federal. Através de um exame metuculoso das fontes de receitas, padrões de despesas, níveis de dívida e práticas orçamentais, consideramos que os municípios estão com boa saúde financeira e atendem adequadamente às exigências constitucionais e a LRF.

No ano de 2020, devido à ocorrência da pandemia de covid-19, os municípios do CORESAB apresentaram em sua grande maioria déficit nas suas contas, mas já em 2021 se recuperaram, com todos os municípios apresentando superávit e, em 2023, apenas os municípios de Baldim, Inimutaba e Morro da Garça apresentaram déficit em suas contas, porém controláveis.

Dos 18 municípios do CORESAB, oito deles (Augusto de Lima, Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Diamantina, Jequitibá, Santana de Pirapama e Santo Hipólito) foram aprovados com nota pelo menos B nas suas Capacidades de Pagamento-CAPAG, na qual apresentaram o Índice de Endividamento – DC, o Índice de Liquidez – IL e o Indicador de Poupança Corrente adequados, com possibilidade de conseguir empréstimos com garantia da União. As cidades de Monjolos e Presidente Juscelino também tem bom potencial de obter nota mínima B, com dois dos 3 itens apresentando nota condizente. Seria interessante para o CORESAB contar com todas as cidades com nota mínima B, para o caso de ser necessários financiamentos para diminuir o impacto do Novo caminho tecnológico nas contas dos cidadãos.

Avaliação Econômico-Financeira Preliminar

Foi feita uma avaliação preliminar sobre o impacto do futuro projeto nas contas municipais. Como não foram elaborados os estudos técnico-operacionais necessários a uma avaliação econômico-financeira com os dados disponíveis, foi feita uma avaliação comparativa com um projeto maduro de manejo de RSU do CONVALE, apenas para efeito de atendimento à Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, com foco especial no artigo 10, sobre as condições fiscais e financeiras da ENTIDADE PÚBLICA.

O Projeto do CONVALE abrange oito municípios do estado de Minas Gerais, nomeadamente Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Delta, Sacramento,

Planura, Uberaba e Veríssimo. O projeto do CONVALE, dividido em fases I e II, prevê a implantação e operação de um Sistema de Disposição de Resíduos (RDO) pela concessionária, incluindo aquisição de equipamentos, operação de aterro, captação de biogás e construção de tecnologia para redução de destinação de resíduos.

A receita do projeto CONVALE, no sexto ano, foi estimada em R\$ 39.674.020,00, para uma configuração de projeto técnico que consideramos possível de ser implantado no CORESAB, meramente para efeito de se fazer uma análise estimativa preliminar neste relatório.

Considerando uma defasagem de dois anos entre as datas-bases do projeto CONVALE e o projeto CORESAB, o valor atualizado do Projeto CONVALE para 2024 seria de R\$ 50.989.053,07.

Foram utilizadas algumas premissas de ressalva sobre a diferença entre as condições de projeto. Seguem:

1º O volume médio de água estimado a ser consumido no CONVALE, no sexto ano, é 2,52 vezes maior que o volume de água estimado para o CORESAB, derivado da diferença entre as populações de cada um desses consórcios;

2º A extensão territorial de cada município do CORESAB é 1,93 vez maior que a extensão territorial do CONVALE, fazendo com que a densidade populacional do consórcio seja três vezes maior que a densidade populacional do CORESAB;

3º A população urbana do CONVALE é 11,42% maior que a população urbana do CORESAB;

4º A distância média entre Uberaba e as outras cidades do consórcio municipal do CONVALE é 22,25% menor que a distância média entre Curvelo e as demais cidades do consórcio municipal do CORESAB;

Como resultado final, o projeto do CORESAB teria uma receita no sexto ano, 2030, de R\$ 30.356.972,78. Chegando-se a esse resultado, a Tarifa Base considerada no projeto CORESAB seria de 2,4012 R\$/m³. E assim foi calculado um impacto de 28,67% nas despesas anuais dos municípios do CORESAB em SMRSU.

Além disso, verificou-se que os custos por município estimados preliminarmente representam, no máximo, 2,45% da Receita Corrente Líquida (RCL), passando pelo critério estabelecido no artigo 28, da Lei Federal nº 11.079/2004.

Foi, também, elaborado o cálculo do possível impacto nas contas dos cidadãos de cada município tendo-se em mente os limites considerados razoáveis de gastos com os serviços de Saneamento Básico pelo Banco Mundial. Como resultado deste cálculo pode-se demonstrar que o impacto da concessão nos cidadãos de cada um dos municípios, caso o projeto se

consolide nos termos assumidos nesta comparação de modelos, estará dentro das premissas do Banco Mundial, ou seja, máximo de 5% do salário médio.

Os riscos e oportunidades estão apresentados na conclusão deste relatório de diagnóstico fiscal.

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO

A consultoria **CIDADE LIMPA**, vem, por meio deste, apresentar o **RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO FISCAL**, vinculado ao Contrato Nº 5139/2023 para prestação de serviços técnicos especializados necessários à modelagem, à estruturação e ao suporte ao processo licitatório de contrato de concessão de serviços públicos de saneamento básico, na modalidade de manejo de RSUs com escopo e abrangência de SISTEMA COMPLETO (coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final, exclusive varrição) ou SISTEMA PARCIAL (transbordo, transporte, tratamento e destinação final, exclusive varrição) nos municípios de Augusto de Lima, Baldim, Buenópolis, Caetanópolis, Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Diamantina, Felixlândia, Inimutaba, Jequitibá, Monjolos, Morro da Garça, Paraopeba, Presidente Juscelino, Santana de Pirapama, Santo Hipólito e Três Marias, componentes do Consórcio Regional de Saneamento Básico Central de Minas (CORESAB).

1.2. OBJETIVO DO PRODUTO

O presente **RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO FISCAL** desempenha um papel fundamental na compreensão e na gestão das finanças públicas dos municípios componentes do CORESAB, assim como na verificação da situação financeira atual do titular do SMRSU desses municípios. Em um cenário onde a transparência e a responsabilidade fiscal são essenciais para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, a análise detalhada das finanças municipais proporcionada por este documento é de extrema importância.

Compreender a saúde financeira do município é essencial para garantir o cumprimento de obrigações fiscais, o equilíbrio orçamentário e a manutenção dos serviços públicos essenciais. Além disso, um diagnóstico fiscal preciso e abrangente contribui para a promoção da transparência, da prestação de contas e da confiança da população na gestão municipal.

Por meio deste relatório, espera-se que os gestores públicos possam identificar áreas de melhoria na gestão das finanças municipais, bem como adotar medidas proativas para enfrentar desafios financeiros e promover a sustentabilidade fiscal a longo prazo.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. DEMOGRAFIA DAS CIDADES CORESAB

As 18 cidades do consórcio CORESAB signatárias desse projeto estão localizadas na região central do estado de Minas Gerais, conforme apontado na Figura 1. Os municípios em conjunto possuem população de 290.087 habitantes, com área total 23.385,51km² e PIB per capita de R\$ 25.200,72 (Figura 2). Antes de analisar diretamente a gestão orçamentária de RSU dos municípios (investimentos, custos e receitas), é de extrema relevância entender qual é a condição demográfica das cidades em relação a três fatores: posição atual e evolução da população; atividade econômica e densidade demográfica. Esses fatores são importantes, pois permitem alguns direcionamentos relevantes que servirão de base para construção do Plano Econômico-Financeiro otimizado para realidade atual e futura das cidades do CORESAB, como por exemplo quais são as tendências de quantidade de geração de resíduos sólidos, qual a capacidade da população em absorver novas cobranças e qual o nível de complexidade logística para atender a demanda dos 18 municípios.

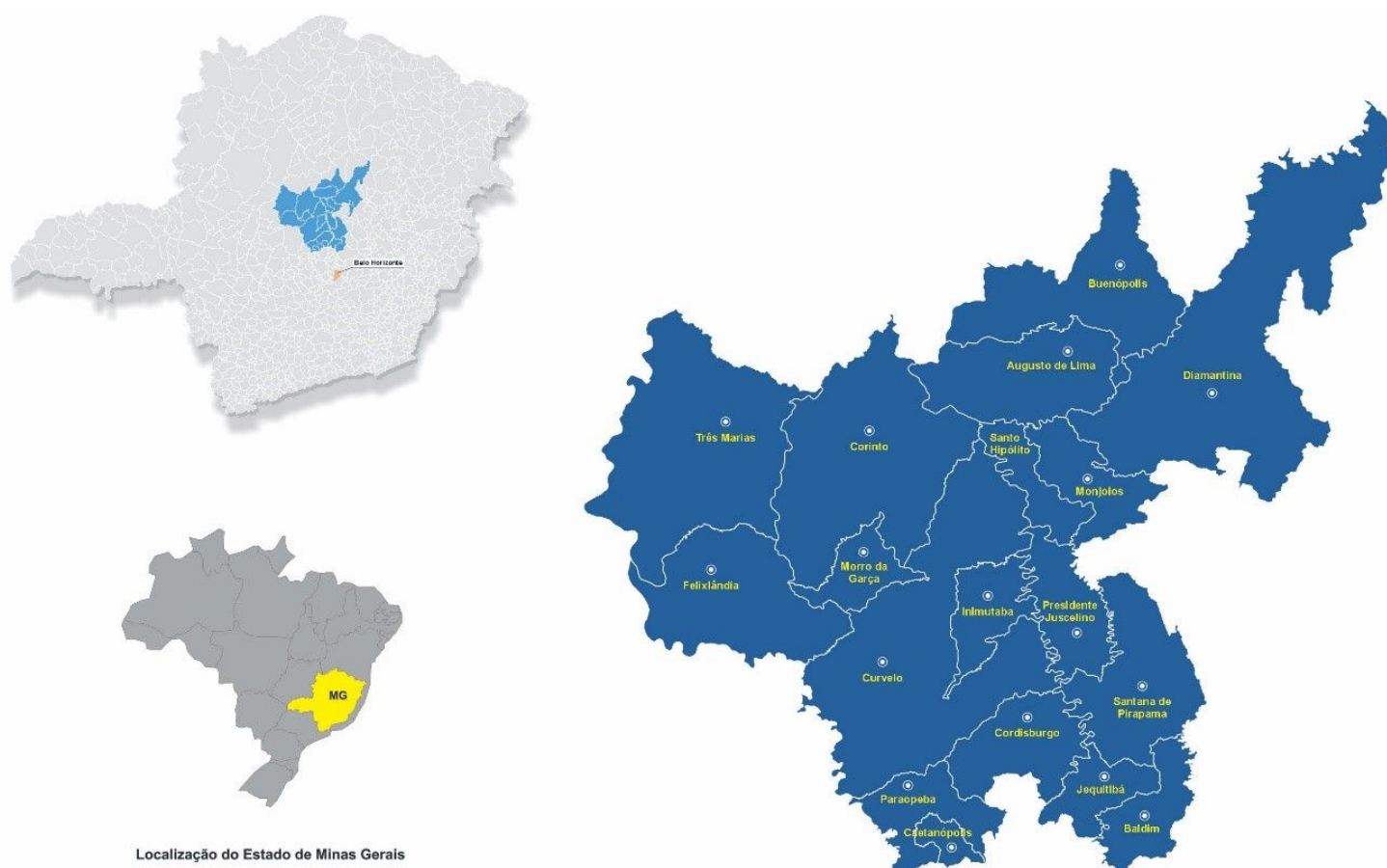


Figura 1: Municípios do CORESAB Signatários do FEP Caixa

[Fonte: Equipe Técnico-Operacional - Consultoria Cidade Limpa]

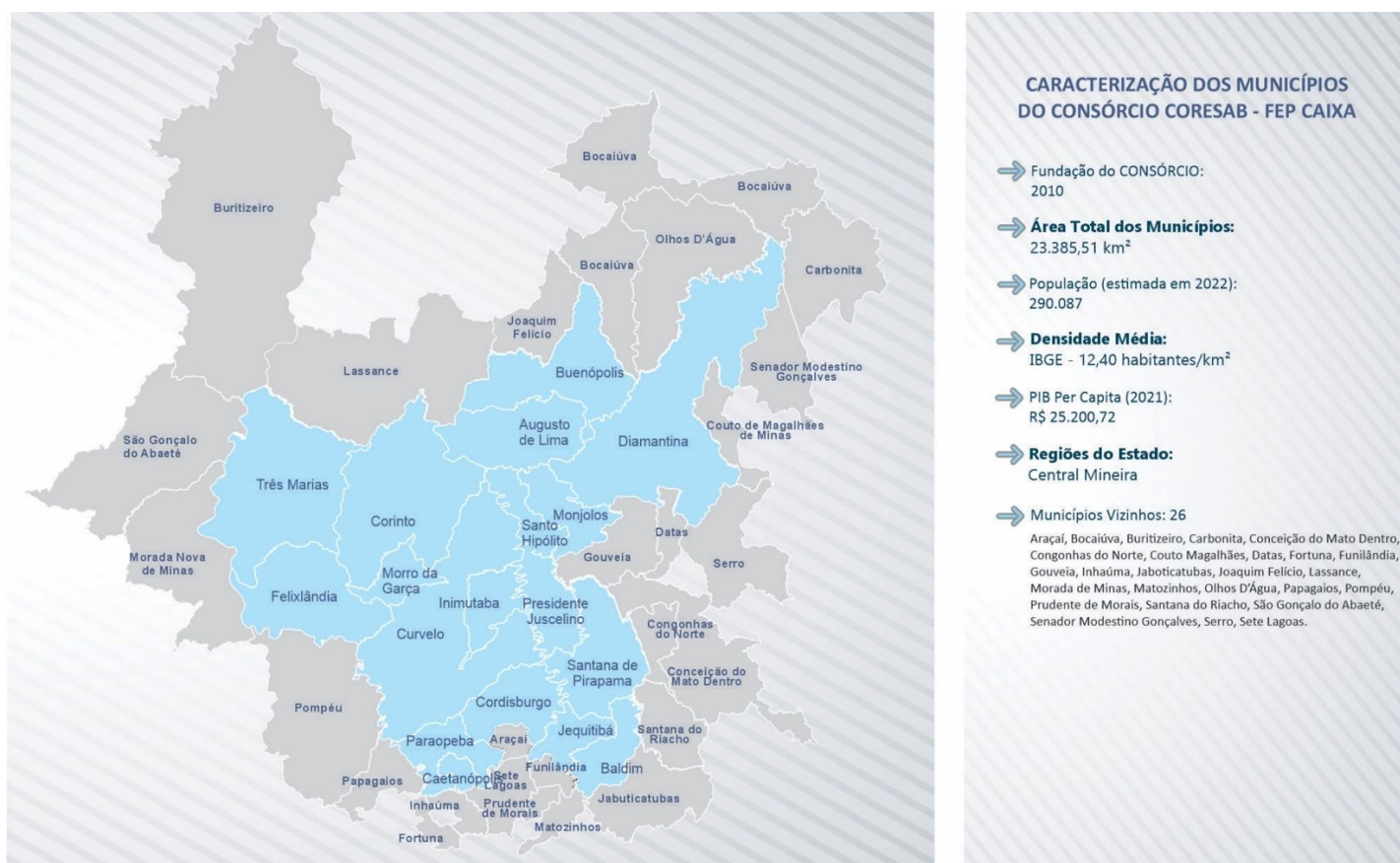


Figura 2: Caracterização dos Municípios do CORESAB

[Fonte: IBGE, Equipe Técnico-Operacional - Consultoria Cidade Limpa]

2.1.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Analisando os dados populacionais exibidos na Tabela 1, podemos atestar que a maioria das Cidades CORESAB são consideradas pequenas para padrão nacional, com média populacional, nos 18 municípios, de 16.116 habitantes. Entre as cidades, apenas Curvelo e Diamantina têm população maior do que a média brasileira de aproximadamente 36.456 habitantes por município, o que justifica o uso do Consórcio para viabilizar o projeto de RSU, dado que dificilmente uma cidade do grupo conseguiria ter volume necessário para tornar o projeto atrativo para iniciativa privada.

Apesar de a população nas Cidades CORESAB ter crescido em média 2,46%, de 2010 para 2022, apenas sete das 18 cidades apresentaram crescimento populacional nesse período, com cidades como Buenópolis, Cordisburgo, Presidente Juscelino, Santana de Pirapama e Santo Hipólito apresentando redução de mais de 10% da população. A média de crescimento do

CORESAB no período foi menor do que o crescimento da população brasileira (6,5% de 2010 a 2022).

Tabela 1: Evolução da população das Cidades CORESAB

Município	Número de Habitantes (2022)	Número de Habitantes (2010)	Variação 22x10	Habitantes 2022 vs Média Municípios Brasil
Augusto de Lima	4.538	4.960	-8,51%	12,45%
Baldim	7.492	7.913	-5,32%	20,55%
Buenópolis	9.150	10.292	-11,10%	25,10%
Caetanópolis	11.435	10.218	11,91%	31,37%
Cordisburgo	7.547	8.667	-12,92%	20,70%
Corinto	23.532	23.914	-1,60%	64,55%
Curvelo	80.665	74.219	8,69%	221,26%
Diamantina	47.702	45.880	3,97%	130,85%
Felixlândia	13.978	14.121	-1,01%	38,34%
Inimutaba	7.371	6.724	9,62%	20,22%
Jequitibá	5.883	5.156	14,10%	16,14%
Monjolos	2.169	2.360	-8,09%	5,95%
Morro da Garça	2.411	2.660	-9,36%	6,61%
Paraopeba	24.107	22.563	6,84%	66,13%
Presidente Juscelino	3.465	3.908	-11,34%	9,50%
Santana de Pirapama	7.030	8.009	-12,22%	19,28%
Santo Hipólito	2.717	3.238	-16,09%	7,45%
Três Marias	28.895	28.318	2,04%	79,26%
TOTAL	290.087	283.120	2,46%	-
Média	16.116	15.729	2,46%	44,21%

Fonte: IBGE

2.1.1. ATIVIDADE ECONÔMICA

A maioria das cidades CORESAB possuem sua base econômica em serviços e agropecuária, com alguns destaques no setor industrial, como Corinto, Curvelo, Paraopeba e Três Marias, que consequentemente possuem uma menor dependência e contribuição de receita externa (receitas provenientes de transferências federais e estaduais).

Tabela 2: Dados Econômicos Cidades CORESAB

Município	Emancipação	Base Econômica (2020)	Receita Externa (2022)	PIB Per Capita (2021)	Salário Médio (2021)	População Ocupada (2021)
Augusto de Lima	1962, desmembrada de Buenópolis.	Serviços e Agropecuária	80,33%	R\$ 18.423,57	1,6 SM	13,20%
Balhim	1949, desmembrada de Jaboticatubas	Serviços e Agropecuária	90,32%	R\$ 25.871,06	2,0 SM	27,90%
Buenópolis	1938, desmembrada de Diamantina	Serviços e Agropecuária	83,84%	R\$ 17.474,86	1,6 SM	9,80%
Caetanópolis	1954, desmembrada de Paraopebas	Serviços e Agropecuária	87,26%	R\$ 26.561,99	1,7 SM	20,65%
Cordisburgo	1938, desmembrada de Paraopebas	Serviços e Agropecuária	85,35%	R\$ 16.419,95	1,6 SM	9,52%
Corinto	1923, desmembrada de Curvelo	Indústria e Serviços	79,27%	R\$ 25.937,03	1,7 SM	14,93%
Curvelo	1831, desmembrada de Sabará	Serviços e Indústria	74,72%	R\$ 27.509,61	1,8 SM	25,52%
Diamantina	1831, desmembrada de Vila do Sêro	Serviços e Administração	77,05%	R\$ 20.537,92	2,9 SM	23,37%
Felixlândia	1948, desmembrada de Curvelo	Serviços e Agropecuária	75,98%	R\$ 18.106,34	1,9 SM	16,85%
Inimutaba	1962, desmembrada de Curvelo	Administração e Serviços	90,06%	R\$ 11.931,24	1,5 SM	11,97%
Jequitibá	1948, desmembrada de Sete Lagoas	Serviços e Agropecuária	89,50%	R\$ 24.253,55	1,6 SM	19,62%
Monjolos	1962, desmembrada de Diamantina	Administração e Serviços	91,83%	R\$ 21.433,52	1,9 SM	13,87%
Morro da Garça	1962, desmembrada de Curvelo	Administração e Agropecuária	91,83%	R\$ 21.156,64	1,6 SM	14,21%
Paraopeba	1911, desmembrado de Sete Lagoas	Serviços e Indústria	75,10%	R\$ 36.955,29	2,1 SM	34,29%
Presidente Juscelino	1964, desmembrado de Axixá	Serviços e Agropecuária	90,18%	R\$ 13.744,52	1,6 SM	13,30%
Santana de Pirapama	1948, desmembrada de Cordisburgo	Administração e Agropecuária	92,75%	R\$ 15.479,54	1,7 SM	7,67%
Santo Hipólito	1962, Desmembrada de Corinto	Administração e Serviços	94,53%	R\$ 16.491,40	1,7 SM	11,60%
Três Marias	1962, Desmembrada de Corinto	Indústria e Serviços	73,29%	R\$ 95.324,95	2,2 SM	24,10%
Minas Gerais	-	-	-	R\$ 40.052,13	2,1 SM	50,14%

Fonte: IBGE, TCE-MG, SEBRAE

Alguns desafios a serem considerados são que quase todas as cidades CORESAB possuem seu PIB per capita, salário médio e população ocupada abaixo da média do estado de Minas Gerais, ou seja, trazem particularidades perante sua própria região e possivelmente uma menor capacidade da população de absorver aumento de tarifas.

2.1.2.DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Conforme apontado na Tabela 3, o grupo das Cidades CORESAB possui área extensa, com baixa área urbanizada e baixa densidade demográfica. O percentual de área urbanizada do grupo é 21% menor do que a média nacional e 80% menor do que a média de Minas Gerais, enquanto a densidade demográfica de 12,41 é 1,9 e 2,8 vezes menor do que a média nacional e do estado de Minas Gerais, respectivamente.

Esses dados sugerem desafios logísticos para identificar a maneira mais eficiente de modelo de RSU para o CORESAB. De fato, atualmente seis cidades transportam seus resíduos sólidos a mais de 90Km de distância (Monjolos e Buenópolis enviam RSU para o município de Montes Claros, a uma distância de 271 e 153 quilômetros respectivamente; enquanto Cordisburgo, Jequitibá e Balhim transportam para Sabará, a uma distância de 132, 109 e 98 quilômetros respectivamente; e, por fim, Santana de Pirapama, que destina seus resíduos ao município de Betim, a uma distância de 160km).

Tabela 3: Dados Demográficos Cidades CORESAB

Município	Área (km2 2022)	Área Urbanizada (km2 2019)	Área Urbanizada vs Área Total	População (2022)	Densidade demográfica (hab/km2 2022)
Augusto de Lima	1.254,83	2,06	0,16%	4.538	3,62
Baldim	556,27	3,27	0,59%	7.492	13,47
Buenópolis	1.599,88	2,27	0,14%	9.150	5,72
Caetanópolis	156,04	8,36	5,36%	11.435	73,28
Cordisburgo	823,65	3,14	0,38%	7.547	9,16
Corinto	2.525,40	6,87	0,27%	23.532	9,32
Curvelo	3.296,20	23,63	0,72%	80.665	24,47
Diamantina	3.891,66	11,98	0,31%	47.702	12,26
Felixlândia	1.554,63	9,29	0,60%	13.978	8,99
Inimutaba	527,06	2,67	0,51%	7.371	13,99
Jequitibá	445,03	4,90	1,10%	5.883	13,22
Monjolos	650,91	0,74	0,11%	2.169	3,33
Morro da Garça	414,77	0,90	0,22%	2.411	5,81
Paraopeba	625,62	8,06	1,29%	24.107	38,53
Presidente Juscelino	695,88	1,02	0,15%	3.465	4,98
Santana de Pirapama	1.255,83	1,61	0,13%	7.030	5,60
Santo Hipólito	430,66	1,36	0,32%	2.717	6,31
Três Marias	2.678,25	12,17	0,45%	28.895	10,79
TOTAL	23.382,57	104,30	0,45%	290.087	12,41
Média	1.299,03	5,79	0,45%	16.116	12,41
Minas Gerais	586.513,98	4.699,69	0,80%	20.539.989	35,02
Brasil	8.510.417,77	45.945,00	0,54%	203.080.756	23,86

Fonte: IBGE

2.2. INVESTIMENTOS EM MRSU

Antes de analisar investimentos e despesas dos municípios do CORESAB, é necessário entender a situação atual do SMRSU em cada município. Com os dados coletados via entrevistas e questionários (tanto da equipe Econômico-Financeira, quanto da Técnico-Operacional), pode ser descrita a situação atual do serviço nas cidades:

- Quanto a coleta de RDOs:
 - Quinze cidades possuem equipe própria para realizar coleta dos materiais, enquanto as cidades de Corinto, Diamantina e Felixlândia possuem terceiros para realizar o serviço;
- Quanto ao Transporte até a Destinação Final:
 - Treze cidades possuem equipe própria para realizar o transporte dos materiais, enquanto as cidades de Baldim, Corinto, Diamantina, Jequitibá e Santana de Pirapama possuem terceiros para realizar o serviço;
- Quanto a destinação final:
 - seis cidades (Baldim, Buenópolis, Cordisburgo, Jequitibá, Monjolos e Santana de Pirapama) que não possuem estruturas ou que foram

desativadas e enviam seus resíduos para aterros particulares em outros municípios;

- seis cidades (Augusto de Lima, Caetanópolis, Corinto, Diamantina, Santo Hipólito e Três Marias) possuem lixões, dos quais cinco estão com sua vida útil exaurida ou sem informação;
- seis cidades (Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Morro da Garça, Paraopeba e Presidente Juscelino) possuem aterros, porém o único local apropriado para uma disposição final adequada dos resíduos em Aterro Sanitário (no território abrangido pelo CORESAB) está localizado em Curvelo.

O baixo nível de investimento, apresentado na Tabela 4, corrobora para explicar a situação atual. Os investimentos em MRSU das Cidades CORESAB nos últimos 3 anos foram realizados de forma pontual, com apenas sete das 18 cidades realizando algum tipo de investimento relevante em infraestrutura do SMRSU (Baldim, Buenópolis, Curvelo, Jequitibá, Monjolos, Morro da Garça e Presidente Juscelino), além de duas cidades que receberam doações de caminhões para uso em SMRSU (Caetanópolis e Santo Hipólito).

Tabela 4: Histórico de Investimentos com RSU das Cidades CORESAB

Municípios	2021	2022	2023	Detalhamento dos investimentos	Fonte de Recurso
Augusto de Lima	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Baldim	R\$ 11,000	R\$ 18,500	R\$ -	Não identificado	Recursos próprios e de taxas
Buenópolis	R\$ 8,793	R\$ 20,950	R\$ -	Não identificado	Recursos próprios e de taxas
Caetanópolis	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,076,291	2 Caminhões Coletores Compactadores de Lixo, com acoplamentos	Doação da Vale referente ao Projeto Rio Paraopeba
Cordisburgo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	2019: Aquisição de caminhão compactador (R\$ 335.000,00)	Licitação 021/2019; adesão a ata de registro de preço 012/2019
Corinto	R\$ 900	R\$ -	R\$ -		
Curvelo	R\$ 1,172,800	R\$ 139,000	R\$ 1,236,673	2021: aquisição de 1 caminhão limpa-fossa e 2 caminhões compactadores de lixo trucados 2022: aquisição de 30 caçambas para armazenamento de resíduos sólidos de construção civil nos ecopontos 2023: aquisição de 2 caminhões gaiola para coleta seletiva e 1 caminhão poliguindaste para atender às demandas dos ecopontos, além de obras nos ecopontos (investimento realizados por terceiros)	2021: Fonte 1.00.00 - Recursos Ordinários; 2022 e 2023: Fonte 1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos
Diamantina	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Felixlândia	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Inimutaba	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Jequitibá	R\$ -	R\$ -	R\$ 130,848	Construção de um galpão em estrutura metálica coberta, para armazenamento e manejo de materiais	Recursos próprios, emendas parlamentares e de taxas
Monjolos	R\$ 188,333	R\$ 188,333	R\$ 188,333	Aquisição de um caminhão compactador R\$565.000,00 entre 2021 a	Recursos próprios e de taxas
Morro da Garça	R\$ 23,880	R\$ 23,880	R\$ 23,880	Não identificado	Recursos próprios e de taxas
Paraopeba	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Presidente Juscelino	R\$ 4,650	R\$ 196,931	R\$ 27,106	2021: instalações de lixeiras 2022: Construção de Galpão de Reciclagem de lixo (R\$ 191.851,31) e Instalações de lixeiras (R\$ 5.080,00) 2023: Construção de Galpão de Reciclagem de Lixo (R\$ 20.505,76) e Instalações de Lixeiras (R\$ 6.600,00)	Taxas pela prestação de serviços e complementarmente parte dos recursos do FPM, ICMS, e IPVA
Santana de Pirapama	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Santo Hipólito	R\$ -	R\$ -	R\$ -	2023: Caminhão foi doado para uso no RSU	Não disponibilizado
Três Marias ¹	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
TOTAL	R\$ 1,410,356	R\$ 587,595	R\$ 2,683,131		
Média	R\$ 78,353	R\$ 32,644	R\$ 149,063		

Fonte: Cidades CORESAB

Obs: 1- Município de Três Marias não discriminou Investimentos e Despesas, então dados enviados foram considerados 100% como Despesas.

Metade das cidades do CORESAB não possui uma previsão estruturada de investimentos necessários para manter ou aprimorar a estrutura atual de SMRSU. Da outra metade, sete cidades têm valores orçados para investimentos, mas ainda não têm determinada a finalidade

do recurso. As exceções são as cidades de Baldim e Curvelo, que têm orçamento e previsão de uso, com obras previstas e orçamentos estruturados. No total, as cidades do CORESAB possuem R\$ 3,8 milhões orçados para investimentos em SMRSU, dos quais R\$2,5 milhões estão previstos para 2024.

Tabela 5: Projeção de Investimentos com RSU das Cidades CORESAB

Municípios	2024	2025	2026	Detalhamento dos investimentos
Augusto de Lima	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Baldim	R\$ 120,000	R\$ 15,000	R\$ 450,000	Valor previsto para o ano de 2024 para construção do centro de transbordo.
Buenópolis	R\$ 3,000	R\$ -	R\$ -	Valor previsto para 2026 para construção do centro de reciclagem
Caetanópolis	R\$ -	R\$ -	R\$ -	A informação do exercício de 2024 é com base no orçamento;
Cordisburgo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Corinto	R\$ 347,401	R\$ 364,771	R\$ 383,010	A informação do exercício de 2024 é com base no orçamento
Curvelo	R\$ 816,361	R\$ -	R\$ -	Os investimentos em 2024 referem-se à finalização das obras dos ecopontos e ao licenciamento ambiental e projetos de engenharia necessários à implantação do aterro de resíduos de construção civil
Diamantina	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Felixlândia	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Inimutaba	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Jequitibá	R\$ 10,000	R\$ 13,000	R\$ 15,500	Informação com base no orçamento
Monjolos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Morro da Garça	R\$ 35,880	R\$ 35,880	R\$ 35,880	Informação com base no orçamento
Paraopeba	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Presidente Juscelino	R\$ 85,000	R\$ -	R\$ -	Informação com base no orçamento
Santana de Pirapama	R\$ 45,350	R\$ -	R\$ -	Informação com base no orçamento
Santo Hipólito	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Três Marias	R\$ 1,036,000	R\$ -	R\$ -	Informação com base no orçamento
TOTAL	R\$ 2,498,993	R\$ 428,651	R\$ 884,390	
Média	R\$ 138,833	R\$ 23,814	R\$ 49,133	

Fonte: Cidades CORESAB

Mas a situação atual exige que investimentos sejam feitos de forma mais agressiva para manter o serviço cumprindo as metas e ações necessárias para atender às diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11.445/2007 e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos nº 12.305/2010.

Isso fica comprovado pelo fato de que pelo menos quinze dos dezoito municípios do CORESAB possuem TACs, ação civil pública, inquéritos civis, PRADs ou Ofícios relativos a melhorias nos SMRSU das cidades. Além disso, a maior parte dos municípios têm em seu Plano Municipal de Saneamento Básico os conceitos de urgência e emergência com exceção de Monjolos, Santo Hipólito e Três Marias.

Considerando o status atual e a necessidade de ajustar as operações de SMRSU, foi realizado pelo time técnico operacional uma estimativa de ajustes, contemplando três fatores: Custo de destinação e transporte nas cidades que precisam destinar seus resíduos em locais adequados (no caso todos com exceção de Curvelo), reinvestimentos necessários em caminhões de coleta e investimento para apoio de remediação de lixões e aterros existentes. Considerando que os dois últimos fatores são investimentos, podemos projetar valores de

investimentos mais condizentes com as necessidades dos municípios do que os valores previstos.

Para o cálculo de Reinvestimentos em Caminhões de Coleta foram consideradas como premissa a reposição de 1/3 da frota a partir de 2025, com no mínimo a recompra de um veículo, nas cidades em que a coleta é própria. O custo de um caminhão coletor de 19m³² foi considerado de R\$ 526.087,00. A exceção dessa regra foi feita para as cidades de Caetanópolis, Cordisburgo, Curvelo, Monjolos e Santo Hipólito, que adquiriram ou receberam doação de caminhões entre 2021 e 2023, e nas cidades de Corinto, Diamantina e Felixlândia, que possuem serviço privado. A tabela 6 mostra os valores projetados para os anos de 2024 a 2026.

Já no cálculo de Apoio de Remediação, foi assumido um custo do projeto por m², onde a metragem de cada lixão / aterro foi informada por cada cidade. Para as cidades que não informaram metragem, foi assumido uma área aproximada baseada na população da cidade. Como mencionado previamente, não foram considerados custos para cidade de Curvelo porque a cidade apresenta Aterro apropriado para destinação de RSU. A tabela 7 mostra os valores projetados por cidade para os investimentos em apoio de remediação de lixões e aterros.

Tabela 6: Reinvestimentos em Caminhões de Coleta

Municípios CORESAB	Prestador	Frota - Ano 2023	Investimentos			
			Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	TOTAL
Augusto de Lima	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Baldim	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Buenópolis	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Caetanópolis	Próprio	2 Caminhões	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Cordisburgo	Próprio	2 Caminhões	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Corinto	Privado	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Curvelo	Próprio	7 Caminhões	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Diamantina	Privado	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Felixlândia	Privado	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inimutaba	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Jequitibá	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Monjolos	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Morro da Garça	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Paraopeba	Próprio	3 Caminhões	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Presidente Juscelino	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Santana de Pirapama	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Santo Hipólito	Próprio	1 Caminhão	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Três Marias	Próprio	3 Caminhões	R\$ -	R\$ 526,087	R\$ -	R\$ 526,087
Total			R\$ -	R\$ 5,260,870	R\$ -	R\$ 5,260,870

Fonte: Consultoria Cidade Limpa - Equipe Técnico-Operacional

Tabela 7: Investimentos em Apoio para Remediação de Lixões e Aterros Existente

Município	População (hab.)	Lixões e Aterros Existentes	Área Estimada do local (ha)	Custo (R\$)
Augusto de Lima	4,538	Lixão	24.20	9,144,212
Baldim	7,492	Aterro Controlado	2.00	755,720
Buenópolis	9,150	Lixão	12.10	4,572,106
Caetanópolis	11,435	Lixão	3.54	1,337,624
Cordisburgo	7,547	Aterro Controlado	2.20	831,292
Corinto	23,532	Lixão	2.50	944,650
Curvelo	80,665	Aterro Sanitário	77.50	-
Diamantina	47,702	Lixão	12.00	4,534,320
Felixlândia	13,978	Aterro Controlado	10.00	3,778,600
Inimutaba	7,371	Aterro Controlado	3.50	1,322,510
Jequitibá	5,883	Aterro Controlado Encerrado (Atual UTC)	8.00	3,022,880
Monjolos	2,169	Lixão	não informado	838,060
Morro da Garça	2,411	Aterro Controlado	5.50	2,078,230
Paraopeba	24,107	Aterro Controlado	9.00	3,400,740
Presidente Juscelino	3,465	Aterro Controlado	não informado	1,338,820
Santana de Pirapama	7,030	Lixão	não informado	2,716,280
Santo Hipólito	2,717	Lixão	não informado	1,049,800
Três Marias	28,895	Lixão	6.00	2,267,160
Total				43,933,004

Fonte: Consultoria Cidade Limpa - Equipe Técnico-Operacional

Considerando os custos projetados, a tabela 8 mostra a diferença de investimentos considerando a estimativa do time técnico-operacional versus a projeção enviada por cada cidade. Os números mostram que existe uma diferença de aproximadamente 12 vezes (1190%) entre o estimado pela Consultoria e o projetado pelas cidades, com apenas Corinto e Curvelo com estimativas próximas do estimado.

Tabela 8: Investimentos Projetados e Estimados pela Consultoria Cidade Limpa

Municípios	Estimativa Técnico-Operacional			Projeções Cidades		Diferença (%)
	Reinvestimentos Caminhões	Apoio para Remediação	Total (2024-26)	Total (2024-26)		
Augusto de Lima	R\$ 526,087	R\$ 9,144,212	R\$ 9,670,299	R\$ -	-	-
Baldim	R\$ 526,087	R\$ 755,720	R\$ 1,281,807	R\$ 585,000	119%	
Buenópolis	R\$ 526,087	R\$ 4,572,106	R\$ 5,098,193	R\$ 3,000	169840%	
Caetanópolis	R\$ -	R\$ 1,337,624	R\$ 1,337,624	R\$ -	-	
Cordisburgo	R\$ -	R\$ 831,292	R\$ 831,292	R\$ -	-	
Corinto	R\$ -	R\$ 944,650	R\$ 944,650	R\$ 1,095,182	-14%	
Curvelo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 816,361	-100%	
Diamantina	R\$ -	R\$ 4,534,320	R\$ 4,534,320	R\$ -	-	
Felixlândia	R\$ -	R\$ 3,778,600	R\$ 3,778,600	R\$ -	-	
Inimutaba	R\$ 526,087	R\$ 1,322,510	R\$ 1,848,597	R\$ -	-	
Jequitibá	R\$ 526,087	R\$ 3,022,880	R\$ 3,548,967	R\$ 38,500	9118%	
Monjolos	R\$ -	R\$ 838,060	R\$ 838,060	R\$ -	-	
Morro da Garça	R\$ 526,087	R\$ 2,078,230	R\$ 2,604,317	R\$ 107,640	2319%	
Paraopeba	R\$ 526,087	R\$ 3,400,740	R\$ 3,926,827	R\$ -	-	
Presidente Juscelino	R\$ 526,087	R\$ 1,338,820	R\$ 1,864,907	R\$ 85,000	2094%	
Santana de Pirapama	R\$ 526,087	R\$ 2,716,280	R\$ 3,242,367	R\$ 45,350	7050%	
Santo Hipólito	R\$ -	R\$ 1,049,800	R\$ 1,049,800	R\$ -	-	
Três Marias	R\$ 526,087	R\$ 2,267,160	R\$ 2,793,247	R\$ 1,036,000	170%	
TOTAL	R\$ 5,260,870	R\$ 43,933,004	R\$ 49,193,874	R\$ 3,812,033	1190%	

Fonte: Cidades CORESAB, Consultoria Cidade Limpa - Equipe Técnico-Operacional

2.3. DESPESAS COM SMRSU

2.3.1. EVOLUÇÃO DE DESPESAS

As despesas totais com SMRSU (coleta, transporte, transbordo, disposição final) em cada município dependem de diversos fatores, e em determinados casos, não foi possível obter dados com precisão das despesas específicas com RSU, especialmente em cidades menores, onde os funcionários equilibram diversas funções.

Isso posto, com os dados disponibilizados das cidades CORESAB na Tabela 9, já é possível identificar alguns pontos relevantes de evolução nas Despesas:

- Despesa total de R\$ 23.160.701 nas 18 cidades, com alta dispersão de gastos entre municípios: por exemplo, os R\$ 106.625 de despesa de Inimutaba são o menor valor computado, versus R\$ 5.544.885 de gastos com RSU de Curvelo;
- Apesar de o tamanho da população influenciar no nível de gastos com RSU, ainda existe uma disparidade grande de despesa por habitante em cidades com população parecida (ex.: Augusto de Lima com R\$ 165,4 por habitante versus Jequitibá com R\$ 31,90 por habitante), o que pode indicar ou uma grande heterogeneidade entre nível de serviço e, principalmente, complexidade de operação, ou uma inveracidade nas informações, o que prejudica as conclusões do Diagnóstico;
- As despesas tiveram um aumento substancial de 2022 versus 2021 (crescimento de 39,65%), mas o crescimento em 2023 foi mais comedido (7,15% versus 2022);

Tabela 9: Despesas Nominais vs Despesas por Habitante Cidades CORESAB

Municípios	2021	2022	2023	Detalhamento das despesas
Augusto de Lima	R\$ 292,538	R\$ 502,189	R\$ 750,698	Houve um aumento no quadro de pessoas e melhoria no atendimento dos RSU, para justificar o aumento das despesas
Balhim	R\$ 163,192	R\$ 285,842	R\$ 430,089	
Buenópolis	R\$ 655,442	R\$ 681,641	R\$ 745,100	
Caetanópolis	R\$ 74,539	R\$ 81,193	R\$ 201,344	Em 2023 houve doação de 1 caminhão, aumentando custos relativos a manutenção/seguros/combustíveis. Além disso, houve adição de 1 motorista e 2 coletores, o que justifica o aumento de despesas
Cordisburgo ¹	R\$ 265,787	R\$ 280,755	R\$ 288,014	
Corinto	R\$ 840,057	R\$ 1,164,724	R\$ 1,263,343	
Curvelo	R\$ 2,818,078	R\$ 3,627,767	R\$ 5,544,885	
Diamantina	R\$ 2,028,595	R\$ 5,202,671	R\$ 2,905,378	Em 2022 houve alteração dos valores dos contratos dos prestadores de serviços que tiveram reajuste significativo, e também a reforma administrativa que aumentou o numero de cargos e vencimentos. Em 2023 prefeitura entrou em regime de contenção de gastos
Felixlândia	R\$ 791,689	R\$ 845,939	R\$ 1,019,563	
Inimutaba	R\$ 68,832	R\$ 59,565	R\$ 106,625	
Jequitibá	R\$ 171,746	R\$ 191,796	R\$ 187,759	
Monjolos ²	R\$ 305,526	R\$ 435,673	R\$ 547,787	Coleta 3 vezes na semana, parte da manhã. Salário motorista anual: R\$26.119,29; Pessoal da coleta R\$38.043,48; Valor aproximado de taxa RSU R\$24.148,8
Morro da Garça	R\$ 90,646	R\$ 104,995	R\$ 116,550	
Paraopeba	R\$ 2,523,621	R\$ 2,699,060	R\$ 2,966,807	O custo das despesas realizadas em 2021 e 2022 são estimados, pois não havia apropriação específica para as mesmas
Presidente Juscelino	R\$ 407,937	R\$ 554,225	R\$ 714,067	
Santana de Pirapama	R\$ 160,876	R\$ 190,200	R\$ 199,992	
Santo Hipólito	R\$ 388,009	R\$ 463,304	R\$ 459,358	
Três Marias ³	R\$ 3,430,521	R\$ 4,243,494	R\$ 4,713,343	
TOTAL	R\$ 15,477,630	R\$ 21,615,033	R\$ 23,160,701	
Média	R\$ 859,868	R\$ 1,200,835	R\$ 1,286,706	

Fonte: Cidades CORESAB

2.3.2. RELEVÂNCIA DE CONTRATO DE TERCEIROS

Um fator importante de diagnóstico das despesas é entender os custos vinculados a contratos com terceiros. Essas despesas são relevantes porque podem representar um possível passivo caso os contratos vigentes prevejam uma multa em caso de rompimento prévio, o que seria necessário caso uma licitação fosse aprovada no Consórcio. É importante também entender o quão dependente o município é de estrutura própria, o que pode acarretar dificuldades na transição tanto dos equipamentos quanto das pessoas contratadas. Observando a tabela 10 com os valores dos contratos, podemos observar que as cidades de Balhim, Buenópolis, Caetanópolis, Diamantina, Jequitibá e Santana de Pirapama possuem alta relevância de serviços terceirizados, com mais de 50% dos gastos sendo alocados para pagamento dos contratos, com Buenópolis, Caetanópolis e Jequitibá com valores contratuais

mais altos do que as despesas reportadas, o que possivelmente indica inconsistências nos valores reportados.

Uma cidade que talvez demande atenção é Diamantina, que possui treze contratos diferentes assinados em relação ao SMRSU, o que pode trazer complexidade na transição para um novo fornecedor. Por outro lado, as cidades de Augusto de Lima, Curvelo, Inimutaba, Paraopeba, Presidente Juscelino, Santo Hipólito e Três Marias possuem serviços 100% próprios, com zero gastos em serviços terceiros. As informações detalhadas de cada contrato podem ser encontradas no ANEXO II deste relatório.

Tabela 10: Valores contratuais dos SMRSU nas Cidades CORESAB

Municípios	Despesas Totais Reportadas 2023	Valor Contratual Terceiros ¹	% Custos Terceiros	Contratos existentes [# do contrato]
Augusto de Lima	R\$ 750,698	R\$ -	0%	
Baldim	R\$ 430,089	R\$ 412,671	96%	1- Terraviva Ambiental Ltda EPP - Transporte até Destinação Final [217/2021] 2- Orbis Ambiental S/A - Disposição Final e Tratamento RSU [166/2021]
Buenópolis	R\$ 745,100	R\$ 896,000	120%	1- Viasolo Engenharia Ambiental S/A - Disposição Final e Tratamento RSU [sem #/2022]
Caetanópolis	R\$ 201,344	R\$ 665,000	330%	1- Essencis MG Soluções Ambientais S/A - Disposição Final e Tratamento RSU [094/2023 - código Registro de Preços]
Cordisburgo	R\$ 288,014	R\$ 136,800	47%	1- Proambiental LTDA - Coleta, Transporte e Tratamento de RSS [005/2024] 2- Orbis Ambiental S/A - Disposição Final e Tratamento RSU [04/2024]
Corinto	R\$ 1,263,343	R\$ 250,000	20%	1- Objetiva Services Eireli - Coleta e Transporte de RSU [081/2019]
Curvelo	R\$ 5,544,885	R\$ -	0%	
Diamantina	R\$ 2,905,378	R\$ 1,979,896	68%	1- Horizontes Empreendimentos em Construções Eirele - Desmatamento e Limpeza de Terreno Margem de Córregos [016/2022] 2- Horizontes Empreendimentos em Construções Eirele - Limpeza de Margem de Córregos, incluindo Capina, Roçada e Remoção dos Resíduos [114/2022] 3- Dionizio Ferreira de Jesus - Capina de Logradouros Públicos Pavimentados e Caiação e Pintura de meio fio [017/2022] 4- Real Serviços e Construções LTDA - Poda de Árvores [018/2022] 5- Ferreira Construções e Serviços LTDA - Capina de Logradouros Públicos Pavimentados e Não Pavimentados, incluindo Execução e Remoção dos Resíduos [113/2022] 6- Conservita Gestão e Serviços Ambientais LTDA - Coleta e Transporte até o Destino Final de Resíduos Domiciliares, Comerciais e Públicos [034/2020] 7- Marcos Maciel Soares ME - Execução de Manejo do Aterro Controlado [037/2020] 8- Ademair de Jesus Silva - Coleta de lixo no Distrito Desembargador Otoni [180/2020] 9- Maerte Danilo Valadares - Coleta de lixo Distrito Conselheiro Mata [182/2020] 10- Silvio Pereira dos Santos - Coleta de Lixo Distrito Senador Mourão [183/2020] 11- Aroldo Cesar de Paula Machado - Coleta de lixo Distrito Extração [184/2020] 12- Wilson Faustino - Coleta de lixo Distrito São João da Chapada [185/2020] 13- Acord - Coleta, ao Transporte, à Triagem, ao Armazenamento Temporário e à Destinação Final Adequada de RSS, Recicláveis e Reutilizáveis [183/2021]
Felixlândia	R\$ 1,019,563	R\$ 54,406	5%	1- Avelar Limpeza Urbana Eireli - Coleta de lixo urbano, distritos e povoados [003/2022]
Inimutaba	R\$ 106,625	R\$ -	0%	
Jequitibá	R\$ 187,759	R\$ 207,562	111%	1- Terraviva Ambiental Ltda EPP - Transporte até Destinação Final [059/2022] 2- Orbis Ambiental S/A - Disposição Final e Tratamento RSU [088/2021] 3- Ambietec soluções em Resíduos LTDA - Coleta, Transporte e tratamento de RSS [028/2023]
Monjolos	R\$ 547,787	R\$ 124,416	23%	1- Viasolo Engenharia Ambiental S/A - Disposição Final e Tratamento RSU [043/2022]
Morro da Garça	R\$ 116,550	R\$ 13,200	11%	1- Serquip Tratamento de Resíduos MG LTDA - Coleta, Transporte e tratamento de RSS [120/2022]
Paraopeba	R\$ 2,966,807	R\$ -	0%	
Presidente Juscelino	R\$ 714,067	R\$ -	0%	
Santana de Pirapama	R\$ 199,992	R\$ 196,560	98%	1- Terraviva Ambiental Ltda EPP - Transporte até Destinação Final [003/2020] 2- Essencis Betim - Disposição Final e Tratamento RSU [002/2020]
Santo Hipólito	R\$ 459,358	R\$ -	0%	
Três Marias	R\$ 4,713,343	R\$ -	0%	
TOTAL	R\$ 23,160,701	R\$ 4,936,511	21%	

Fonte: Cidades CORESAB

Obs: 1- Valor do último contrato / aditivo assinado entre as partes

2.3.3. PROJEÇÕES DE DESPESAS

Olhando para os dados disponibilizados, as projeções de despesa dos municípios diferem bastante do crescimento histórico, com cidades como Jequitibá projetando crescimento de despesa dez vezes maior que a média histórica e Diamantina, prevendo redução de 80,20% nas despesas versus crescimento de 19,68% de 2021 para 2023 (dados da Tabela 11).

Tabela 11: Evolução Histórica de Despesas vs Projeções Cidades CORESAB

Municípios	Despesas Históricas			Projeção de Despesas ¹				Comparativo de Crescimento (Projeções vs Histórico)
	2021	2023	Crescimento Anualizado (2023 x 2021)	2024	2025	2026	Crescimento Anualizado Projetado	
Augusto de Lima	R\$ 292.538	R\$ 750.698	60,19%	R\$ 788.232	R\$ 827.644	R\$ 869.026	5,00%	0,08
Baldim	R\$ 163.192	R\$ 430.089	62,34%	R\$ 470.089	R\$ 510.089	R\$ 560.089	9,20%	0,15
Buenópolis	R\$ 655.442	R\$ 745.100	6,62%	R\$ 841.000	R\$ -	R\$ -	12,87%	1,94
Caetanópolis	R\$ 74.539	R\$ 201.344	64,35%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-
Cordisburgo ²	R\$ 265.787	R\$ 288.014	4,10%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-
Corinto	R\$ 840.057	R\$ 1.263.343	22,63%	R\$ 1.312.000	R\$ 1.377.600	R\$ 1.446.480	4,62%	0,20
Curvelo	R\$ 2.818.078	R\$ 5.544.885	40,27%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-
Diamantina	R\$ 2.028.595	R\$ 2.905.378	19,68%	R\$ 575.219	R\$ -	R\$ -	-80,20%	4,08
Felixlândia	R\$ 791.689	R\$ 1.019.563	13,48%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-
Inimutaba	R\$ 68.832	R\$ 106.625	24,46%	R\$ 333.500	R\$ 348.508	R\$ 364.190	50,60%	2,07
Jequitibá	R\$ 171.746	R\$ 187.759	4,56%	R\$ 485.000	R\$ 543.030	R\$ 593.580	46,77%	10,26
Monjolos	R\$ 305.526	R\$ 547.787	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-
Morro da Garça	R\$ 90.646	R\$ 116.550	13,39%	R\$ 130.705	R\$ 140.643	R\$ 151.295	9,09%	0,68
Paraopeba	R\$ 2.523.621	R\$ 2.966.807	8,43%	R\$ 3.705.000	R\$ -	R\$ -	24,88%	2,95
Presidente Juscelino	R\$ 407.937	R\$ 714.067	32,30%	R\$ 790.100	R\$ -	R\$ -	10,65%	0,33
Santana de Pirapama	R\$ 160.876	R\$ 199.992	11,50%	R\$ 75.922	R\$ -	R\$ -	-62,04%	5,40
Santo Hipólito	R\$ 388.009	R\$ 459.358	8,81%	R\$ 455.427	R\$ -	R\$ -	-0,86%	0,10
Três Marias	R\$ 3.430.521	R\$ 4.713.343	17,22%	R\$ 4.866.000	R\$ -	R\$ -	3,24%	0,19

Fonte: Cidades CORESAB

Obs: 1- Células em branco representam valores que não foram informados, dado que algumas prefeituras ainda não possuem projeções consolidadas para os próximos 3 anos

2- Despesas com manutenção, combustível e diárias/ajuda de funcionários foram rateadas de 21-23, dado que informação repassada contempla apenas o total gasto nos 3 anos

Para fazer uma projeção mais assertiva, foi realizada uma estimativa levando em consideração três fatores: nível de despesa base em 2023 para cada município, evolução populacional e reajuste de preços. A premissa do nível de despesa é que a despesa de cada município deve ser no mínimo igual à soma dos contratos existentes. Quanto à evolução populacional, foi considerado como premissa evolução da população de 2022 versus 2010 anualizada, enquanto o reajuste de preços foi baseado na projeção do IPCA pelo BACEN (relatório Focus de 17/05/2024). Considerando esses três fatores, podemos verificar que a projeção total dos custos em 2026 é de R\$ 26,7 milhões, o que representa um crescimento anualizado de 3,85% versus a despesa base de 2023 e 4,79% versus a despesa disponibilizada pelos municípios.

Tabela 12: Projeção de Despesas - Consultoria Cidade Limpa

Municípios	Despesa Base 2023	Fatores de correção - anual				Projeção de Despesas			
		Evolução populacional anual	IPCA 2024	IPCA 2025	IPCA 2026	2024	2025	2026	Crescimento Anualizado Projetado (vs 2023)
Augusto de Lima	R\$ 750,698	0.993	1.038	1.037	1.035	R\$ 773,472	R\$ 796,476	R\$ 818,267	2.91%
Baldim	R\$ 430,089	0.995	1.038	1.037	1.035	R\$ 444,403	R\$ 458,928	R\$ 472,831	3.21%
Buenópolis	R\$ 896,000	0.990	1.038	1.037	1.035	R\$ 920,977	R\$ 946,103	R\$ 969,666	2.67%
Caetanópolis	R\$ 665,000	1.009	1.038	1.037	1.035	R\$ 696,773	R\$ 729,643	R\$ 762,295	4.66%
Cordisburgo	R\$ 288,014	0.989	1.038	1.037	1.035	R\$ 295,531	R\$ 303,069	R\$ 310,080	2.49%
Corinto	R\$ 1,263,343	0.999	1.038	1.037	1.035	R\$ 1,309,592	R\$ 1,356,748	R\$ 1,402,352	3.54%
Curvelo	R\$ 5,544,885	1.007	1.038	1.037	1.035	R\$ 5,795,675	R\$ 6,054,307	R\$ 6,309,849	4.40%
Diamantina	R\$ 2,905,378	1.003	1.038	1.037	1.035	R\$ 3,025,586	R\$ 3,148,945	R\$ 3,269,753	4.02%
Felixlândia	R\$ 1,019,563	0.999	1.038	1.037	1.035	R\$ 1,057,409	R\$ 1,096,026	R\$ 1,133,425	3.59%
Inimutaba	R\$ 106,625	1.008	1.038	1.037	1.035	R\$ 111,527	R\$ 116,588	R\$ 121,596	4.48%
Jequitibá	R\$ 207,562	1.011	1.038	1.037	1.035	R\$ 217,831	R\$ 228,475	R\$ 239,085	4.83%
Monjolos	R\$ 547,787	0.993	1.038	1.037	1.035	R\$ 564,618	R\$ 581,630	R\$ 597,768	2.95%
Morro da Garça	R\$ 116,550	0.992	1.038	1.037	1.035	R\$ 119,992	R\$ 123,464	R\$ 126,743	2.83%
Paraopeba	R\$ 2,966,807	1.006	1.038	1.037	1.035	R\$ 3,096,579	R\$ 3,230,159	R\$ 3,361,707	4.25%
Presidente Juscelino	R\$ 714,067	0.990	1.038	1.037	1.035	R\$ 733,807	R\$ 753,657	R\$ 772,254	2.65%
Santana de Pirapama	R\$ 199,992	0.989	1.038	1.037	1.035	R\$ 205,348	R\$ 210,727	R\$ 215,745	2.56%
Santo Hipólito	R\$ 459,358	0.985	1.038	1.037	1.035	R\$ 469,894	R\$ 480,393	R\$ 489,991	2.18%
Três Marias	R\$ 4,713,343	1.002	1.038	1.037	1.035	R\$ 4,900,681	R\$ 5,092,519	R\$ 5,279,624	3.85%
TOTAL	R\$ 23,795,060					R\$ 24,739,694	25,707,857.83	26,653,031.08	3.85%

Fonte: Cidades CORESAB, BACEN, IBGE, Consultoria Cidade Limpa - Equipe Econômico-Financeira

2.4. FONTES DE RECEITA – ATUAL E PREVISTAS

O Governo Federal atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico através da Lei Federal N° 14.026, de 15 de julho de 2020, conhecida como o "Novo Marco do Saneamento Básico" e, dentro dessa nova legislação, foi prevista a cobrança da tarifa de lixo, que passou a ser obrigatória para todos os municípios brasileiros que ainda não a cobravam. Para estar apta a continuar recebendo os recursos do Governo Federal e do Governo Estadual, as prefeituras precisavam implantar a tarifa a partir de 2022.

Apesar da exigência, três das 18 Cidades CORESAB ainda não possuem cobrança da tarifa de lixo (também chamada de taxa de resíduos sólidos, taxas de RSU ou taxa de coleta de lixo): Augusto de Lima, Buenópolis e Corinto. Adicionalmente, nas 15 cidades que operam com a tarifa, a arrecadação proveniente da taxa não é suficiente para cobrir as despesas com RSU, conforme mostra a Tabela [149-abaxo](#). Apenas em Curvelo, Diamantina, Felixlândia, Paraopeba e Três Marias a arrecadação com a taxa de coleta de lixo corresponde a mais de 10% das despesas e, em nenhuma dessas cidades, a taxa cobre mais de 40% das despesas em 2023.

A principal fonte de receita dos municípios são recursos próprios oriundos de impostos (ISS e IPTU) e transferências voluntárias (ICMS, FPM), especialmente oriundas da Fonte 100. A Fonte 100 tem como origem principal a arrecadação de impostos e transferências constitucionais, cuja destinação, salvo as vinculações constitucionais, é o repasse aos outros poderes (duodécimos) e órgãos, folha de pagamento, transferências constitucionais a

municípios, serviço da dívida, custeio dos órgãos do poder executivo, contrapartida de convênios, dentre outras. São dessas fontes que provêm 86,23% dos recursos para pagamento das despesas com RSU.

Por fim, existem os Fundos Municipais de Saneamento Básico, regulamentados pela Arsa, os quais possibilitam que os municípios utilizem até 4% da receita líquida da COPASA-MG (valores por cidade exemplificados na Tabela 13). Esses fundos estão sendo utilizados principalmente para recuperação de áreas degradadas, investimentos para melhoria da infraestrutura nos aterros e compra de equipamentos que auxiliam na coleta de RSUs (caminhões, compactadoras), sendo fonte relevante para uso em investimentos e podendo ser futuramente utilizada para custear as despesas com RSU.

Tabela 13: Repasses do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Município	Ano de habilitação e início dos repasses	Processo SEI	Prestador	Percentual habilitado	Repasso Copasa-MG	Repasso Copanor-MG	Repasso anual total estimado(R\$)	Repasso mensal estimado
Curvelo	2019	2440.01.0000812/2018-45	Copasa	4%	R\$ 1.279.842	-	R\$ 1.279.842	R\$ 106.654
Felixlândia	2019	2440.01.0000884/2018-41	Copasa	4%	R\$ 156.893	-	R\$ 156.893	R\$ 13.074
Inimutaba	2019	2440.01.0000889/2018-03	Copasa	4%	R\$ 59.536	-	R\$ 59.536	R\$ 4.961
Presidente Juscelino	2019	2440.01.0000881/2018-25	Copasa	4%	R\$ 22.881	-	R\$ 22.881	R\$ 1.907
Três Marias	2019	2440.01.0000762/2018-37	Copasa	4%	R\$ 465.452	-	R\$ 465.452	R\$ 38.788
Cordisburgo	2020	2440.01.0000882/2018-95	Copasa	4%	R\$ 81.583	-	R\$ 81.583	R\$ 6.799
Diamantina	2020	2440.01.0001078/2019-38	Copasa e Copanor	4%	R\$ 649.699	R\$ 54.054	R\$ 703.753	R\$ 58.646
Morro da Garça	2020	2440.01.0000917/2018-23	Copasa	4%	R\$ 17.642	-	R\$ 17.642	R\$ 1.470
Augusto de Lima	2021	2440.01.0000348/2021-51	Copasa	4%	R\$ 30.698	-	R\$ 30.698	R\$ 2.558
Buenópolis	2021	2440.01.0000286/2021-76	Copasa	4%	R\$ 105.075	-	R\$ 105.075	R\$ 8.756
Caetanópolis	2021	2440.01.0000293/2021-81	Copasa	4%	R\$ 99.392	-	R\$ 99.392	R\$ 8.283
Corinto	2021	2440.01.0000301/2021-59	Copasa	4%	R\$ 323.279	-	R\$ 323.279	R\$ 26.940
Paraopeba	2021	2440.01.0000416/2021-58	Copasa	4%	R\$ 249.653	-	R\$ 249.653	R\$ 20.804
Santana de Pirapama	2021	2440.01.0000360/2021-18	Copasa	4%	R\$ 32.142	-	R\$ 32.142	R\$ 2.679
Santo Hipólito	2021	2440.01.0000075/2021-50	Copasa	4%	R\$ 29.799	-	R\$ 29.799	R\$ 2.483
Baldim	Em habilitação		Copasa	4% ¹	R\$ 50.041	-	R\$ 50.041	R\$ 4.170
Jequitibá	Em habilitação		Copasa	4% ¹	R\$ 30.466	-	R\$ 30.466	R\$ 2.539
Monjolos	Em habilitação		Copasa	4% ¹	R\$ 15.738	-	R\$ 15.738	R\$ 1.311

Fonte: ARSAE-MG

Obs: 1- Percentual estimado, considerando habilitação dos outros municípios do Coresab

Considerando a manutenção do *status quo*, as fontes de receita dos municípios para cobrir as despesas de RSU devem continuar a ser alavancadas por recursos próprios do município, com auxílio das Taxas de Coleta de Lixo e do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Com implementação do projeto de concessão ou PPP para fornecimento do serviço por um ente privado, a fonte de receitas possivelmente será oriunda de tarifação atrelada a cobrança de água e esgoto, realizada atualmente por COPASA/COPANOR-MG e com a Arsa-MG como órgão regulador. O recurso do Fundo Municipal de Saneamento continuará disponível para auxiliar a compensar a tarifação, mas vale destacar que o Fundo é um recurso disponível para as prefeituras que não necessariamente precisa ser utilizado para custear as despesas/investimentos de RSU, podendo não ajudar na redução de tarifação. De fato, hoje,

alguns municípios utilizam o Fundo para custear reparação de áreas degradadas ou pagamento de multas ambientais.

Tabela 14: Fontes de Receita para pagamento das Despesas com RSU

Municípios	Fonte de Receita	2021	2022	2023	Relevância das Taxas de RSU x Outras Fontes de Receita (2023) ¹
Augusto de Lima	Taxa de RSU	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0.00%
	Outras Fontes do Município	R\$ 292,538	R\$ 502,189	R\$ 750,698	100.00%
Baldim	Taxa de RSU	R\$ 5,500	R\$ 5,900	R\$ 4,500	1.05%
	Outras Fontes do Município	R\$ 157,692	R\$ 279,942	R\$ 425,589	98.95%
Buenópolis	Taxa de RSU	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0.00%
	Outras Fontes do Município	R\$ 655,442	R\$ 681,641	R\$ 745,100	100.00%
Caetanópolis	Taxa de RSU	R\$ 18,419	R\$ 18,732	R\$ 19,643	9.76%
	Outras Fontes do Município	R\$ 56,120	R\$ 62,462	R\$ 181,701	90.24%
Cordisburgo	Taxa de RSU	R\$ 35,372	R\$ 31,256	R\$ -	0.00%
	Outras Fontes do Município	R\$ 230,415	R\$ 249,499	R\$ 288,014	100.00%
Corinto	Taxa de RSU	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0.00%
	Outras Fontes do Município	R\$ 840,057	R\$ 1,164,724	R\$ 1,263,343	100.00%
Curvelo	Taxa de RSU	R\$ 939,324	R\$ 1,071,016	R\$ 1,164,348	21.00%
	Outras Fontes do Município	R\$ 1,878,753	R\$ 2,556,751	R\$ 4,380,537	79.00%
Diamantina	Taxa de RSU ²	R\$ 2,608,000	R\$ 5,391,000	R\$ 1,122,000	38.62%
	Outras Fontes do Município	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,783,378	61.38%
Felixlândia	Taxa de RSU	R\$ 149,008	R\$ 312,054	R\$ 371,240	36.41%
	Outras Fontes do Município	R\$ 642,681	R\$ 533,885	R\$ 648,323	63.59%
Inimutaba	Taxa de RSU	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0.00%
	Outras Fontes do Município	R\$ 68,832	R\$ 59,565	R\$ 106,625	100.00%
Jequitibá	Taxa de RSU	R\$ 10,209	R\$ 11,130	R\$ 11,934	6.36%
	Outras Fontes do Município	R\$ 161,537	R\$ 180,666	R\$ 175,825	93.64%
Monjolos	Taxa de RSU	R\$ -	R\$ 6,689	R\$ 6,801	1.24%
	Outras Fontes do Município	R\$ 305,526	R\$ 428,984	R\$ 540,986	98.76%
Morro da Garça	Taxa de RSU	R\$ 5,201	R\$ 5,593	R\$ 6,011	5.16%
	Outras Fontes do Município	R\$ 85,445	R\$ 99,402	R\$ 110,539	94.84%
Paraopeba	Taxa de RSU	R\$ 311,395	R\$ 315,692	R\$ 342,691	11.55%
	Outras Fontes do Município	R\$ 2,212,226	R\$ 2,383,368	R\$ 2,624,116	88.45%
Presidente Juscelino	Taxa de RSU	R\$ 21,309	R\$ 18,634	R\$ 25,657	3.59%
	Outras Fontes do Município	R\$ 386,628	R\$ 535,591	R\$ 688,410	96.41%
Santana de Pirapama	Taxa de RSU	R\$ 17,689	R\$ 19,072	R\$ 18,114	9.06%
	Outras Fontes do Município	R\$ 143,187	R\$ 171,128	R\$ 181,878	90.94%
Santo Hipólito	Taxa de RSU	R\$ 12,320	R\$ 14,310	R\$ 32,249	7.02%
	Outras Fontes do Município	R\$ 375,689	R\$ 448,994	R\$ 427,109	92.98%
Três Marias	Taxa de RSU	R\$ -	R\$ -	R\$ 990,307	21.01%
	Outras Fontes do Município	R\$ 3,430,521	R\$ 4,243,494	R\$ 3,723,036	78.99%
TOTAL	Taxa de RSU	R\$ 4,133,746	R\$ 7,221,077	R\$ 4,115,495	17.77%
	Outras Fontes do Município	R\$ 11,923,288	R\$ 14,582,285	R\$ 19,045,206	82.23%
Média	Taxa de RSU	R\$ 229,653	R\$ 401,171	R\$ 228,639	17.77%
	Outras Fontes do Município	R\$ 662,405	R\$ 810,127	R\$ 1,058,067	82.23%

Fonte: Cidades CORESAB

Obs: 1- Cidades que tem taxa de RSU zerada informaram que não existe taxa específica para coleta de lixo naqueles anos, com exceção de Cordisburgo (2023) e Inimutaba(2021-23), que possuem cobrança mas não souberam informar os valores

2- Diamantina informou que nos anos de 2021 e 2022 foi arrecadado mais com taxa de coleta de lixo do que a despesa do município

3. MODELO DE ARRECADAÇÃO ATUAL

3.1. POLÍTICA, REGIMES E INSTRUMENTOS DE COBRANÇA

Atualmente, a cobrança de taxa de RSU é feita de forma individualizada em cada município, em conjunto com o IPTU. Conforme mencionado no capítulo anterior, três das 18 Cidades CORESAB ainda não possuem cobrança da tarifa de lixo: Augusto de Lima, Buenópolis e Corinto. A instituição do formato de cobrança nos demais municípios varia em cada um deles, tipicamente estabelecida via Lei Municipal. O reajuste das tarifas segue mesma regra do reajuste de IPTU, conforme indicado na Tabela 15.

Tabela 15: Modelo de Arrecadação Municípios CORESAB

Municípios	Possui cobrança de Taxa de RSU?	Formato de Cobrança	Cálculo de Cobrança e Reajuste
Augusto de Lima	Não	-	-
Baldim	Sim	Em conjunto com IPTU	Conforme Lei Municipal Nº 954/2009. Hoje cobrança é realizada por valor fixo, mas tem um fator que é aplicado a depender da localização do imóvel. Racional detalhado presente no Anexo III
Buenópolis	Não	-	-
Caetanópolis	Sim	Em conjunto com IPTU	Cobrança é realizada juntamente ao IPTU anualmente, o cálculo é sobre metro linear da testada do terreno de cada imóvel. O valor é atualizado conforme INPC- Índice Nacional de Preço ao Consumidor. Racional detalhado presente no Anexo III
Cordisburgo	Sim	Em conjunto com IPTU	A cobrança da taxa de RSU no IPTU é regulamentada pelo Projeto de Lei Complementar nº 03/2019, que estabelece uma tabela fixa por tipo de imóvel: - Não Edificado, Residência, Apartamento, Outros: R\$ 30,00 - Comércio e Serviços, Indústria: R\$ 32,00
Corinto	Não	-	-
Curvelo	Sim	Em conjunto com IPTU	A taxa de de resíduos sólidos é calculado de acordo com a LC 118/2017., conforme Seção X - Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos - Arts. 171 a 178. Racional detalhado presente no Anexo III
Diamantina	Sim	Em conjunto com IPTU	Conforme Lei Complementar 092 / 2010. Taxa calculada em função da área do imóvel construído na proporção de 1% da UFM - Unidade Fiscal Municipal por metro quadrado de área construída
Felixlândia	Sim	Em conjunto com IPTU	Valores variáveis, calculado com base em custos operacionais. Não é atrelado a nenhuma lei.
Inimutaba	Sim	Em conjunto com IPTU	Cobrado um percentual em torno de de 10% valor do IPTU
Jequitibá	Sim	Em conjunto com IPTU	Valor Fixo, por Tipo de Imóvel, instituído na Lei Municipal Complementar Nº 239/2013. A Taxa tem como base de cálculo o custo previsto do serviço, rateado entre os contribuintes, conforme a frequência da coleta e o número de economias existentes no imóvel. Racional detalhado presente no Anexo III
Monjolos	Sim	Em conjunto com IPTU	Valor Fixo de R\$25,59 por carnê.
Morro da Garça	Sim	Em conjunto com IPTU	Taxa de 0,1% para Limpeza de Vias e mais 0,1% para Coleta de Lixo, calculados sobre o valor do metragem da frente do imóvel
Paraopeba	Sim	Em conjunto com IPTU	O Valor da taxa de RSU (taxa de limpeza pública) corresponde a 15% do valor da unidade Fiscal do Município.
Presidente Juscelino	Sim	Em conjunto com IPTU	A tarifação é calculada de acordo com metro quadrado do imóvel cadastrado.
Santana de Pirapama	Sim	Em conjunto com IPTU	De acordo com atualização monetária das Tabelas, constantes do Anexo III da Lei Complementar Municipal Nº 1.236/2014 a) Coleta de lixo domiciliar: R\$20,90 por ano b) Coleta de lixo comercial: R\$41,80 por ano d) Coleta de lixo industrial: R\$104,60 por ano
Santo Hipólito	Sim	Em conjunto com IPTU	Existe Cobrança de Taxa de Coleta de Resíduos, mas prefeitura não sabe informar racional de cálculo
Três Marias	Sim	Em conjunto com IPTU	Conforme Lei 2.896/22, cálculo depende da Categoria e Padrão/Área Construída do Imóvel. Racional detalhado presente no Anexo III

Fonte: Cidades CORESAB, Portais oficiais dos municípios

3.2. DIAGNÓSTICO DO MODELO DE ARRECADAÇÃO

Por ser vinculada ao IPTU, existem dois fatores atrelados à cobrança desse imposto que dificultam a arrecadação da taxa de RSU:

- Cobrança é vinculada apenas a imóveis cadastrados em território urbano, deixando de fora da cobrança uma fatia de contribuintes em território rural;
- Existe alta taxa de inadimplência na cobrança de IPTU em todas as cidades do CORESAB.

Observando o desempenho do IPTU e da cobrança de água via COPASA/COPANOR, fica evidente que a cobrança do segundo é mais eficiente que a de IPTU, além de tipicamente ter uma abrangência maior de imóveis do município, o que ajuda a diluir a tarifação para os contribuintes que efetivamente utilizam o serviço de RSU.

3.2.1. Histórico de Arrecadação de taxas e tarifas do SMRSU

A arrecadação do IPTU nos municípios, nos últimos três anos, indicada na Tabela 11, mostra que:

- Apesar da arrecadação ter aumentado em 27,23% de 2021 para 2023, o índice de inadimplência também apresentou crescimento no mesmo período (de 29,70% para 31,56%);
- Além da inadimplência, a percentagem de população sujeita a pagamento de IPTU varia bastante entre cidades, com municípios com maior participação rural, como Augusto de Lima e Presidente Juscelino, cobrando a menos de um terço da população;
- Considerando os números de 2023, 71,80% do recurso arrecadado com IPTU deveria ser alocado para pagamento de despesas com MRSU (atualmente, a taxa corresponde a 9,89%);
- Como todo o valor gasto com SMRSU é maior que a arrecadação, não existe fundo com valores excedentes para financiar possíveis custos futuros, o que significa que os municípios dependem da arrecadação das taxas de RSU do próprio período junto com recursos extras do município para cobrir despesas e investimentos.

Tabela 16: Arrecadação e Inadimplência Histórica IPTU - Cidades CORESAB

Municípios	Variável	Valores Históricos de Arrecadação e Inadimplência ¹			% da população sujeita a pagamento de IPTU (2023) ³
		2021	2022	2023	
Augusto de Lima	Arrecadação IPTU	R\$ 62,348	R\$ 66,916	R\$ 74,861	33.25%
	Inadimplência	30.53%	35.50%	37.94%	
Baldim	Arrecadação IPTU	R\$ 364,323	R\$ 403,781	R\$ 408,482	87.00%
	Inadimplência	19.92%	19.52%	14.37%	
Buenópolis	Arrecadação IPTU	R\$ 127,256	R\$ 175,427	R\$ 155,815	75.00%
	Inadimplência	-	-	-	
Caetanópolis	Arrecadação IPTU	R\$ 310,586	R\$ 342,190	R\$ 366,489	70.00%
	Inadimplência	29.00%	30.00%	31.00%	
Cordisburgo	Arrecadação IPTU	-	-	R\$ 259,712	-
	Inadimplência	-	-	35.00%	
Corinto	Arrecadação IPTU	R\$ 738,335	R\$ 955,392	R\$ 876,406	60 a 70%
	Inadimplência	-	-	50 a 60%	
Curvelo	Arrecadação IPTU	R\$ 11,174,819	R\$ 12,823,223	R\$ 14,325,578	51.83%
	Inadimplência	34.10%	32.00%	32.62%	
Diamantina	Arrecadação IPTU	R\$ 5,036,694	R\$ 5,296,347	R\$ 6,355,510	53.00%
	Inadimplência	12.00%	24.00%	24.00%	
Felixlândia	Arrecadação IPTU	R\$ 1,167,821	R\$ 1,630,379	R\$ 1,430,848	100.00%
	Inadimplência	50.00%	50.00%	50.00%	
Inimutaba	Arrecadação IPTU	R\$ 87,683	R\$ 26,366	R\$ 75,162	95.00%
	Inadimplência	96.58%	98.97%	97.07%	
Jequitibá	Arrecadação IPTU	R\$ 360,115	R\$ 391,211	R\$ 400,694	95.00%
	Inadimplência	57.00%	53.00%	49.00%	
Monjolos	Arrecadação IPTU	R\$ 21,408	R\$ 22,978	R\$ 25,702	100.00%
	Inadimplência	62.82%	64.63%	62.70%	
Morro da Garça	Arrecadação IPTU	R\$ 103,102	R\$ 87,489	R\$ 92,402	95.00%
	Inadimplência	56.24%	46.94%	43.17%	
Paraopeba	Arrecadação IPTU	R\$ 1,820,626	R\$ 1,825,839	R\$ 1,928,877	89.91%
	Inadimplência	30.73%	30.04%	30.45%	
Presidente Juscelino	Arrecadação IPTU	R\$ 22,397	R\$ 25,875	R\$ 25,688	25.00%
	Inadimplência	40.00%	32.00%	25.00%	
Santana de Pirapama	Arrecadação IPTU	R\$ 152,560	R\$ 177,809	R\$ 168,804	-
	Inadimplência	34.07%	41.22%	47.57%	
Santo Hipólito	Arrecadação IPTU	R\$ 101,624	R\$ 117,974	R\$ 129,564	-
	Inadimplência	67.00%	66.81%	58.00%	
Três Marias	Arrecadação IPTU	R\$ 3,194,696	R\$ 3,988,565	R\$ 4,502,358	-
	Inadimplência	-	-	47.53%	
TOTAL	Arrecadação IPTU	R\$ 24,846,394	R\$ 28,357,762	R\$ 31,602,952	-
	Inadimplência ²	29.69%	31.74%	31.54%	

Fonte: Cidades CORESAB

Obs: 1- Células com "-" significam que o valor não foi informado pela prefeitura

2- Cidades sem dado de inadimplência não foram consideradas no cálculo da média. Inimutaba também não foi considerada, pois dado de inadimplência está em revisão

3- Podem haver diferenças de premissas adotadas por cada cidade (ex: considerar toda população do município vs somente população urbana) | Cidades sem dados não foram consideradas no cálculo da média

3.2.2. Gestão Comercial e Histórico de Inadimplência do Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

O fornecimento do serviço e a gestão comercial de água e esgoto das Cidades do CORESAB são feitos via COPASA-MG (todas as cidades) e pela COPANOR-MG (Diamantina), mas apenas oito cidades possuem serviço de esgoto atualmente executado pela COPASA/COPANOR: Buenópolis, Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Diamantina, Felixlândia, Presidente Juscelino (iniciado em 2023) e Três Marias. Em Santo Hipólito, a COPASA está implantando o sistema de esgoto para iniciar operações no município.

Quanto aos demais municípios, a situação do esgoto varia: enquanto os municípios de Augusto de Lima e Monjolos não possuem sistema de esgoto, as demais cidades possuem estrutura própria de esgoto gerenciada pela prefeitura. Dentre as cidades com administração própria vale a menção a Jequitibá, que acabou de ser contemplada no Ato Convocatório nº 10/203 do CBHSF para construção de uma nova ETE no município.

Os serviços executados pela COPASA e COPANOR-MG são regulados pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG). É a Arsae-MG que determina regras de reajuste e, por consequência, as tarifas que regem o serviço de água (tarifas atuais apresentadas na Tabela 17 abaixo).

As tarifas variam de acordo com a categoria e faixas de consumo em m³ de cada imóvel e são compostas de um componente fixo e um variável. As regras de reajuste funcionam conforme resolução Arsae-MG nº 173, de 24 de novembro de 2022, e tem como principais cláusulas:

- § 2º O índice de reajuste tarifário, livre das compensações relativas ao exercício anterior, que determina as tarifas que servirão de base para o próximo cálculo tarifário, é de 6,31% (seis inteiros e trinta e um centésimos por cento).
- § 3º O índice médio aplicado sobre as tarifas vigentes definidas pela Resolução Arsae-MG 173, de 24 de novembro de 2022, é de 4,21% (quatro inteiros e vinte e um centésimos por cento), por considerar também compensações relativas ao período de referência anterior e outros componentes financeiros.
- § 4º O detalhamento do cálculo do reajuste tarifário de 2023 da COPASA é apresentado na Nota Técnica GRT 06/2023

O histórico de arrecadação nas Cidades do CORESAB mostra crescimento de 14,60% de 2020 até 2022 (de R\$ 92,7 a R\$ 106,2 milhões). Alinhado ao crescimento constante, a evasão de receitas tem melhorado ano a ano, com evasão média em 2023 de apenas 0,07% da receita.

Esses valores solidificam o argumento de que uma mudança de tarifação de RSU do IPTU para a Serviço de Água e Esgoto aumentaria a eficiência de cobrança.

Além disso, a cobertura de serviço da COPASA-MG é maior que a do IPTU e, na maioria das cidades, as residências que possuem serviço de água/esgoto também são atendidas pelos SMRSU. Essa característica é importante porque a inclusão da tarifa de RSU na conta de água acarretaria uma maior abrangência de cobrança, mas sem prejudicar residências que não são atendidas pelo SMRSU.

Tabela 17: Tarifas de Água e Esgoto COPASA-MG 2023

Categorias	Faixas	Água	Esgoto	Unidade
Residencial Social	Fixa	9,54	7,06	R\$/mês
	0 a 5 m³	1,09	0,82	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	2,342	1,734	R\$/m³
	> 10 a 15 m³	3,629	2,686	R\$/m³
	> 15 a 20 m³	4,956	3,668	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	12,607	9,329	R\$/m³
	> 40 m³	15,381	11,38	R\$/m³
Residencial	Fixa	21,23	15,7	R\$/mês
	0 a 5 m³	2,2	1,63	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	4,685	3,467	R\$/m³
	> 10 a 15 m³	7,26	5,372	R\$/m³
	> 15 a 20 m³	9,911	7,334	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	12,607	9,329	R\$/m³
	> 40 m³	15,381	11,38	R\$/m³
Comercial	Fixa	34,39	25,45	R\$/mês
	0 a 5 m³	4,76	3,52	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	7,139	5,283	R\$/m³
	> 10 a 20 m³	9,603	7,106	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	12,098	8,953	R\$/m³
	> 40 a 200 m³	14,664	10,85	R\$/m³
	> 200 m³	17,245	12,761	R\$/m³
Industrial	Fixa	34,39	25,45	R\$/mês
	0 a 5 m³	4,76	3,52	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	7,139	5,283	R\$/m³
	> 10 a 20 m³	9,603	7,106	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	12,098	8,953	R\$/m³
	> 40 a 200 m³	14,664	10,85	R\$/m³
	> 200 m³	17,245	12,761	R\$/m³
Pública	Fixa	29,22	21,63	R\$/mês
	0 a 5 m³	4,51	3,33	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	6,763	5,004	R\$/m³
	> 10 a 20 m³	9,096	6,731	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	11,462	8,482	R\$/m³
	> 40 a 200 m³	13,893	10,281	R\$/m³
	> 200 m³	16,336	12,09	R\$/m³

Fonte: Arsae-MG

Tabela 18: Histórico de Arrecadação e Inadimplência COPASA-MG

Municípios	Ano	Receita de água (R\$/ano)	Receita de esgoto (R\$/ano)	Receita indireta (R\$/ano)	Receita total ¹ (R\$/ano)	Arrecadação total (R\$/ano)	Evasão de receitas ² (%/ano)
Augusto de Lima	2020	R\$ 760.848		R\$ 17.699	R\$ 778.547	R\$ 747.294	4,01
	2021	R\$ 823.504		R\$ 19.473	R\$ 842.977	R\$ 793.604	5,86
	2022	R\$ 888.473		R\$ 15.824	R\$ 904.297	R\$ 887.722	1,83
Baldim	2020	R\$ 1.281.491		R\$ 22.351	R\$ 1.303.842	R\$ 1.195.080	8,34
	2021	R\$ 1.380.181		R\$ 22.752	R\$ 1.402.933	R\$ 1.307.011	6,84
	2022	R\$ 1.439.010		R\$ 23.099	R\$ 1.462.109	R\$ 1.433.226	1,98
Buenópolis	2020	R\$ 1.644.193	R\$ 1.317.085	R\$ 42.932	R\$ 3.004.210	R\$ 2.911.999	3,07
	2021	R\$ 1.690.512	R\$ 1.251.341	R\$ 38.919	R\$ 2.980.772	R\$ 2.939.618	1,38
	2022	R\$ 1.903.638	R\$ 1.166.713	R\$ 40.075	R\$ 3.110.426	R\$ 2.995.953	3,68
Caetanópolis	2020	R\$ 2.497.746		R\$ 31.856	R\$ 2.529.602	R\$ 2.424.103	4,17
	2021	R\$ 2.650.370		R\$ 27.187	R\$ 2.677.557	R\$ 2.668.477	0,34
	2022	R\$ 2.799.971		R\$ 34.597	R\$ 2.834.568	R\$ 2.826.588	0,28
Cordisburgo	2020	R\$ 1.540.671	R\$ 749.008	R\$ 42.726	R\$ 2.332.405	R\$ 2.290.694	1,79
	2021	R\$ 1.617.313	R\$ 746.136	R\$ 44.551	R\$ 2.408.000	R\$ 2.412.131	- 0,17
	2022	R\$ 1.602.211	R\$ 694.242	R\$ 36.086	R\$ 2.332.539	R\$ 2.408.921	- 3,27
Corinto	2020	R\$ 4.994.276	R\$ 3.598.837	R\$ 195.290	R\$ 8.788.403	R\$ 8.630.886	1,79
	2021	R\$ 5.373.428	R\$ 3.594.563	R\$ 192.942	R\$ 9.160.933	R\$ 9.113.854	0,51
	2022	R\$ 5.824.073	R\$ 3.283.459	R\$ 177.103	R\$ 9.284.635	R\$ 9.275.893	0,09
Curvelo	2020	R\$ 19.303.747	R\$ 15.670.019	R\$ 574.479	R\$ 35.548.245	R\$ 33.929.245	4,55
	2021	R\$ 21.093.894	R\$ 15.582.334	R\$ 606.700	R\$ 37.282.928	R\$ 37.429.388	- 0,39
	2022	R\$ 22.175.817	R\$ 13.921.250	R\$ 508.265	R\$ 36.605.332	R\$ 36.338.290	0,73
Diamantina	2020	R\$ 9.470.197	R\$ 4.203.343	R\$ 123.195	R\$ 13.796.735	R\$ 13.497.118	2,17
	2021	R\$ 10.202.432	R\$ 5.305.730	R\$ 146.481	R\$ 15.654.643	R\$ 15.286.078	2,35
	2022	R\$ 11.338.340	R\$ 6.926.392	R\$ 162.916	R\$ 18.427.648	R\$ 18.267.700	0,87
Felixlândia	2020	R\$ 3.110.100		R\$ 54.716	R\$ 3.164.816	R\$ 3.052.714	3,54
	2021	R\$ 3.386.666		R\$ 326.654	R\$ 3.713.320	R\$ 3.563.882	4,02
	2022	R\$ 3.433.855	R\$ 985.691	R\$ 72.236	R\$ 4.491.782	R\$ 4.411.636	1,78
Inimutaba	2020	R\$ 1.441.627		R\$ 29.454	R\$ 1.471.081	R\$ 1.428.568	2,89
	2021	R\$ 1.591.354		R\$ 28.982	R\$ 1.620.336	R\$ 1.605.289	0,93
	2022	R\$ 1.692.263		R\$ 29.580	R\$ 1.721.843	R\$ 1.710.396	0,66
Jequitibá	2020	R\$ 704.471		R\$ 9.708	R\$ 714.179	R\$ 653.975	8,43
	2021	R\$ 762.171		R\$ 9.265	R\$ 771.436	R\$ 701.045	9,12
	2022	R\$ 871.820		R\$ 7.690	R\$ 879.510	R\$ 892.092	- 1,43
Monjolos	2020	R\$ 347.073		R\$ 7.531	R\$ 354.604	R\$ 283.233	20,13
	2021	R\$ 423.420		R\$ 10.413	R\$ 433.833	R\$ 393.258	9,35
	2022	R\$ 485.718		R\$ 7.512	R\$ 493.230	R\$ 441.040	10,58
Morro da Garça	2020	R\$ 461.440		R\$ 8.787	R\$ 470.227	R\$ 430.326	8,49
	2021	R\$ 522.644		R\$ 13.752	R\$ 536.396	R\$ 498.324	7,10
	2022	R\$ 526.133		R\$ 9.463	R\$ 535.596	R\$ 542.718	- 1,33
Paraopeba	2020	R\$ 5.658.666		R\$ 74.684	R\$ 5.733.350	R\$ 5.531.913	3,51
	2021	R\$ 6.572.185		R\$ 80.071	R\$ 6.652.256	R\$ 6.600.576	0,78
	2022	R\$ 7.000.067		R\$ 89.963	R\$ 7.090.030	R\$ 7.232.754	- 2,01
Presidente Juscelino	2020	R\$ 514.269		R\$ 18.846	R\$ 533.115	R\$ 507.328	4,84
	2021	R\$ 576.348		R\$ 16.063	R\$ 592.411	R\$ 583.823	1,45
	2022	R\$ 630.999		R\$ 13.118	R\$ 644.117	R\$ 664.929	- 3,23
Santana de Pirapama	2020	R\$ 912.608		R\$ 8.879	R\$ 921.487	R\$ 781.189	15,23
	2021	R\$ 879.272		R\$ 10.406	R\$ 889.678	R\$ 788.936	11,32
	2022	R\$ 913.583		R\$ 9.381	R\$ 922.964	R\$ 1.097.053	- 18,86
Santo Hipólito	2020	R\$ 713.710		R\$ 22.102	R\$ 735.812	R\$ 649.188	11,77
	2021	R\$ 673.270		R\$ 20.551	R\$ 693.821	R\$ 737.463	- 6,29
	2022	R\$ 823.701		R\$ 15.126	R\$ 838.827	R\$ 896.429	- 6,87
Três Marias	2020	R\$ 7.940.953	R\$ 6.030.564	R\$ 228.448	R\$ 14.199.965	R\$ 13.742.932	3,22
	2021	R\$ 8.043.680	R\$ 5.635.514	R\$ 220.628	R\$ 13.899.822	R\$ 13.930.866	- 0,22
	2022	R\$ 8.632.550	R\$ 4.695.005	R\$ 382.061	R\$ 13.709.616	R\$ 13.895.744	- 1,36
TOTAL	2020	R\$ 63.298.086	R\$ 31.568.856	R\$ 1.513.683	R\$ 96.380.625	R\$ 92.687.785	3,83
	2021	R\$ 68.262.644	R\$ 32.115.618	R\$ 1.835.790	R\$ 102.214.052	R\$ 101.353.623	0,84
	2022	R\$ 72.982.222	R\$ 31.672.752	R\$ 1.634.095	R\$ 106.289.069	R\$ 106.219.084	0,07

Fonte: COPASA/MG

Obs: 1- Total da receita operacional dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2- Índice que representa a diferença entre valores faturados, contabilizados na receita operacional, versus valores recebidos das faturas no mesmo período.

3.2.3. Consumo atual de água nas cidades do CORESAB

Ao analisar o consumo atual de água, disponibilizado na Tabela 19, podemos verificar que, apesar de o número de economias ter reduzido 8,96% de 2020 a 2022 (33.136 versus 30.168, respectivamente), o volume medido no período aumentou em 8,55%, muito puxado pelas categorias industrial e pública, que aumentaram o volume de água em 63,43% e 47,53% respectivamente.

Apesar de terem tido um crescimento mais modesto, as categorias social e residencial ainda representam grande parte do volume das Cidades CORESAB, representando 86,71% de todo volume medido em 2022.

Tabela 19: Consumo atual de água por Categoria

Municípios	Categorias	2020		2021		2022	
		Economias (média)	Volume Medido	Economias (média)	Volume Medido	Economias (média)	Volume Medido
Augusto de Lima	Social	396	46.454	372	45.799	326	40.146
	Residencial	613	85.443	583	93.353	621	99.942
	Comercial	56	6.722	60	7.945	59	8.607
	Industrial	14	594	13	511	13	620
	Pública	55	8.978	52	7.942	52	10.660
Baldim	Social	193	42.049	185	40.858	151	33.085
	Residencial	766	163.153	725	171.785	800	175.738
	Comercial	70	8.373	65	10.023	61	9.521
	Industrial	11	2.346	13	1.861	13	2.252
	Pública	38	10.276	40	12.025	41	14.738
Buenópolis	Social	502	107.136	506	111.007	440	96.105
	Residencial	643	170.915	634	144.861	598	185.722
	Comercial	99	19.524	91	18.530	90	18.941
	Industrial	13	3.895	11	2.463	12	2.622
	Pública	52	17.993	50	20.818	49	32.531
Caetanópolis	Social	468	60.574	490	64.752	434	56.301
	Residencial	1.609	358.887	1.653	368.244	1.765	373.889
	Comercial	163	18.885	170	19.996	174	21.878
	Industrial	40	5.260	42	5.032	42	5.504
	Pública	95	9.529	93	13.194	94	18.222
Cordisburgo	Social	254	88.162	243	86.714	236	82.072
	Residencial	377	167.332	365	176.964	345	176.569
	Comercial	49	17.030	44	16.408	40	17.461
	Industrial	10	3.916	12	5.701	9	2.485
	Pública	33	10.810	28	13.109	24	14.447
Corinto	Social	520	242.078	1.481	176.567	462	220.354
	Residencial	1.242	642.791	2.855	509.507	1.127	696.500
	Comercial	137	48.129	326	39.491	128	53.737
	Industrial	23	11.572	38	5.170	23	14.165
	Pública	49	27.928	100	26.044	42	47.692
Curvelo	Social	754	515.018	782	557.926	807	558.526
	Residencial	2.808	2.494.103	2.693	2.628.926	2.678	2.675.048
	Comercial	383	205.377	320	229.880	335	256.672
	Industrial	56	32.538	51	28.216	53	33.516
	Pública	101	136.241	92	153.541	84	173.990
Diamantina	Social	815	320.683	731	301.265	712	296.245
	Residencial	2.248	1.133.766	1.963	1.180.172	2.067	1.255.630
	Comercial	284	111.918	259	118.153	249	139.754
	Industrial	24	8.078	23	8.656	22	8.249
	Pública	104	94.039	98	101.283	107	134.006
Felixlândia	Social	521	123.677	391	126.451	335	123.409
	Residencial	1.466	401.703	1.197	417.291	1.013	417.984
	Comercial	156	32.444	128	34.941	96	35.965
	Industrial	16	3.710	18	9.225	13	4.902
	Pública	60	15.579	47	15.481	38	19.996

Municípios	Categorias	2020		2021		2022	
		Economias (média)	Volume Medido	Economias (média)	Volume Medido	Economias (média)	Volume Medido
Inimutaba	Social	408	50.835	624	75.886	558	72.397
	Residencial	1.288	196.547	1.115	189.229	1.155	203.475
	Comercial	95	12.651	87	13.589	90	12.820
	Industrial	31	3.069	31	4.483	32	6.677
	Pública	67	7.894	70	12.616	71	12.175
Jequitibá	Social	95	12.267	185	22.600	157	20.640
	Residencial	962	94.974	642	88.168	716	95.802
	Comercial	66	4.008	92	5.655	77	6.818
	Industrial	9	939	13	1.300	12	1.882
	Pública	38	4.834	44	7.140	46	9.983
Monjolos	Social	81	6.037	100	24.029	104	25.727
	Residencial	359	33.866	238	43.007	230	43.864
	Comercial	37	2.533	24	3.116	24	3.581
	Industrial	3	39	2	7	2	14
	Pública	31	5.665	24	7.244	25	11.003
Morro da Garça	Social	106	12.254	198	22.772	203	24.178
	Residencial	666	62.765	493	57.274	573	56.500
	Comercial	58	4.094	38	3.879	39	3.576
	Industrial	5	161	5	163	4	96
	Pública	54	5.415	56	8.964	61	10.149
Paraopeba	Social	782	96.828	1.180	147.339	1.061	131.407
	Residencial	3.192	790.148	2.019	795.010	2.056	816.491
	Comercial	451	71.975	437	76.970	463	78.713
	Industrial	133	19.881	133	72.750	164	101.014
	Pública	152	23.542	131	25.842	137	37.677
Presidente Juscelino	Social	126	14.342	186	21.303	166	19.579
	Residencial	631	63.689	493	60.602	549	63.066
	Comercial	66	4.450	48	4.429	43	4.234
	Industrial	5	327	6	333	5	385
	Pública	37	6.642	38	11.732	37	15.769
Santana de Pirapama	Social	136	17.854	298	35.282	266	31.065
	Residencial	1.179	124.628	1.037	106.845	1.050	103.460
	Comercial	119	9.625	87	9.640	113	8.112
	Industrial	4	103	6	289	5	145
	Pública	44	9.737	41	9.213	38	13.389
Santo Hipólito	Social	54	9.595	95	19.597	83	17.791
	Residencial	481	96.608	449	83.653	468	86.350
	Comercial	35	5.649	31	4.975	29	5.343
	Industrial	6	299	6	516	5	710
	Pública	21	7.007	22	7.437	24	16.424
Três Marias	Social	638	258.232	731	303.253	703	291.683
	Residencial	1.706	1.002.137	1.516	993.447	1.399	1.008.807
	Comercial	205	85.953	191	88.633	172	97.928
	Industrial	20	23.742	19	18.092	19	11.639
	Pública	68	42.048	61	43.467	54	62.416
CIDADES CORESAB	Social	6.849	2.024.075	8.778	2.183.400	7.204	2.140.710
	Residencial	22.236	8.083.455	20.670	8.108.338	19.210	8.534.837
	Comercial	2.529	669.340	2.498	706.253	2.282	783.661
	Industrial	423	120.469	442	164.768	448	196.877
	Pública	1.099	444.157	1.087	497.092	1.024	655.267
	TOTAL	33.136	11.341.496	33.475	11.659.851	30.168	12.311.352

Fonte: Copasa-MG

4. ENTIDADES REGULADORAS

O serviço e a cobrança pelo manejo de RSU são realizados pelos próprios municípios, via equipe própria ou terceirizados, e, portanto, não existem entidades reguladoras para o serviço de RSU atualmente. Cada cidade possui suas próprias regras de tarifação, reajustes e controle de qualidade do serviço.

Em caso de concessão ou implantação de PPP, Arisb-MG, Arismig-MG e Aris-ZM são as três principais entidades habilitadas a regular o serviço de manejo de RSUs em municípios de Minas Gerais.

4.1. ARISB - MG

Resumo da Agência: A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais – Arisb-MG – é pessoa jurídica, de direito público interno, do tipo associação pública, composta, originalmente, por municípios da região central do estado de Minas Gerais. Possui como objetivo buscar prioritariamente, ser um consórcio público de referência na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, com base em normas e indicadores que garantam sua excelência e contribuam para o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e poder público. Busca ainda, promover de forma efetiva a capacitação dos colaboradores, a cooperação institucional entre os consorciados, a inovação tecnológica e o comprometimento com a qualidade de vida da população dos municípios que o integram.

Cidades Reguladas em MG (RSU): municípios do CONVALE-MG (Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Delta, Planura, Sacramento, Uberaba e Veríssimo), municípios do CIAS-MG (Abaeté, Araújo, Biquinhas, Bom Despacho, Carmo do Cajuru, Cedro do Abaeté, Conceição do Pará, Córrego Danta, Divinópolis, Dolores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Igaratinga, Leandro Ferreira, Luz, Maravilhas, Martinho Campos, Moema, Morada Nova de Minas, Nova Serrana, Onça de Pitangui, Paineiras, Papagaios, Pedra do Indaiá, Pequi, Perdigoão, Pitangui, Pompéu, Quartel Geral, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará, São José da Varginha, São Sebastião do Oeste e Serra da Saudade), Carmópolis de Minas, Itabirito, Itaguara, Itaúna, Nova Serrana, Oliveira, Pirapora e São Gotardo.

4.2. ARISMIG - MG

Resumo da Agência: A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais (ARISMIG) começou seu histórico regulatório no ano de 2014, quando era um órgão de regulação vinculado e inserido no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas (CISAB SUL), possuindo ainda o nome de “ARISSMIG”. Entretanto, para atender as melhores práticas regulatórias, a ARISMIG, como consórcio público, foi criada em 28 de janeiro de 2022, tornando-se uma agência reguladora dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, atendendo aos princípios de transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões, para realizar a sua função que é a de regular e fiscalizar os serviços de saneamento básico.

A ARISMIG disciplina suas ações por meio de Leis Federais, Estaduais e Municipais, Resoluções, Normas Técnicas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Normas de Referência editadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Através dos serviços de regulação e fiscalização, a agência beneficia hoje, mais de 950 mil pessoas, garantindo a qualidade de vida, a continuidade dos serviços de saneamento básico e o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e poder público.

A agência prioriza o atendimento de qualidade ao usuário e a prestação adequada dos serviços públicos e por isso realiza periodicamente ouvidorias itinerantes, além de manter também um canal exclusivo de Ouvidoria, que funciona no âmbito municipal como órgão de terceira instância, e pode ser procurada nos casos em que o usuário não for atendido de forma satisfatória, ou quando obtiver uma resposta precária.

Cidades Reguladas em MG (RSU): Bandeira do Sul, Boa Esperança, Bueno Brandão, Campo Belo, Campo do Meio, Capitólio, Carmo de Minas, Divisa Nova, Doloresópolis, Guapé, Iguatama, Illicínea, Lambari, Monte Carmelo, Nepomuceno, Paraguaçu, Piumhi, São João Batista do Glória, São Roque de Minas, Três Pontas e Varginha.

4.3. ARIS - ZM

Resumo da Agência: A ARIS-ZM é uma Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais, que em sua competência, procura assegurar que sejam cumpridos os padrões e normas para a adequada prestação dos serviços de saneamento básico e a definição dos valores das tarifas e outros preços públicos que assegurem a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos de saneamento básico. Sediada em Viçosa-MG, a ARIS-ZM, foi criada em 14 de dezembro de 2021 em assembleia geral de prefeitos que aprovaram o protocolo de intenções. Pertencia a

superintendência de regulação do CISAB-ZM desde 2016. Oriunda da maioria dos municípios que compõem o CISAB-ZM, foi instituída para ser uma entidade específica de regulação de saneamento, com governança e autonomia, atendendo ao novo marco legal do saneamento.

Cidades Reguladas em MG (RSU): Abre Campo, Araponga, Cajuri, Caranaíba, Carangola, Chale, Divinésia, Governador Valadares, Guaraciba, Itambacuri, Jeceaba, Leopoldina, Lima Duarte, Manhuaçu, Muriaé, Palma, Paula Cândido, Piracema, Ponte Nova, Raul Soares, Santos Dumont, São Francisco do Glória, São Geraldo, Senador Firmino, Teixeiras, Tombos, Vermelho Novo e Viçosa.

Entre as três agências, a Arisb-MG surge como principal opção dado a experiência em trabalhar com os consórcios CONVALE-MG e CIAS-MG, mas a escolha de qualquer uma dessas três agências implica implementar um sistema de cofaturamento com a COPASA e COPANOR.

Um órgão que também pode ser levado em consideração é a Arsae-MG. A agência atualmente não possui competência para regular o serviço de manejo de RSU, uma vez que sua lei de criação (Lei Estadual nº 18.309/2009) trata apenas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Assim, exige-se a criação de uma lei que delegue à agência a regulação também dos serviços de manejo de RSU. Mas uma vez estabelecida a competência da Arsae-MG, poderia ser celebrado um convênio de cooperação do CORESAB com a agência para disciplinar a delegação da regulação dos serviços, o que simplificaria o modelo de regulação dado que a Arsae-MG é quem regula hoje o sistema de água e saneamento operado pela COPASA e COPANOR.

Criada em 2009, a Arsae-MG é uma autarquia especial, caracterizada pela autonomia administrativa, financeira, técnica e patrimonial. Está vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e é responsável por normatizar e fiscalizar os serviços de água e de esgoto prestados pela COPASA, pela COPANOR, pela SANARJ (Concessionária de Saneamento Básico de Araújos-MG) e pela Samotracia Meio Ambiente e Empreendimentos (Alphaville – Lagoa dos Ingleses). Realiza, ainda, para cada um desses prestadores, o cálculo para a revisão e o reajuste tarifário, além de atuar na mediação de conflitos entre prestadores e poder concedente (prefeituras) e no atendimento ao usuário, através do serviço de ouvidoria.

A estrutura organizacional da Arsae-MG e seu histórico de comunicação e gestão junto aos municípios do CORESAB e dos prestadores de serviço (COPASA / COPANOR) contribuem para a uma possível escolha da agência como órgão regulador no caso da concessão de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos, caso a agência consiga se capacitar para tal serviço.

5. CONDIÇÕES FISCAIS/FINANCEIRAS DOS MUNICÍPIOS

5.1. CONDIÇÕES FISCAIS E FINANCEIRAS

A análise de condição fiscais e financeiras aborda uma série de tópicos importantes para fornecer uma visão clara e detalhada da situação das finanças públicas dos municípios. Os principais tópicos incluídos nesse diagnóstico são:

- **Receitas municipais:** análise detalhada das principais fontes de receita do município, incluindo impostos locais, transferências governamentais, taxas e eventuais compensações ambientais, entre outras, incluindo análise da evolução das receitas ao longo do tempo e sua composição em relação ao total das receitas municipais.
- **Despesas municipais:** Uma análise das principais áreas de gastos do município, incluindo análise da evolução das despesas ao longo do tempo, sua composição em relação ao total das despesas municipais e cumprimento das obrigações previstas na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal (“LRF”).
- **Situação financeira:** Uma avaliação da situação financeira geral do município, incluindo o saldo financeiro, disponibilidade de caixa, capacidade de investimento, equilíbrio orçamentário, necessidade de financiamento, entre outros indicadores de saúde financeira.
- **Endividamento municipal:** Uma análise da situação do endividamento do município, focando principalmente no cálculo da capacidade de pagamento (CAPAG). A CAPAG nada mais é do que uma classificação feita pelo Tesouro Nacional, a partir da análise de indicadores econômico-financeiros, que reflete o grau de solvência e a saúde fiscal para contratação de empréstimos com garantia da União.

A CAPAG é composta pela avaliação de três indicadores (indicador de endividamento, indicador de poupança corrente e índice de liquidez) que possuem suas bases de cálculo e uma classificação parcial de A a C para, depois, chegar à classificação final, baseada nessas classificações parciais. Uma classificação de B para cima garante que o município pode pegar empréstimos com garantias do Tesouro Nacional.

Em 13 dezembro de 2013, foi publicada, no Diário Oficial da União, a portaria normativa do Ministério da Fazenda nº 1.583, que estabelece uma nova metodologia para a análise da CAPAG, que só será aplicada a partir do orçamento de 2023. Para os municípios que contêm essa classificação atualizada na base do Tesouro

Transparente, será considerado o CAPAG com base no cálculo de 2023, caso contrário, os dados e cálculos do CAPAG serão baseados em números de 2022.

- **Ativos e passivos existentes:** Levantamento dos ativos e passivos existentes do(s) atual(is) prestador(es) do serviço que possam causar impacto nos estudos e na futura concessão. A análise vai levar em conta apenas benefícios ou passivos já confirmados/oficializados, como por exemplo, a tabela 20 exemplifica os Passivos ambientais identificados no diagnóstico Técnico Ambiental, mas só serão considerados nessa análise os TACs já apontados referentes a cada um desses passivos. Também serão levados em conta os possíveis passivos decorrentes de uma concessão / PPP: foram analisados os atuais contratos com terceiros e pontuadas as possíveis multas relacionadas a quebra de contratos.

Tabela 20: Identificação de Outros Passivos Ambientais nos Locais de Disposição Final

Município	Tipo de Aterro	Passivos Identificados	Descrição, Localização e Áreas Abrangidas	Serviços Necessários à Recuperação	Interface com os Órgãos de Fiscalização e Controle Ambiental
Augusto de Lima	Lixão Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área utilizada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Baldim	Aterro Controlado Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área aterrada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Sim
Buenópolis	Lixão Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área utilizada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Caetanópolis	Lixão Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume, além da ausência de cobertura vegetal nos taludes e o Córrego Traíra passando ao fundo a 1 km de distância do Empreendimento	Toda a área utilizada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Cordisburgo	Aterro Controlado Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área aterrada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Corinto	Lixão Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área utilizada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Diamantina	Lixão Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área utilizada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Sim
Inimutaba	Aterro Controlado Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área aterrada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não

Tabela 20: Identificação de Outros Passivos Ambientais nos Locais de Disposição Final

Município	Tipo de Aterro	Passivos Identificados	Descrição, Localização e Áreas Abrangidas	Serviços Necessários à Recuperação	Interface com os Órgãos de Fiscalização e Controle Ambiental
Jequitibá	Unidade de Triagem	Ausência de impermeabilização do solo e drenagem de águas pluviais. Os resíduos ficam expostos ao solo aguardando a triagem ou o transporte para a destinação final	Toda a área utilizada para triagem dos materiais	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Monjolos	Lixão Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume, além da ausência de cobertura vegetal em alguns pontos do Aterro, considerando que, o mesmo, se encontra encerrado	Toda a área utilizada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Morro da Garça	Aterro Controlado Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área aterrada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Paraopeba	Aterro Controlado Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área aterrada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não informada
Presidente Juscelino	Aterro Controlado Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume, além do desmatamento realizado sem controle dentro da área, para as atividades do Aterro	Toda a área aterrada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Santana de Pirapama	Lixão Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume, além da ausência de cobertura vegetal em alguns pontos do Lixão, considerando que o mesmo se encontra encerrado	Toda a área utilizada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Santo Hipólito	Lixão Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume, além da ausência de cobertura vegetal em alguns pontos do Aterro, considerando que o mesmo se encontra encerrado	Toda a área utilizada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Não
Três Marias	Lixão Municipal	Ausência de impermeabilização do solo, monitoramento de gases e drenagem de chorume	Toda a área utilizada	Avaliação detalhada e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Sim

Tabela 20: Situação dos Passivos Administrativos Ambientais

Município	Residência ao Redor	Vegetação ao Redor	Área Contaminada	TAC*	Mandado Judicial*	PRAD	Licenciamento Ambiental	Passivos Administrativos
Augusto de Lima	Não	Sim	Sim	Sim (Cópia do TAC não encaminhada pelo município)	Sim	Não	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD. Além disso o TAC e o m Mandado judicial podem ocasionar os custos das multas ou outras adequações que se fizerem necessárias.
Baldim	Não	Sim	Sim	Não	Sim (ANEXO V)	Exigido	Não	Área: Aterro Controlado Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e aplicação do PRAD. Além disso, o TAC pode ocasionar os custos das multas ou outras adequações que se fizerem necessárias.
Buenópolis	Não	Sim	Sim	Sim (ANEXO VI)	Sim	Exigido	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e aplicação do PRAD. Além disso, o TAC pode ocasionar os custos das multas ou outras adequações que se fizerem necessárias.
Caetanópolis	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar a na sistemática de investigação e PRAD.
Cordisburgo	Não	Sim	Sim	Sim (ANEXO VII)	Sim	Exigido	Não	Área: Aterro Controlado Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e aplicação do PRAD. Além disso, o m Mandado judicial pode ocasionar os custos das multas ou outras adequações que se fizerem necessárias.
Corinto	Não	Sim	Sim	Não	Sim (ANEXO VIII)	Não	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD.
Curvelo	Não	Sim	Não	Não	Sim (ANEXO IX)	Não	Sim (ANEXO III)	Área: Aterro Sanitário Municipal Possui Licenciamento Ambiental, com validade até 2030. Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão. Além disso, o TAC pode ocasionar os custos das multas ou outras adequações que se fizerem necessárias.
Diamantina	Não	Sim	Sim	Sim (ANEXO X)	Sim	Exigido	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD. Além disso, o TAC e o m Mandado judicial podem ocasionar os custos das multas ou outras adequações que se fizerem necessárias.

Tabela 20: Situação dos Passivos Administrativos Ambientais

Município	Residência ao Redor	Vegetação ao Redor	Área Contaminada	TAC*	Manda do Judicial *	PRAD	Licenciamento Ambiental	Passivos Administrativos
<u>Felixlândia</u>	Não	Sim	Sim	Não	Não, mas há Procedimento Preparatório Investigativo (ANEXO XI)	Não	Sim (ANEXO IV)	Área: Aterro Controlado Municipal Possui Licenciamento Ambiental; com validade até 2032. Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD.
<u>Inimutaba</u>	Não	Sim	Sim	Não	Não, mas há Procedimento Preparatório Investigativo (ANEXO XII)	Não	Não	Área: Aterro Controlado Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD.
<u>Jequitibá</u>	Sim	Sim	Sim	Sim (ANEXO XIII)	Não	Exigido	Não	Área: Unidade de Triagem Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e aplicação do PRAD.
<u>Monjolos</u>	Não	Sim	Sim	Não	Não, mas há Ação Civil Pública em andamento (ANEXO XIV)	Não	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD. Além disso, o TAC pode ocasionar os custos das multas ou outras adequações que se fizerem necessárias.
<u>Morro da Garça</u>	Não	Sim	Sim	Não	Não, mas há Procedimento Preparatório Investigativo (ANEXO XV)	Não	Não	Área: Aterro Controlado Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD.
<u>Paraopeba</u>	Não	Sim	Sim	Não	Sim (ANEXO XVI)	Exigido	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e aplicação do PRAD.

Tabela 20: Situação dos Passivos Administrativos Ambientais

Município	Residências ao Redor	Vegetação ao Redor	Área Contaminada	TAC*	Manda do Judicial*	PRA D	Licenciamento Ambiental	Passivos Administrativos
Presidente Juscelino	Não	Sim	Sim	Não	Não, mas há Procedimento Preparatório Investigativo (ANEXO XVII)	Não	Não	Área: Aterro Controlado Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD.
Santana de Pirapama	Não	Sim	Sim	Sim (Cópia do TAC não encaminhada pelo município)	Sim	Não	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD.
Santo Hipólito	Não	Sim	Sim	Não	Não, mas há Ação Civil Pública em andamento (ANEXO XVIII)	Não	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD. Além disso, o Mandado Judicial pode ocasionar os custos das multas ou outras adequações que se fizerem necessárias.
Três Marias	Não	Sim	Sim	Sim (Cópia do TAC não encaminhada pelo município)	Sim	Não	Não	Área: Lixão Municipal Pode ocasionar necessidade de Solicitação de Autorização de Supressão, bem como para a contaminação pode ocasionar na sistemática de investigação e PRAD. Além disso, o TAC pode ocasionar os custos das multas ou outras adequações que se fizerem necessárias.

Fonte: Consultoria - Frente Técnico-Operacional

5.1.1. AUGUSTO DE LIMA

5.1.1.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Augusto de Lima recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 14% do total de sua receita, e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 77% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Augusto de Lima, sua distribuição ocorre com 38% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 54% em outras despesas correntes do município e 8% com despesas de capital (investimentos).

Tabela 21: Composição Receitas e Despesas - Augusto de Lima

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 2.840.387	R\$ 3.040.244	R\$ 6.548.629	13,60%	11,55%	19,67%
Receita Tributária	R\$ 2.437.587	R\$ 2.341.261	R\$ 4.805.979	11,67%	8,89%	14,44%
Receita de Contribuições	R\$ 333.319	R\$ 392.031	R\$ 423.146	1,60%	1,49%	1,27%
Receita Patrimonial	R\$ 26.838	R\$ 261.967	R\$ 1.277.629	0,13%	1,00%	3,84%
Outras Receitas Locais	R\$ 42.644	R\$ 44.985	R\$ 41.875	0,20%	0,17%	0,13%
Receitas Externas	R\$ 17.363.660	R\$ 22.207.123	R\$ 25.917.657	83,14%	84,35%	77,85%
Transferências Correntes	R\$ 17.362.517	R\$ 21.626.261	R\$ 25.633.498	83,13%	82,14%	76,99%
Outras receitas Correntes	R\$ 1.142	R\$ 580.862	R\$ 284.160	0,01%	2,21%	0,85%
Receitas de Capital	R\$ 680.896	R\$ 1.079.719	R\$ 826.741	3,26%	4,10%	2,48%
TOTAL RECEITAS	R\$ 20.884.944	R\$ 26.327.085	R\$ 33.293.028	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 17.033.740	R\$ 18.351.878	R\$ 28.901.751	81,56%	69,71%	86,81%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 10.027.168	R\$ 10.025.180	R\$ 11.792.528	48,01%	38,08%	35,42%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 7.006.572	R\$ 8.326.698	R\$ 17.109.223	33,55%	31,63%	51,39%
Despesas de Capital	R\$ 2.750.263	R\$ 2.522.088	R\$ 2.503.283	13,17%	9,58%	7,52%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 19.784.004	R\$ 20.873.966	R\$ 31.405.035	94,73%	79,29%	94,33%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Augusto de Lima obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

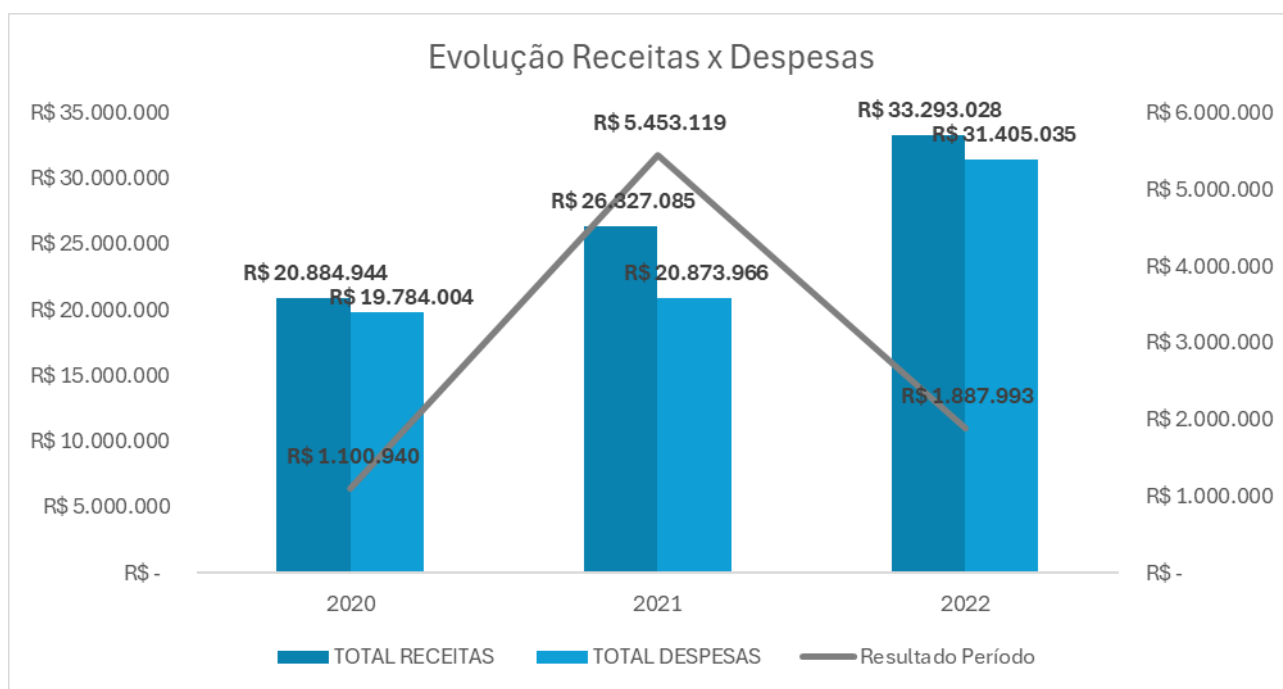


Figura 3: Evolução Receitas x Despesas - Augusto de Lima

[Fonte TCE-MG]

5.1.1.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

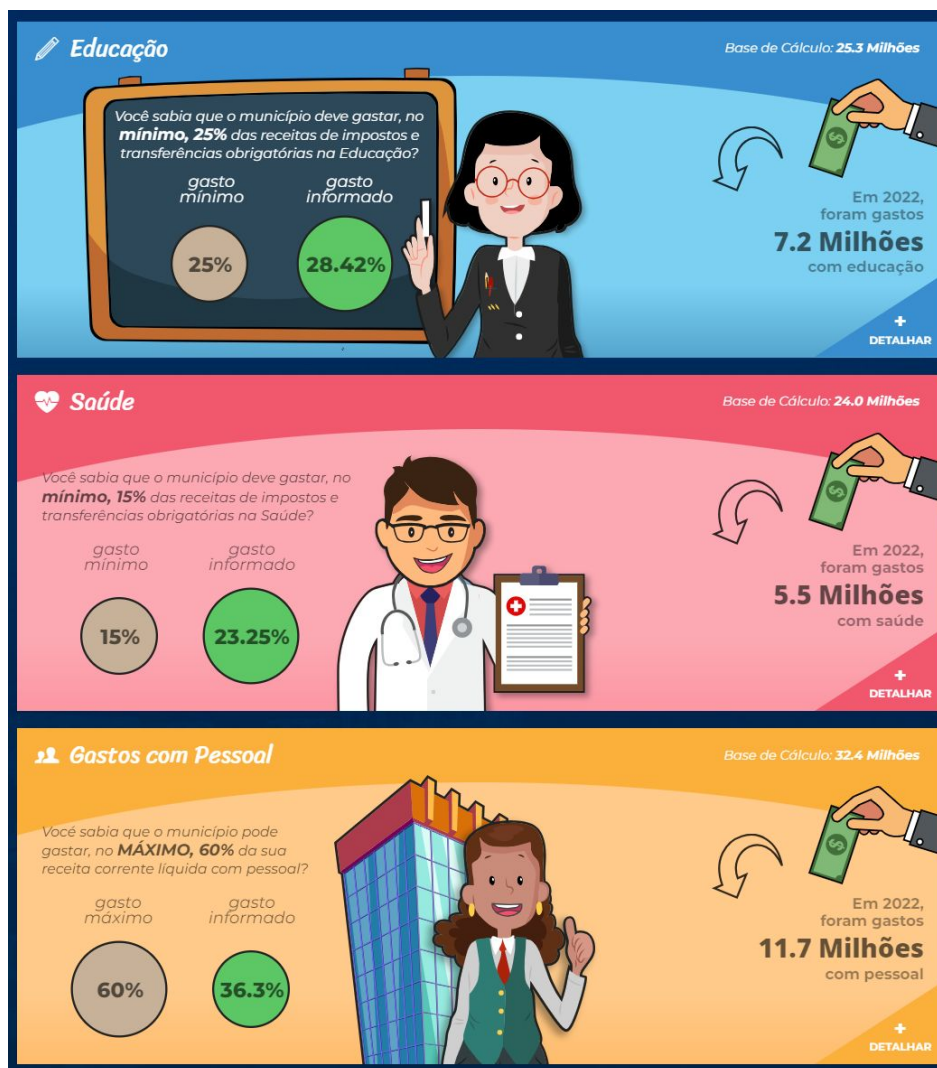


Figura 4: Cumprimento dos requisitos da LRF - Augusto de Lima

[Fonte: TCE-MG]

5.1.1.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Augusto de Lima apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo, porém em proporções menores do que o ativo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 22: Balanço Patrimonial - Augusto de Lima

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 22.699.616	R\$ 30.711.990	R\$ 37.481.049
Ativo Circulante	R\$ 4.242.220	R\$ 10.694.673	R\$ 14.287.083
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 4.141.232	R\$ 11.037.217	R\$ 13.576.439
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 100.988	R\$ 962.156	R\$ 710.644
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ 619.612	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 18.457.396	R\$ 20.017.317	R\$ 23.193.966
Realizável a Longo Prazo	R\$ 223.082	R\$ 283.358	R\$ 393.656
Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Imobilizado	R\$ 18.234.314	R\$ 19.733.959	R\$ 22.800.310
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 617.634	R\$ 1.230.573	R\$ 2.154.641
Passivo Circulante	R\$ 617.634	R\$ 1.230.573	R\$ 2.154.641
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 481.282	R\$ 442.444	R\$ 1.127.227
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 129.309	R\$ 648.377	R\$ 761.693
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ -	R\$ 11.619	R\$ 4.677
Outros Passivos Circulantes	R\$ 7.043	R\$ 128.132	R\$ 261.045
Passivo Não Circulante	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 22.081.982	R\$ 29.481.418	R\$ 35.326.408
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	-R\$ 1.163.553	R\$ 7.399.436	R\$ 5.782.461
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 23.245.535	R\$ 22.081.982	R\$ 29.543.947
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida negativa de R\$ 3 milhões. O município de Augusto de Lima se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 11 milhões, uma melhoria de mais de R\$ 7 milhões em comparação a 2020.

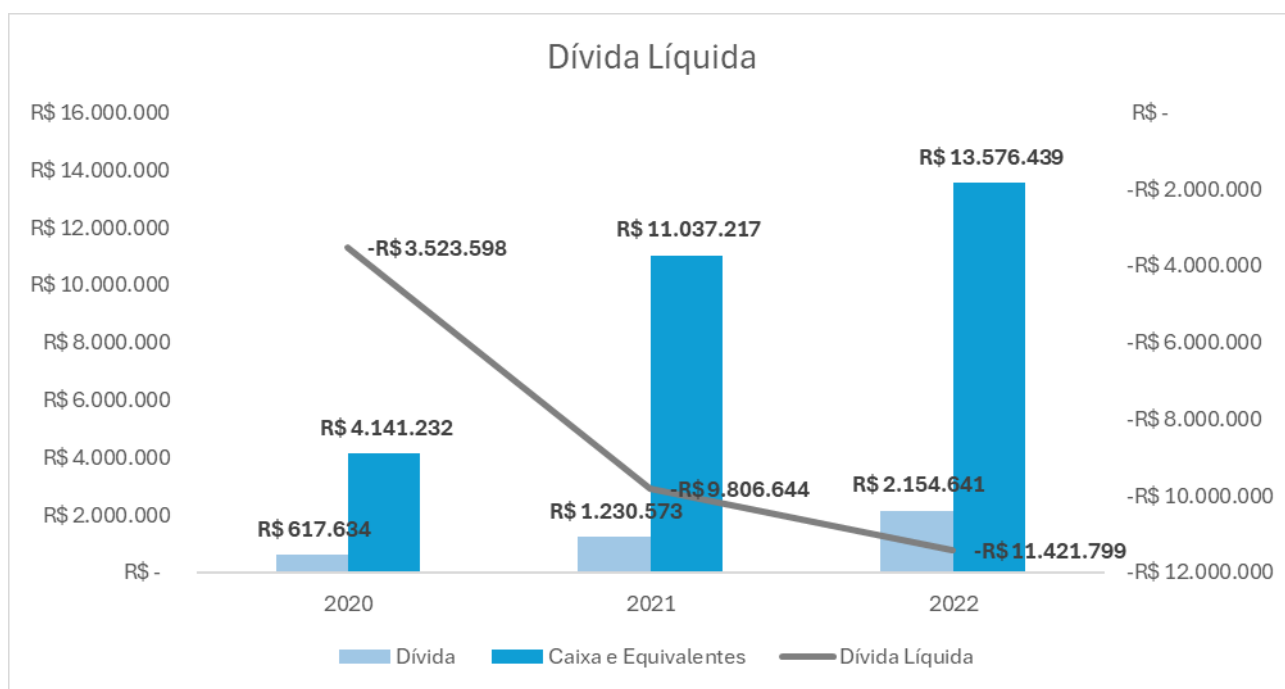


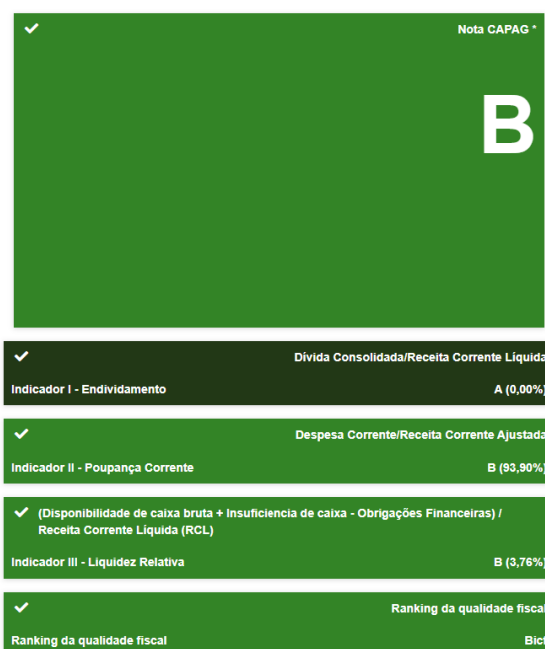
Figura 5: Evolução Dívida Líquida - Augusto de Lima

[Fonte TCE-MG]

5.1.1.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Augusto de Lima s  apenas classificac  o A em um dos indicadores, mas manteve todos os indicadores acima de B e por isso obteve classificac  o B. Com isso, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Tabela 23: Capacidade de Pagamento - Augusto de Lima



Fonte: Tesouro Transparente

5.1.1.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Augusto de Lima não possui ativos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Quanto aos passivos, existe uma Ação Civil Pública (001873-48.2018.8.13.0092) no qual foi concedida uma medida liminar no dia 21/01/2019, no qual o município foi intimado a colocar em funcionamento um Aterro Sanitário operando de acordo com as normas ambientais em no máximo 12 meses, sob pena de multa diária de R\$500 até atingir o limite de R\$ 200.000,00. Até a presente data (22/05/2024), a multa já atingiu seu valor máximo.

Augusto de Lima não possui contratos com terceiros, dado que o SMRSU do município é feito de forma cem por cento própria, portanto, não existe possível passivo em caso de concessão ou PPP.

5.1.1.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Augusto de Lima apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ainda apresenta bom desempenho em conformidade com o TCE/MG, onde recebeu nota A no indicador de Endividamento e B no CAPAG geral. Com esse resultado, o município se habilita para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 34,3% das receitas correntes no ano de 2022.

5.1.2. BALDIM

5.1.2.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Baldim recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 5% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 11%; e das transferências correntes (compostas por participações como do FPM, ICMS, IPVA), no valor de 79% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Baldim, sua distribuição ocorre com 44% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 36% em outras despesas correntes do município e 18% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 24: Composição Receitas e Despesas - Baldim

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 2.059.881	R\$ 2.553.447	R\$ 3.343.387	9,06%	9,35%	9,68%
Receita Tributária	R\$ 1.494.514	R\$ 1.688.350	R\$ 1.774.971	6,57%	6,18%	5,14%
Receita de Contribuições	R\$ 475.267	R\$ 619.924	R\$ 580.255	2,09%	2,27%	1,68%
Receita Patrimonial	R\$ 11.884	R\$ 182.936	R\$ 922.332	0,05%	0,67%	2,67%
Outras Receitas Locais	R\$ 78.216	R\$ 62.238	R\$ 65.828	0,34%	0,23%	0,19%
Receitas Externas	R\$ 19.995.411	R\$ 23.049.815	R\$ 27.388.933	87,95%	84,43%	79,32%
Transferências Correntes	R\$ 19.738.293	R\$ 22.919.311	R\$ 27.361.352	86,82%	83,95%	79,24%
Outras receitas Correntes	R\$ 257.118	R\$ 130.505	R\$ 27.581	1,13%	0,48%	0,08%
Receitas de Capital	R\$ 679.074	R\$ 1.696.313	R\$ 3.796.029	2,99%	6,21%	10,99%
TOTAL RECEITAS	R\$ 22.734.365	R\$ 27.299.575	R\$ 34.528.348	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 20.009.289	R\$ 21.220.494	R\$ 28.512.414	88,01%	77,73%	82,58%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 12.091.347	R\$ 12.595.581	R\$ 15.513.920	53,19%	46,14%	44,93%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 159.972	R\$ 285.605	R\$ 349.504	0,70%	1,05%	1,01%
Outras Despesas Correntes	R\$ 7.757.970	R\$ 8.339.308	R\$ 12.648.990	34,12%	30,55%	36,63%
Despesas de Capital	R\$ 2.337.934	R\$ 2.233.130	R\$ 6.291.430	10,28%	8,18%	18,22%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ 3.379	R\$ -	R\$ -	0,01%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 22.350.601	R\$ 23.453.623	R\$ 34.803.843	98,31%	85,91%	100,80%

Fonte: TCE-MG

Com relação aos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Baldim obteve um balanço positivo no seu orçamento somente nos dois primeiros anos e um balanço negativo no ano de 2022. É um ponto de atenção para acompanhar, porém, além da receita/despesa ter subido mais de 25% com relação aos anos anteriores, o município também aumentou os investimentos realizados em mais de 270%, o que naturalmente impactou nas despesas e, conseqüentemente, no balanço final do ano de 2022.

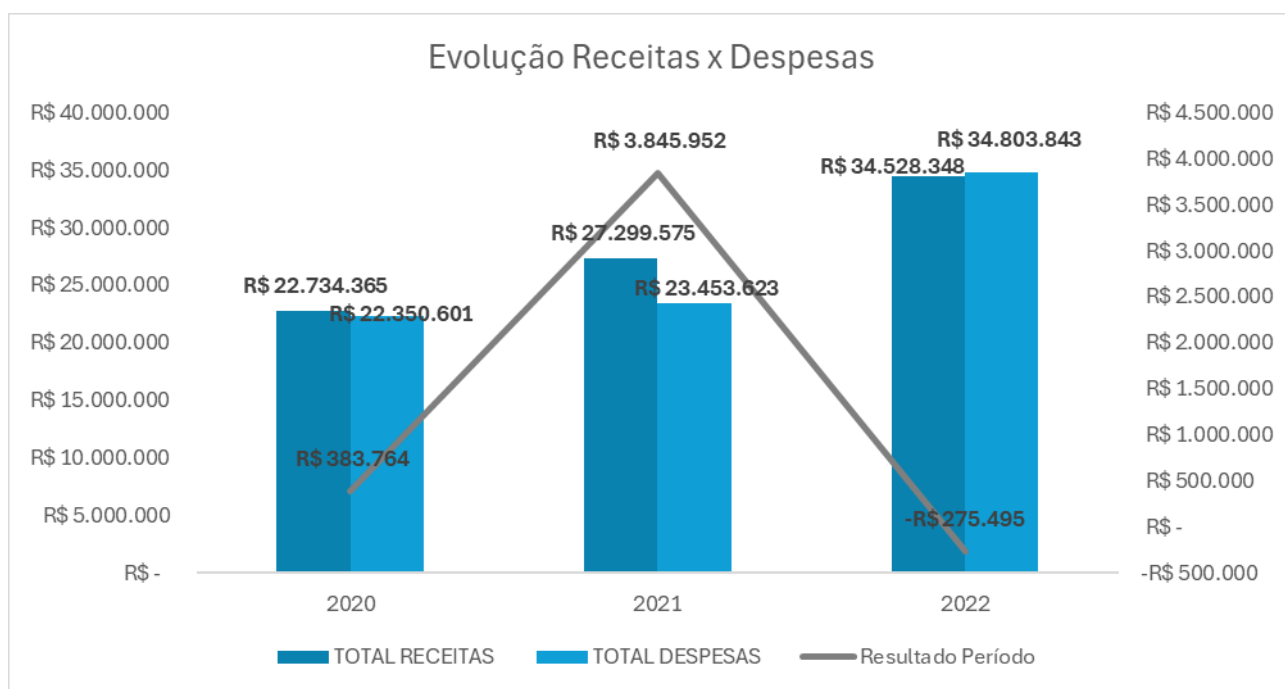


Figura 6: Evolução Receitas x Despesas - Baldim

[Fonte TCE-MG]

5.1.2.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

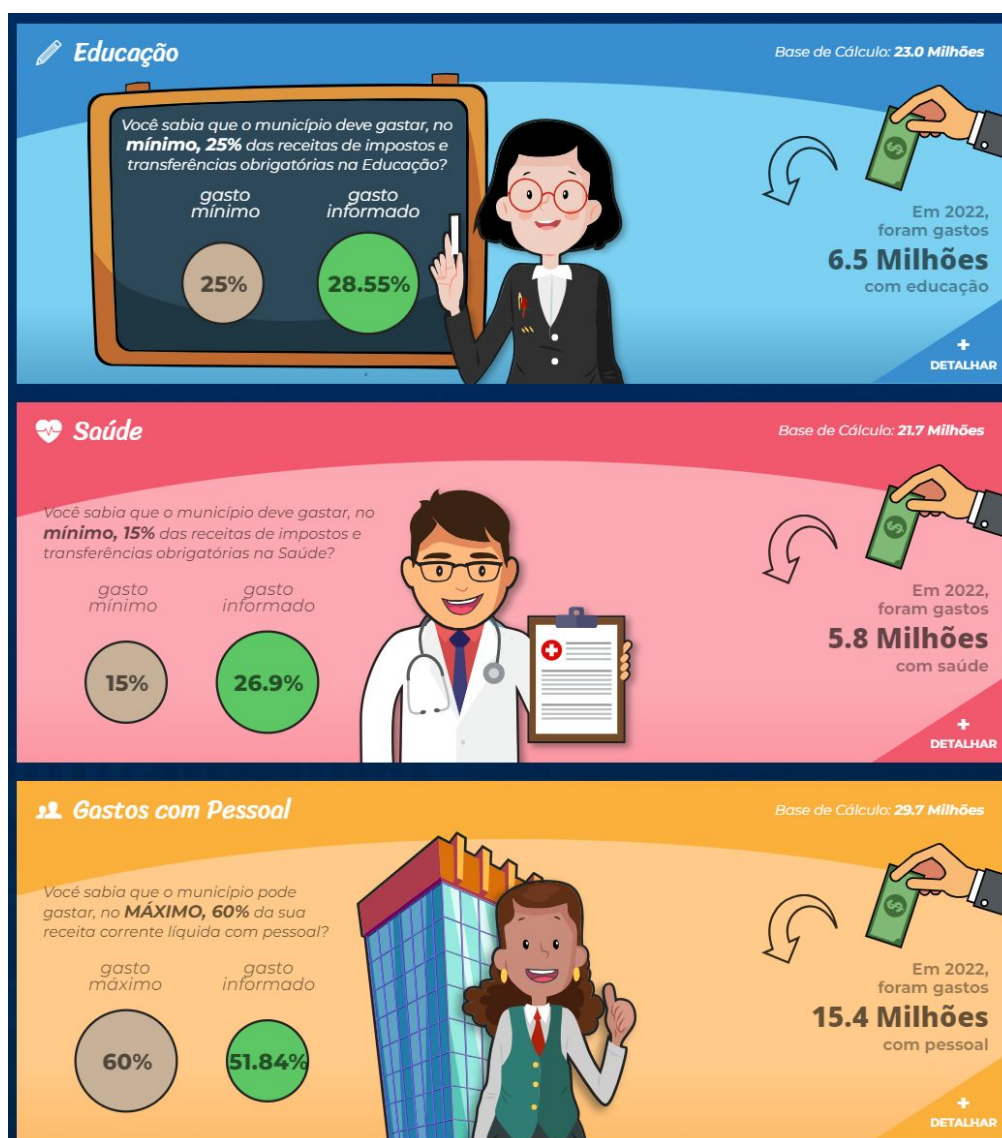


Figura 7: Cumprimento dos requisitos da LRF - Baldim

[Fonte: TCE-MG]

5.1.2.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Baldim apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo, porém em proporções menores do que o ativo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 25: Balanço Patrimonial - Baldim

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 26.729.657	R\$ 34.748.974	R\$ 41.509.675
Ativo Circulante	R\$ 12.079.319	R\$ 18.531.880	R\$ 20.623.264
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 1.980.274	R\$ 7.033.478	R\$ 8.730.530
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 10.099.045	R\$ 11.498.402	R\$ 11.892.734
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 14.650.338	R\$ 16.217.094	R\$ 20.886.412
Realizável a Longo Prazo	R\$ 411.333	R\$ 429.764	R\$ 455.235
Investimentos	R\$ 366.147	R\$ 475.572	R\$ 726.791
Imobilizado	R\$ 13.872.858	R\$ 15.311.758	R\$ 19.704.386
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 7.042.364	R\$ 7.271.313	R\$ 7.674.551
Passivo Circulante	R\$ 1.669.165	R\$ 1.426.993	R\$ 2.255.458
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 141.626	R\$ 3.583	R\$ 206.060
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 358.083	R\$ 387.005	R\$ 1.822.745
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 36.756	R\$ 22.785	R\$ 16.520
Outros Passivos Circulantes	R\$ 1.132.700	R\$ 1.013.621	R\$ 210.134
Passivo Não Circulante	R\$ 5.373.200	R\$ 5.844.320	R\$ 5.419.092
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 5.373.200	R\$ 5.844.320	R\$ 5.419.092
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 19.687.293	R\$ 27.477.661	R\$ 33.835.125
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 6.162.249	R\$ 4.856.238	R\$ 5.437.467
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 13.525.044	R\$ 22.621.423	R\$ 28.397.658
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 5 milhões. O município de Baldim se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 1 milhão, uma melhoria de mais de 6 milhões em comparação a 2020.

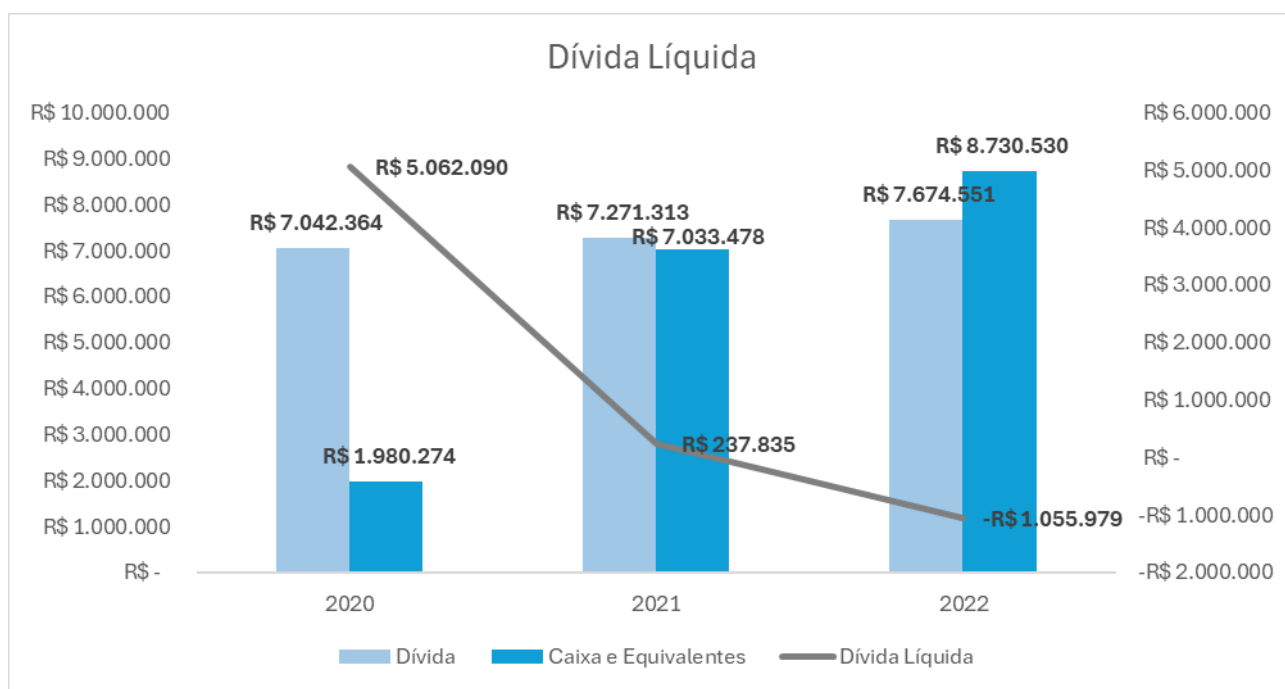


Figura 8: Evolução Dívida Líquida - Baldim
[Fonte TCE-MG]

5.1.2.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Baldim só apresentou a nota A em um de três indicadores (Endividamento), enquanto o indicador de Liquidez Relativa recebeu a pior nota (C). Desse modo, o município obteve uma nota final de C, o que significa que o município não pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Além disso, a cidade apresentou um ranking insatisfatório de qualidade fiscal, que classifica a consistência contábil das informações publicadas pelo município.

Tabela 26: Capacidade de Pagamento - Baldim

<div> <div>!</div> <div>Nota CAPAG *</div> <div>C</div> </div>	
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (15,91%)
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	B (88,50%)
!	(Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)
Indicador III - Liquidez Relativa	C (-1,57%)
!	Ranking da qualidade fiscal
	Cicf

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.2.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Baldim possui uma TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) em andamento para fechamento do antigo aterro e execução do PRAD (processo de nº 5001153-35.2021.8.13.0672). Até 2023, foi pago um montante de R\$90.000,00 e há a previsão de pagamento de R\$400.000,00 nos próximos três anos.

Baldim atualmente possui dois contratos ativos com prestadores de serviços de RSU. Tanto o contrato com o fornecedor Orbis quanto com o fornecedor Viasolo estão em fase de aditivo anual, com vencimento ao final do ano corrente, e, portanto, não incorrem de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final de cada ano. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.2.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Baldim apresenta condições financeiras e fiscais decentes, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Apresenta um superávit, acumulando caixa que corresponde a 3% das receitas correntes no ano de 2022, porém apresenta como um aspecto positivo um histórico de evolução e crescimento do caixa.

O ponto negativo das finanças fica para o CAPAG., dado que apresenta um indicador de Liquidez Relativa com baixa classificação, o que impede uma nota melhor do CAPAG e consequentemente impede que o município se habilite para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

5.1.3. BUENÓPOLIS

5.1.3.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Buenópolis recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 8% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 20%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 68% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Buenópolis, sua distribuição ocorre com 42% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 38% em outras despesas correntes do município e 19% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 27: Composição Receitas e Despesas - Buenópolis

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 3.629.588	R\$ 3.816.011	R\$ 6.634.521	11,57%	10,08%	11,96%
Receita Tributária	R\$ 2.891.863	R\$ 2.753.808	R\$ 4.389.203	9,22%	7,28%	7,91%
Receita de Contribuições	R\$ 713.101	R\$ 794.377	R\$ 839.036	2,27%	2,10%	1,51%
Receita Patrimonial	R\$ 19.481	R\$ 219.360	R\$ 1.406.283	0,06%	0,58%	2,54%
Outras Receitas Locais	R\$ 5.143	R\$ 48.466	R\$ -	0,02%	0,13%	0,00%
Receitas Externas	R\$ 26.454.614	R\$ 30.812.952	R\$ 37.769.008	84,31%	81,42%	68,09%
Transferências Correntes	R\$ 26.399.481	R\$ 30.803.769	R\$ 37.718.686	84,13%	81,40%	68,00%
Outras receitas Correntes	R\$ 55.134	R\$ 9.182	R\$ 50.322	0,18%	0,02%	0,09%
Receitas de Capital	R\$ 1.295.351	R\$ 3.215.525	R\$ 11.064.932	4,13%	8,50%	19,95%
TOTAL RECEITAS	R\$ 31.379.553	R\$ 37.844.488	R\$ 55.468.462	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 26.017.458	R\$ 29.148.271	R\$ 42.363.760	82,91%	77,02%	76,37%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 15.224.788	R\$ 17.361.938	R\$ 22.058.829	48,52%	45,88%	39,77%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 41.646	R\$ 74.658	R\$ 409.193	0,13%	0,20%	0,74%
Outras Despesas Correntes	R\$ 10.751.024	R\$ 11.711.676	R\$ 19.895.738	34,26%	30,95%	35,87%
Despesas de Capital	R\$ 4.400.669	R\$ 3.911.461	R\$ 9.745.190	14,02%	10,34%	17,57%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 30.418.127	R\$ 33.059.732	R\$ 52.108.950	96,94%	87,36%	93,94%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Buenópolis obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário. Vale ressaltar que a cidade obteve esse balanço mesmo aumentando seus investimentos em mais de 260% no ano 2022.

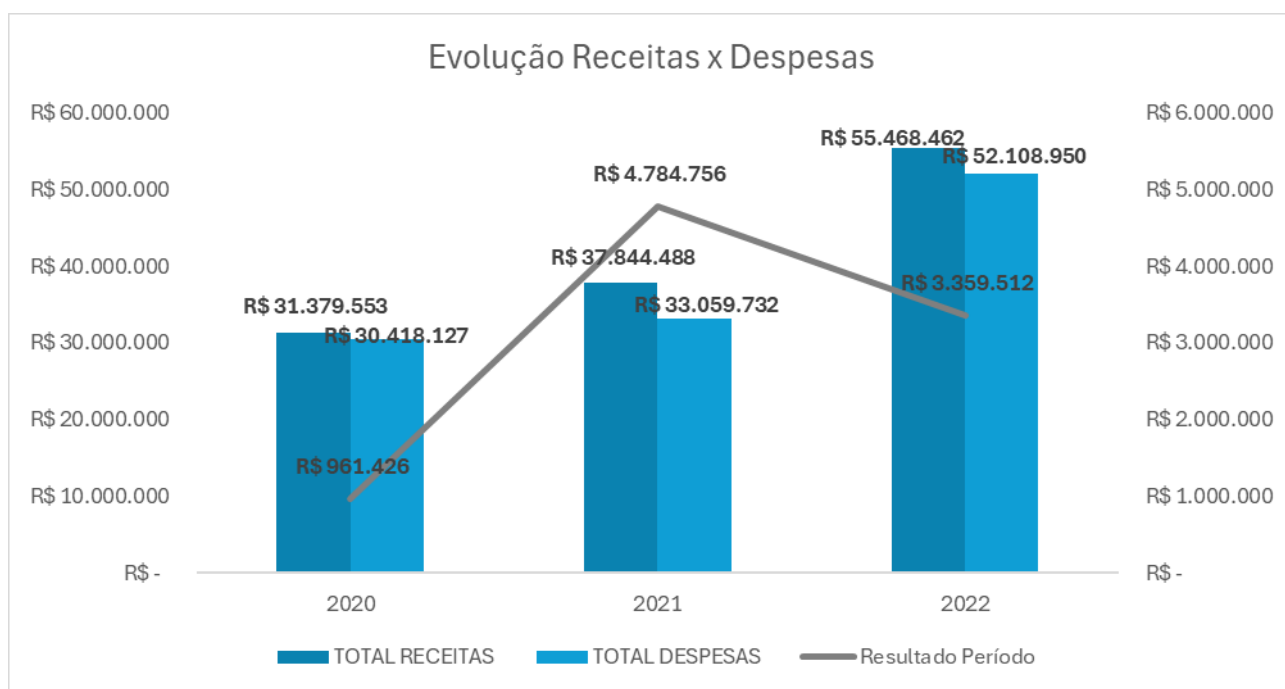


Figura 9: Evolução Receitas x Despesas – Buenópolis

[Fonte TCE-MG]

5.1.3.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

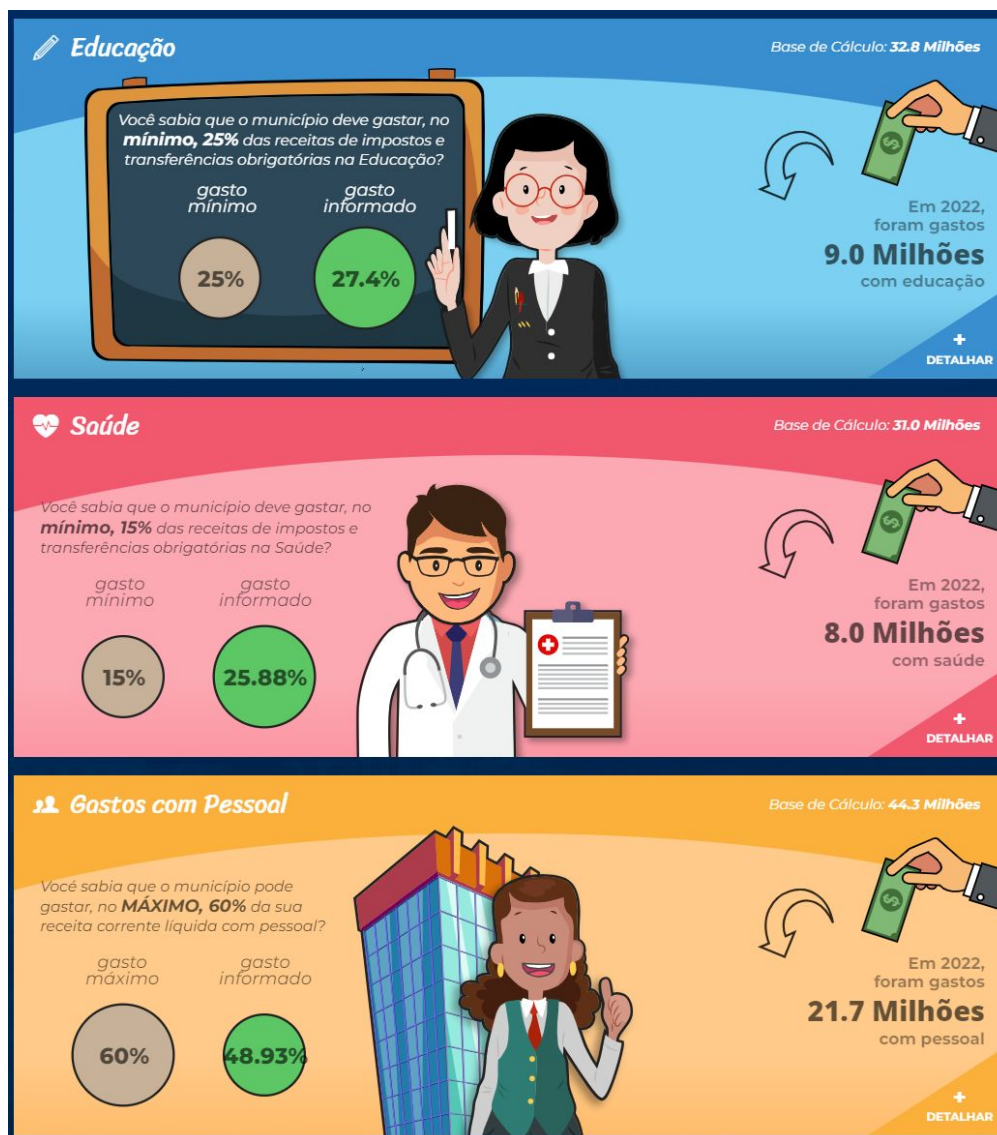


Figura 10: Cumprimento dos requisitos da LRF - Buenópolis

[Fonte: TCE-MG]

5.1.3.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Buenópolis apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo, porém em proporções menores do que o ativo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 28: Balanço Patrimonial - Buenópolis

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 46.646.714	R\$ 43.412.967	R\$ 55.928.711
Ativo Circulante	R\$ 17.731.389	R\$ 9.516.184	R\$ 15.293.230
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 4.070.298	R\$ 9.081.280	R\$ 14.808.083
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 13.661.090	R\$ 434.904	R\$ 485.147
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 28.915.325	R\$ 33.896.783	R\$ 40.635.481
Realizável a Longo Prazo	R\$ 812.926	R\$ 2.193.930	R\$ 1.504.511
Investimentos	R\$ 848.692	R\$ 848.692	R\$ 848.692
Imobilizado	R\$ 27.253.707	R\$ 30.854.161	R\$ 38.282.279
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 6.104.752	R\$ 4.374.860	R\$ 6.260.206
Passivo Circulante	R\$ 4.630.174	R\$ 1.987.836	R\$ 2.153.168
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 219.651	R\$ 1.203.418	R\$ 1.659.463
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 684.502	R\$ 702.987	R\$ 252.652
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 6.928	R\$ 25.277	R\$ 44.079
Outros Passivos Circulantes	R\$ 3.719.093	R\$ 56.154	R\$ 196.975
Passivo Não Circulante	R\$ 1.474.578	R\$ 2.387.024	R\$ 4.107.038
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 784.514	R\$ 689.253	R\$ 632.627
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 690.064	R\$ 1.697.770	R\$ 3.474.411
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 40.541.961	R\$ 39.038.106	R\$ 49.668.505
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 7.207.160	-R\$ 5.095.863	R\$ 10.630.399
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 33.334.801	R\$ 44.133.970	R\$ 39.038.106
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 2 milhões. O município de Buenópolis se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 8 milhões, uma melhoria de mais de 10 milhões em comparação a 2020.

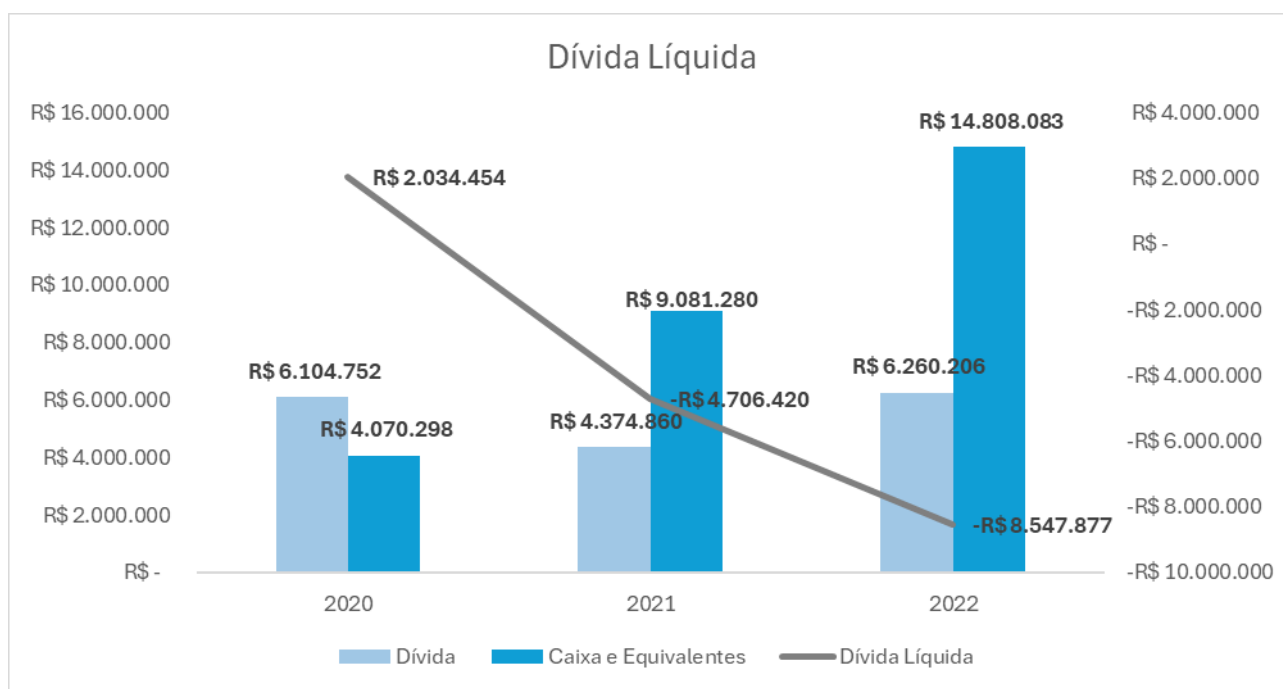


Figura 11: Evolução Dívida Líquida - Buenópolis

[Fonte TCE-MG]

5.1.3.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Buenópolis s  apresentou a nota A em um de três indicadores (Endividamento), enquanto tanto o indicador de Poupança Corrente quanto o de Liquidez Relativa receberam a pior nota (C). Desse modo, o município obteve uma nota final de C, o que significa que o município não pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Tabela 29: Capacidade de Pagamento - Buenópolis

<div> <div>!</div> <div>Nota CAPAG *</div> <div>C</div> </div>	
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (6,70%)
!	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	C (97,04%)
!	(Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)
Indicador III - Liquidez Relativa	C (-4,19%)
✓	Ranking da qualidade fiscal
Ranking da qualidade fiscal	A1c1

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.3.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Buenópolis não possui ativos ou passivos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Buenópolis atualmente possui um contrato ativo com prestador de serviços de RSU. O contrato com o fornecedor Viasolo está em fase de aditivo anual, com vencimento ao final do mês de novembro, e, portanto, não incorre de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final do contrato. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.3.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Buenópolis apresenta condições financeiras e fiscais razoáveis, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 15,4% das receitas correntes no ano de 2022.

Apesar disso, o desempenho no índice CAPAG foi baixo (nota C), desabilitando o município para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

5.1.4. CAETANÓPOLIS

5.1.4.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Caetanópolis recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 8% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 11%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 76% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Caetanópolis, sua distribuição ocorre com 43% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 33% em outras despesas correntes do município e 23% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 30: Composição Receitas e Despesas - Caetanópolis

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 3.354.420	R\$ 3.959.316	R\$ 6.343.540	10,87%	10,24%	12,74%
Receita Tributária	R\$ 2.581.563	R\$ 2.911.485	R\$ 3.920.110	8,37%	7,53%	7,88%
Receita de Contribuições	R\$ 699.466	R\$ 793.352	R\$ 748.888	2,27%	2,05%	1,50%
Receita Patrimonial	R\$ 14.850	R\$ 194.241	R\$ 1.630.056	0,05%	0,50%	3,27%
Outras Receitas Locais	R\$ 58.541	R\$ 60.238	R\$ 44.486	0,19%	0,16%	0,09%
Receitas Externas	R\$ 27.162.187	R\$ 33.487.102	R\$ 38.082.131	88,06%	86,64%	76,51%
Transferências Correntes	R\$ 27.139.795	R\$ 33.424.415	R\$ 37.875.894	87,98%	86,48%	76,09%
Outras receitas Correntes	R\$ 22.392	R\$ 62.687	R\$ 206.237	0,07%	0,16%	0,41%
Receitas de Capital	R\$ 329.501	R\$ 1.204.666	R\$ 5.349.243	1,07%	3,12%	10,75%
TOTAL RECEITAS	R\$ 30.846.107	R\$ 38.651.085	R\$ 49.774.914	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 25.624.712	R\$ 29.424.027	R\$ 36.404.281	83,07%	76,13%	73,14%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 15.468.872	R\$ 18.749.124	R\$ 20.496.920	50,15%	48,51%	41,18%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 10.155.840	R\$ 10.674.903	R\$ 15.907.362	32,92%	27,62%	31,96%
Despesas de Capital	R\$ 3.738.297	R\$ 3.047.159	R\$ 11.179.408	12,12%	7,88%	22,46%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 29.363.009	R\$ 32.471.185	R\$ 47.583.689	95,19%	84,01%	95,60%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Caetanópolis obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário. Vale ressaltar que a cidade obteve esse balanço mesmo aumentando seus investimentos em mais de 386% no ano 2022.

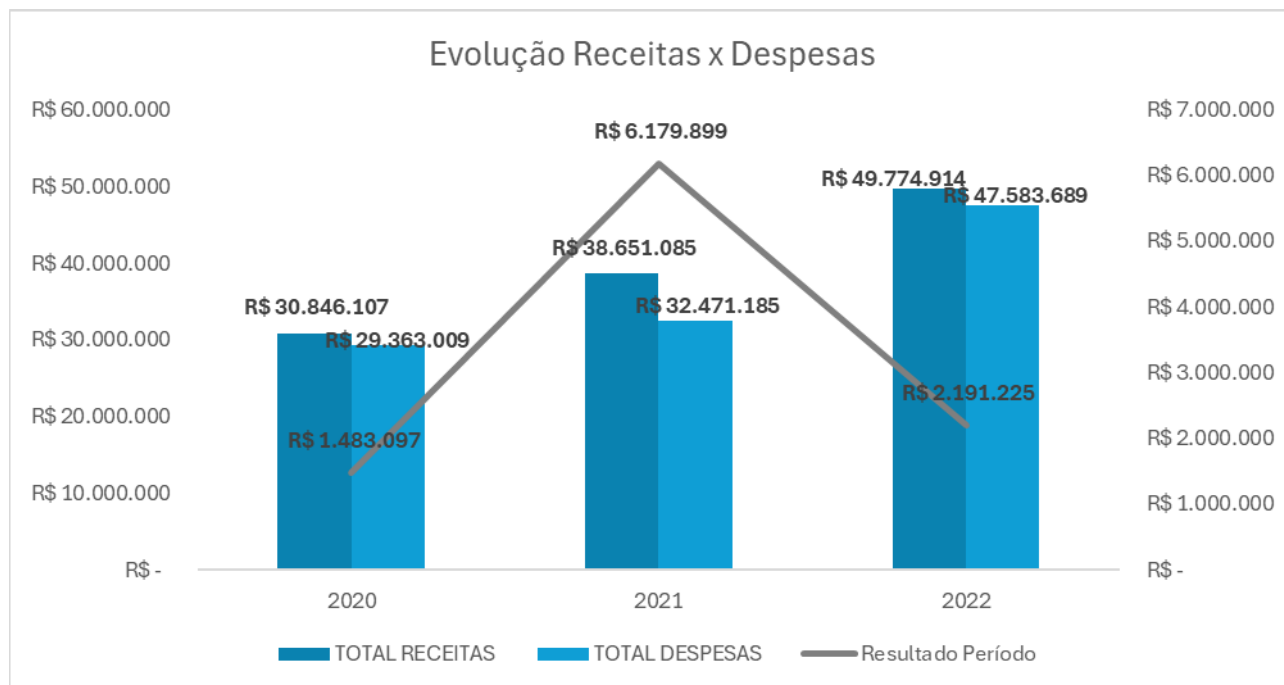


Figura 12: Evolução Receitas x Despesas - Caetanópolis

[Fonte TCE-MG]

5.1.4.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

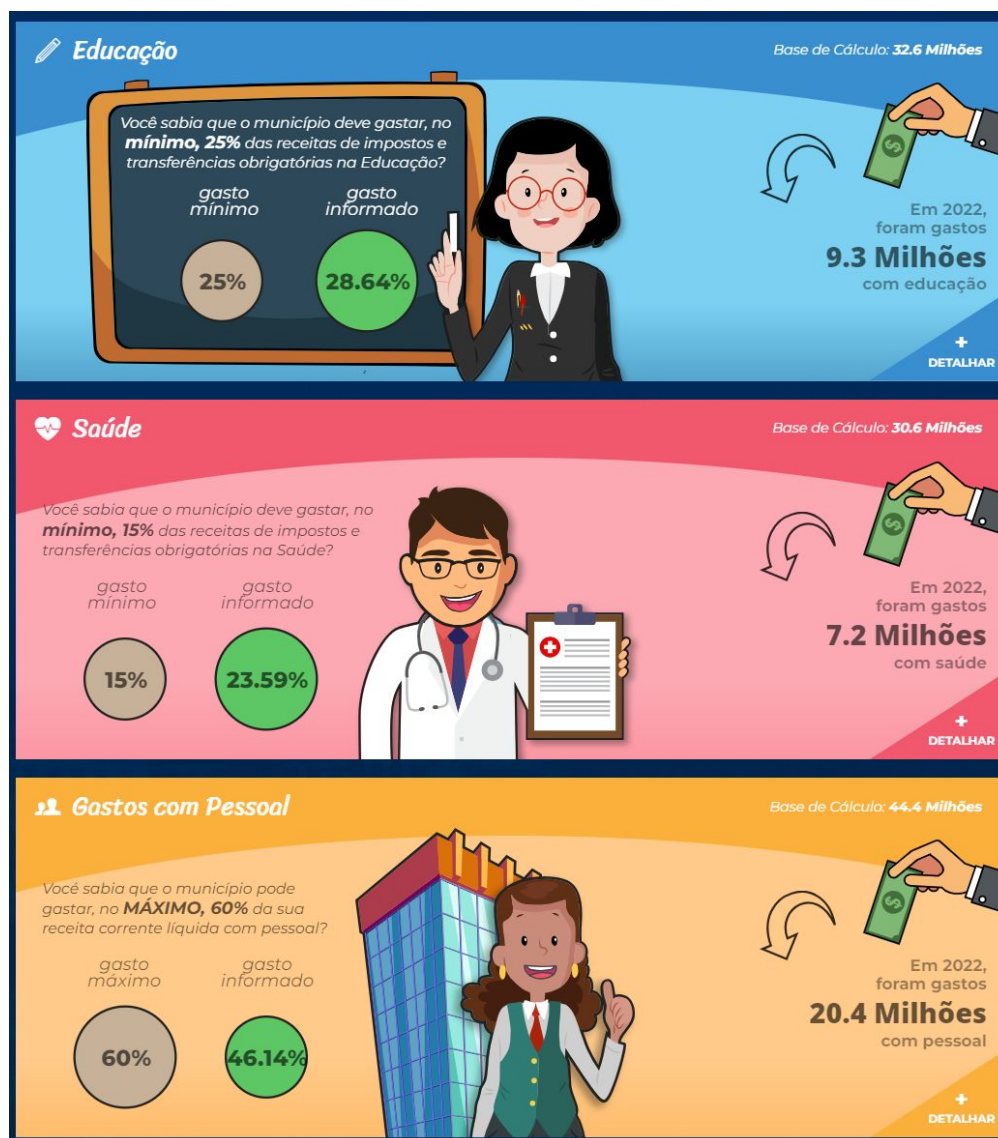


Figura 13: Cumprimento dos requisitos da LRF - Caetanópolis

[Fonte: TCE-MG]

5.1.4.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Caetanópolis apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Para os valores dos passivos, o município apresentou uma redução (destaque para outros passivos circulantes), que, somada ao crescimento do ativo, caracteriza um grande acúmulo de caixa.

Tabela 31: Balanço Patrimonial - Caetanópolis

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 50.125.464	R\$ 64.239.091	R\$ 67.465.917
Ativo Circulante	R\$ 26.800.945	R\$ 39.557.670	R\$ 39.646.720
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 3.071.579	R\$ 14.077.796	R\$ 20.068.638
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 23.729.367	R\$ 25.479.874	R\$ 19.578.082
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 23.324.518	R\$ 24.681.421	R\$ 27.819.197
Realizável a Longo Prazo	R\$ 967.708	R\$ 1.115.610	R\$ 1.082.544
Investimentos	R\$ 487.057	R\$ 590.440	R\$ 753.723
Imobilizado	R\$ 21.869.754	R\$ 22.975.372	R\$ 25.982.929
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 6.145.259	R\$ 9.698.499	R\$ 3.742.369
Passivo Circulante	R\$ 5.000.970	R\$ 8.758.578	R\$ 2.989.144
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 255.227	R\$ 3.844.480	R\$ 1.893.585
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 398.779	R\$ 240.311	R\$ 992.063
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 1.253	R\$ 5	R\$ 6
Outros Passivos Circulantes	R\$ 4.345.710	R\$ 4.673.782	R\$ 103.490
Passivo Não Circulante	R\$ 1.144.290	R\$ 939.921	R\$ 753.225
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 635.704	R\$ 443.289	R\$ 265.779
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 508.585	R\$ 496.632	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 487.446
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 43.980.204	R\$ 54.540.592	R\$ 63.723.548
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 7.367.300	R\$ 11.073.141	R\$ 14.602.366
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 36.612.904	R\$ 43.467.451	R\$ 49.121.182
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 3 milhões. O município Caetanópolis se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 16 milhões, uma melhoria de mais de 19 milhões em comparação a 2020.

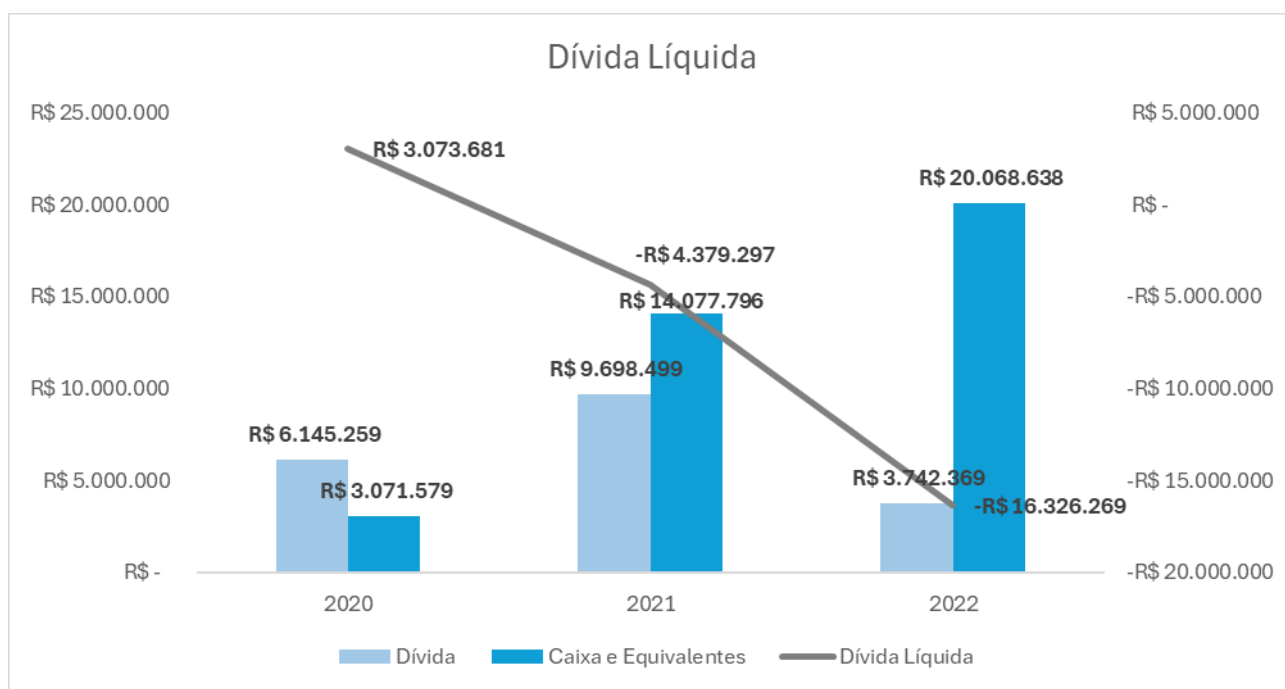


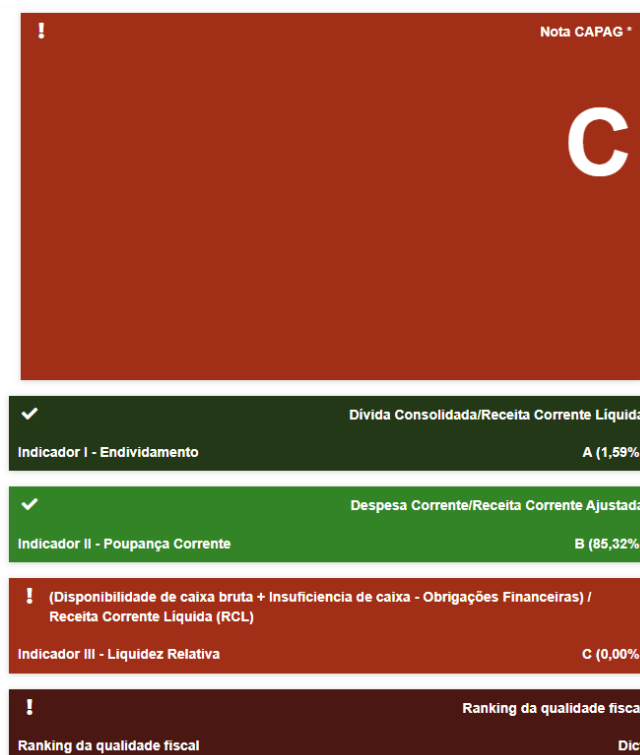
Figura 14: Evolução Dívida Líquida - Caetanópolis

[Fonte TCE-MG]

5.1.4.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Caetanópolis só apresentou a nota A em um de três indicadores (Endividamento), enquanto o indicador de Liquidez Relativa recebeu a pior nota possível (C). Desse modo, o município obteve uma nota final de C, o que significa que o município não pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Além disso, a cidade também apresentou o pior ranking possível de qualidade fiscal (Dicf), que classifica a consistência contábil das informações publicadas pelo município.

Tabela 32: Capacidade de Pagamento - Caetanópolis



Fonte: Tesouro Transparente

5.1.4.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Caetanópolis não possui passivos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Caetanópolis faz parte dos municípios integrantes do Projeto Rio Paraopeba, onde no intuito de reparar parte dos danos gerados pelos rompimentos, o Governo do Estado de Minas Gerais em conjunto com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Ministério Público Federal (MPF), doravante chamados Compromitentes, fecharam um Acordo Judicial com a mineradora Vale S.A., em 4 de fevereiro de 2021. O documento, assinado dois anos após o desastre com a mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, buscou evitar que cada um dos danos fosse discutido em uma ação de reparação independente, o que geraria um número muito elevado de processos judiciais e morosidade.

Caetanópolis recebeu dois caminhões coletores e compactadores de RSUs oriundos desse projeto, no valor de R\$ 1.076.291,62. Não existe no âmbito desse projeto, nenhum outro recurso destinado a melhorias no serviço ou infraestrutura de RSU.

Caetanópolis atualmente possui uma Ata de Registro de preços, acordada com o fornecedor Essencis-MG, cuja duração é de um ano, e que possui uma cláusula de Retomada dos Serviços, e, portanto, não incorre de multa contratual caso haja encerramento das atividades.

5.1.4.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Caetanópolis apresenta condições financeiras e fiscais razoáveis, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 32,8% das receitas correntes no ano de 2022.

Apesar disso, o desempenho no índice CAPAG foi baixo (nota C), desabilitando o município para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

5.1.5. CORDISBURGO

5.1.5.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Cordisburgo recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 7% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 7%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 78% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Cordisburgo, sua distribuição ocorre com 46% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 35% em outras despesas correntes do município e 15% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 33: Composição Receitas e Despesas - Cordisburgo

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 2.819.546	R\$ 2.904.080	R\$ 4.816.942	12,92%	11,15%	14,65%
Receita Tributária	R\$ 2.286.983	R\$ 2.065.434	R\$ 2.315.012	10,48%	7,93%	7,04%
Receita de Contribuições	R\$ 458.372	R\$ 525.653	R\$ 585.095	2,10%	2,02%	1,78%
Receita Patrimonial	R\$ 27.051	R\$ 281.353	R\$ 1.877.993	0,12%	1,08%	5,71%
Outras Receitas Locais	R\$ 47.141	R\$ 31.639	R\$ 38.841	0,22%	0,12%	0,12%
Receitas Externas	R\$ 18.240.680	R\$ 21.374.299	R\$ 25.687.160	83,57%	82,06%	78,13%
Transferências Correntes	R\$ 18.198.967	R\$ 21.370.330	R\$ 25.678.781	83,38%	82,04%	78,11%
Outras receitas Correntes	R\$ 41.713	R\$ 3.968	R\$ 8.380	0,19%	0,02%	0,03%
Receitas de Capital	R\$ 765.652	R\$ 1.770.358	R\$ 2.371.804	3,51%	6,80%	7,21%
TOTAL RECEITAS	R\$ 21.825.878	R\$ 26.048.736	R\$ 32.875.907	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 15.917.108	R\$ 17.529.274	R\$ 20.470.051	72,93%	67,29%	62,26%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 8.994.530	R\$ 10.004.525	R\$ 11.523.619	41,21%	38,41%	35,05%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 32.010	R\$ 31.396	R\$ 18.399	0,15%	0,12%	0,06%
Outras Despesas Correntes	R\$ 6.890.568	R\$ 7.493.353	R\$ 8.928.032	31,57%	28,77%	27,16%
Despesas de Capital	R\$ 2.605.730	R\$ 3.160.658	R\$ 4.412.075	11,94%	12,13%	13,42%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ 154.196	R\$ 252.108	R\$ 244.270	0,71%	0,97%	0,74%
TOTAL DESPESAS	R\$ 18.677.034	R\$ 20.942.041	R\$ 25.126.396	85,57%	80,40%	76,43%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Cordisburgo obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário. Um ponto de atenção é que, em 2022, as despesas do município foram menores do que mais de 20% das receitas, atingindo um grande superávit que pode ser explorado com novos investimentos na cidade.

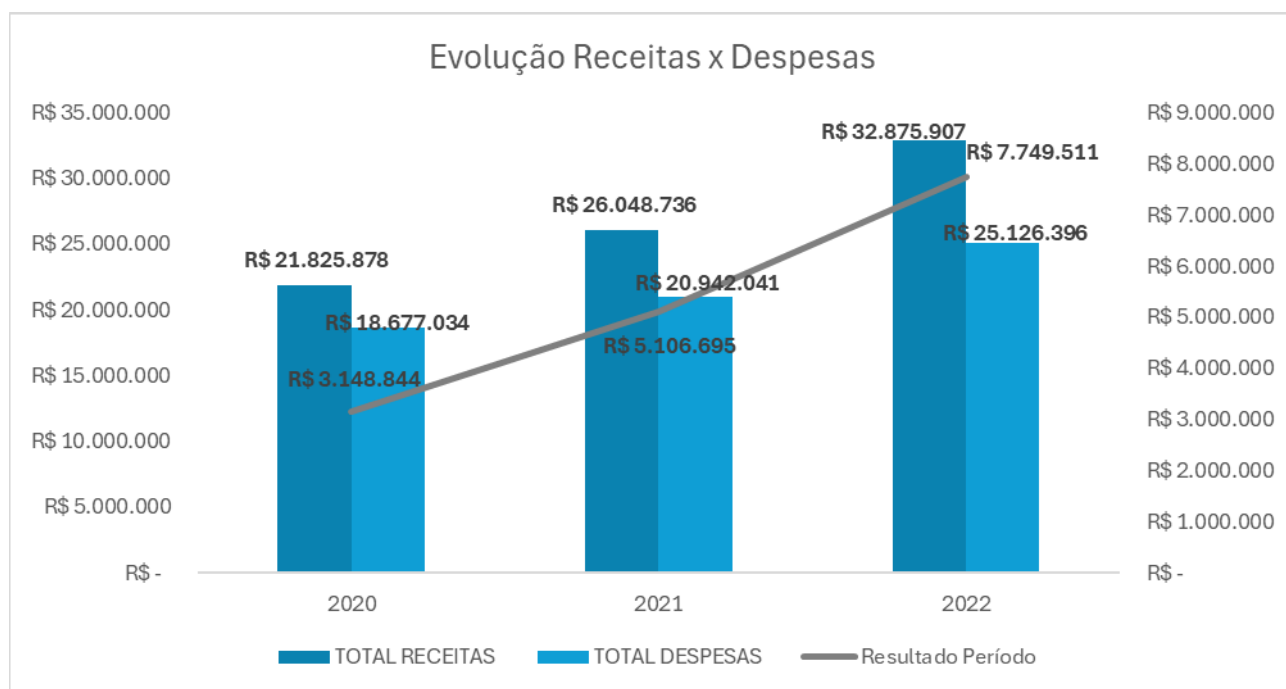


Figura 15: Evolução Receitas x Despesas - Cordisburgo

[Fonte TCE-MG]

5.1.5.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

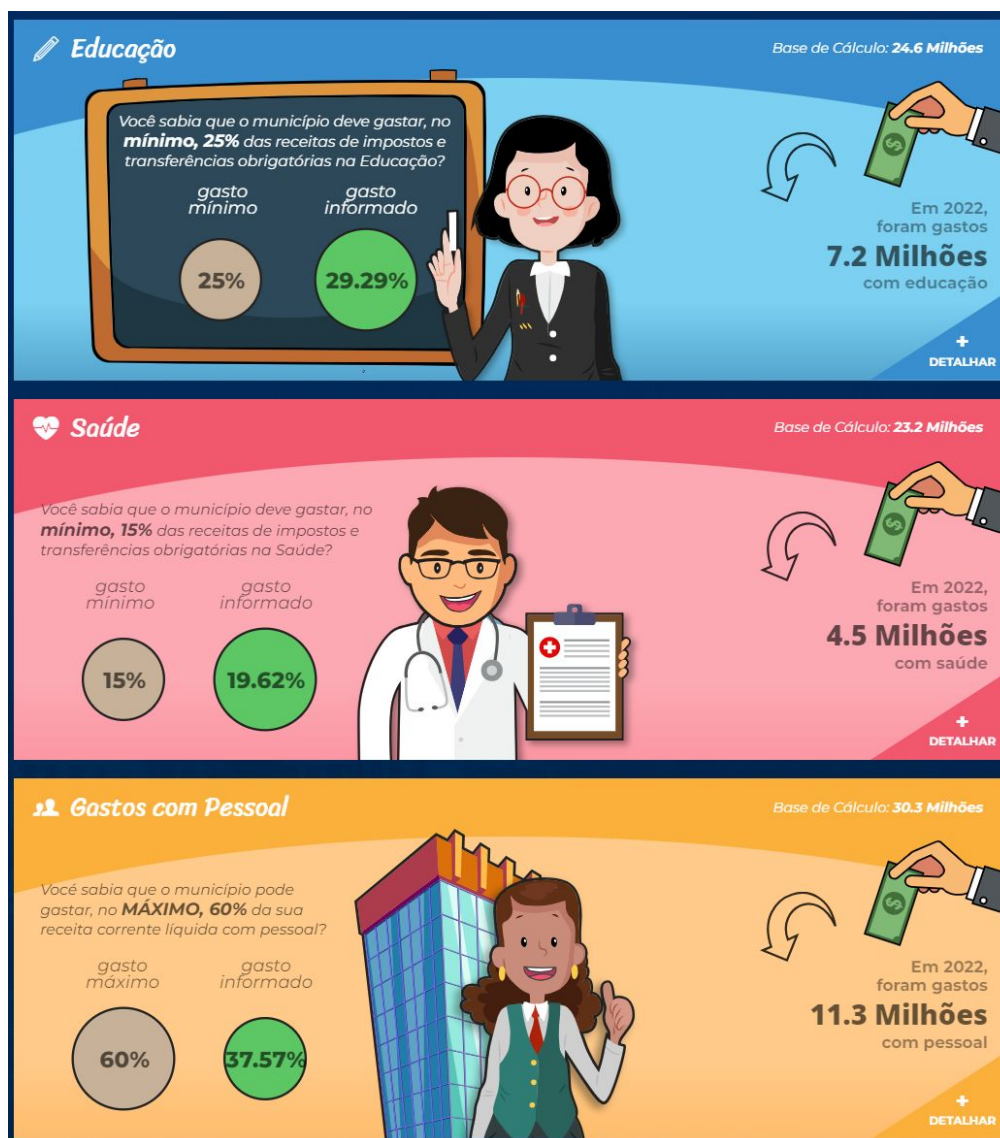


Figura 16: Cumprimento dos requisitos da LRF - Cordisburgo

[Fonte: TCE-MG]

5.1.5.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Cordisburgo apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também apresentou uma evolução dos valores passivos, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 34: Balanço Patrimonial - Cordisburgo

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 30.206.015	R\$ 39.618.677	R\$ 52.781.494
Ativo Circulante	R\$ 15.775.603	R\$ 21.089.018	R\$ 30.338.215
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 8.142.003	R\$ 13.519.013	R\$ 22.819.728
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 7.613.986	R\$ 7.562.259	R\$ 7.521.549
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 11.868	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ 7.746	R\$ 7.746	R\$ 3.062
Ativo Não Circulante	R\$ 14.430.412	R\$ 18.529.659	R\$ 22.443.279
Realizável a Longo Prazo	R\$ 231.803	R\$ 231.803	R\$ 231.803
Investimentos	R\$ 47.754	R\$ 128.066	R\$ 215.706
Imobilizado	R\$ 14.150.856	R\$ 18.169.791	R\$ 21.995.771
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 2.200.277	R\$ 1.974.622	R\$ 1.925.294
Passivo Circulante	R\$ 106.678	R\$ 133.473	R\$ 350.657
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 82.378	R\$ 48.219	R\$ 3.182
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 182.565	R\$ 82.917	R\$ 259.731
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
Outros Passivos Circulantes	R\$ 6.491	R\$ 2.337	R\$ 87.744
Passivo Não Circulante	R\$ 2.093.598	R\$ 1.841.149	R\$ 1.574.637
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 1.713.876	R\$ 1.584.098	R\$ 1.461.512
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 376.442	R\$ 257.050	R\$ 113.125
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ 1.964	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ 1.316	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 28.005.739	R\$ 37.644.055	R\$ 50.856.200
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 1.582.946	R\$ 9.463.649	R\$ 13.128.339
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 26.422.793	R\$ 28.180.407	R\$ 37.727.861
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida negativa de R\$ 6 milhões. O município Cordisburgo se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 20 milhões, uma melhoria de mais de 14 milhões em comparação a 2020.

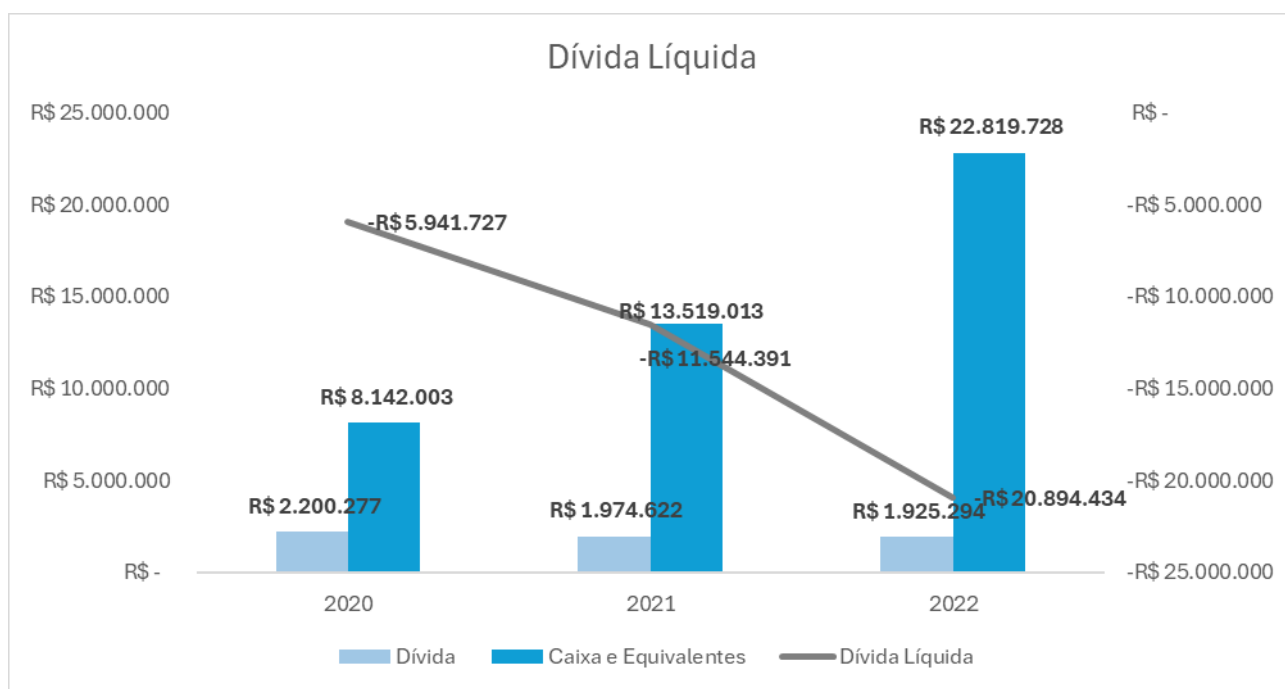


Figura 17: Evolução Dívida Líquida – Cordisburgo
[Fonte TCE-MG]

5.1.5.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Cordisburgo apresentou em seus três indicadores a classificação parcial de A e, portanto, uma nota final de A. Com isso, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Apesar disso, Cordisburgo apresentou a pior nota no ranking de qualidade fiscal (Dicf), o que indica que o município precisa melhorar a qualidade da informação publicada.

Tabela 35: Capacidade de Pagamento - Cordisburgo

✓	Nota CAPAG *	A
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida	A (4,85%)
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada	A (74,44%)
✓	(Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)	A (32,34%)
!	Ranking da qualidade fiscal	Dicf

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.5.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Cordisburgo não possui ativos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto. Quanto aos passivos, existia uma Ação Civil Pública (0015120-21.2019.8.13.0474) no valor de R\$1.000,00. A Ação já possui Baixa Definitiva, mas não foi apresentado detalhes sobre conclusão do processo.

Cordisburgo atualmente possui dois contratos ativos com prestadores de serviços de RSU. O contrato com o fornecedor Orbis Ambiental é de um ano com vencimento em janeiro de 2025 e, portanto, não incorre de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final do contrato. O mesmo ocorre com o fornecedor Ambiental Tecnologia, cujo contrato anual se encerra em fevereiro de 2025. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.5.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Cordisburgo apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ainda apresenta bom desempenho em conformidade com o TCE/MG, onde recebeu nota A nos indicadores de desempenho de Endividamento, Poupança Corrente e Liquidez Relativa. Com esse resultado, o município se habilita para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 63,56% das receitas correntes no ano de 2022.

5.1.6. CORINTO

5.1.6.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Corinto recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 11% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 14%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM,

ICMS, IPVA), no valor de 70% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Corinto, sua distribuição ocorre com 53% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 38% em outras despesas correntes do município e 8% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 36: Composição Receitas e Despesas - Corinto

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 8.400.785	R\$ 9.549.540	R\$ 16.252.458	14,05%	13,13%	15,86%
Receita Tributária	R\$ 6.661.499	R\$ 7.384.331	R\$ 11.116.844	11,14%	10,15%	10,85%
Receita de Contribuições	R\$ 1.545.998	R\$ 1.623.829	R\$ 1.937.583	2,59%	2,23%	1,89%
Receita Patrimonial	R\$ 27.781	R\$ 491.548	R\$ 2.958.552	0,05%	0,68%	2,89%
Outras Receitas Locais	R\$ 165.507	R\$ 49.832	R\$ 239.480	0,28%	0,07%	0,23%
Receitas Externas	R\$ 50.673.253	R\$ 59.986.079	R\$ 72.292.092	84,74%	82,45%	70,53%
Transferências Correntes	R\$ 49.700.821	R\$ 59.253.744	R\$ 72.215.155	83,11%	81,44%	70,45%
Outras receitas Correntes	R\$ 972.432	R\$ 732.334	R\$ 76.937	1,63%	1,01%	0,08%
Receitas de Capital	R\$ 727.520	R\$ 3.217.968	R\$ 13.957.153	1,22%	4,42%	13,62%
TOTAL RECEITAS	R\$ 59.801.558	R\$ 72.753.587	R\$ 102.501.703	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 49.823.534	R\$ 55.536.480	R\$ 83.224.726	83,31%	76,34%	81,19%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 35.373.906	R\$ 35.634.540	R\$ 48.325.965	59,15%	48,98%	47,15%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 14.449.628	R\$ 19.901.940	R\$ 34.898.762	24,16%	27,36%	34,05%
Despesas de Capital	R\$ 3.857.110	R\$ 5.502.206	R\$ 7.489.669	6,45%	7,56%	7,31%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 53.680.645	R\$ 61.038.686	R\$ 90.714.396	89,76%	83,90%	88,50%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Corinto obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

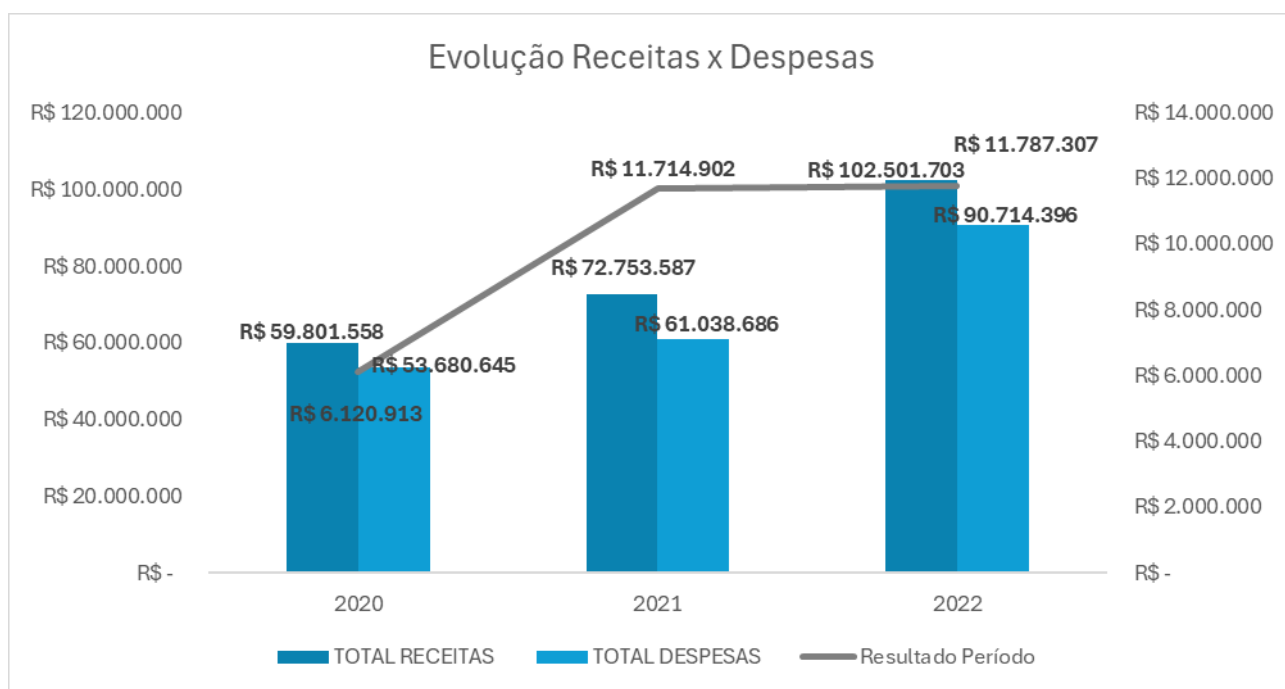


Figura 18: Evolução Receitas x Despesas - Corinto

[Fonte TCE-MG]

5.1.6.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Um ponto de atenção foi o não cumprimento da meta de educação no ano de 2021, com o valor de 24,38%, porém já reestabelecido no ano subsequente. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

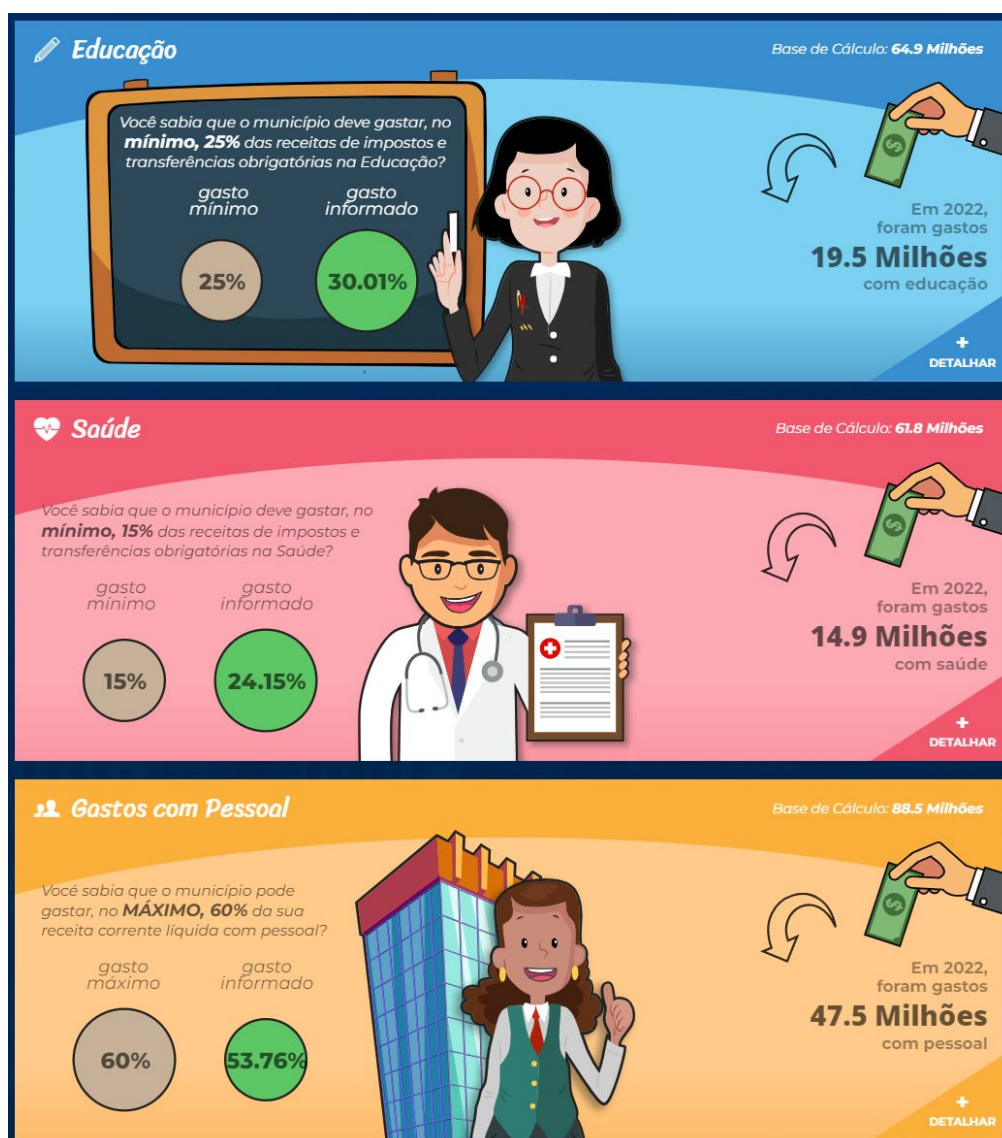


Figura 19: Cumprimento dos requisitos da LRF - Corinto

[Fonte: TCE-MG]

5.1.6.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Corinto apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e créditos e valores a curto prazo) e do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo, porém em proporções menores do que o ativo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 37: Balanço Patrimonial - Corinto

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 55.598.769	R\$ 86.448.624	R\$ 103.533.471
Ativo Circulante	R\$ 23.733.971	R\$ 48.991.141	R\$ 69.919.453
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 7.723.380	R\$ 23.131.607	R\$ 39.739.638
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 16.010.591	R\$ 25.859.535	R\$ 30.179.815
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 31.864.798	R\$ 37.457.482	R\$ 33.614.018
Realizável a Longo Prazo	R\$ 7.285.642	R\$ 7.353.253	R\$ 7.352.072
Investimentos	R\$ 722.205	R\$ 860.925	R\$ 1.628.694
Imobilizado	R\$ 23.856.951	R\$ 29.243.305	R\$ 24.633.251
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 14.393.931	R\$ 15.810.306	R\$ 17.550.814
Passivo Circulante	R\$ 8.926.629	R\$ 10.897.455	R\$ 8.461.476
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1.319.290	R\$ 3.004.569	R\$ 4.076.077
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.985.688	R\$ 3.570.308	R\$ 2.743.092
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 84.192	R\$ 80.895	R\$ 12.488
Outros Passivos Circulantes	R\$ 3.537.459	R\$ 4.241.683	R\$ 1.629.820
Passivo Não Circulante	R\$ 5.467.302	R\$ 4.912.851	R\$ 9.089.338
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 4.835.766	R\$ 4.377.006	R\$ 3.897.398
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 629.745	R\$ 534.053	R\$ 4.870.934
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 0
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ 1.792	R\$ 1.792	R\$ 1.792
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 319.213
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 41.204.838	R\$ 70.638.317	R\$ 85.982.657
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 1.263.731	R\$ 21.979.990	R\$ 21.175.919
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 39.941.107	R\$ 48.658.327	R\$ 64.806.738
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 6 milhões. O município de Corinto se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais R\$ de 22 milhões, uma melhoria de mais de 28 milhões em comparação a 2020.

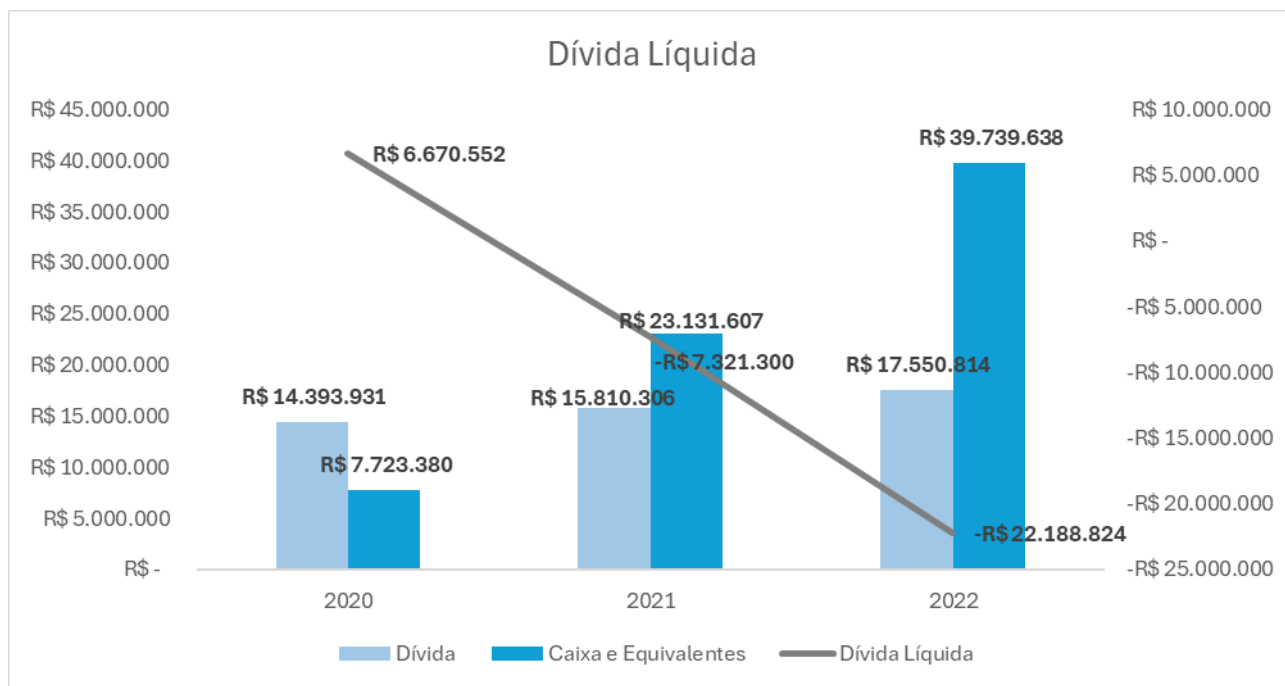


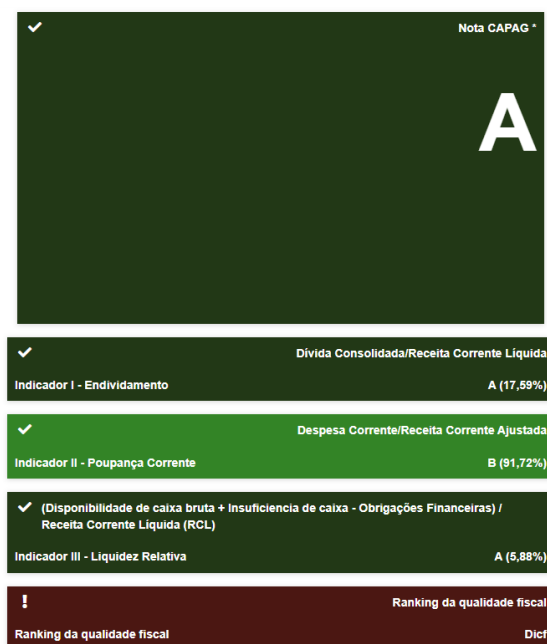
Figura 20: Evolução Dívida Líquida - Corinto

[Fonte TCE-MG]

5.1.6.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Corinto apresentou em dois de três de seus indicadores (Endividamento, Liquidez Relativa) a classificação parcial de A e, portanto, uma nota final de A. Com isso, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Apesar disso, Corinto apresentou a pior nota no ranking de qualidade fiscal (Dicf), o que indica que o município precisa melhorar a qualidade da informação publicada.

Tabela 38: Capacidade de Pagamento - Corinto



Fonte: Tesouro Transparente

5.1.6.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Corinto não possui ativos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Quanto aos passivos, existe um Inquérito Civil em aberto para averiguação de supostas irregularidades praticadas pelo município, consistente em danos ambientais referente à utilização de fogo nos resíduos do "lixão".

Corinto atualmente possui um contrato ativo com prestador de serviços de RSU. O contrato com o fornecedor Objetiva Services está em fase de aditivo anual, com vencimento ao final do ano corrente, e, portanto, não incorre de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final do contrato. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.6.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Corinto apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ainda apresenta bom desempenho em conformidade com o TCE/MG, onde recebeu nota A nos indicadores de desempenho de Endividamento e Liquidez Relativa. Com esse resultado, o município se habilita para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 21,7% das receitas correntes no ano de 2022.

5.1.7. CURVELO

5.1.7.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Curvelo recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 17% do total de sua receita, e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 71% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

[Discriminação-receita]

Com relação às despesas de Curvelo, sua distribuição ocorre com 42% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 44% em outras despesas correntes do município e 13% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 39: Composição Receitas e Despesas - Curvelo

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 42.344.376	R\$ 54.065.197	R\$ 81.533.275	17,47%	19,86%	25,28%
Receita Tributária	R\$ 34.222.370	R\$ 42.771.309	R\$ 56.744.941	14,12%	15,71%	17,60%
Receita de Contribuições	R\$ 7.579.391	R\$ 8.473.842	R\$ 9.442.748	3,13%	3,11%	2,93%
Receita Patrimonial	R\$ 359.408	R\$ 2.540.149	R\$ 14.780.189	0,15%	0,93%	4,58%
Outras Receitas Locais	R\$ 183.207	R\$ 279.898	R\$ 565.398	0,08%	0,10%	0,18%
Receitas Externas	R\$ 192.285.399	R\$ 209.874.243	R\$ 231.135.986	79,35%	77,09%	71,68%
Transferências Correntes	R\$ 191.273.458	R\$ 206.571.310	R\$ 229.242.426	78,93%	75,88%	71,09%
Outras receitas Correntes	R\$ 1.011.941	R\$ 3.302.933	R\$ 1.893.559	0,42%	1,21%	0,59%
Receitas de Capital	R\$ 7.695.343	R\$ 8.305.017	R\$ 9.795.649	3,18%	3,05%	3,04%
TOTAL RECEITAS	R\$ 242.325.118	R\$ 272.244.457	R\$ 322.464.910	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 185.142.346	R\$ 192.918.949	R\$ 250.327.838	76,40%	70,86%	77,63%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 87.629.348	R\$ 92.560.113	R\$ 121.378.718	36,16%	34,00%	37,64%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 860.318	R\$ 1.173.749	R\$ 1.833.504	0,36%	0,43%	0,57%
Outras Despesas Correntes	R\$ 96.652.681	R\$ 99.185.087	R\$ 127.115.616	39,89%	36,43%	39,42%
Despesas de Capital	R\$ 38.440.352	R\$ 10.793.036	R\$ 37.823.499	15,86%	3,96%	11,73%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 223.582.699	R\$ 203.711.985	R\$ 288.151.337	92,27%	74,83%	89,36%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Curvelo obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

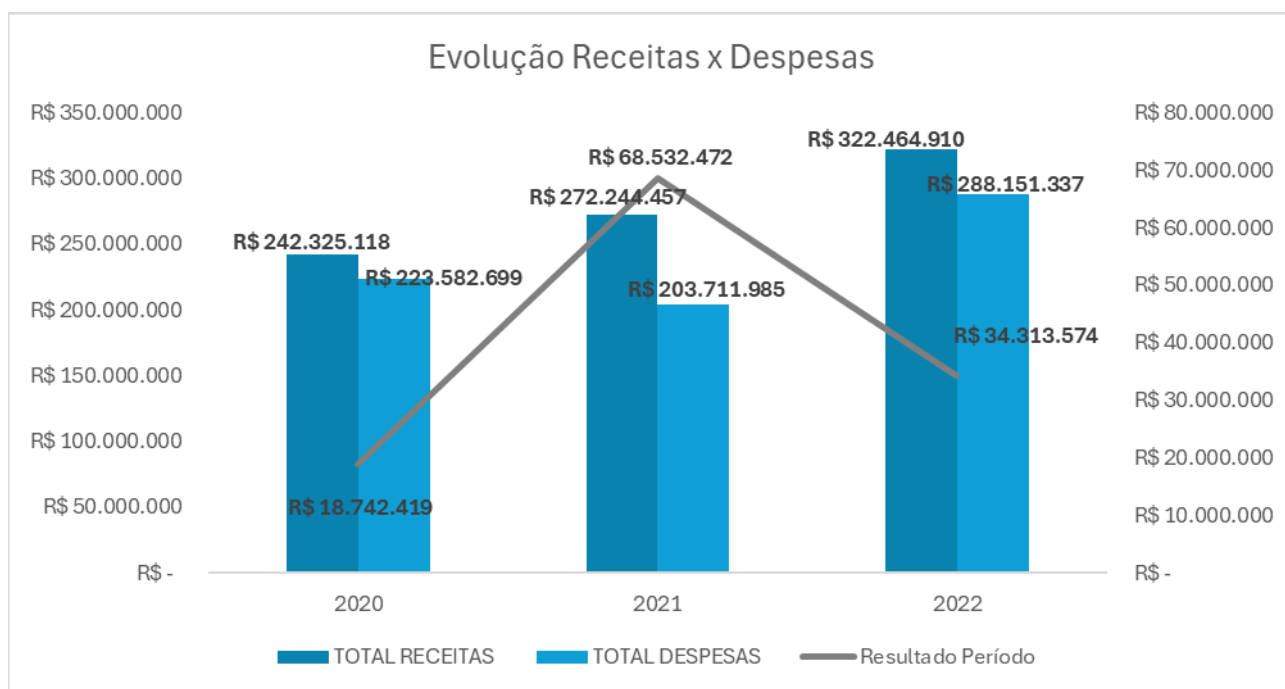


Figura 21: Evolução Receitas x Despesas - Curvelo

[Fonte TCE-MG]

5.1.7.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Um ponto de atenção foi o não cumprimento da meta de educação no ano de 2021, com o valor de 21,60%, porém já reestabelecido no ano subsequente. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

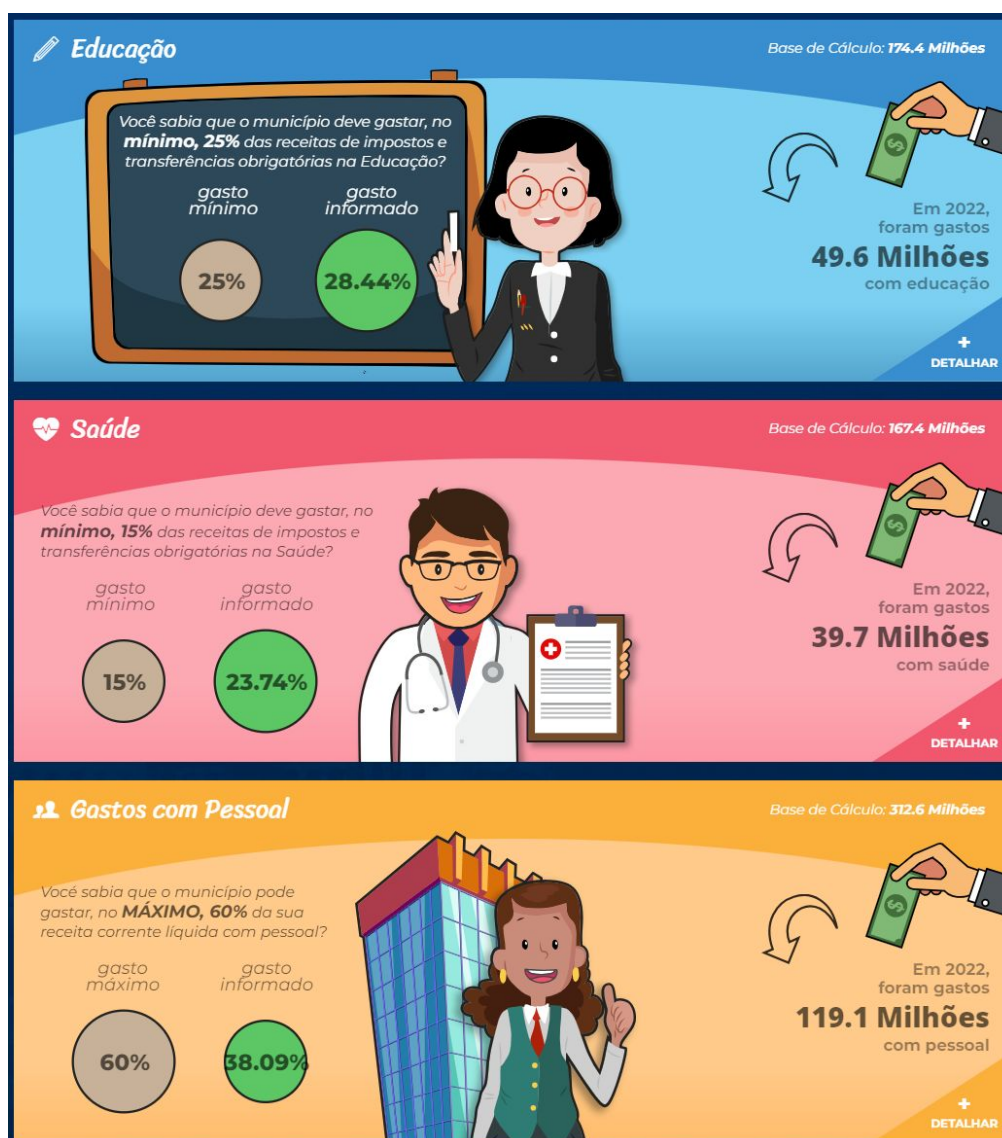


Figura 22: Cumprimento dos requisitos da LRF - Curvelo

[Fonte: TCE-MG]

5.1.7.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Curvelo apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e créditos e valores a curto prazo) e do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo, porém em proporções menores do que o ativo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 40: Balanço Patrimonial - Curvelo

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 412.800.962	R\$ 529.393.142	R\$ 1.092.324.878
Ativo Circulante	R\$ 277.177.730	R\$ 386.134.104	R\$ 830.588.316
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 62.395.930	R\$ 127.510.257	R\$ 301.282.059
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 211.226.294	R\$ 255.045.825	R\$ 511.173.016
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ 3.555.506	R\$ 3.578.021	R\$ 18.133.241
Ativo Não Circulante	R\$ 135.623.232	R\$ 143.259.038	R\$ 261.736.562
Realizável a Longo Prazo	R\$ 10.512.013	R\$ 14.619.703	R\$ 25.098.335
Investimentos	R\$ 1.631.367	R\$ 1.999.937	R\$ 128.039.970
Imobilizado	R\$ 123.479.853	R\$ 126.639.398	R\$ 108.598.257
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 28.924.929	R\$ 39.214.945	R\$ 61.662.246
Passivo Circulante	R\$ 16.162.160	R\$ 15.658.774	R\$ 27.443.056
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.680.782	R\$ 1.235.417	R\$ 2.987.545
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.683
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 5.147.428	R\$ 7.166.859	R\$ 15.341.213
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ -	R\$ 720	R\$ -
Outros Passivos Circulantes	R\$ 7.333.950	R\$ 7.255.778	R\$ 9.111.615
Passivo Não Circulante	R\$ 12.762.769	R\$ 23.556.171	R\$ 34.219.190
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 12.762.769	R\$ 23.556.171	R\$ 34.004.622
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 66.998
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 147.571
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 383.876.034	R\$ 490.178.197	R\$ 1.030.662.632
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 78.283.197	R\$ 109.674.102	R\$ 191.140.685
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 305.592.837	R\$ 380.504.095	R\$ 839.521.947
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida negativa de R\$ 33 milhões. O município Curvelo se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 239 milhões, uma melhoria de mais de 206 milhões em comparação a 2020.

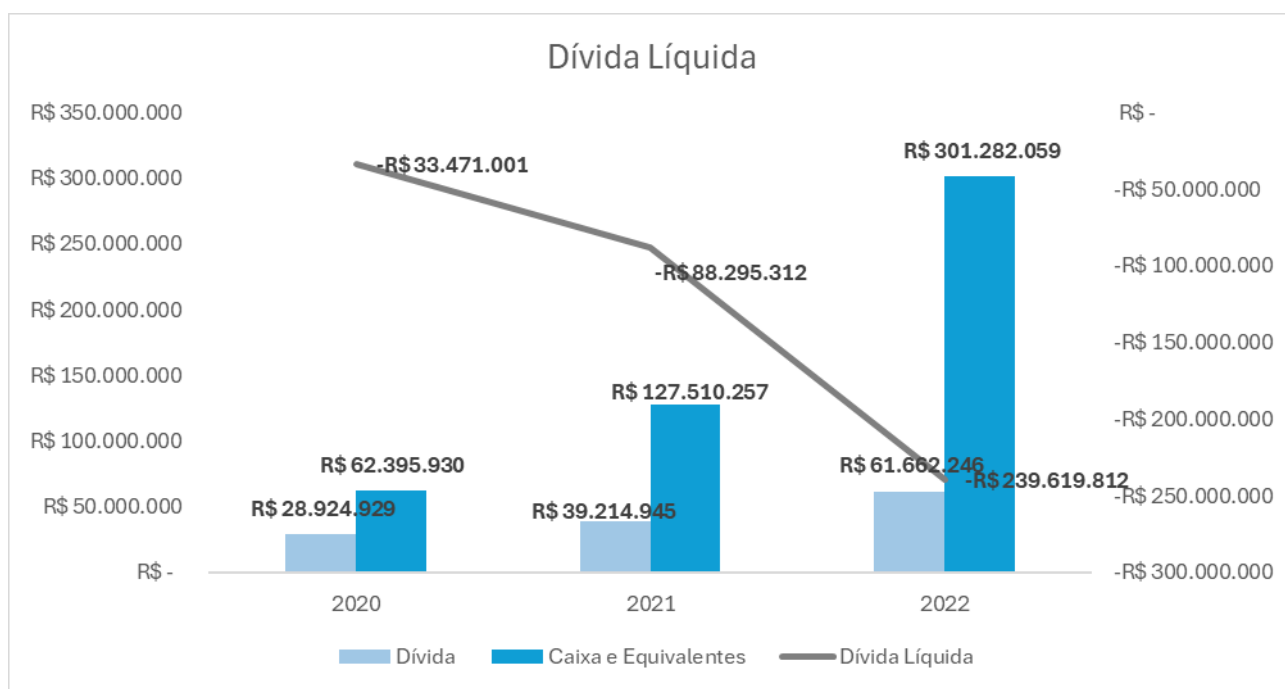


Figura 23: Evolução Dívida Líquida - Curvelo

[Fonte TCE-MG]

5.1.7.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Curvelo apresentou em seus três indicadores a classificação parcial de A e, portanto, uma nota final de A. Com isso, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Apesar disso, a cidade apresentou a pior nota no ranking de qualidade fiscal (Dicf), o que indica que o município precisa melhorar a qualidade da informação publicada.

Tabela 41: Capacidade de Pagamento - Curvelo

✓	Nota CAPAG +
A	
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (2,10%)
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	A (82,32%)
✓ (Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)	
Indicador III - Liquidez Relativa	A (29,68%)
!	Ranking da qualidade fiscal
Ranking da qualidade fiscal	Dief

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.7.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Curvelo não possui passivos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Curvelo faz parte dos municípios integrantes do Projeto Rio Paraopeba, onde no intuito de reparar parte dos danos gerados pelos rompimentos, o Governo do Estado de Minas Gerais em conjunto com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Ministério Público Federal (MPF), doravante chamados Compromitentes, fecharam um Acordo Judicial com a mineradora Vale S.A., em 4 de fevereiro de 2021. O documento, assinado dois anos após o desastre com a mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, buscou evitar que cada um dos danos fosse discutido em uma ação de reparação independente, o que geraria um número muito elevado de processos judiciais e morosidade. Não existe no âmbito desse projeto Rio Paraopeba nenhum recurso destinado a melhorias no serviço ou infraestrutura de RSU.

Curvelo não possui contratos com terceiros, dado que o SMRSU do município é feito de forma cem por cento própria, portanto, não existe possível passivo em caso de concessão ou PPP.

5.1.7.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Curvelo apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ainda apresenta bom desempenho em conformidade com o TCE/MG onde recebeu nota A em todos os indicadores de desempenho. Com esse resultado, o município se habilita para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 74,3% das receitas correntes no ano de 2022.

5.1.8. DIAMANTINA

5.1.8.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Diamantina recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 10% do total de sua receita; da receita de contribuições (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 7%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 74% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Diamantina, sua distribuição ocorre com 35% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 55% em outras despesas correntes do município e 8% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 42: Composição Receitas e Despesas - Diamantina

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 35.551.222	R\$ 42.822.245	R\$ 61.571.430	17,17%	18,41%	22,72%
Receita Tributária	R\$ 17.569.735	R\$ 22.676.957	R\$ 26.180.376	8,48%	9,75%	9,66%
Receita de Contribuições	R\$ 14.459.813	R\$ 14.734.912	R\$ 18.645.744	6,98%	6,33%	6,88%
Receita Patrimonial	R\$ 3.336.232	R\$ 5.223.853	R\$ 16.476.430	1,61%	2,25%	6,08%
Outras Receitas Locais	R\$ 185.442	R\$ 186.523	R\$ 268.881	0,09%	0,08%	0,10%
Receitas Externas	R\$ 161.985.229	R\$ 176.002.719	R\$ 200.437.103	78,22%	75,66%	73,97%
Transferências Correntes	R\$ 161.071.851	R\$ 174.289.172	R\$ 199.644.410	77,78%	74,92%	73,68%
Outras receitas Correntes	R\$ 913.378	R\$ 1.713.547	R\$ 792.694	0,44%	0,74%	0,29%
Receitas de Capital	R\$ 9.543.547	R\$ 13.804.907	R\$ 8.965.062	4,61%	5,93%	3,31%
TOTAL RECEITAS	R\$ 207.079.997	R\$ 232.629.870	R\$ 270.973.596	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 178.115.248	R\$ 189.224.404	R\$ 225.906.227	86,01%	81,34%	83,37%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 68.748.434	R\$ 72.021.875	R\$ 88.214.717	33,20%	30,96%	32,55%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 168.235	R\$ 571.671	R\$ 1.546.182	0,08%	0,25%	0,57%
Outras Despesas Correntes	R\$ 109.198.580	R\$ 116.630.859	R\$ 136.145.328	52,73%	50,14%	50,24%
Despesas de Capital	R\$ 16.665.680	R\$ 23.705.121	R\$ 20.315.622	8,05%	10,19%	7,50%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 194.780.929	R\$ 212.929.525	R\$ 246.221.849	94,06%	91,53%	90,87%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Diamantina obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

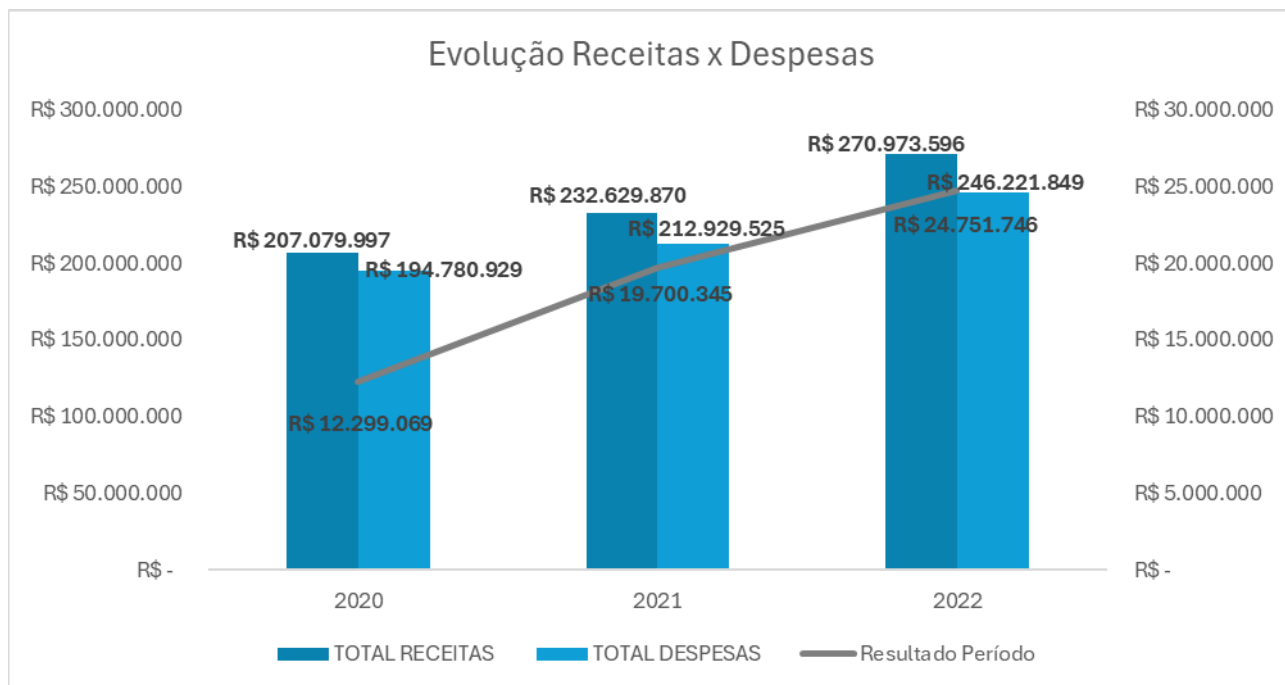


Figura 24: Evolução Receitas x Despesas - Diamantina

[Fonte TCE-MG]

5.1.8.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

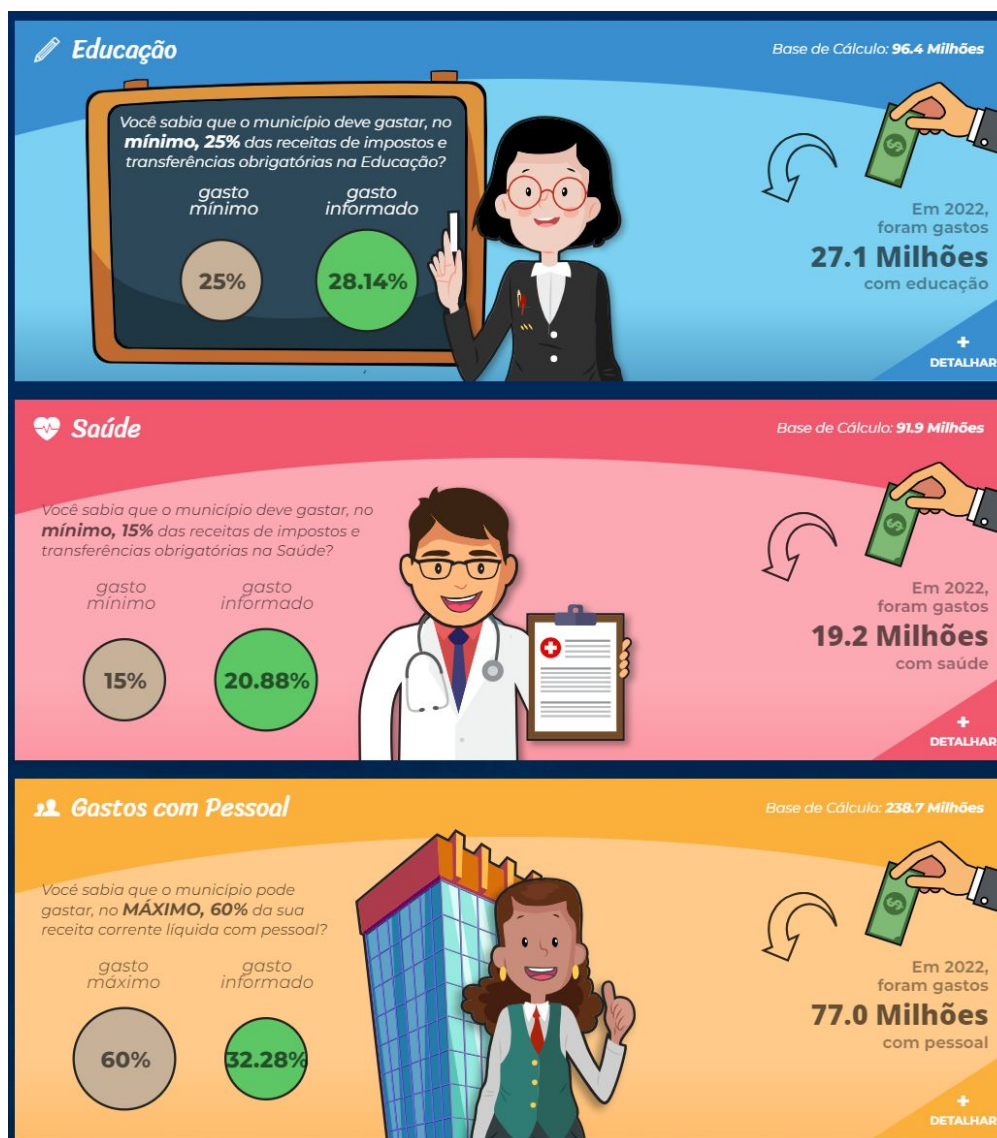


Figura 25: Cumprimento dos requisitos da LRF - Diamantina

[Fonte: TCE-MG]

5.1.8.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Diamantina apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também apresentou uma evolução dos valores dos passivos, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 43: Balanço Patrimonial - Diamantina

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 219.864.206	R\$ 276.423.668	R\$ 329.935.049
Ativo Circulante	R\$ 110.639.173	R\$ 141.706.020	R\$ 176.422.984
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 111.011.382	R\$ 136.982.857	R\$ 169.754.255
Créditos e Valores a Curto Prazo	-R\$ 1.532.136	R\$ 216.876	R\$ 477.635
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 1.074.666	R\$ 1.144.519	R\$ 2.252.115
Outros Ativos Circulantes	R\$ 85.262	R\$ 3.361.768	R\$ 3.938.979
Ativo Não Circulante	R\$ 109.225.033	R\$ 134.717.649	R\$ 153.512.065
Realizável a Longo Prazo	R\$ -	R\$ 14.420.187	R\$ 19.442.015
Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Imobilizado	R\$ 109.225.033	R\$ 120.297.462	R\$ 134.070.050
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 75.660.000	R\$ 120.101.525	R\$ 116.884.047
Passivo Circulante	R\$ 7.716.020	R\$ 4.357.536	R\$ 3.119.073
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1.034.376	R\$ 702.148	R\$ 244.465
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 4.053.134	R\$ -	R\$ 603.760
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1.538.825	R\$ 2.716.047	R\$ 1.749.190
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Passivos Circulantes	R\$ 1.089.684	R\$ 939.341	R\$ 521.657
Passivo Não Circulante	R\$ 67.943.980	R\$ 115.743.988	R\$ 113.764.974
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 7.187.047	R\$ 6.412.460	R\$ 6.412.460
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-R\$ 62.387.343	R\$ 10.965.757	R\$ 8.986.743
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-R\$ 18.499	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ 123.162.774	R\$ 98.365.771	R\$ 98.365.771
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 144.204.207	R\$ 156.322.144	R\$ 213.051.002
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 53.564.217	R\$ 4.626.034	R\$ 48.347.098
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 90.639.989	R\$ 151.696.109	R\$ 164.703.904
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida negativa de R\$ 158 milhões. Para esse caso, vale ressaltar que houve um empréstimo/financiamento a longo prazo de R\$ 62 milhões, o que mascara o número da dívida e dívida líquida naquele ano. O município de Diamantina se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida, com a retirada do empréstimo/financiamento a longo prazo, e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 151 milhões, uma redução de mais de 7 milhões em comparação a 2020, porém houve a compensação de 62 milhões no período.

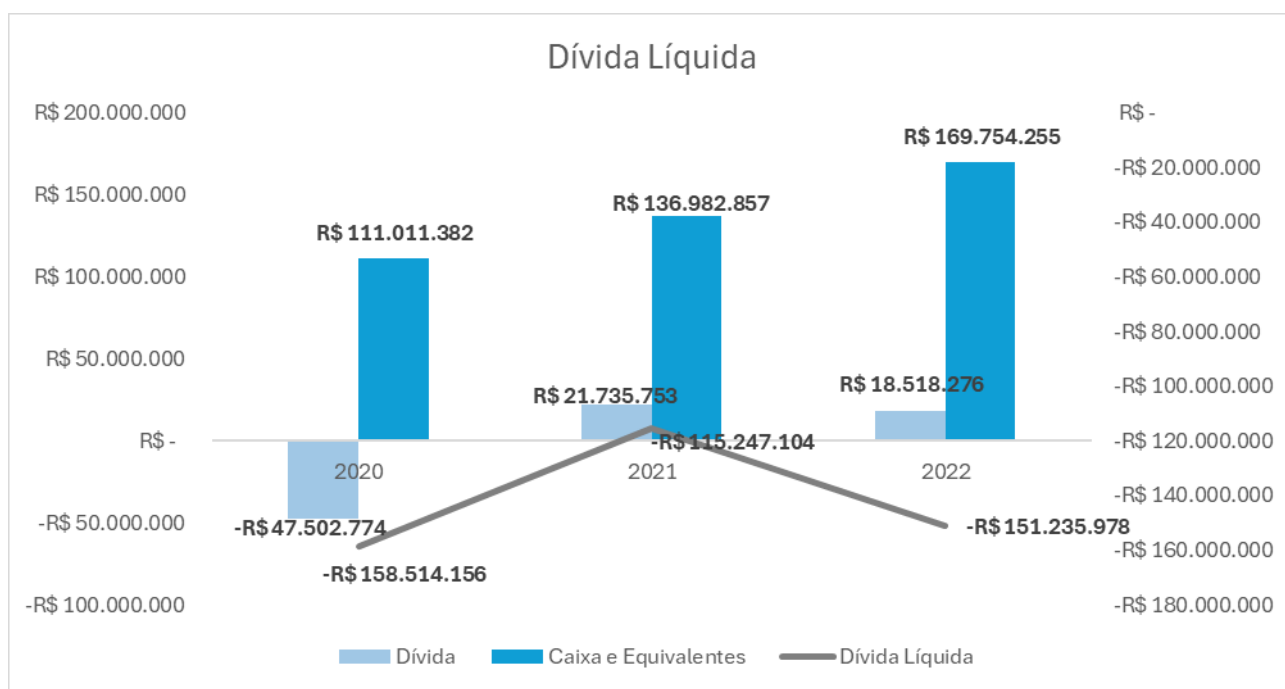


Figura 26: Evolução Dívida Líquida - Diamantina
[Fonte TCE-MG]

5.1.8.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Diamantina apresentou em dois de seus três indicadores (Endividamento e Liquidez Relativa) a classificação parcial de A e, portanto, uma nota final de A. Com isso, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Apesar disso, Cordisburgo-Diamantina apresentou uma nota Cicf no ranking de qualidade fiscal, o que indica que o município tem espaço para melhorar a qualidade da informação publicada.

Tabela 44: Capacidade de Pagamento - Diamantina

✓	Nota CAPAG *	A
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida	
Indicador I - Endividamento	A (5,67%)	
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada	
Indicador II - Poupança Corrente	B (87,54%)	
✓	(Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)	
Indicador III - Liquidez Relativa	A (10,28%)	
!	Ranking da qualidade fiscal	
Ranking da qualidade fiscal	Cicf	

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.8.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Diamantina não possui ativos ou passivos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Diamantina atualmente possui contratos ativos com treze prestadores de serviços de RSU. Todos os contratos têm vigência anual ou de menor período, com vencimentos ao longo de 2024, ou que venceram em 2023 e estão em fase de aditamento anual, e, portanto, não incorrem de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final do contrato. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.8.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Diamantina apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ainda apresenta bom desempenho em conformidade com o TCE/MG, onde recebeu nota A nos indicadores de desempenho de Endividamento e Liquidez Relativa, ajudando a construir uma nota geral A. Com esse resultado, o município se habilita para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 55,8% das receitas correntes no ano de 2022.

5.1.9. FELIXLÂNDIA

5.1.9.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Felixlândia recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 12% do total de sua receita; da receita de contribuições (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 9%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 67% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Felixlândia, sua distribuição ocorre com 52% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 34% em outras despesas correntes do município e 14% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 45: Composição Receitas e Despesas - Felixlândia

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 11.407.793	R\$ 12.823.838	R\$ 19.414.449	22,07%	19,45%	24,02%
Receita Tributária	R\$ 5.237.155	R\$ 5.792.214	R\$ 10.065.098	10,13%	8,79%	12,45%
Receita de Contribuições	R\$ 5.989.481	R\$ 6.704.137	R\$ 6.998.809	11,59%	10,17%	8,66%
Receita Patrimonial	R\$ 181.156	R\$ 327.488	R\$ 2.350.541	0,35%	0,50%	2,91%
Outras Receitas Locais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Receitas Externas	R\$ 39.232.584	R\$ 49.243.539	R\$ 56.666.084	75,90%	74,70%	70,10%
Transferências Correntes	R\$ 38.237.731	R\$ 46.828.487	R\$ 54.505.997	73,97%	71,04%	67,43%
Outras receitas Correntes	R\$ 994.853	R\$ 2.415.051	R\$ 2.160.087	1,92%	3,66%	2,67%
Receitas de Capital	R\$ 1.050.829	R\$ 3.855.585	R\$ 4.753.637	2,03%	5,85%	5,88%
TOTAL RECEITAS	R\$ 51.691.206	R\$ 65.922.961	R\$ 80.834.169	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 45.371.937	R\$ 52.465.938	R\$ 65.336.108	87,77%	79,59%	80,83%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 27.960.957	R\$ 33.232.955	R\$ 39.389.516	54,09%	50,41%	48,73%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 17.410.979	R\$ 19.232.983	R\$ 25.946.592	33,68%	29,17%	32,10%
Despesas de Capital	R\$ 4.438.582	R\$ 4.161.198	R\$ 10.964.323	8,59%	6,31%	13,56%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 49.810.519	R\$ 56.627.136	R\$ 76.300.431	96,36%	85,90%	94,39%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Felixlândia obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

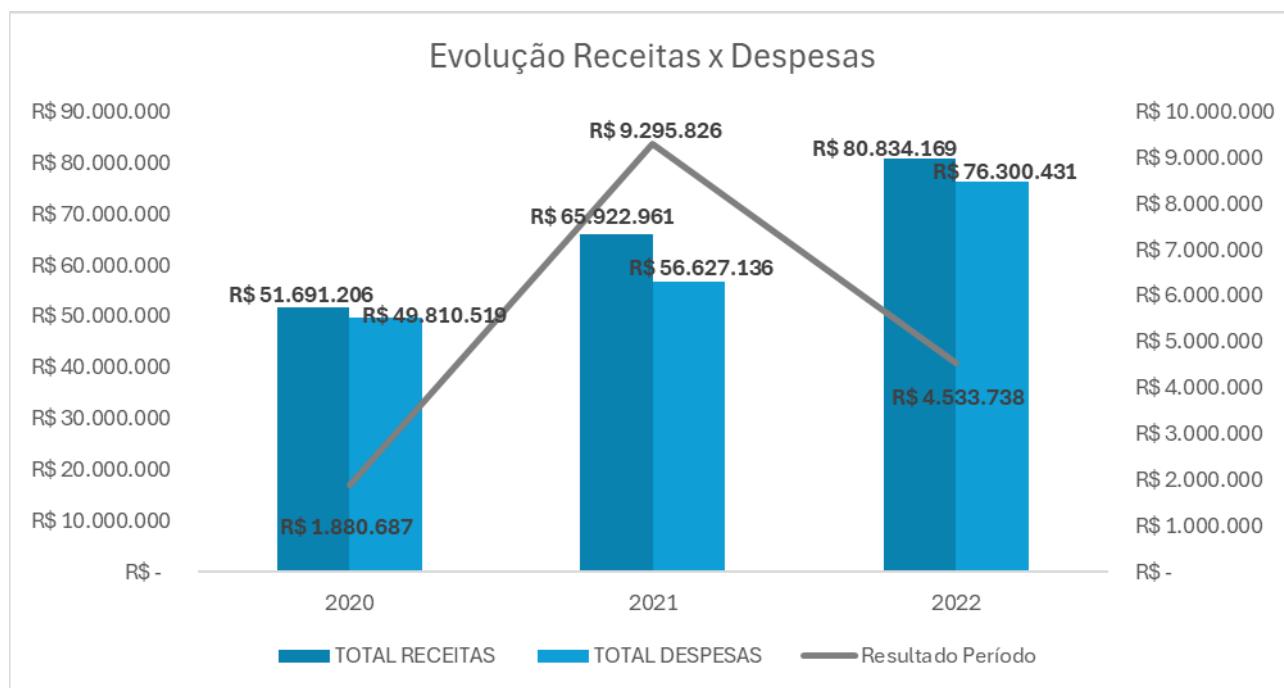


Figura 27: Evolução Receitas x Despesas - Felixlândia

[Fonte TCE-MG]

5.1.9.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

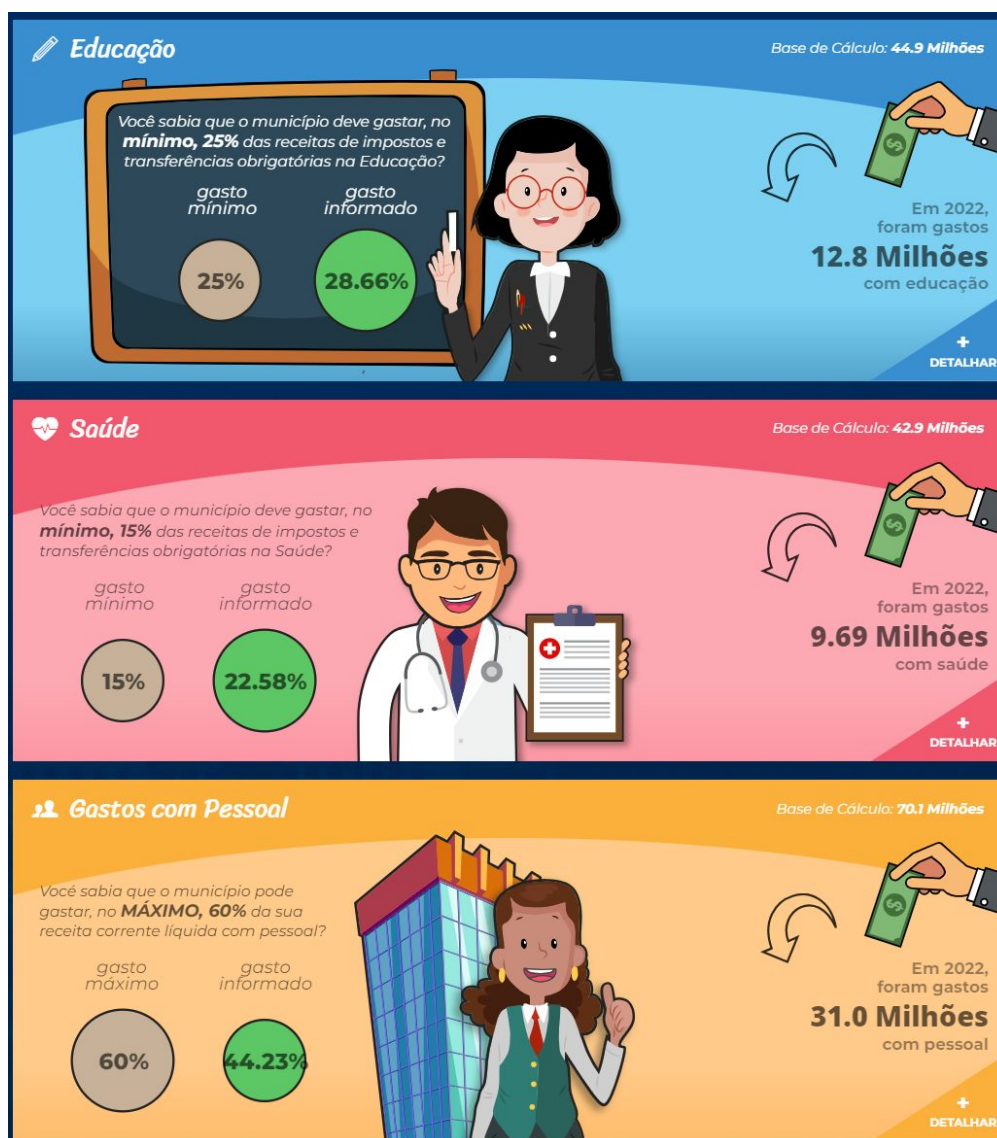


Figura 28: Cumprimento dos requisitos da LRF - Felixlândia

[Fonte: TCE-MG]

5.1.9.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Felixlândia apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo, porém em proporções menores do que o ativo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 46: Balanço Patrimonial – Felixlândia

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 40.138.897	R\$ 55.967.560	R\$ 83.004.597
Ativo Circulante	R\$ 24.818.693	R\$ 37.866.601	R\$ 43.565.538
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 8.373.056	R\$ 17.704.778	R\$ 19.917.139
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 16.037.842	R\$ 19.816.467	R\$ 18.796.846
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 406.599	R\$ 344.160	R\$ 4.850.357
Outros Ativos Circulantes	R\$ 1.195	R\$ 1.195	R\$ 1.195
Ativo Não Circulante	R\$ 15.320.204	R\$ 18.100.959	R\$ 39.439.060
Realizável a Longo Prazo	-R\$ 967.623	R\$ 2	R\$ 27.184.977
Investimentos	R\$ 421.058	R\$ 558.828	R\$ 1.117.657
Imobilizado	R\$ 15.866.770	R\$ 17.542.129	R\$ 11.136.426
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 39.866.162	R\$ 32.256.704	R\$ 35.033.754
Passivo Circulante	R\$ 8.778.847	R\$ 7.079.714	R\$ 1.750.814
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.634.482	R\$ 1.718.112	R\$ 273.111
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1.364.740	R\$ 1.727.577	R\$ 1.139.486
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 16.500	R\$ -	R\$ 116
Outros Passivos Circulantes	R\$ 3.763.125	R\$ 3.634.026	R\$ 338.102
Passivo Não Circulante	R\$ 31.087.315	R\$ 25.176.989	R\$ 33.282.940
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 128.469	R\$ 65.226	R\$ 65.226
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 13.411.755	R\$ 11.149.199	R\$ 2.112.891
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	-R\$ 78.083
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ 17.547.092	R\$ 13.962.564	R\$ 24.414.645
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.768.262
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 272.735	R\$ 23.710.856	R\$ 47.970.843
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 57.792.597	R\$ 22.508.543	R\$ 36.186.953
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	-R\$ 57.519.863	R\$ 1.202.313	R\$ 11.783.890
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 13 milhões. O município de Felixlândia se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 9 milhões, uma melhoria de mais de 23 milhões em comparação a 2020.

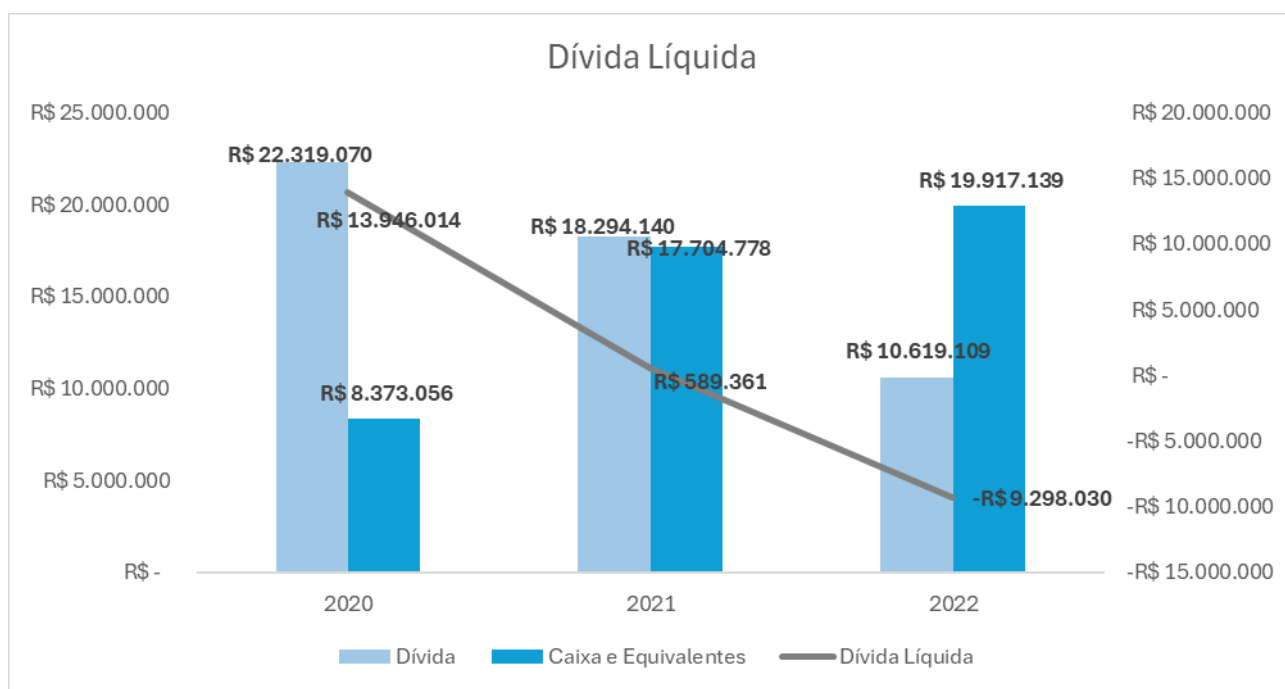


Figura 29: Evolução Dívida Líquida – Felixlândia
[Fonte TCE-MG]

5.1.9.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Felixlândia só apresentou a nota A em um de três indicadores (Endividamento), enquanto o indicador de Liquidez Relativa recebeu nota C. Desse modo, o município obteve uma nota final de C, o que significa que o município não pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Além disso, a cidade também apresentou o pior ranking de qualidade fiscal (Dicf), que classifica a consistência contábil das informações publicadas pelo município.

Tabela 47: Capacidade de Pagamento - Felixlândia

<div> <div>!</div> <div>Nota CAPAG *</div> <div>C</div> </div>	
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (10,94%)
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	B (87,71%)
!	(Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)
Indicador III - Liquidez Relativa	C (-0,01%)
!	Ranking da qualidade fiscal
Ranking da qualidade fiscal	Dicf

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.9.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Felixlândia faz parte dos municípios integrantes do Projeto Rio Paraopeba, onde no intuito de reparar parte dos danos gerados pelos rompimentos, o Governo do Estado de Minas Gerais em conjunto com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Ministério Público Federal (MPF), doravante chamados Compromitentes, fecharam um Acordo Judicial com a mineradora Vale S.A., em 4 de fevereiro de 2021. O documento, assinado dois anos após o desastre com a mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, buscou evitar que cada um dos danos fosse discutido em uma ação de reparação independente, o que geraria um número muito elevado de processos judiciais e morosidade.

Não existe no âmbito desse projeto, nenhum recurso destinado a melhorias no serviço ou infraestrutura de RSU, mas um projeto tem potencial de ajuda de forma indireta:

- Pavimentação, recapeamento e reparo das vias do município. Será realizada a pavimentação do distrito de São José do Buriti e a construção de drenagem superficial das vias para proteção do pavimento, contemplando uma extensão total aproximada de 12,7 quilômetros (km), sendo 3,2 quilômetros (km) na área urbana e 9,5 quilômetros (km) na zona rural. O valor da iniciativa é de R\$ 22.833.896,66 e foi repassada à prefeitura em agosto de 2023.

Quanto ao Passivo, o município possui um Inquérito Civil em aberto (MPMG-0209.19.000669-9) para verificar a regularidade do sistema de disposição de resíduos sólidos urbanos do Município com base em documentação, encaminhada via e-mail, pela Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba.

Felixlândia atualmente possui um contrato ativo com prestador de serviços de RSU. O contrato com o fornecedor Avelar Limpeza Urbana está em fase de aditivo anual, e, portanto, não incorre de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final do contrato. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.9.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Felixlândia apresenta condições financeiras e fiscais razoáveis, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade

com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Apresenta um superávit, acumulando caixa que corresponde a 11,5% das receitas correntes no ano de 2022, e apresenta como um aspecto positivo um histórico de evolução e crescimento do caixa.

Apesar disso, o desempenho no índice CAPAG foi baixo (nota C), desabilitando o município para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos, além de ter um ranking de qualidade fiscal baixo, o que significa que o município precisa melhorar a qualidade de informações reportadas.

5.1.10. INIMUTABA

5.1.10.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Inimutaba recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 3% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 9%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 82% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Inimutaba, sua distribuição ocorre com 46% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 39% em outras despesas correntes do município e 13% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 48: Composição Receitas e Despesas - Inimutaba

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 1.273.513	R\$ 2.067.532	R\$ 2.734.279	5,79%	7,84%	8,81%
Receita Tributária	R\$ 703.338	R\$ 1.197.154	R\$ 1.035.335	3,20%	4,54%	3,34%
Receita de Contribuições	R\$ 559.090	R\$ 630.458	R\$ 750.613	2,54%	2,39%	2,42%
Receita Patrimonial	R\$ 11.085	R\$ 160.358	R\$ 874.916	0,05%	0,61%	2,82%
Outras Receitas Locais	R\$ -	R\$ 79.563	R\$ 73.415	0,00%	0,30%	0,24%
Receitas Externas	R\$ 19.111.540	R\$ 22.454.433	R\$ 25.600.616	86,89%	85,20%	82,53%
Transferências Correntes	R\$ 18.997.752	R\$ 22.332.189	R\$ 25.568.370	86,37%	84,73%	82,42%
Outras receitas Correntes	R\$ 113.788	R\$ 122.244	R\$ 32.246	0,52%	0,46%	0,10%
Receitas de Capital	R\$ 1.609.580	R\$ 1.833.708	R\$ 2.686.588	7,32%	6,96%	8,66%
TOTAL RECEITAS	R\$ 21.994.633	R\$ 26.355.674	R\$ 31.021.483	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 18.186.397	R\$ 19.916.173	R\$ 27.940.171	82,69%	75,57%	90,07%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 11.517.948	R\$ 11.877.420	R\$ 15.129.335	52,37%	45,07%	48,77%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 53.930	R\$ 59.306	R\$ 83.928	0,25%	0,23%	0,27%
Outras Despesas Correntes	R\$ 6.614.520	R\$ 7.979.447	R\$ 12.726.908	30,07%	30,28%	41,03%
Despesas de Capital	R\$ 1.456.142	R\$ 3.535.871	R\$ 4.379.245	6,62%	13,42%	14,12%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 19.642.539	R\$ 23.452.043	R\$ 32.319.415	89,31%	88,98%	104,18%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Inimutaba obteve um balanço positivo no seu orçamento somente nos dois primeiros anos e um balanço negativo no ano de 2022. É um ponto de atenção para acompanhar, mesmo com sua relação de receita/despesa ter subido mais de 15% com relação aos anos anteriores. Outro fator determinante foi o aumento da relevância em Outras Despesas Correntes, que aumentou em mais de 10% o percentual em relação ao Total de Receitas de 2020 para 2022 (de 30,07% para 41,03%).

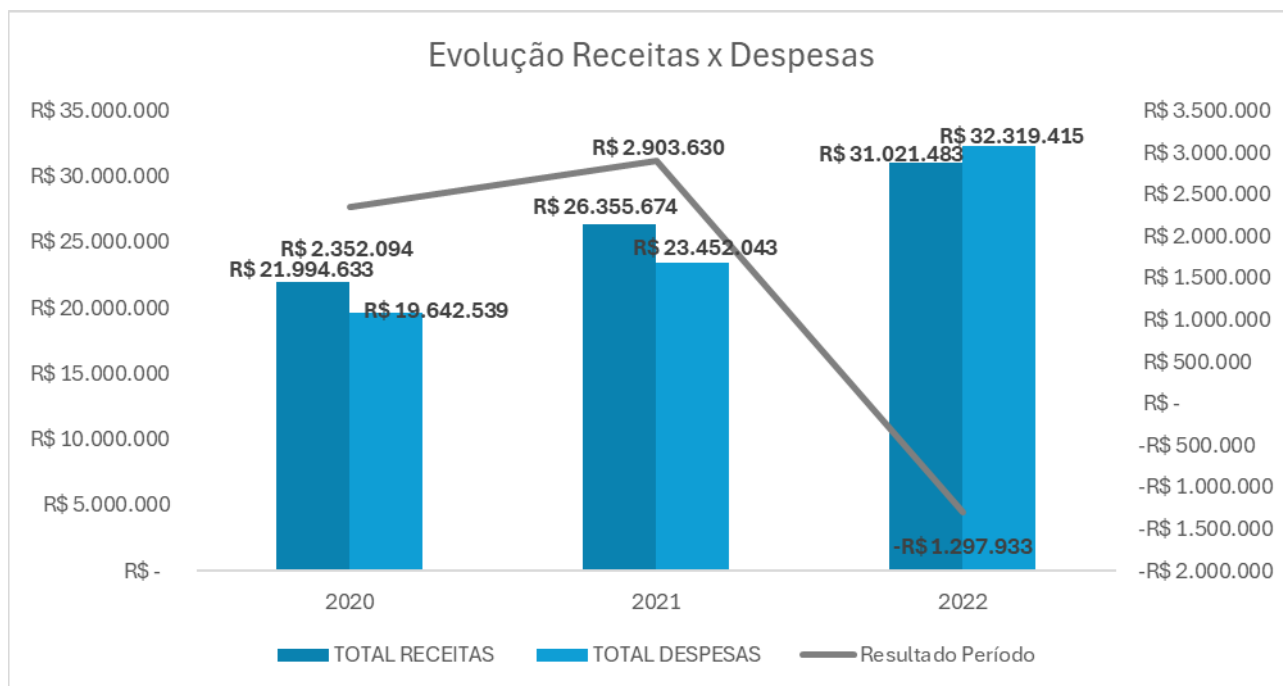


Figura 30: Evolução Receitas x Despesas - Inimutaba

[Fonte TCE-MG]

5.1.10.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

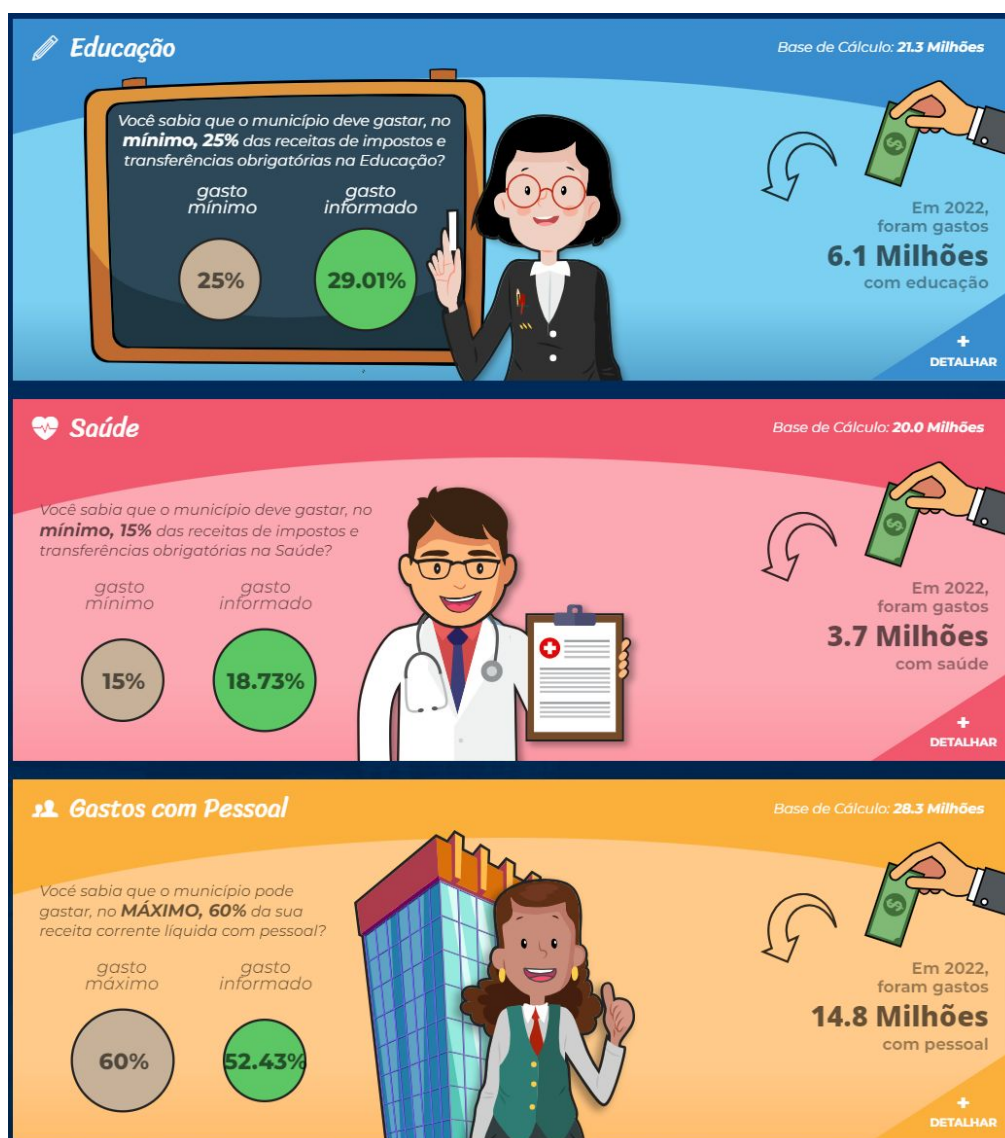


Figura 31: Cumprimento dos requisitos da LRF - Inimutaba

[Fonte: TCE-MG]

5.1.10.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Inimutaba apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores do imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo, porém em proporções menores do que o ativo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 49: Balanço Patrimonial - Inimutaba

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 27.041.708	R\$ 9.678.429	R\$ 35.946.574
Ativo Circulante	R\$ 5.004.066	R\$ 7.429.471	R\$ 7.938.440
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 3.628.907	R\$ 7.438.894	R\$ 6.599.086
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 1.360.921	-R\$ 20.612	R\$ 1.338.406
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 14.238	R\$ 11.188	-
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ -	R\$ 948
Ativo Não Circulante	R\$ 22.037.642	R\$ 2.248.958	R\$ 28.008.134
Realizável a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Imobilizado	R\$ 22.037.642	R\$ 2.248.958	R\$ 28.008.134
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 6.489.878	R\$ 864.613	R\$ 5.887.911
Passivo Circulante	R\$ 6.928.520	R\$ 1.278.296	R\$ 233.941
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 4.689.285	R\$ -	R\$ 282.140
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 986.050	R\$ 280.607	-R\$ 422.021
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1.125.009	R\$ 959.830	R\$ 351.653
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.396
Outros Passivos Circulantes	R\$ 128.176	R\$ 37.859	R\$ 11.773
Passivo Não Circulante	-R\$ 438.642	-R\$ 413.683	R\$ 5.653.970
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ 257.404	R\$ 4.512.681
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-R\$ 438.642	-R\$ 671.087	R\$ 1.141.289
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 20.551.829	R\$ 8.813.816	R\$ 30.058.663
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	-R\$ 249.882
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 20.457.419	R\$ 6.350.198	R\$ 2.807.148
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 94.410	R\$ 2.463.618	R\$ 27.501.397
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 3 milhões. O município Inimutaba se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 700 mil, uma melhoria de mais de 3 milhões em comparação a 2020. Um ponto de atenção é que a dívida líquida teve um pior desempenho de 2021 a 2022, devido ao aumento dos valores de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo.

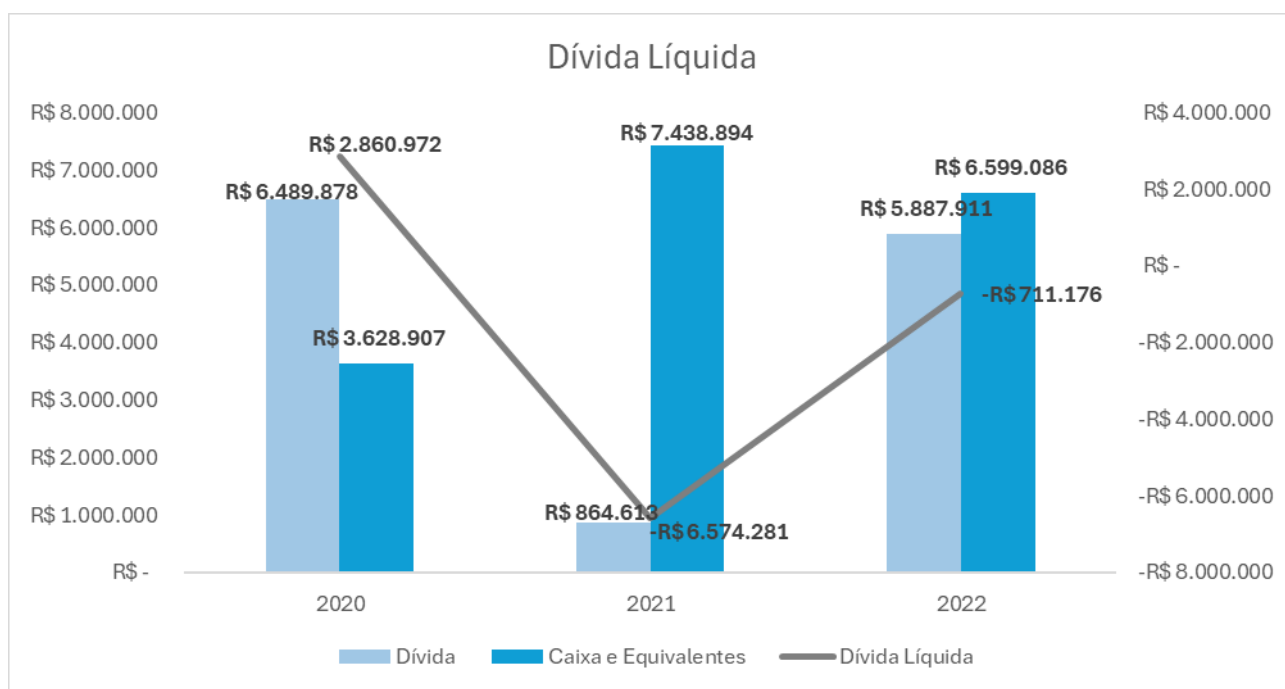


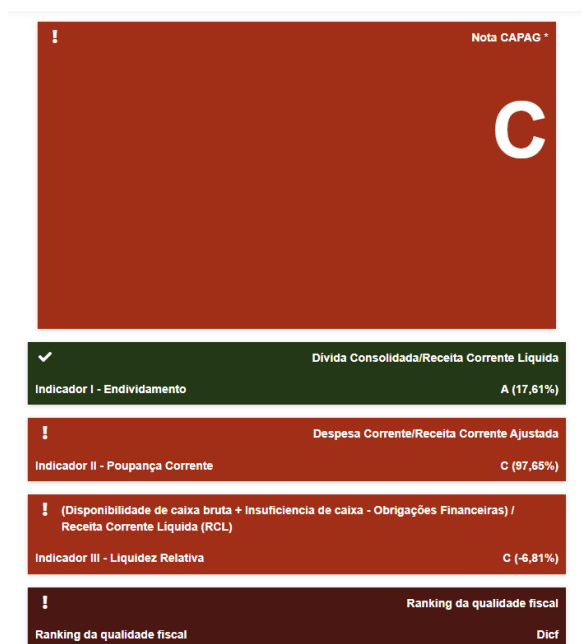
Figura 32: Evolução Dívida Líquida - Inimutaba

[Fonte TCE-MG]

5.1.10.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Inimutaba só apresentou a nota A em um de três indicadores (Endividamento), enquanto ambos os indicadores de Liquidez Relativa e Poupança Corrente receberam nota C. Desse modo, o município obteve uma nota final de C, o que significa que o município não pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Além disso, a cidade também apresentou o pior ranking de qualidade fiscal (Dicf), que classifica a consistência contábil das informações publicadas pelo município.

Tabela 50: Capacidade de Pagamento - Inimutaba



Fonte: Tesouro Transparente

5.1.10.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Inimutaba não possui ativos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto. Quanto ao Passivo, o município possui um Inquérito Civil em aberto (MPMG-0209.19.000667-3) para verificar a regularidade do sistema de disposição de resíduos sólidos urbanos do Município com base em documentação, encaminhada via e-mail, pela Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba.

Inimutaba não possui contratos com terceiros, dado que o SMRSU do município é feito de forma cem por cento própria, portanto, não existe possível passivo em caso de concessão ou PPP.

5.1.10.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Inimutaba apresenta condições financeiras e fiscais razoáveis, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Além disso, apresenta um superávit, acumulando caixa que corresponde a 2% das receitas correntes no ano de 2022, porém apresenta como um aspecto positivo um histórico de evolução e crescimento do caixa.

Apesar disso, o desempenho no índice CAPAG foi baixo (nota C), desabilitando o município para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos, além de ter um ranking de qualidade fiscal baixo, o que significa que o município precisa melhorar a qualidade de informações reportadas.

5.1.11. JEQUITIBÁ

5.1.11.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Jequitibá recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 5% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 14%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 76% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Jequitibá, sua distribuição ocorre com 48% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 37% em outras despesas correntes do município e 15% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 51: Composição Receitas e Despesas - Jequitibá

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 2.285.263	R\$ 2.468.666	R\$ 3.732.281	10,08%	9,37%	10,10%
Receita Tributária	R\$ 1.497.168	R\$ 1.458.704	R\$ 1.844.450	6,60%	5,54%	4,99%
Receita de Contribuições	R\$ 591.833	R\$ 726.080	R\$ 831.427	2,61%	2,76%	2,25%
Receita Patrimonial	R\$ 26.226	R\$ 125.685	R\$ 938.741	0,12%	0,48%	2,54%
Outras Receitas Locais	R\$ 170.036	R\$ 158.198	R\$ 117.662	0,75%	0,60%	0,32%
Receitas Externas	R\$ 19.276.760	R\$ 22.069.050	R\$ 28.148.535	85,00%	83,78%	76,15%
Transferências Correntes	R\$ 19.270.371	R\$ 22.054.216	R\$ 28.146.438	84,98%	83,73%	76,15%
Outras receitas Correntes	R\$ 6.389	R\$ 14.835	R\$ 2.097	0,03%	0,06%	0,01%
Receitas de Capital	R\$ 1.115.300	R\$ 1.802.609	R\$ 5.082.396	4,92%	6,84%	13,75%
TOTAL RECEITAS	R\$ 22.677.323	R\$ 26.340.325	R\$ 36.963.212	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 18.800.955	R\$ 20.868.462	R\$ 27.042.477	82,91%	79,23%	73,16%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 10.584.982	R\$ 12.266.701	R\$ 15.297.339	46,68%	46,57%	41,39%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 8.236	R\$ 1.747	R\$ -	0,04%	0,01%	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 8.207.737	R\$ 8.600.014	R\$ 11.745.139	36,19%	32,65%	31,78%
Despesas de Capital	R\$ 4.280.881	R\$ 3.303.897	R\$ 4.887.634	18,88%	12,54%	13,22%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 23.081.836	R\$ 24.172.359	R\$ 31.930.111	101,78%	91,77%	86,38%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Jequitibá obteve um balanço negativo em 2020, porém se recuperou e obteve balanço positivo nos anos de 2021 e 2022, ou seja, atingiu um orçamento superavitário.

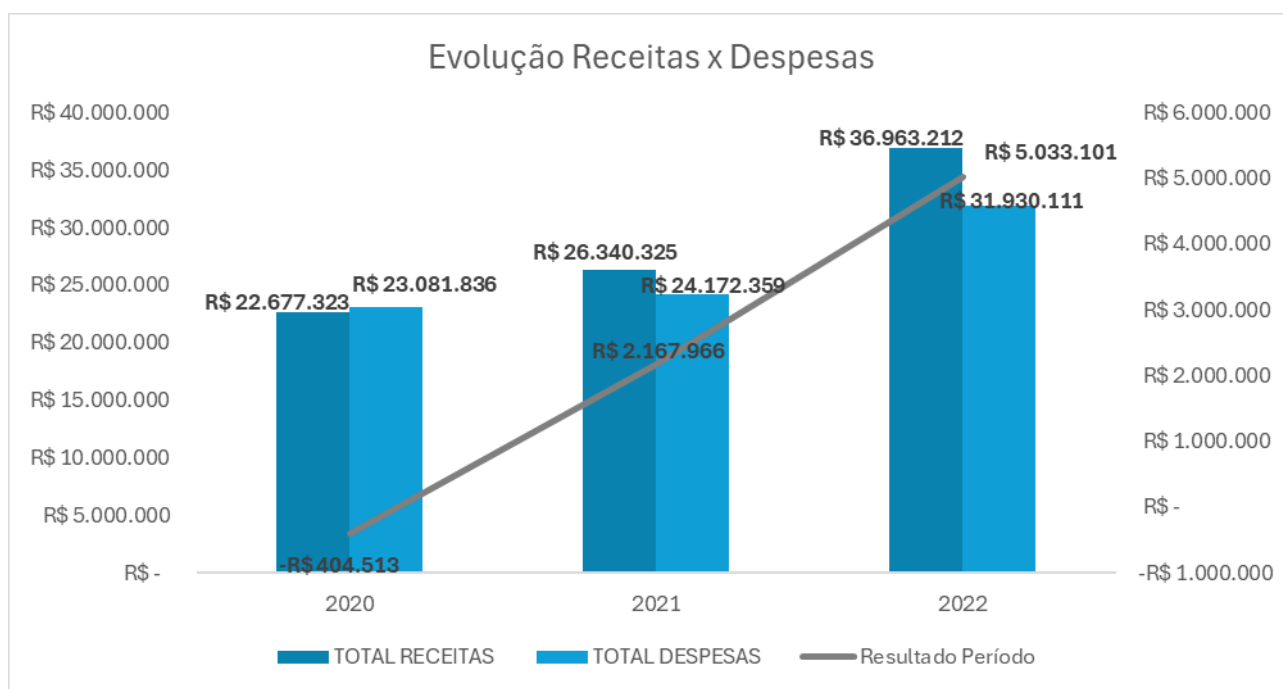


Figura 33: Evolução Receitas x Despesas - Jequitibá

[Fonte TCE-MG]

5.1.11.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

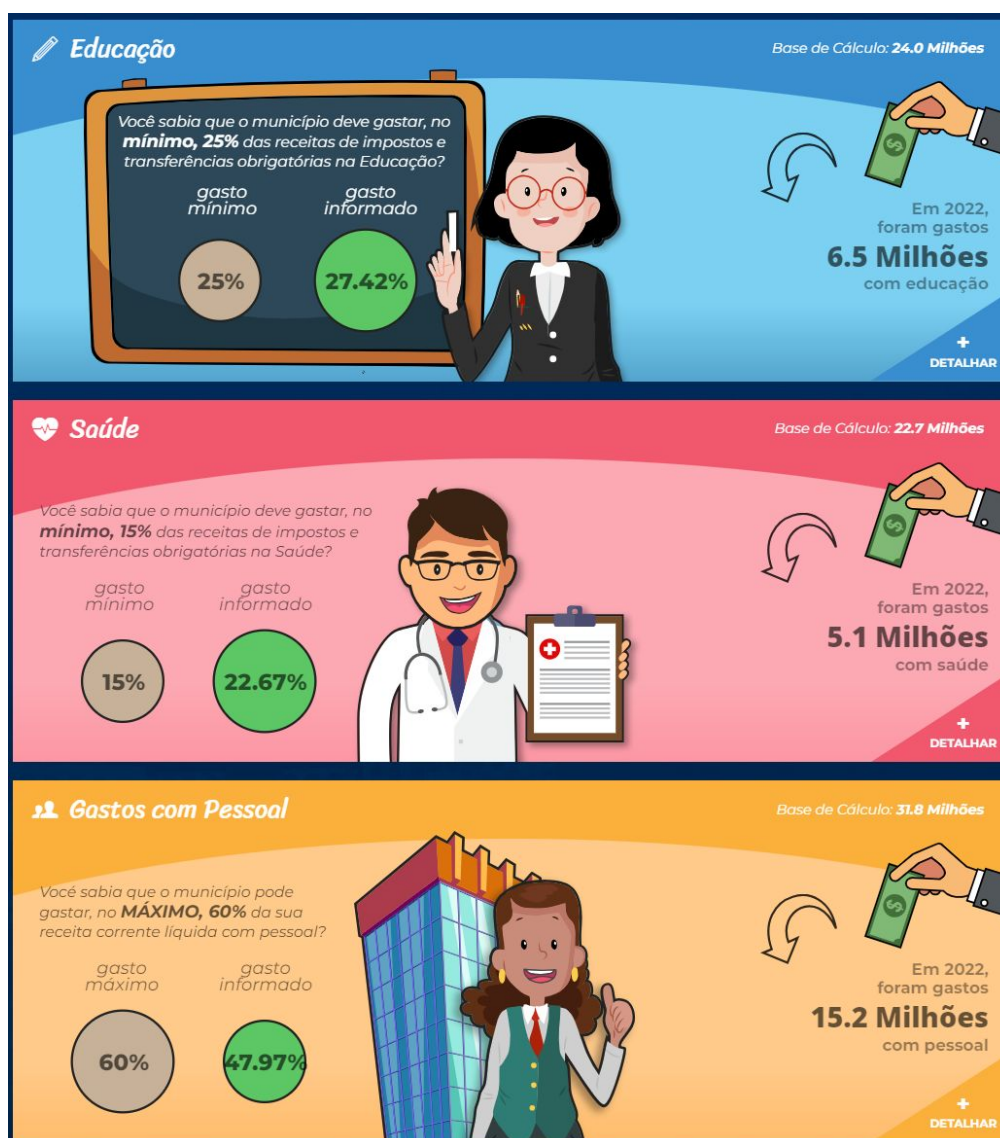


Figura 34: Cumprimento dos requisitos da LRF - Jequitibá

[Fonte: TCE-MG]

5.1.11.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Jequitibá apresenta uma estabilidade nos valores de seus ativos (destaque para o crescimento dos valores de caixa e redução do imobilizado) e crescimento do seu patrimônio líquido. Também há uma evolução dos seus valores de passivos, o que acarretou o acúmulo de caixa no município.

Tabela 52: Balanço Patrimonial - Jequitibá

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 30.750.434	R\$ 38.155.948	R\$ 37.857.125
Ativo Circulante	R\$ 10.534.273	R\$ 15.481.472	R\$ 20.222.956
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 1.941.605	R\$ 5.047.460	R\$ 10.314.290
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 8.592.668	R\$ 10.434.013	R\$ 9.908.666
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 20.216.162	R\$ 22.674.476	R\$ 17.634.169
Realizável a Longo Prazo	R\$ 2.996	R\$ 9.553	R\$ 3.312
Investimentos	R\$ 346.640	R\$ 439.130	R\$ 589.130
Imobilizado	R\$ 19.866.526	R\$ 22.225.792	R\$ 17.041.726
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 6.514.981	R\$ 7.223.762	R\$ 3.308.619
Passivo Circulante	R\$ 3.369.073	R\$ 3.611.932	R\$ 1.089.355
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 283.183	R\$ 313.280	R\$ 61.403
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-R\$ 9.278	R\$ 23.558	R\$ 239
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 694.029	R\$ 1.053.449	R\$ 954.621
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Passivos Circulantes	R\$ 2.401.139	R\$ 2.221.645	R\$ 73.092
Passivo Não Circulante	R\$ 3.145.908	R\$ 3.611.831	R\$ 2.219.264
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 1.336.122	R\$ 1.152.305	R\$ 1.522.796
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 1.809.785	R\$ 2.459.526	R\$ 317.678
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 378.790
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 24.235.454	R\$ 30.932.186	R\$ 34.548.506
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 5.391.828	R\$ 6.828.209	R\$ 10.172.285
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 18.843.626	R\$ 24.103.977	R\$ 24.376.221
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 4 milhões. O município de Jequitibá se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 7 milhões, uma melhoria de mais de 11 milhões em comparação a 2020.

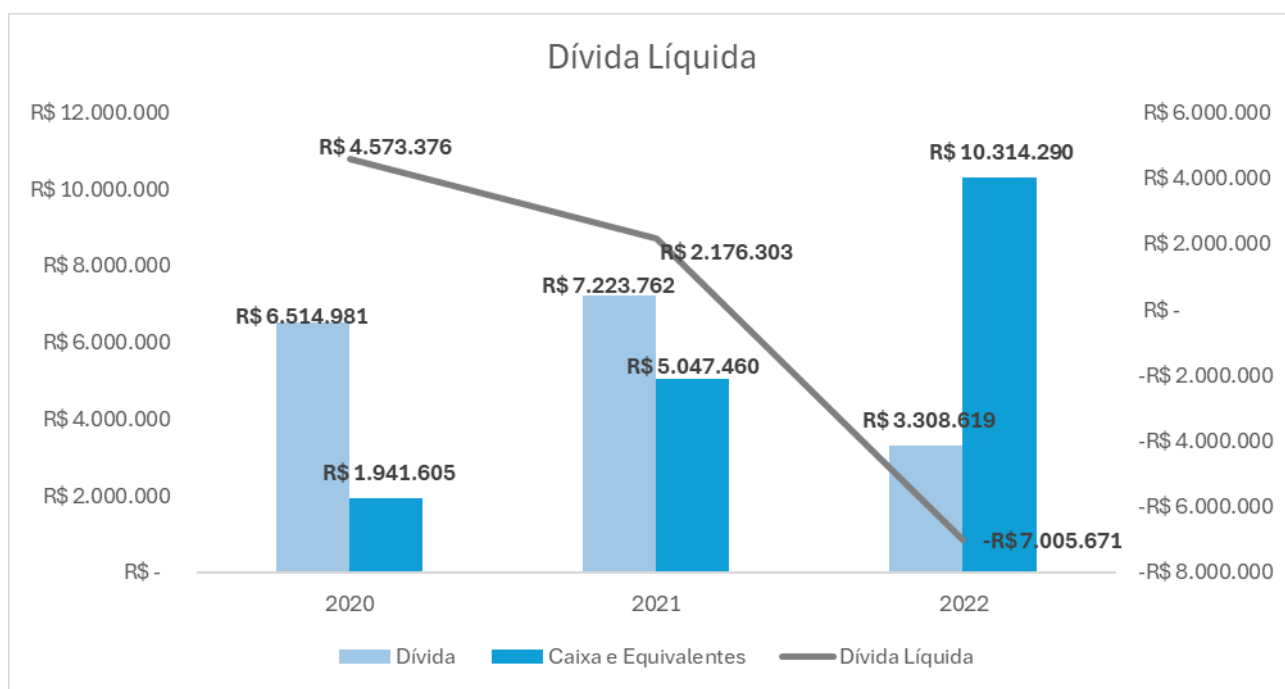


Figura 35: Evolução Dívida Líquida – Jequitibá

[Fonte TCE-MG]

5.1.11.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Jequitibá s  apresentou classificação A em um dos indicadores, mas manteve todos os indicadores acima de B e por isso obteve classificação B. Com isso, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Um ponto de atenção   o ranking de qualidade fiscal, onde Jequitibá teve a pior nota possível (Dicf), indicando que o município precisa melhorar a qualidade das informações.

Tabela 53: Capacidade de Pagamento - Jequitibá

✓	Nota CAPAG *	
	B	
✓	Div�da Consolidada/Receita Corrente Líquida	
Indicador I - Endividamento		A (4,58%)
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada	
Indicador II - Poupança Corrente		B (85,95%)
✓ (Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)		
Indicador III - L�quidez Relativa		B (1,36%)
!	Ranking da qualidade fiscal	
Ranking da qualidade fiscal		Dicf

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.11.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

O município de Jequitibá foi um dos municípios selecionados no Ato Convocatório do CBHSF para execução de obras de esgotamento sanitário. O Ato Convocatório em questão, número 10/2023, é uma iniciativa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) junto à APV e norteou o processo de chamamento público para a seleção de municípios, ou consórcios públicos, da bacia do Rio São Francisco, que possuísem projetos executivos para sistemas coletivos de esgotamento sanitário, para que estes fossem contemplados com financiamento a fundo perdido para execução das obras. Os recursos totalizam R\$ 70 milhões, para as cidades de Jequitibá, Joaquim Felício, Unaí e Bambuí.

No lado dos passivos, o município de Jequitibá não possui passivos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Jequitibá atualmente possui três contratos ativos com prestadores de serviços de RSU. Os contratos estão em fase de aditivo anual, com vencimento entre 2024 e 2025, e, portanto, não incorre de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final do contrato. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.11.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Jequitibá apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ainda apresenta bom desempenho em conformidade com o TCE/MG, onde recebeu nota B no indicador geral do CAPAG. Com esse resultado, o município se habilita para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 18,9% das receitas correntes no ano de 2022.

Além disso, o município consta de um recurso oriundo do CBHSF para projetos na área de saneamento.

5.1.12. MONJOLOS

5.1.12.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Monjolos recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 3% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 11%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 81% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Monjolos, sua distribuição ocorre com 42% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 40% em outras despesas correntes do município e 18% com despesas de capital (investimentos).

Tabela 54: Composição Receitas e Despesas - Monjolos

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 876.041	R\$ 886.949	R\$ 1.901.474	5,95%	4,74%	7,68%
Receita Tributária	R\$ 693.612	R\$ 522.342	R\$ 625.121	4,71%	2,79%	2,52%
Receita de Contribuições	R\$ 152.884	R\$ 177.372	R\$ 176.173	1,04%	0,95%	0,71%
Receita Patrimonial	R\$ 16.724	R\$ 174.692	R\$ 1.087.428	0,11%	0,93%	4,39%
Outras Receitas Locais	R\$ 12.820	R\$ 12.544	R\$ 12.753	0,09%	0,07%	0,05%
Receitas Externas	R\$ 13.472.961	R\$ 16.515.018	R\$ 20.097.652	91,49%	88,25%	81,13%
Transferências Correntes	R\$ 13.411.700	R\$ 16.476.653	R\$ 20.058.639	91,07%	88,04%	80,97%
Outras receitas Correntes	R\$ 61.261	R\$ 38.365	R\$ 39.013	0,42%	0,21%	0,16%
Receitas de Capital	R\$ 377.655	R\$ 1.312.573	R\$ 2.772.350	2,56%	7,01%	11,19%
TOTAL RECEITAS	R\$ 14.726.657	R\$ 18.714.541	R\$ 24.771.476	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 11.425.250	R\$ 12.860.454	R\$ 16.448.677	77,58%	68,72%	66,40%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 6.682.430	R\$ 7.032.546	R\$ 8.458.336	45,38%	37,58%	34,15%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 4.742.820	R\$ 5.827.908	R\$ 7.990.342	32,21%	31,14%	32,26%
Despesas de Capital	R\$ 2.364.401	R\$ 1.546.015	R\$ 3.631.624	16,06%	8,26%	14,66%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 13.789.651	R\$ 14.406.470	R\$ 20.080.301	93,64%	76,98%	81,06%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Monjolos obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

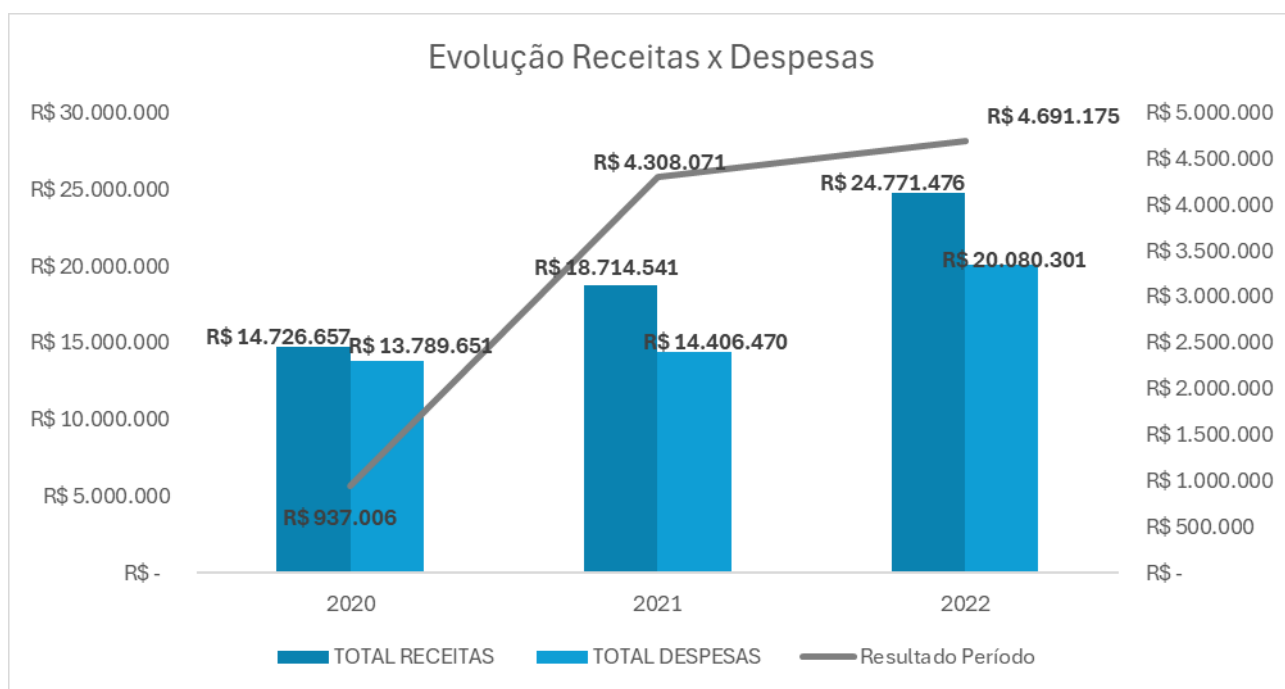


Figura 36: Evolução Receitas x Despesas - Monjolos

[Fonte TCE-MG]

5.1.12.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

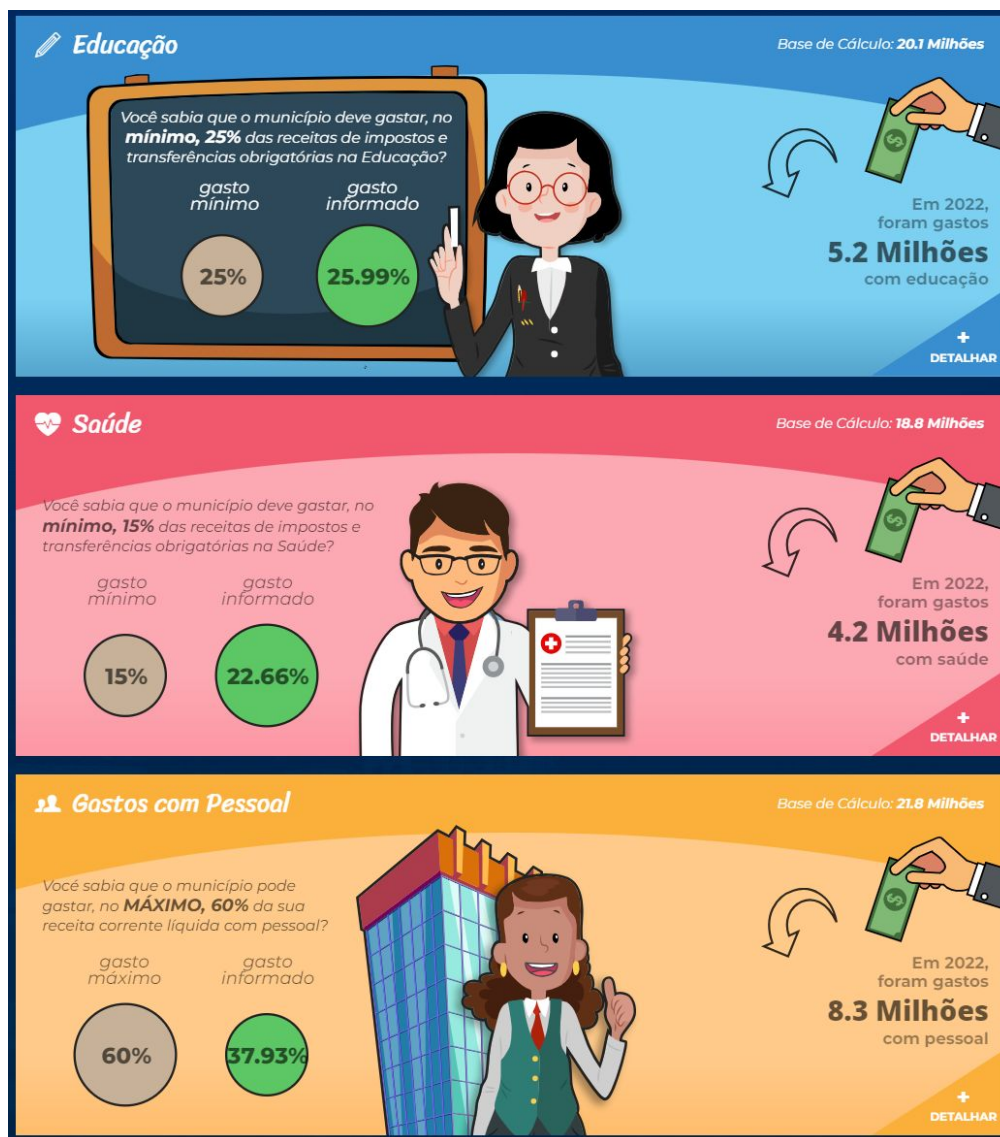


Figura 37: Cumprimento dos requisitos da LRF - Monjolos

[Fonte: TCE-MG]

5.1.12.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Monjolos apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa, créditos e valores a curto prazo e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também houve uma evolução dos valores do passivo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 55: Balanço Patrimonial – Monjolos

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 18.195.189	R\$ 27.191.448	R\$ 68.806.358
Ativo Circulante	R\$ 10.366.890	R\$ 14.548.972	R\$ 39.422.940
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 4.584.525	R\$ 8.413.968	R\$ 27.246.538
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 5.782.365	R\$ 6.135.004	R\$ 12.176.402
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 7.828.300	R\$ 12.642.476	R\$ 29.383.418
Realizável a Longo Prazo	-R\$ 15.884	R\$ 90	-R\$ 776
Investimentos	R\$ 428.738	R\$ 493.537	R\$ 1.149.232
Imobilizado	R\$ 7.415.446	R\$ 12.148.850	R\$ 28.234.962
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 1.420.832	R\$ 1.643.529	R\$ 175.338
Passivo Circulante	R\$ 1.420.832	R\$ 1.643.529	R\$ 175.338
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 54.881	R\$ -	R\$ 168.812
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Passivos Circulantes	R\$ 1.365.951	R\$ 1.643.529	R\$ 6.526
Passivo Não Circulante	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 16.774.357	R\$ 25.547.919	R\$ 68.631.020
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 4.267.258	R\$ 8.749.797	R\$ 16.270.741
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 12.507.099	R\$ 16.798.122	R\$ 52.360.279
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida negativa de R\$ 3 milhões. O município Monjolos se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 27 milhões, uma melhoria de mais de 24 milhões em comparação a 2020.

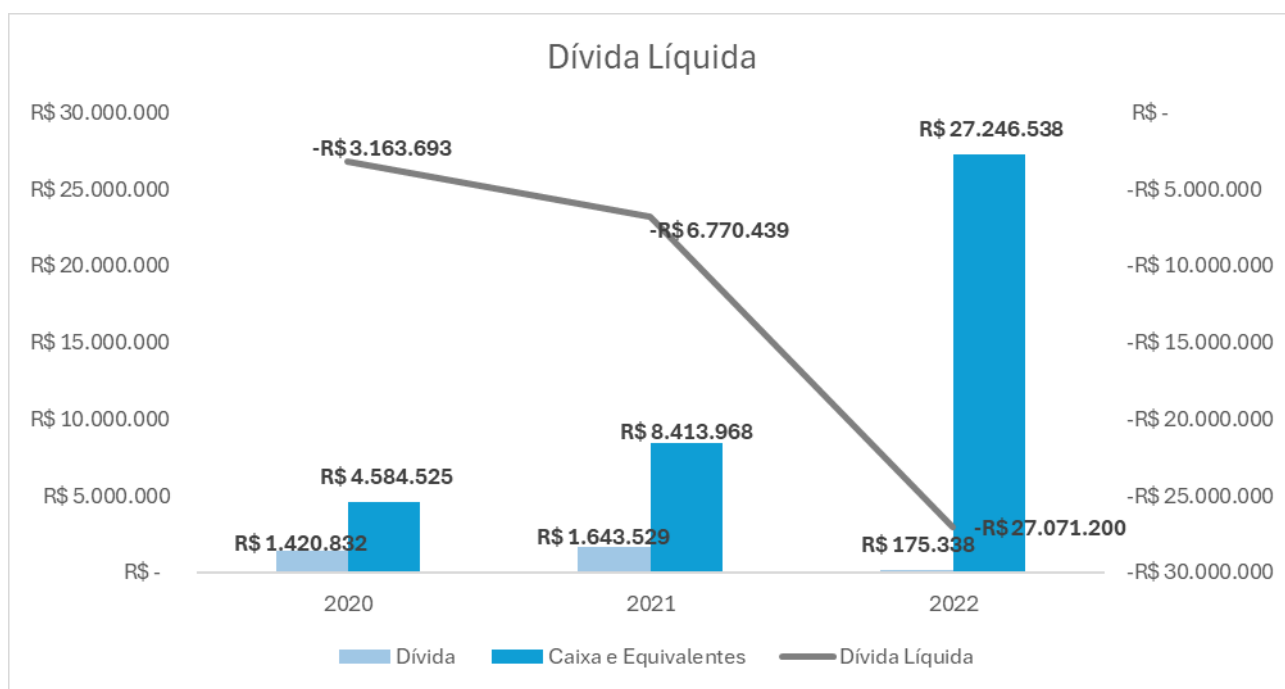


Figura 38: Evolução Dívida Líquida - Monjolos

[Fonte TCE-MG]

5.1.12.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade Monjolos não recebeu uma classificação final do CAPAG, pois o Município declarou Obrigações Financeiras com valores negativos. Nos dois critérios em que o município possui classificação (Endividamento e Poupança Corrente), ele recebeu a nota máxima A. Se quando as informações forem ajustadas o indicador de Liquidez Relativa receber pelo menos uma nota B, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Tabela 56: Capacidade de Pagamento - Monjolos

Nota CAPAG *	
N.D.	
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (0,00%)
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	A (78,08%)
! (Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)	
Indicador III - Liquidez Relativa	N.D. (0,00%)
!	Ranking da qualidade fiscal
Ranking da qualidade fiscal	Cicf

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.12.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Monjolos não possui ativos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Quanto aos passivos, o município possui uma sentença referente [à](#) uma Ação Civil Pública (# 0039665-27.2017.8.13.0216) alegando, em síntese, que o município vem depositando o lixo coletado na sede e nos distritos em área inadequada e em desconformidade com a legislação pertinente, o que vem gerando sérios danos ao meio ambiente, principalmente a poluição do ar, solo e água, além de trazer prejuízos à saúde pública. O valor da causa é de R\$ 500.000,00, mas o município pediu recurso para suspender a execução da multa uma vez que Monjolos está participando do projeto junto ao CORESAB.

Monjolos atualmente possui um contrato ativo com prestador de serviços de RSU. O contrato com o fornecedor Viasolo está em fase de aditivo anual, com vencimento ao final do mês de novembro, e, portanto, não incorre de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final do contrato. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.12.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Monjolos apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 109,3% das receitas correntes no ano de 2022.

O município não recebeu nota no indicador geral do CAPAG. Necessário aguardar ajustes das informações para concluir se o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

5.1.13. MORRO DA GARÇA

5.1.13.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Morro da Garça recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 3% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 8%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA) no valor de 85% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Morro da Garça, sua distribuição ocorre com 43% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 38% em outras despesas correntes do município e 19% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 57: Composição Receitas e Despesas - Morro da Garça

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 554.628	R\$ 790.316	R\$ 1.881.327	3,33%	3,63%	6,83%
Receita Tributária	R\$ 403.986	R\$ 518.170	R\$ 905.293	2,43%	2,38%	3,29%
Receita de Contribuições	R\$ 119.006	R\$ 134.330	R\$ 147.657	0,71%	0,62%	0,54%
Receita Patrimonial	R\$ 8.096	R\$ 137.700	R\$ 828.377	0,05%	0,63%	3,01%
Outras Receitas Locais	R\$ 23.540	R\$ 116	R\$ -	0,14%	0,00%	0,00%
Receitas Externas	R\$ 15.652.787	R\$ 18.652.102	R\$ 23.465.449	93,97%	85,63%	85,23%
Transferências Correntes	R\$ 15.503.231	R\$ 18.652.102	R\$ 23.391.104	93,07%	85,63%	84,96%
Outras receitas Correntes	R\$ 149.556	R\$ -	R\$ 74.345	0,90%	0,00%	0,27%
Receitas de Capital	R\$ 449.309	R\$ 2.340.622	R\$ 2.185.927	2,70%	10,75%	7,94%
TOTAL RECEITAS	R\$ 16.656.724	R\$ 21.783.040	R\$ 27.532.703	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 14.836.644	R\$ 15.361.711	R\$ 23.526.206	89,07%	70,52%	85,45%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 9.988.803	R\$ 9.602.054	R\$ 12.448.294	59,97%	44,08%	45,21%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 4.847.840	R\$ 5.759.657	R\$ 11.077.912	29,10%	26,44%	40,24%
Despesas de Capital	R\$ 816.905	R\$ 2.034.745	R\$ 5.397.084	4,90%	9,34%	19,60%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 15.653.549	R\$ 17.396.456	R\$ 28.923.290	93,98%	79,86%	105,05%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Morro da Garça obteve um balanço positivo no seu orçamento somente nos dois primeiros anos e um balanço negativo no ano de 2022. É um ponto de atenção para acompanhar, porém, além da receita/despesa ter subido mais de 25% com relação aos anos anteriores, o município também aumentou os investimentos realizados em mais de 260%, o que naturalmente impactou nas despesas e, consequentemente, no balanço final no ano de 2022.

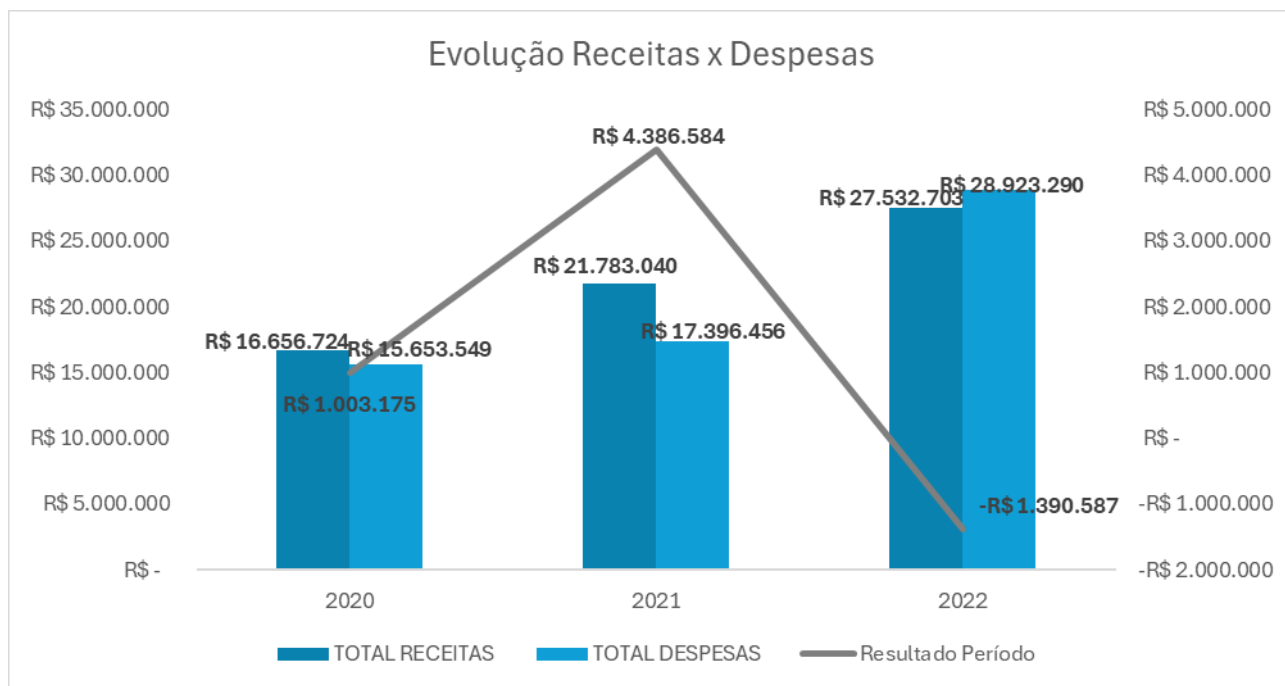


Figura 39: Evolução Receitas x Despesas – Morro da Garça

[Fonte TCE-MG]

5.1.13.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

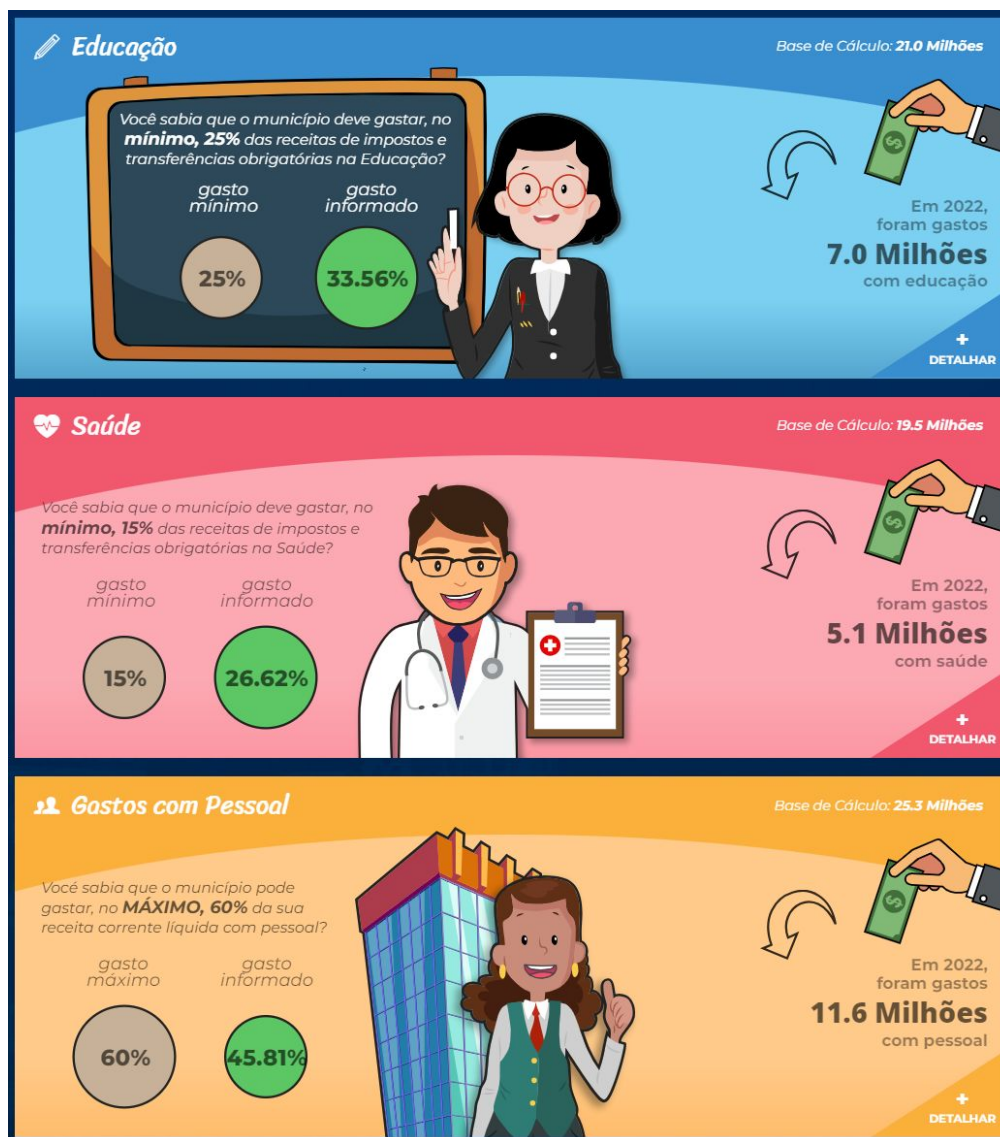


Figura 40: Cumprimento dos requisitos da LRF – Morro da Garça

[Fonte: TCE-MG]

5.1.13.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Morro da Garça apresenta uma redução nos seus ativos (destaque para a redução dos valores de imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo, porém em proporções menores do que o ativo. Mesmo com essas variações nos valores de ativos e passivos, o município ainda conseguiu acumular caixa.

Tabela 58: Balanço Patrimonial – Morro da Garça

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 17.428.684	R\$ 38.222.780	R\$ 28.069.098
Ativo Circulante	R\$ 2.189.653	R\$ 7.802.773	R\$ 8.186.671
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 2.103.376	R\$ 7.619.930	R\$ 8.033.127
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 86.277	R\$ 182.843	R\$ 153.544
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 15.239.032	R\$ 30.420.007	R\$ 19.882.427
Realizável a Longo Prazo	R\$ 187.435	R\$ 187.435	R\$ 187.435
Investimentos	R\$ 1.133	R\$ 112.102	R\$ 449.161
Imobilizado	R\$ 15.050.463	R\$ 30.120.469	R\$ 19.245.830
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 534.221	R\$ 1.190.918	R\$ 1.540.390
Passivo Circulante	R\$ 291.146	R\$ 636.219	R\$ 720.351
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 25.043	R\$ 42.038	R\$ 120.887
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.580
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 60.090	R\$ 168.087	R\$ 211.574
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.153
Outros Passivos Circulantes	R\$ 206.012	R\$ 426.094	R\$ 372.157
Passivo Não Circulante	R\$ 243.075	R\$ 554.699	R\$ 820.039
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 243.075	R\$ -	R\$ -
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ -	R\$ 554.699	R\$ 367.500
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 452.539
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 16.894.463	R\$ 37.031.861	R\$ 26.528.708
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 2.238.313	R\$ 19.970.359	R\$ 4.159.477
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 14.656.151	R\$ 17.061.503	R\$ 22.369.231
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida negativa de R\$ 1 milhão. O município de Morro da Garça se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 6 milhões, uma melhoria de mais de 5 milhões em comparação a 2020.

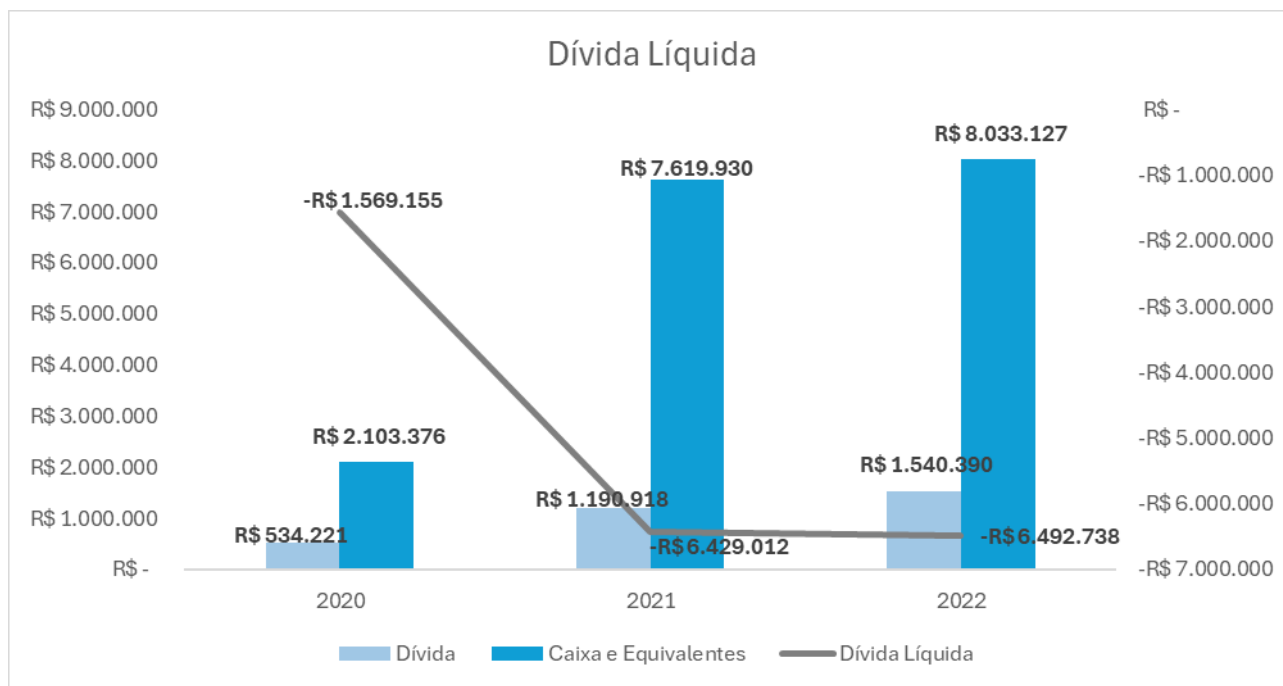


Figura 41: Evolução Dívida Líquida – Morro da Garça [Fonte TCE-MG]

5.1.13.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Morro da Garça só apresentou a nota A em um de três indicadores (Endividamento), enquanto o indicador de Liquidez Relativa recebeu nota C. Desse modo, o município obteve uma nota final de C, o que significa que o município não pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Além disso, a cidade também apresentou o pior ranking de qualidade fiscal (Dicf), que classifica a consistência contábil das informações publicadas pelo município.

Tabela 59: Capacidade de Pagamento – Morro da Garça

<div> <div>!</div> <div>Nota CAPAG</div> <div>C</div> </div>	
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (4,30%)
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	B (92,92%)
!	(Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)
Indicador III - Liquidez Relativa	C (0,00%)
!	Ranking da qualidade fiscal
Ranking da qualidade fiscal	Dicf

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.13.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Morro da Garça não possui ativos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto. Quanto ao Passivo, o município possui um Inquérito Civil em aberto (MPMG-0209.19.000668-1) para verificar a regularidade do sistema de disposição de resíduos sólidos urbanos do Município com base em documentação, encaminhada via e-mail, pela Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba.

Morro da Garça atualmente possui um contrato ativo com prestador de serviços de RSU. O contrato com o fornecedor Serquip está em fase de aditivo anual, e, portanto, não incorre de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final do contrato. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.13.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Morro da Garça apresenta condições financeiras e fiscais razoáveis, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, além de apresentar um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 23,6% das receitas correntes no ano de 2022.

Apesar disso, o desempenho no índice CAPAG foi baixo (nota C), desabilitando o município para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos, além de ter um ranking de qualidade fiscal baixo, o que significa que o município precisa melhorar a qualidade de informações reportadas.

5.1.14. PARAPEBA

5.1.14.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Paraopeba recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 10% do total de sua receita; da receita de contribuições (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 10%; e das transferências correntes (composta por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 66% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Paraopeba, sua distribuição ocorre com 55% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 32% em outras despesas correntes do município e 13% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 60: Composição Receitas e Despesas - Paraopeba

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 17.195.039	R\$ 19.332.460	R\$ 26.632.299	23,85%	23,31%	24,55%
Receita Tributária	R\$ 8.015.262	R\$ 9.333.245	R\$ 11.319.997	11,12%	11,25%	10,44%
Receita de Contribuições	R\$ 6.778.516	R\$ 8.473.699	R\$ 10.696.976	9,40%	10,22%	9,86%
Receita Patrimonial	R\$ 2.332.440	R\$ 1.476.410	R\$ 4.563.126	3,24%	1,78%	4,21%
Outras Receitas Locais	R\$ 68.821	R\$ 49.106	R\$ 52.200	0,10%	0,06%	0,05%
Receitas Externas	R\$ 52.455.064	R\$ 60.231.096	R\$ 76.972.996	72,75%	72,63%	70,96%
Transferências Correntes	R\$ 51.912.401	R\$ 59.006.878	R\$ 71.963.354	72,00%	71,16%	66,35%
Outras receitas Correntes	R\$ 542.663	R\$ 1.224.218	R\$ 5.009.642	0,75%	1,48%	4,62%
Receitas de Capital	R\$ 2.448.956	R\$ 3.362.205	R\$ 4.862.595	3,40%	4,05%	4,48%
TOTAL RECEITAS	R\$ 72.099.059	R\$ 82.925.762	R\$ 108.467.890	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 63.096.408	R\$ 69.060.517	R\$ 86.529.382	87,51%	83,28%	79,77%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 42.964.598	R\$ 47.487.468	R\$ 55.163.108	59,59%	57,27%	50,86%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 20.131.810	R\$ 21.573.049	R\$ 31.366.274	27,92%	26,01%	28,92%
Despesas de Capital	R\$ 4.971.767	R\$ 11.497.194	R\$ 12.605.216	6,90%	13,86%	11,62%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 68.068.175	R\$ 80.557.711	R\$ 99.134.598	94,41%	97,14%	91,40%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Paraopeba obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

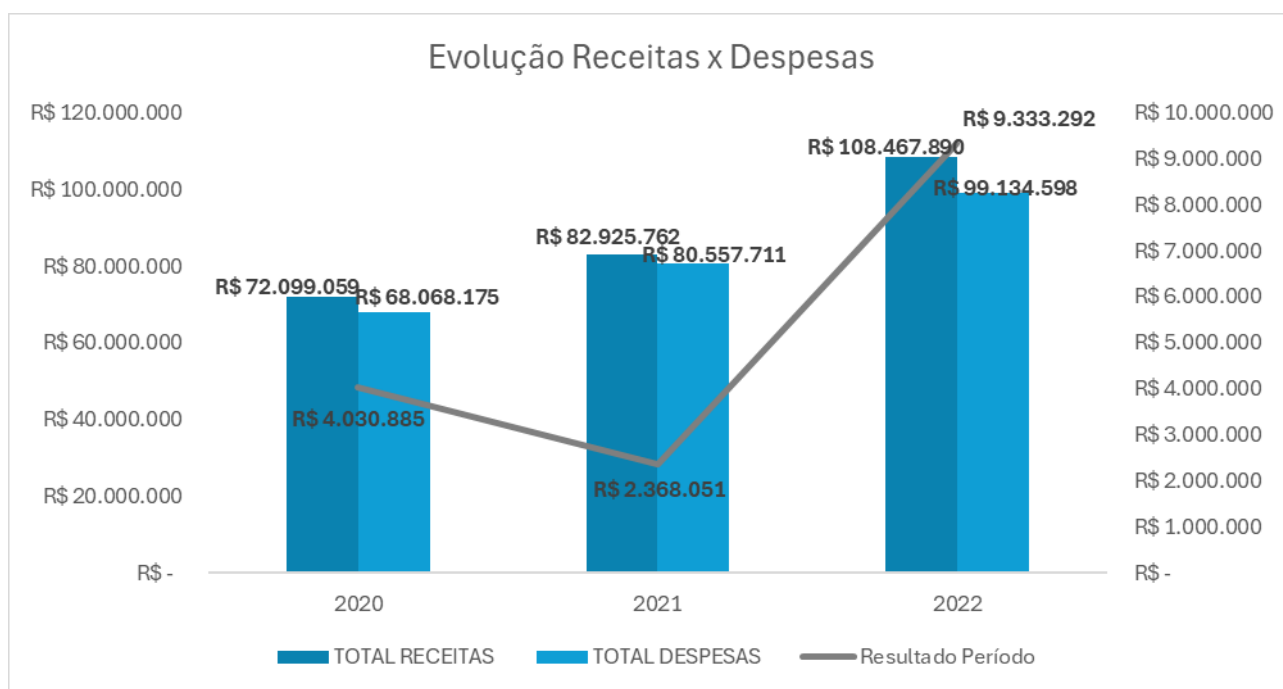


Figura 42: Evolução Receitas x Despesas - Paraopeba

[Fonte TCE-MG]

5.1.14.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

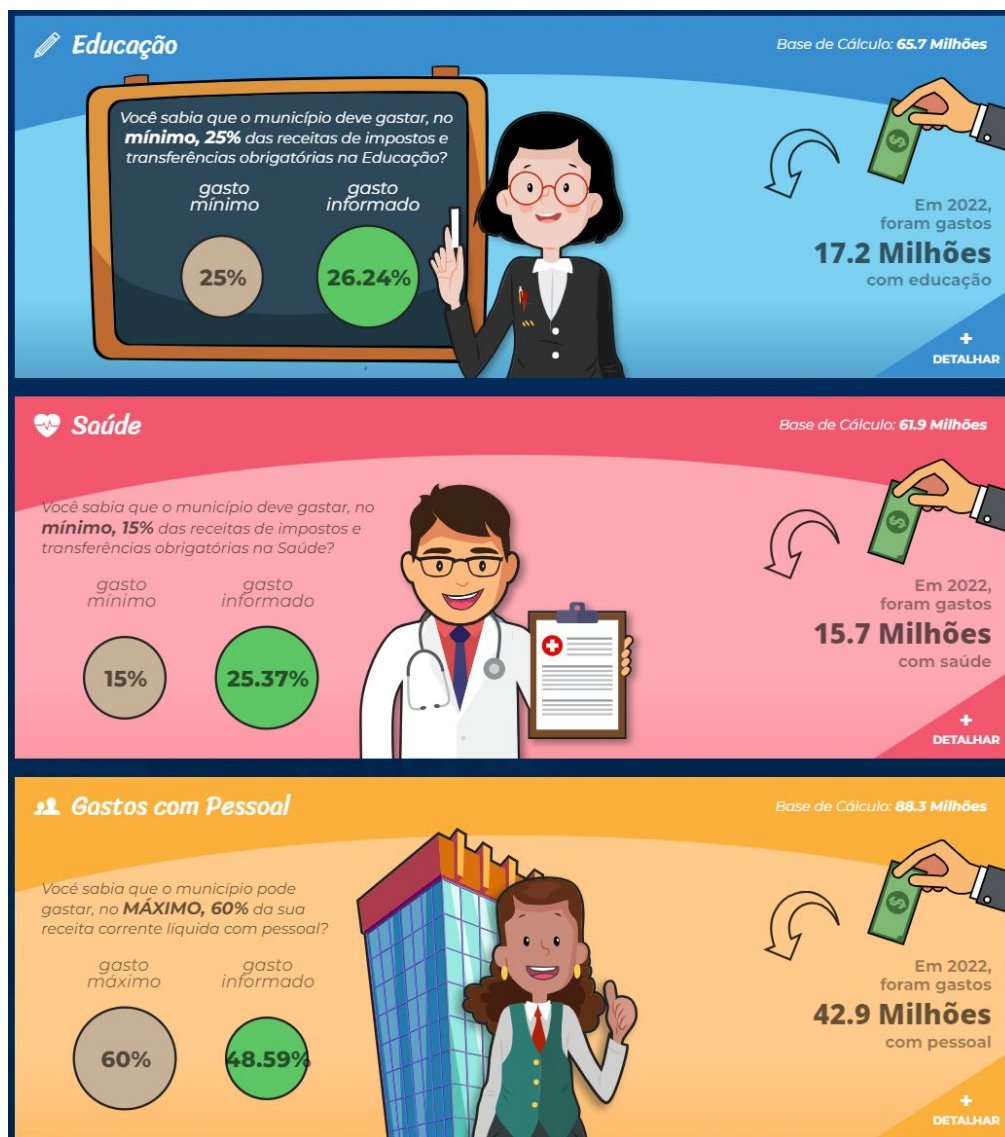


Figura 43: Cumprimento dos requisitos da LRF - Paraopeba

[Fonte: TCE-MG]

5.1.14.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Paraopeba apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e créditos e valores a curto prazo) e do seu patrimônio líquido. Também houve uma evolução dos valores do passivo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 61: Balanço Patrimonial - Paraopeba

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 120.708.218	R\$ 142.707.466	R\$ 162.564.586
Ativo Circulante	R\$ 77.714.953	R\$ 93.847.954	R\$ 109.644.802
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 19.263.044	R\$ 26.945.747	R\$ 44.467.522
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 36.456.403	R\$ 46.784.527	R\$ 54.770.582
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 21.866.850	R\$ 19.968.772	R\$ 10.247.958
Outros Ativos Circulantes	R\$ 128.656	R\$ 148.908	R\$ 158.741
Ativo Não Circulante	R\$ 42.993.264	R\$ 48.859.512	R\$ 52.919.784
Realizável a Longo Prazo	R\$ 3.030.476	R\$ 3.228.961	R\$ 3.141.847
Investimentos	R\$ 901.468	R\$ 1.193.348	R\$ 1.500.560
Imobilizado	R\$ 39.061.321	R\$ 44.437.203	R\$ 48.277.377
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 48.747.444	R\$ 51.438.044	R\$ 44.514.917
Passivo Circulante	R\$ 3.281.203	R\$ 2.428.561	R\$ 2.439.224
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 452.858	R\$ 1.966.902	R\$ 217.505
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1.107.190	R\$ 1.369.081	R\$ 670.445
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 46.887	R\$ 58.082	R\$ 69.085
Outros Passivos Circulantes	R\$ 1.674.269	-R\$ 965.505	-R\$ 3.396.259
Passivo Não Circulante	R\$ 45.466.241	R\$ 49.009.483	R\$ 46.954.141
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 3.677.371	R\$ 7.218.154	R\$ -
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 2.458	R\$ 4.916	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ 41.786.413	R\$ 41.786.413	R\$ 41.786.413
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.167.728
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 71.960.773	R\$ 91.269.422	R\$ 118.049.669
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 14.580.649	R\$ 17.100.570	R\$ 29.178.946
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 57.380.124	R\$ 74.168.853	R\$ 88.870.723
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida negativa de R\$ 12 milhões. O município Paraopeba se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 41 milhões, uma melhoria de mais de 29 milhões em comparação a 2020.

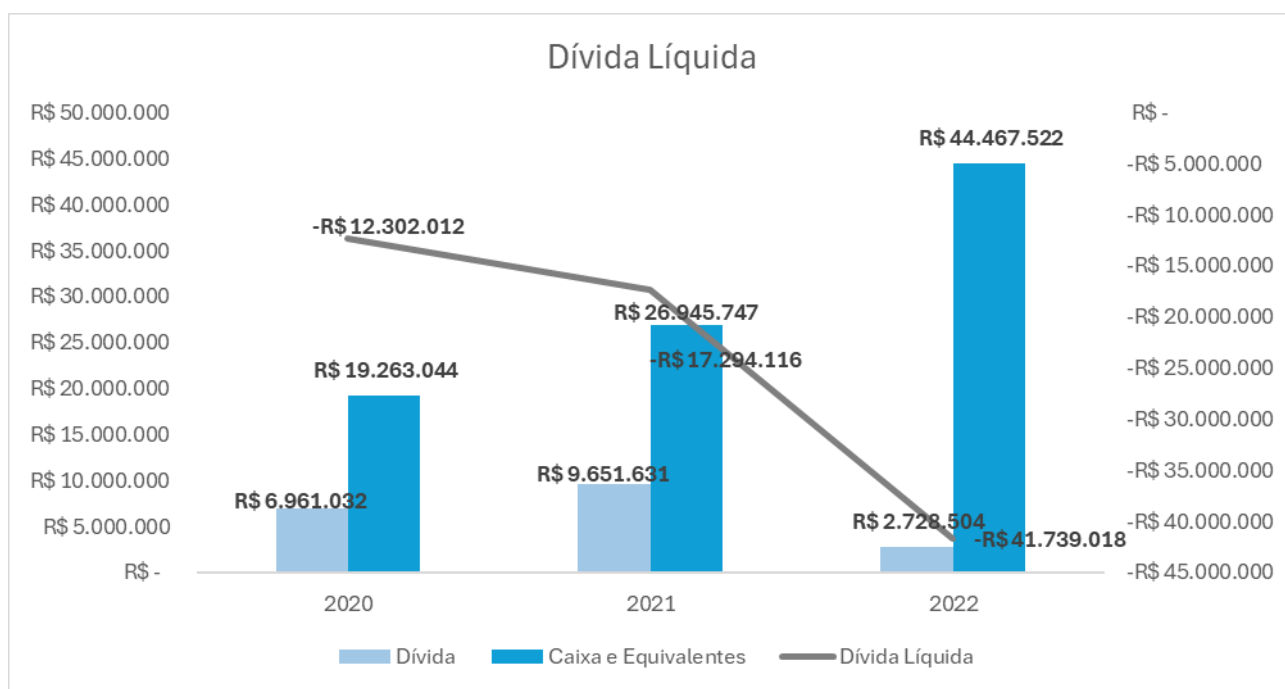


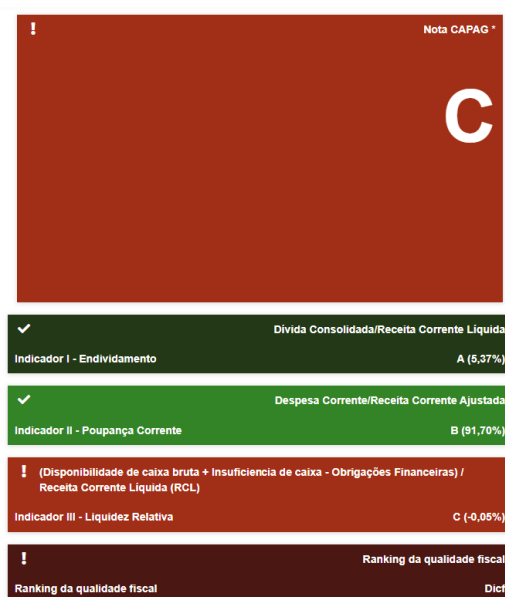
Figura 44: Evolução Dívida Líquida - Paraopeba

[Fonte TCE-MG]

5.1.14.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

Paraopeba só apresentou a nota A em um de três indicadores (Endividamento), enquanto o indicador de Liquidez Relativa recebeu nota C. Desse modo, o município obteve uma nota final de C, o que significa que o município não pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Além disso, a cidade também apresentou o pior ranking de qualidade fiscal (Dicf), que classifica a consistência contábil das informações publicadas pelo município.

Tabela 62: Capacidade de Pagamento - Paraopeba



Fonte: Tesouro Transparente

5.1.14.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Paraopeba faz parte dos municípios integrantes do Projeto Rio Paraopeba, onde no intuito de reparar parte dos danos gerados pelos rompimentos, o Governo do Estado de Minas Gerais em conjunto com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Ministério Público Federal (MPF), doravante chamados Compromitentes, fecharam um Acordo Judicial com a mineradora Vale S.A., em 4 de fevereiro de 2021. O documento, assinado dois anos após o desastre com a mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, buscou evitar que cada um dos danos fosse discutido em uma ação de reparação independente, o que geraria um número muito elevado de processos judiciais e morosidade.

Não existe no âmbito desse projeto, nenhum recurso destinado a melhorias no serviço ou infraestrutura de RSU, mas indiretamente dois projetos tem potencial de ajuda de forma indireta:

- Canalização aberta do Córrego do Beco, contemplando a implantação da Avenida Sanitária, a interseção da Avenida Dr. Júlio Cesar com a Avenida Brasil e a execução do sistema interceptor de esgoto em ambos os lados do canal, com extensão aproximada de 779 metros. O valor da iniciativa é de R\$ 19.640.546,28 e foi repassada à prefeitura em setembro de 2023;

- Pavimentação e recapeamento das vias do município. Na zona rural, na Comunidade de Pontinhas e Bairro Imperial, serão realizados serviços de pavimentação asfáltica, enquanto para a zona urbana, além dos serviços de pavimentação asfáltica, estão previstas obras de drenagem e recapeamento de vias. Ressalta-se que a extensão prevista para execução de pavimentação é de 9,2 quilômetros (km) e de 33,6 quilômetros (km) para recapeamento de vias. O valor da iniciativa é de R\$ 55.353.828,23 e foi repassada à prefeitura em agosto de 2023.

Quanto aos passivos, o município possui uma sentença de uma Ação Civil Pública (# 0029644-57.2018.8.13.0474) com condenação em medidas cominatórias consistentes, em suma, em abstenção do lançamento de resíduos sólidos em localidade não licenciada pela autoridade ambiental administrativa, bem como em implementar aterro sanitário devidamente adequado para este fim, com a subsequente obrigação de reparar os danos derivados do descarte irregular.

Paraopeba não possui contratos com terceiros, dado que o SMRSU do município é feito de forma cem por cento própria, portanto, não existe possível passivo em caso de concessão ou PPP.

5.1.14.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Paraopeba apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, além de apresentar um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 38,5% das receitas correntes no ano de 2022.

Apesar disso, o desempenho no índice CAPAG foi baixo (nota C), desabilitando o município para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos, além de ter um ranking de qualidade fiscal baixo, o que significa que o município precisa melhorar a qualidade de informações reportadas.

5.1.15. PRESIDENTE JUSCELINO

5.1.15.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Presidente Juscelino recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 4% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao

município), no valor de 13%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 78% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Presidente Juscelino, sua distribuição ocorre com 40% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 42% em outras despesas correntes do município e 17% com despesas de capital (investimentos).

Tabela 63: Composição Receitas e Despesas - Presidente Juscelino

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 2.938.788	R\$ 1.696.831	R\$ 2.511.369	15,23%	7,66%	8,50%
Receita Tributária	R\$ 2.813.719	R\$ 1.389.144	R\$ 1.316.567	14,58%	6,27%	4,45%
Receita de Contribuições	R\$ 59.349	R\$ 77.236	R\$ 153.558	0,31%	0,35%	0,52%
Receita Patrimonial	R\$ 16.443	R\$ 196.093	R\$ 1.004.560	0,09%	0,88%	3,40%
Outras Receitas Locais	R\$ 49.279	R\$ 34.358	R\$ 36.683	0,26%	0,16%	0,12%
Receitas Externas	R\$ 15.484.672	R\$ 18.188.094	R\$ 23.194.631	80,24%	82,08%	78,47%
Transferências Correntes	R\$ 15.474.398	R\$ 18.177.325	R\$ 23.112.007	80,19%	82,03%	78,19%
Outras receitas Correntes	R\$ 10.274	R\$ 10.769	R\$ 82.624	0,05%	0,05%	0,28%
Receitas de Capital	R\$ 873.314	R\$ 2.274.686	R\$ 3.853.542	4,53%	10,27%	13,04%
TOTAL RECEITAS	R\$ 19.296.775	R\$ 22.159.611	R\$ 29.559.542	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 14.383.164	R\$ 17.397.946	R\$ 23.151.786	74,54%	78,51%	78,32%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 8.200.606	R\$ 9.149.790	R\$ 11.346.399	42,50%	41,29%	38,38%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.108	0,00%	0,00%	0,01%
Outras Despesas Correntes	R\$ 6.182.558	R\$ 8.248.156	R\$ 11.802.279	32,04%	37,22%	39,93%
Despesas de Capital	R\$ 1.562.302	R\$ 3.895.917	R\$ 4.797.927	8,10%	17,58%	16,23%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ 37.340	R\$ 103.981	R\$ 43.937	0,19%	0,47%	0,15%
TOTAL DESPESAS	R\$ 15.982.807	R\$ 21.397.845	R\$ 27.993.650	82,83%	96,56%	94,70%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Presidente Juscelino obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

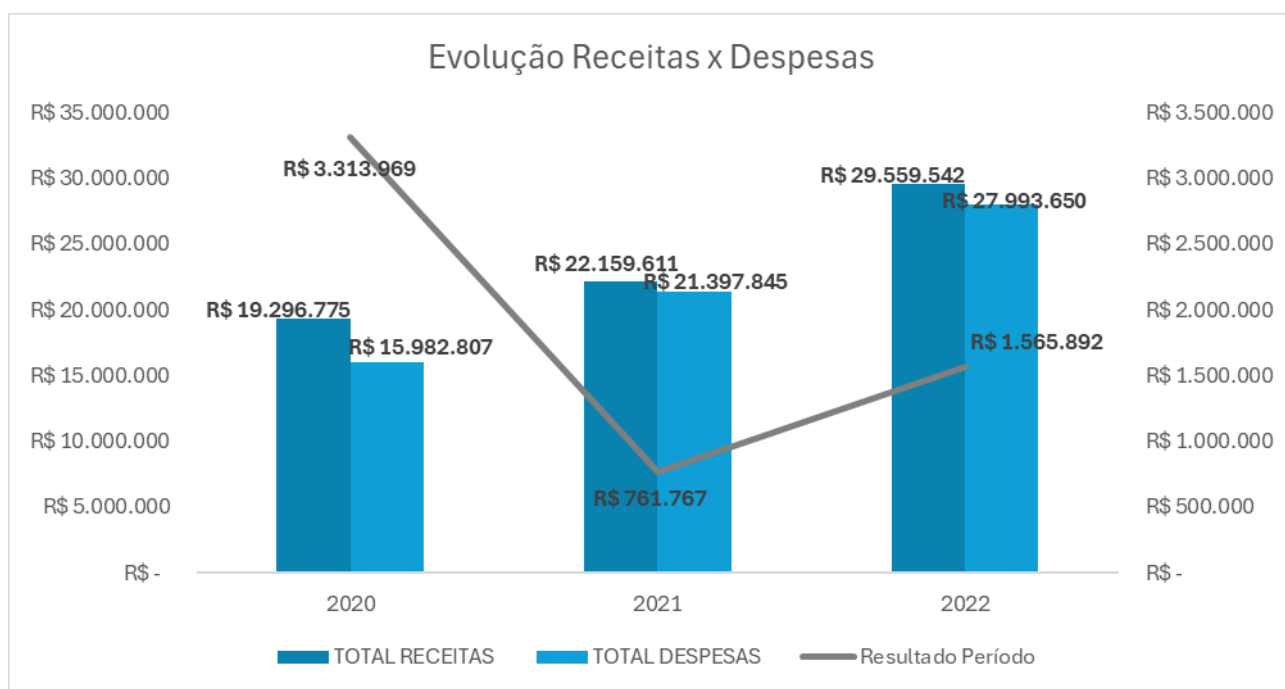


Figura 45: Evolução Receitas x Despesas – Presidente Juscelino

[Fonte TCE-MG]

5.1.15.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

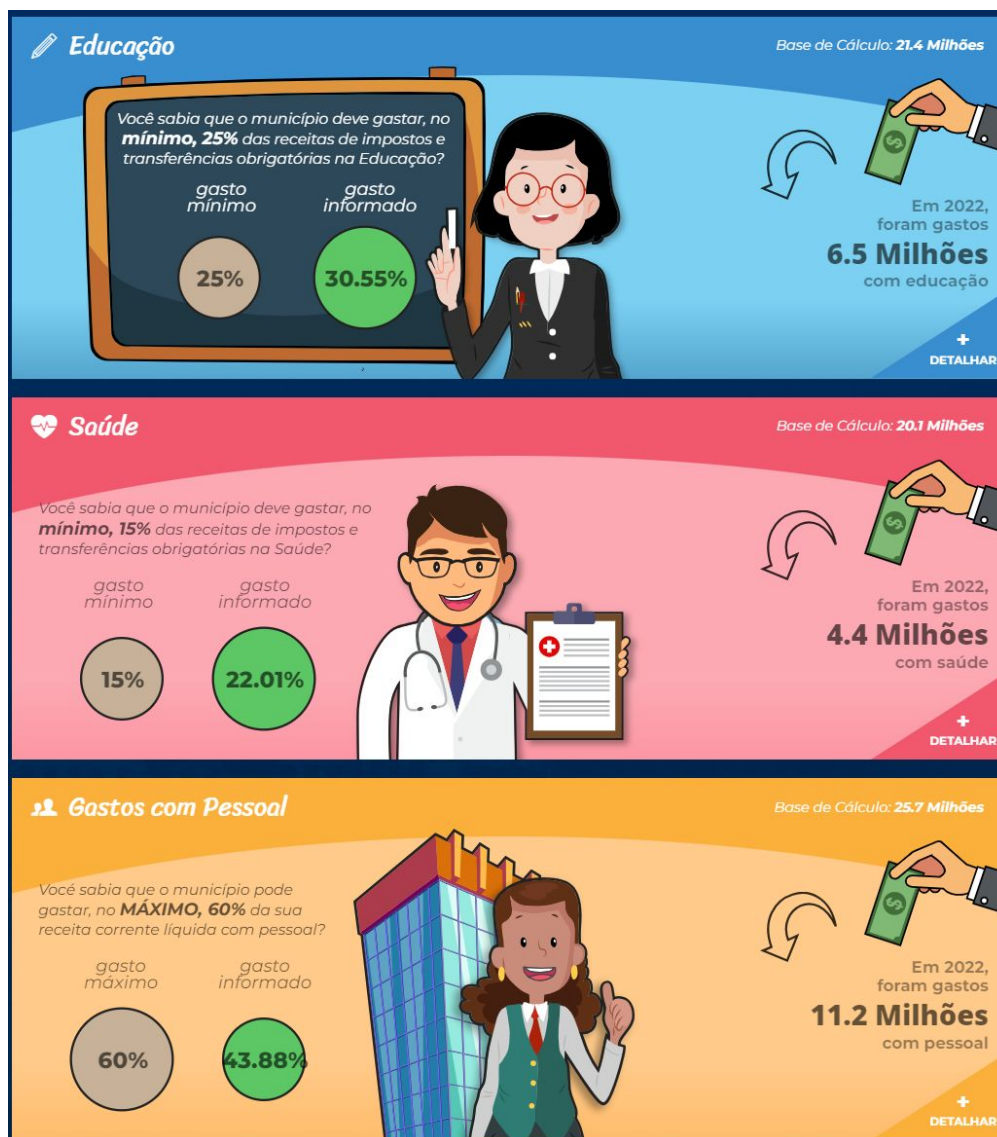


Figura 46: Cumprimento dos requisitos da LRF – Presidente Juscelino

[Fonte: TCE-MG]

5.1.15.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Presidente Juscelino apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo, porém em proporções menores do que o ativo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 64: Balanço Patrimonial – Presidente Juscelino

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 21.154.151	R\$ 27.181.039	R\$ 34.466.405
Ativo Circulante	R\$ 9.961.031	R\$ 13.146.620	R\$ 16.283.538
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 6.789.866	R\$ 8.776.572	R\$ 11.188.163
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 102.902	R\$ 122.401	R\$ 5.264
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ 3.068.263	R\$ 4.247.647	R\$ 5.090.111
Ativo Não Circulante	R\$ 11.193.120	R\$ 14.034.419	R\$ 18.182.866
Realizável a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Investimentos	R\$ 40.918	R\$ 118.919	R\$ 217.151
Imobilizado	R\$ 11.152.202	R\$ 13.915.500	R\$ 17.965.715
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 1.386.277	R\$ 1.017.377	R\$ 1.082.755
Passivo Circulante	R\$ 365.401	R\$ 6.568	R\$ 116.117
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 6.503	-R\$ 109.282	-R\$ 323.969
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 234	-R\$ 85.361	-R\$ 99.876
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 195.968	R\$ 70.509	R\$ 255.663
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Passivos Circulantes	R\$ 162.696	R\$ 130.702	R\$ 284.299
Passivo Não Circulante	R\$ 1.020.876	R\$ 1.010.809	R\$ 966.639
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 966.024	R\$ 966.024	R\$ 966.024
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 54.852	R\$ 41.104	R\$ 41.104
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ 3.681	-R\$ 40.490
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 19.767.874	R\$ 26.163.661	R\$ 33.383.649
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 6.145.792	R\$ 6.432.860	R\$ 7.271.943
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 13.622.082	R\$ 19.730.801	R\$ 26.111.706
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida negativa de R\$ 5 milhões. O município de Presidente Juscelino se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 10 milhões, uma melhoria de mais de 5 milhões em comparação a 2020.

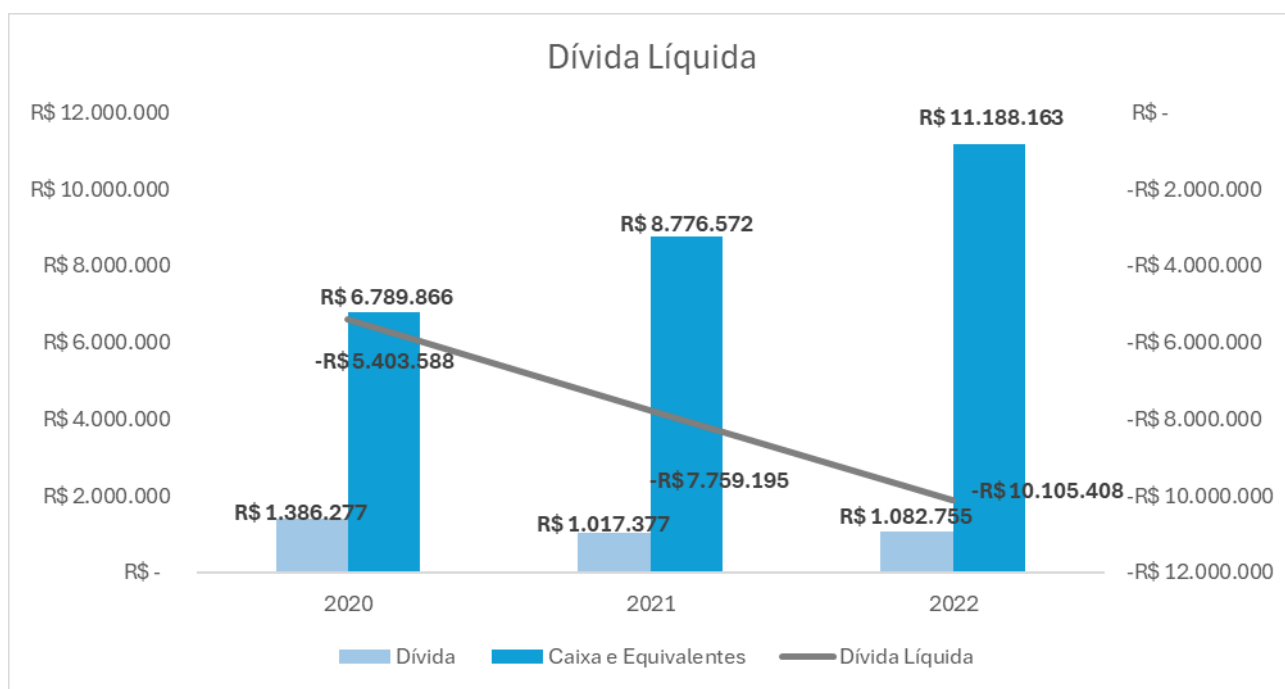


Figura 47: Evolução Dívida Líquida – Presidente Juscelino

[Fonte TCE-MG]

5.1.15.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

Presidente Juscelino não recebeu uma classificação final do CAPAG, pois o município declarou Obrigações Financeiras com valores negativos. Nos critérios em possui classificação (Endividamento e Poupança Corrente), o município recebeu notas A e B respectivamente. Isso significa que quando as informações forem ajustadas, se a Liquidez Relativa receber pelo menos uma nota B, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Tabela 65: Capacidade de Pagamento – Presidente Juscelino

Nota CAPAG *	
N.D.	
✓	Divida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (1,47%)
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	B (92,17%)
! (Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)	
Indicador III - Liquidez Relativa	N.D. (0,00%)
! Ranking da qualidade fiscal	Ranking da qualidade fiscal
	Cicf

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.15.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Presidente Juscelino não possui ativos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Quanto aos passivos, o município possui um Inquérito Civil em aberto (MPMG-0209.19.000670-7) para verificar a regularidade do sistema de disposição de resíduos sólidos urbanos do Município com base em documentação, encaminhada via e-mail, pela Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba.

Presidente Juscelino não possui contratos com terceiros, dado que o SMRSU do município é feito de forma cem por cento própria, portanto, não existe possível passivo em caso de concessão ou PPP.

5.1.15.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Presidente Juscelino apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

O município não recebeu nota no indicador geral do CAPAG. Necessário aguardar ajustes das informações para concluir se o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Extraordinariamente, apresenta um bom superávit, acumulando caixa que corresponde a 34,2% das receitas correntes no ano de 2022.

5.1.16. SANTANA DE PIRAPAMA

5.1.16.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Santana de Pirapama recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 3% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 3%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 89% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Santana de Pirapama, sua distribuição ocorre com 47% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 45% em outras despesas correntes do município e 8% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 66: Composição Receitas e Despesas - Santana de Pirapama

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 2.233.470	R\$ 2.146.943	R\$ 2.268.390	9,56%	7,85%	7,25%
Receita Tributária	R\$ 2.021.383	R\$ 1.746.875	R\$ 1.033.357	8,65%	6,39%	3,30%
Receita de Contribuições	R\$ 170.639	R\$ 195.456	R\$ 245.734	0,73%	0,71%	0,79%
Receita Patrimonial	R\$ 28.288	R\$ 191.769	R\$ 950.686	0,12%	0,70%	3,04%
Outras Receitas Locais	R\$ 13.160	R\$ 12.844	R\$ 38.612	0,06%	0,05%	0,12%
Receitas Externas	R\$ 19.767.002	R\$ 22.962.677	R\$ 27.982.398	84,63%	84,00%	89,48%
Transferências Correntes	R\$ 19.518.817	R\$ 22.962.410	R\$ 27.982.398	83,56%	84,00%	89,48%
Outras receitas Correntes	R\$ 248.185	R\$ 267	R\$ -	1,06%	0,00%	0,00%
Receitas de Capital	R\$ 1.357.645	R\$ 2.227.787	R\$ 1.019.729	5,81%	8,15%	3,26%
TOTAL RECEITAS	R\$ 23.358.118	R\$ 27.337.407	R\$ 31.270.517	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 18.807.127	R\$ 20.467.234	R\$ 28.137.371	80,52%	74,87%	89,98%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 9.801.839	R\$ 11.361.595	R\$ 14.383.541	41,96%	41,56%	46,00%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 9.005.287	R\$ 9.105.639	R\$ 13.753.830	38,55%	33,31%	43,98%
Despesas de Capital	R\$ 3.961.494	R\$ 3.148.524	R\$ 2.342.493	16,96%	11,52%	7,49%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 22.768.621	R\$ 23.615.758	R\$ 30.479.864	97,48%	86,39%	97,47%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Santana de Pirapama obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

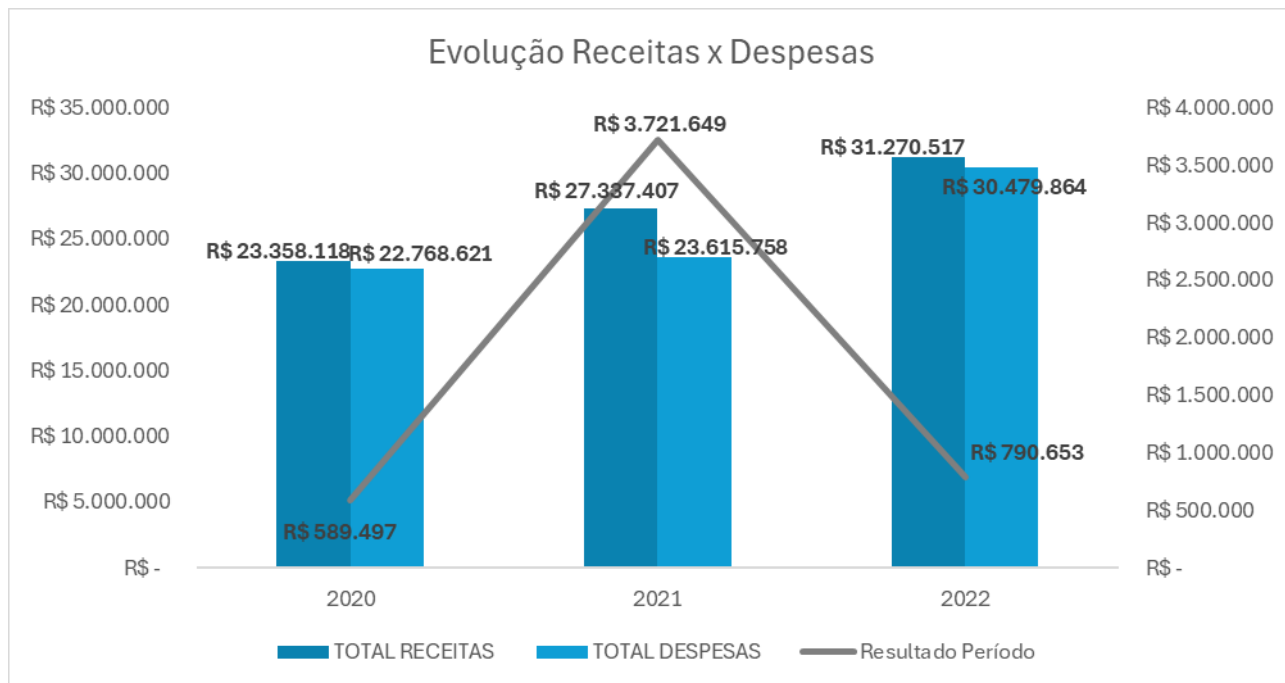


Figura 48: Evolução Receitas x Despesas – Santana de Pirapama

[Fonte TCE-MG]

5.1.16.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

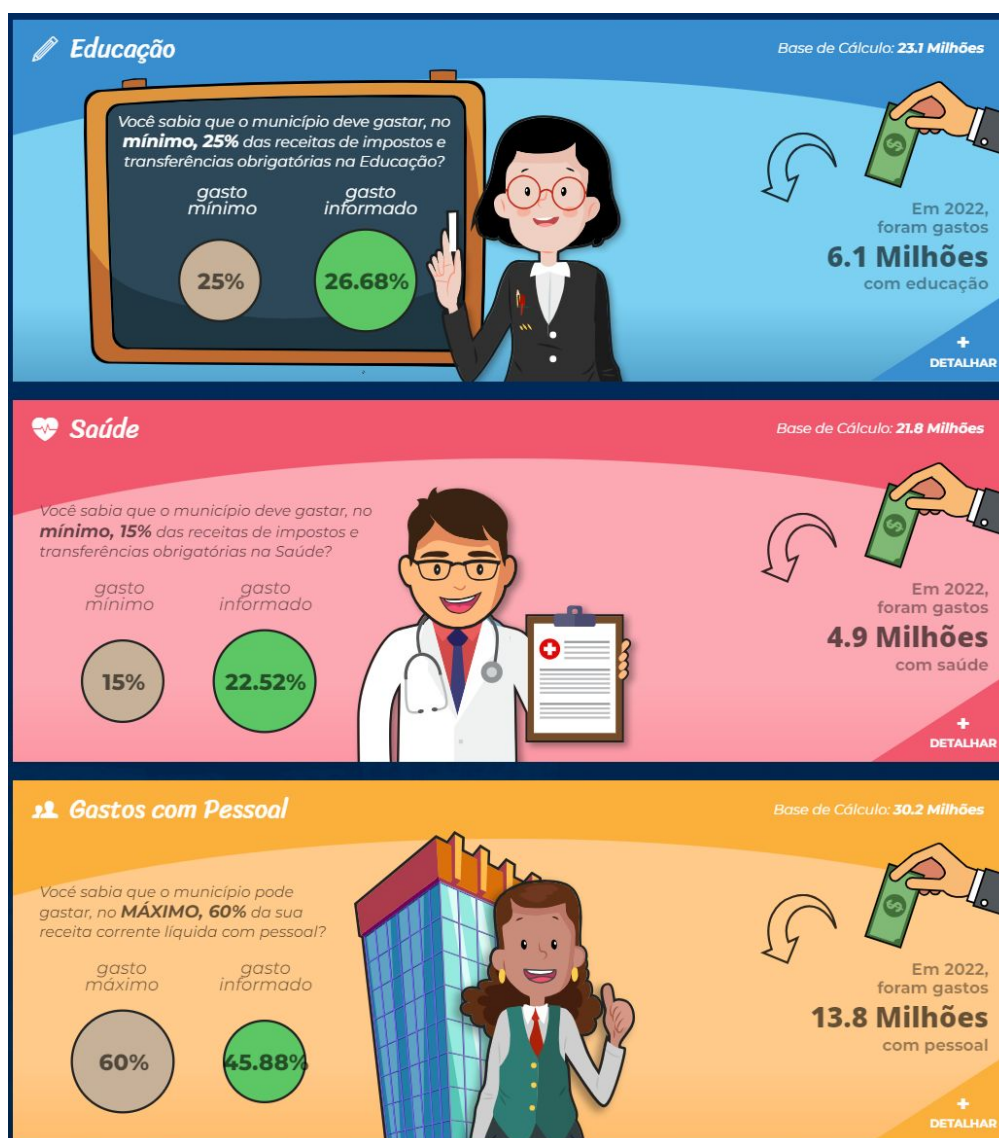


Figura 49: Cumprimento dos requisitos da LRF – Santana de Pirapama

[Fonte: TCE-MG]

5.1.16.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Santana de Pirapama apresenta uma redução nos seus ativos (destaque para o crescimento dos valores de caixa e redução dos valores de imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também há uma redução do passivo. Dentro desse cenário, o município conseguiu gerar um acúmulo do seu caixa.

Tabela 67: Balanço Patrimonial – Santana de Pirapama

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 22.163.680	R\$ 31.436.980	R\$ 24.851.175
Ativo Circulante	R\$ 7.613.968	R\$ 13.827.311	R\$ 14.178.615
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 4.418.828	R\$ 9.463.053	R\$ 10.332.595
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 3.195.140	R\$ 4.364.258	R\$ 3.846.019
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 14.549.712	R\$ 17.609.669	R\$ 10.672.560
Realizável a Longo Prazo	R\$ 1.118.390	R\$ 1.594.126	R\$ 1.565.709
Investimentos	R\$ 430.715	R\$ 521.845	R\$ 784.380
Imobilizado	R\$ 13.000.606	R\$ 15.493.698	R\$ 8.322.472
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 9.724.926	R\$ 12.141.417	R\$ 6.380.288
Passivo Circulante	R\$ 6.173.256	R\$ 8.773.675	R\$ 3.253.482
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 194.023	R\$ 846.489	R\$ 995.067
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ 16.851	R\$ 0
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1.130.082	R\$ 2.098.481	R\$ 877.863
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 16.237	R\$ 119.003	R\$ 23.550
Outros Passivos Circulantes	R\$ 4.832.914	R\$ 5.692.851	R\$ 1.357.001
Passivo Não Circulante	R\$ 3.551.671	R\$ 3.367.742	R\$ 3.126.806
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 2.588.253	R\$ 2.498.847	R\$ 2.394.858
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 963.418	R\$ 868.895	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 731.948
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 12.438.753	R\$ 19.295.563	R\$ 18.470.887
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 4.729.295	R\$ 6.858.551	R\$ 3.984.218
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 7.709.458	R\$ 12.437.012	R\$ 14.486.668
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 5 milhões. O município de Santana de Pirapama se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 4 milhões, uma melhoria de mais de 9 milhões em comparação a 2020.

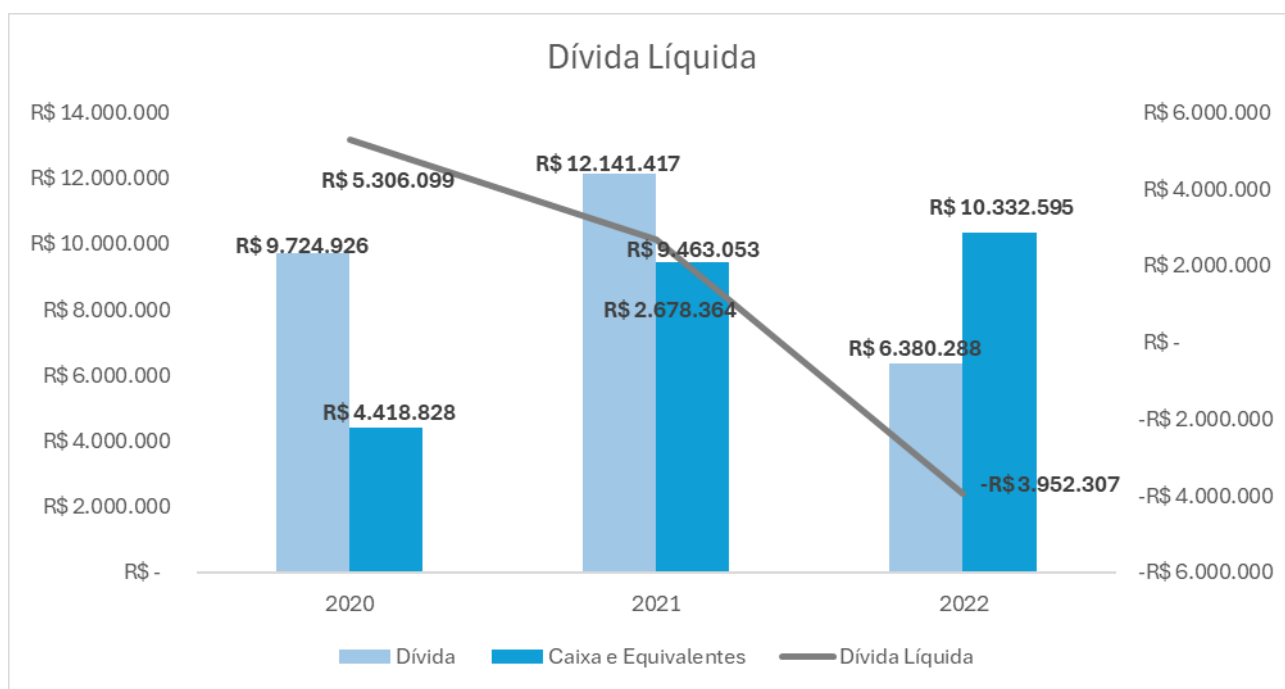


Figura 50: Evolução Dívida Líquida – Santana de Pirapama

[Fonte TCE-MG]

5.1.16.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

Até a presente data, o município de Santana de Pirapama não havia publicado o DCA atualizado, e, portanto, não foi possível visualizar o CAPAG via Tesouro Transparente. Sendo assim, foi realizado o cálculo com base nos números publicados para o TCE-MG em 2022.

A cidade de Santana de Pirapama apresentou em seus três indicadores a classificação parcial de A e, portanto, uma nota final de A. Com isso, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Tabela 68: Capacidade de Pagamento – Santana de Pirapama

Item	Valor	Nota do Indicador
Indicador de Endividamento (DC)	21,09%	A
Dívida Consolidada Bruta (2022)	R\$ 6.380.288	-
Receita Corrente Líquida (2022)	R\$ 30.250.788	-
Indicador de Poupansa Corrente (PC)	79,24%	A
Despesas Correntes (Média 2020-22) ¹	R\$ 23.970.281	-
Receitas Correntes Ajustadas (Média 2020-22) ¹	R\$ 30.250.788	-
Índice de Liquidez (IL)	31,49%	A
Obrigações Financeiras (2022)	R\$ 3.253.482	-
Disponibilidade de Caixa Bruta (2022)	R\$ 10.332.595	-
NOTA FINAL	-	A

Fonte: TCE-MG, Ministério da Fazenda

Obs: 1- Média ponderada considerando 50% para 2022, 30% para 2021 e 20% para 2020

5.1.16.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Santana de Pirapama não possui ativos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Quanto aos passivos, existe um TAC que já foi encaminhado para o MP (# 0672.17.001317-7). O procedimento foi instaurado para fiscalizar a disposição de Resíduos Sólidos (Disposição de resíduos sólidos - Deliberação Normativa COPAM 52/2001).

Santana de Pirapama atualmente possui dois contratos ativos com prestadores de serviços de RSU. Tanto o contrato com o fornecedor Terraviva quanto o do fornecedor Essencis estão em fase de aditivo anual, com vencimento ao final do ano corrente, e, portanto, não incorre de multa contratual caso o encerramento das atividades seja efetuado ao final do contrato. É recomendado que o município permaneça com a política de renovação anual para conseguir projetar uma transição sem multas uma vez realizada a concessão / PPP.

5.1.16.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Santana de Pirapama apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ainda apresenta bom desempenho em conformidade com o TCE/MG, onde recebeu nota A nos indicadores de desempenho DC, PC e IL. Com esse resultado, o município se habilita para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Apresenta um superávit, acumulando caixa que corresponde a 12,6% das receitas correntes no ano de 2022 e possuindo um bom histórico de evolução e crescimento do caixa.

5.1.17. SANTO HIPÓLITO

5.1.17.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Santo Hipólito recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 3% do total de sua receita; da receita de capital (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 14%; e das transferências correntes (compostas por participações como

o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 80% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Santo Hipólito, sua distribuição ocorre com 42% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 42% em outras despesas correntes do município e 16% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 69: Composição Receitas e Despesas - Santo Hipólito

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 1.130.789	R\$ 915.607	R\$ 1.379.058	7,38%	4,72%	5,47%
Receita Tributária	R\$ 873.066	R\$ 549.893	R\$ 720.164	5,70%	2,84%	2,85%
Receita de Contribuições	R\$ 255.261	R\$ 306.247	R\$ 251.371	1,67%	1,58%	1,00%
Receita Patrimonial	R\$ 2.462	R\$ 59.467	R\$ 407.523	0,02%	0,31%	1,62%
Outras Receitas Locais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
Receitas Externas	R\$ 13.678.824	R\$ 16.272.104	R\$ 20.359.740	89,30%	83,96%	80,69%
Transferências Correntes	R\$ 13.672.215	R\$ 16.135.282	R\$ 20.354.587	89,26%	83,26%	80,67%
Outras receitas Correntes	R\$ 6.609	R\$ 136.822	R\$ 5.152	0,04%	0,71%	0,02%
Receitas de Capital	R\$ 508.234	R\$ 2.192.256	R\$ 3.491.776	3,32%	11,31%	13,84%
TOTAL RECEITAS	R\$ 15.317.847	R\$ 19.379.967	R\$ 25.230.574	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 15.189.707	R\$ 14.633.860	R\$ 19.825.648	99,16%	75,51%	78,58%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 8.302.608	R\$ 8.793.264	R\$ 9.956.465	54,20%	45,37%	39,46%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ 7.015	R\$ 11.543	0,00%	0,04%	0,05%
Outras Despesas Correntes	R\$ 6.887.099	R\$ 5.833.580	R\$ 9.857.640	44,96%	30,10%	39,07%
Despesas de Capital	R\$ 1.702.684	R\$ 1.143.063	R\$ 3.746.135	11,12%	5,90%	14,85%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 16.892.391	R\$ 15.776.923	R\$ 23.571.783	110,28%	81,41%	93,43%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Santo Hipólito obteve um balanço negativo em 2020, porém se recuperou e obteve balanço positivo nos anos de 2021 e 2022, ou seja, atingiu um orçamento superavitário.

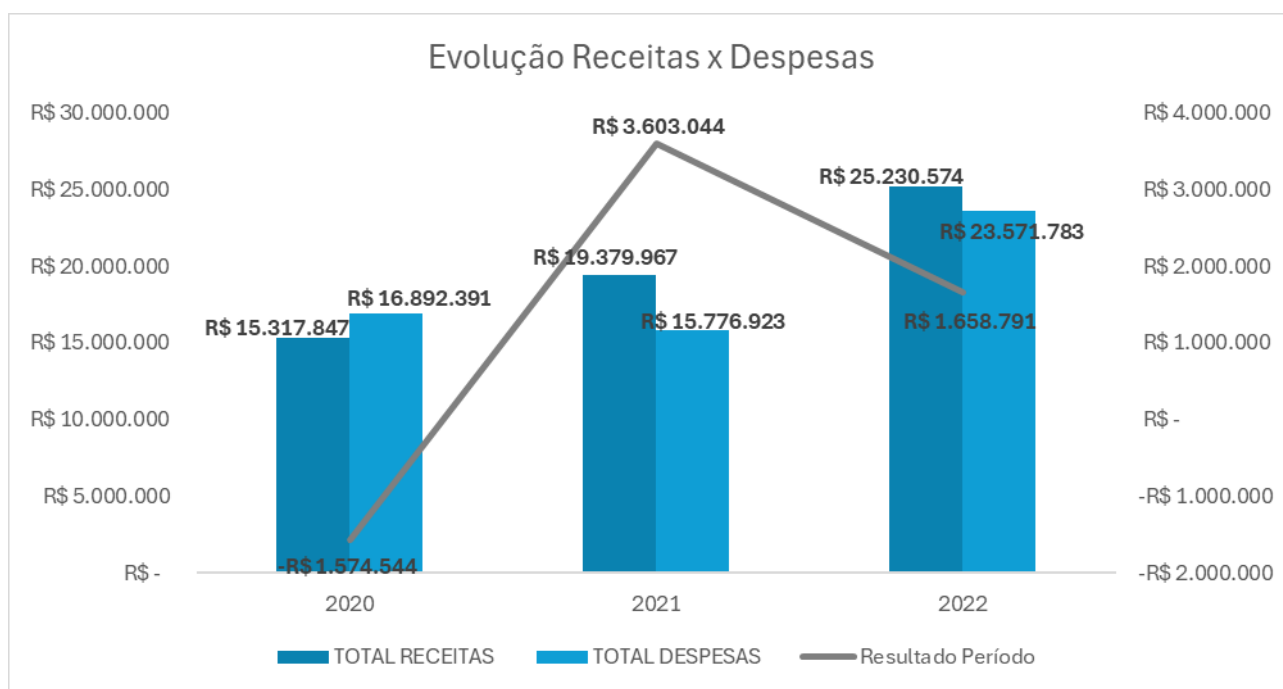


Figura 51: Evolução Receitas x Despesas – Santo Hipólito

[Fonte TCE-MG]

5.1.17.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

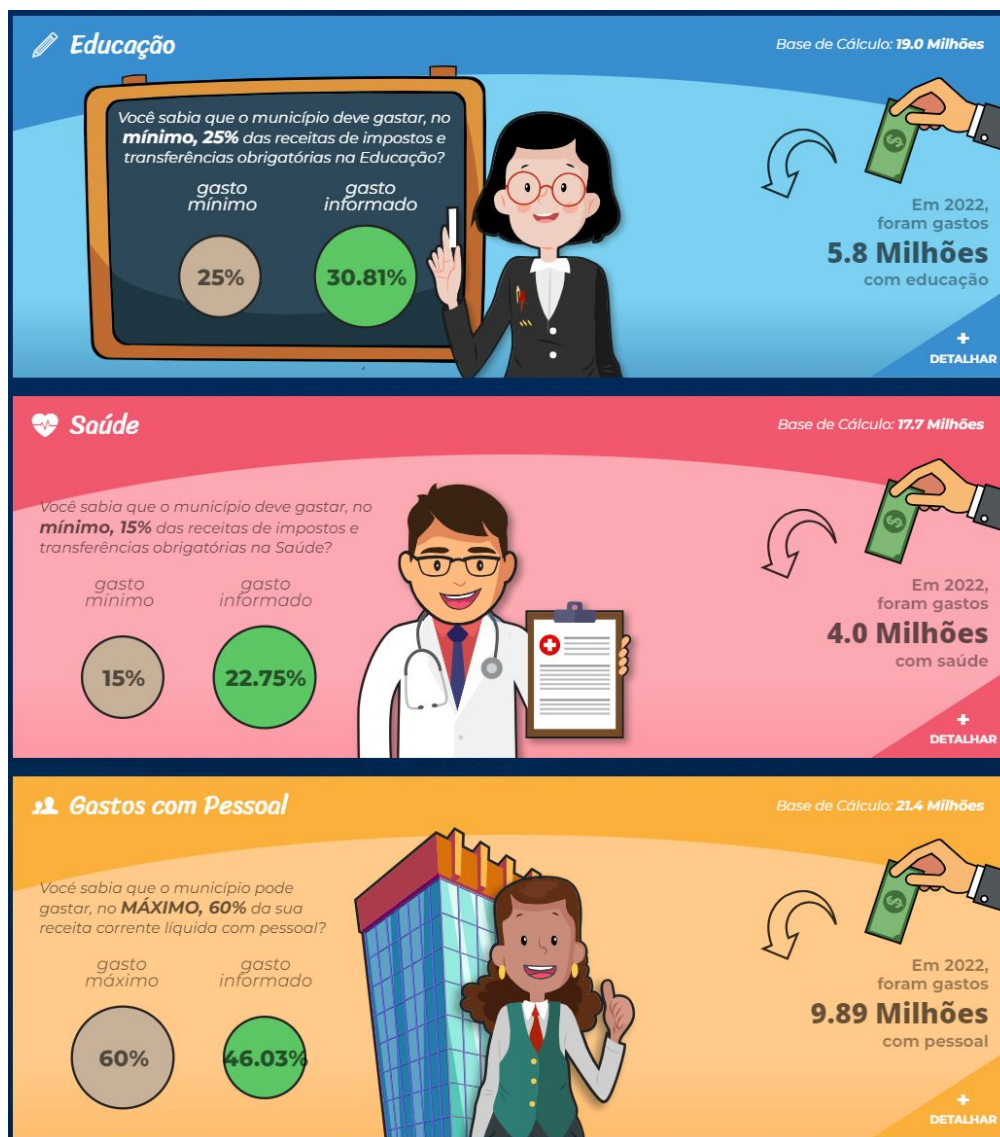


Figura 52: Cumprimento dos requisitos da LRF – Santo Hipólito

[Fonte: TCE-MG]

5.1.17.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Santo Hipólito apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de caixa e imobilizado) e do seu patrimônio líquido. Também houve uma evolução dos valores do passivo, o que caracteriza que o município está acumulando caixa.

Tabela 70: Balanço Patrimonial – Santo Hipólito

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 17.141.508	R\$ 20.786.207	R\$ 25.843.775
Ativo Circulante	R\$ 3.312.933	R\$ 4.882.283	R\$ 5.692.901
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 285.286	R\$ 3.985.810	R\$ 5.399.458
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 2.979.179	R\$ 896.473	R\$ 293.443
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Ativos Circulantes	R\$ 48.467	R\$ -	R\$ -
Ativo Não Circulante	R\$ 13.828.575	R\$ 15.903.924	R\$ 20.150.874
Realizável a Longo Prazo	-R\$ 19.564	R\$ 1.835.859	R\$ 2.392.394
Investimentos	R\$ 340.184	R\$ 340.184	R\$ 340.184
Imobilizado	R\$ 13.507.955	R\$ 13.727.882	R\$ 17.418.296
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	R\$ 9.144.623	R\$ 5.176.216	R\$ 3.182.083
Passivo Circulante	R\$ 8.675.202	R\$ 4.597.705	R\$ 2.484.111
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1.862.488	R\$ 1.935.520	R\$ 979.868
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ 972	R\$ 941
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.026.098	R\$ 2.218.792	R\$ 1.366.375
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ 11.668	R\$ 13.929	R\$ 13.269
Outros Passivos Circulantes	R\$ 3.774.947	R\$ 428.492	R\$ 123.658
Passivo Não Circulante	R\$ 469.422	R\$ 578.511	R\$ 697.972
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 469.422	R\$ 283.560	R\$ 65.830
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ 294.952	R\$ 632.142
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 7.996.884	R\$ 15.609.991	R\$ 22.661.691
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	R\$ 695.105	R\$ 3.710.587	R\$ 7.051.700
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 7.301.779	R\$ 11.899.404	R\$ 15.609.991
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 9 milhões. O município de Santo Hipólito se recuperou bem nos anos de 2021 e 2022, reduzindo significativamente sua dívida líquida e acumulando um saldo positivo de caixa de mais de R\$ 2 milhões, uma melhoria de mais de 11 milhões em comparação a 2020.

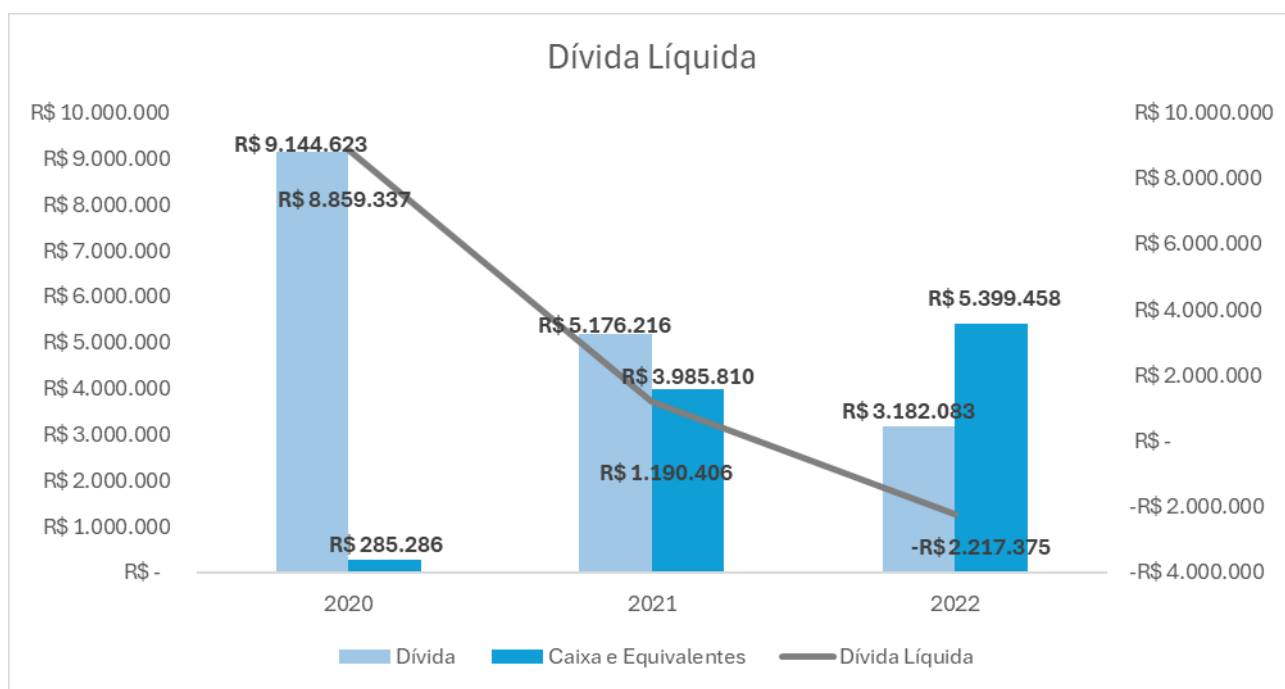


Figura 53: Evolução Dívida Líquida – Santo Hipólito
[Fonte TCE-MG]

5.1.17.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Santo Hipólito apresentou classificação A em um dos indicadores (Endividamento), além de manter todos os indicadores acima de B e por isso obteve classificação B+. Com isso, o município pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Tabela 71: Capacidade de Pagamento – Santo Hipólito

✓	Nota CAPAG *
	B+
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (7,56%)
✓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	B (89,67%)
✓	(Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)
Indicador III - Liquidez Relativa	B (1,25%)
✓	Ranking da qualidade fiscal
Ranking da qualidade fiscal	Aicf

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.17.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Santo Hipólito não possui ativos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Quanto ao Passivo, o município possui um Inquérito Civil em aberto (MPMG-02.16.0191.0049782/2023-43) contra Corinto e Santo Hipólito, para verificar a existência de previsão de implantação das ações de coleta seletiva e destinação dos resíduos sólidos a aterro sanitário nos municípios integrantes do CORESAB, mas em especial, as cidades de Corinto/MG e Santo Hipólito/MG.

Santo Hipólito não possui contratos com terceiros, dado que o SMRSU do município é feito de forma cem por cento própria, portanto, não existe possível passivo em caso de concessão ou PPP.

5.1.17.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Santo Hipólito apresenta boas condições financeiras e fiscais, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ainda apresenta bom desempenho em conformidade com o TCE/MG, onde recebeu nota A no indicador de Endividamento e B+ no CAPAG geral. Com esse resultado, o município se habilita para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos.

Apresenta um superávit, acumulando caixa que corresponde a 8,8% das receitas correntes no ano de 2022 e possuindo um bom histórico de evolução e crescimento do caixa.

5.1.18. TRÊS MARIAS

5.1.18.1. RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

A composição de receitas do município de Três Marias recebe suas maiores contribuições através das receitas tributárias (compostas por impostos como IPTU, ISS, ITBI), no valor de 13% do total de sua receita; da receita de contribuições (composta por pagamentos feitos ao município), no valor de 9%; e das transferências correntes (compostas por participações como o FPM, ICMS, IPVA), no valor de 70% do total de sua receita. Os dados são referentes a 2022 e demonstram uma grande dependência das transferências no orçamento municipal.

Com relação às despesas de Três Marias, sua distribuição ocorre com 60% cobrindo custos de pessoal e encargos sociais, 31% em outras despesas correntes do município e 8% com despesas de capital (investimentos e amortização de dívida).

Tabela 72: Composição Receitas e Despesas - Três Marias

Item	Nominal			% de Receita Total		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Composição Receitas						
Receitas Locais	R\$ 33.039.404	R\$ 38.584.462	R\$ 49.838.781	23,18%	23,32%	26,71%
Receita Tributária	R\$ 16.076.632	R\$ 17.676.053	R\$ 25.000.133	11,28%	10,68%	13,40%
Receita de Contribuições	R\$ 14.005.708	R\$ 18.185.725	R\$ 17.263.029	9,83%	10,99%	9,25%
Receita Patrimonial	R\$ 2.942.832	R\$ 2.214.626	R\$ 7.561.200	2,06%	1,34%	4,05%
Outras Receitas Locais	R\$ 14.232	R\$ 508.057	R\$ 14.419	0,01%	0,31%	0,01%
Receitas Externas	R\$ 106.165.474	R\$ 122.297.384	R\$ 134.145.772	74,49%	73,90%	71,89%
Transferências Correntes	R\$ 103.870.995	R\$ 118.910.719	R\$ 129.945.655	72,88%	71,85%	69,64%
Outras receitas Correntes	R\$ 2.294.478	R\$ 3.386.665	R\$ 4.200.118	1,61%	2,05%	2,25%
Receitas de Capital	R\$ 3.322.805	R\$ 4.607.767	R\$ 2.609.488	2,33%	2,78%	1,40%
TOTAL RECEITAS	R\$ 142.527.682	R\$ 165.489.614	R\$ 186.594.042	100,00%	100,00%	100,00%
Composição Despesas						
Despesas Correntes	R\$ 120.397.452	R\$ 135.710.743	R\$ 172.182.457	84,47%	82,01%	92,28%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 83.318.176	R\$ 90.212.110	R\$ 112.784.917	58,46%	54,51%	60,44%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 921.289	R\$ 1.617.599	R\$ 1.911.078	0,65%	0,98%	1,02%
Outras Despesas Correntes	R\$ 36.157.986	R\$ 43.881.034	R\$ 57.486.462	25,37%	26,52%	30,81%
Despesas de Capital	R\$ 11.997.136	R\$ 16.710.302	R\$ 14.147.028	8,42%	10,10%	7,58%
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS	R\$ 132.394.588	R\$ 152.421.045	R\$ 186.329.486	92,89%	92,10%	99,86%

Fonte: TCE-MG

Nos últimos três anos (2020 a 2022), o município de Três Marias obteve um balanço positivo no seu orçamento, ou seja, suas receitas foram maiores que suas despesas, conseguindo, assim, um orçamento superavitário.

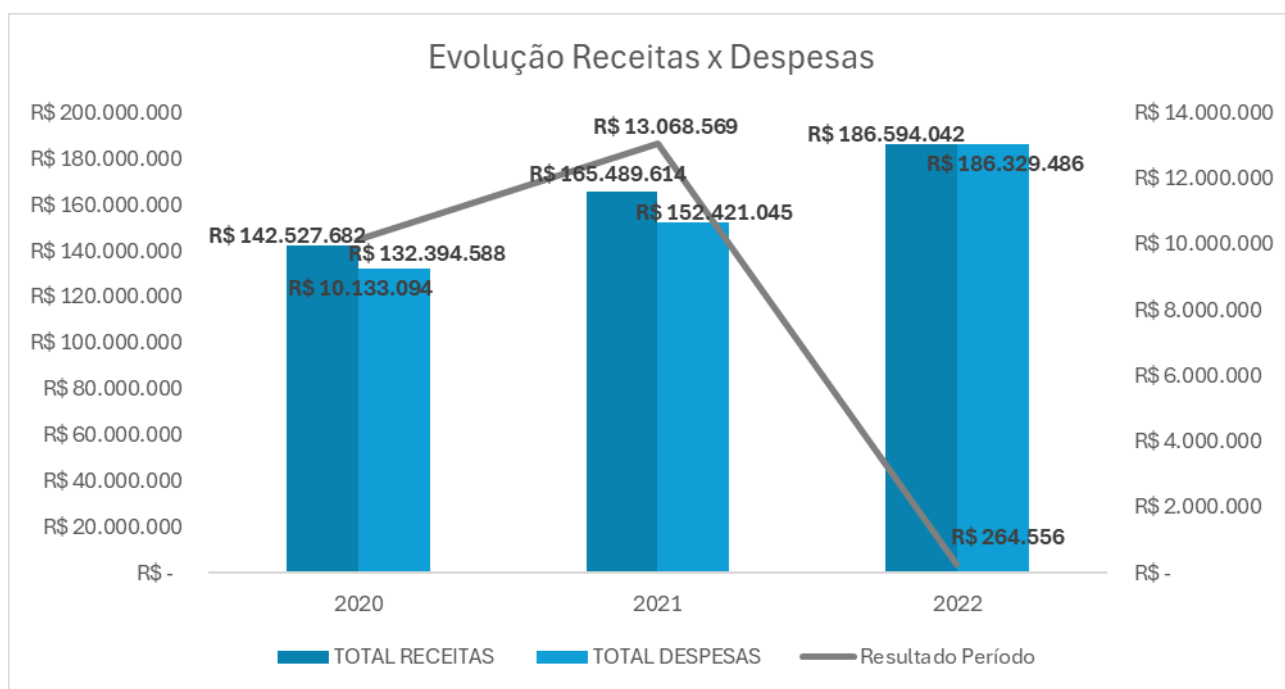


Figura 54: Evolução Receitas x Despesas – Três Marias

[Fonte TCE-MG]

5.1.18.2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (CONSTITUIÇÃO E LRF)

O município vem cumprindo com as obrigações constitucionais e os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos âmbitos de limites máximo e mínimo de gastos, dívidas públicas e compensações. Destacamos a última atualização, do ano de 2022, das obrigações de gastos na educação com meta de mínimo de 25% da receita, gastos na saúde com meta de mínimo de 15% da receita e gastos com pessoas com meta de máximo de 60% da receita.

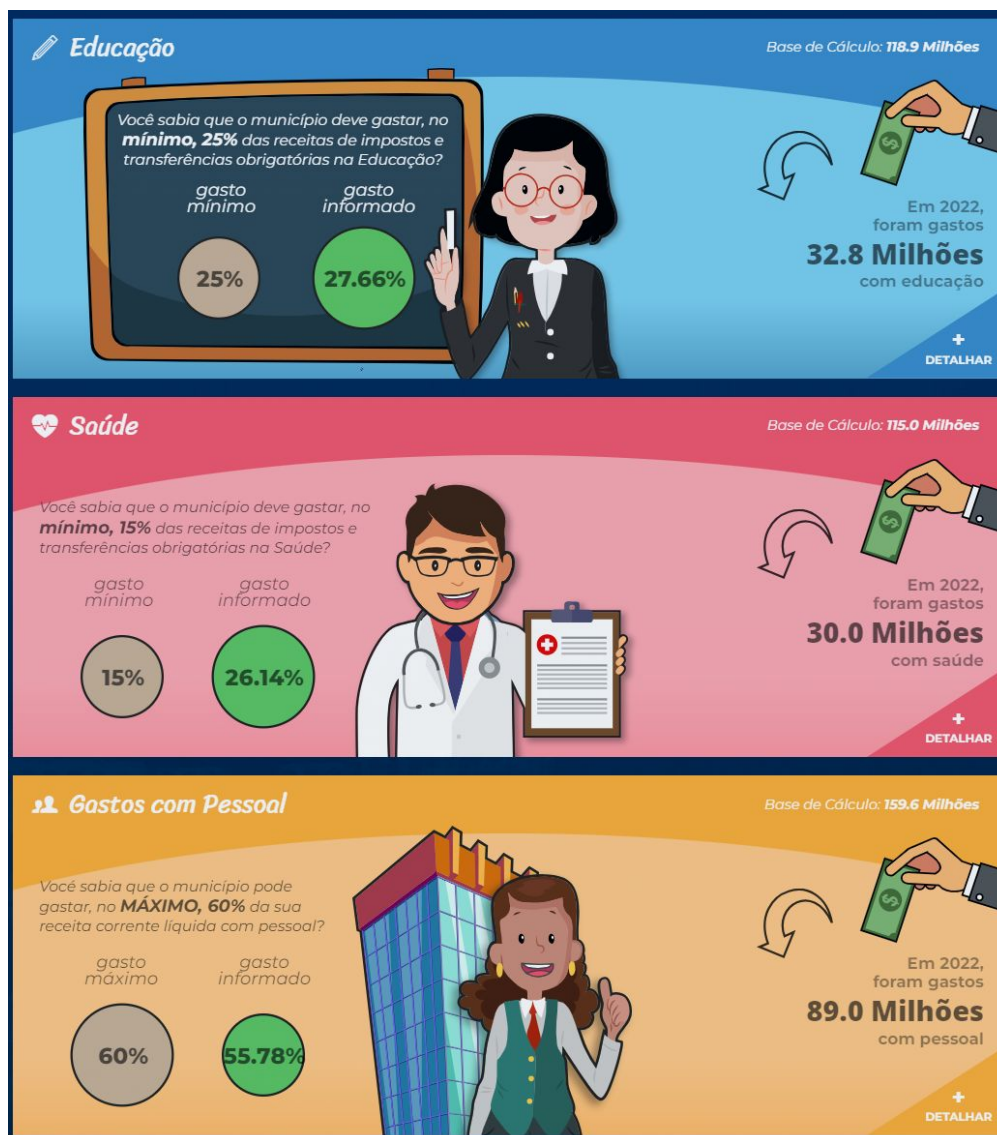


Figura 55: Cumprimento dos requisitos da LRF – Três Marias

[Fonte: TCE-MG]

5.1.18.3. BALANÇO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O município de Três Marias apresenta um crescimento nos seus ativos (destaque para os valores de imobilizado) e uma redução do seu patrimônio líquido. Também há um crescimento do passivo (destaque para provisões a longo prazo). Com isso, o município apresenta um quadro de instabilidade no seu caixa.

A Tabela 73: Balanço Patrimonial – Três Marias

Item	Nominal		
	2020	2021	2022
ATIVOS	R\$ 271.162.693	R\$ 300.317.010	R\$ 314.857.681
Ativo Circulante	R\$ 174.718.512	R\$ 207.508.196	R\$ 210.435.942
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 8.680.778	R\$ 22.535.282	R\$ 18.070.315
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 91.084.608	R\$ 105.336.966	R\$ 106.860.094
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 74.056.389	R\$ 78.405.182	R\$ 84.090.119
Outros Ativos Circulantes	R\$ 896.738	R\$ 1.230.765	R\$ 1.415.413
Ativo Não Circulante	R\$ 96.444.181	R\$ 92.808.815	R\$ 104.421.739
Realizável a Longo Prazo	R\$ 17.304.638	R\$ 7.291.540	R\$ 13.488.086
Investimentos	R\$ 897.942	R\$ 1.111.801	R\$ 1.624.744
Imobilizado	R\$ 78.241.600	R\$ 84.405.474	R\$ 89.308.909
Intangível	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PASSIVOS	-R\$ 88.868.801	R\$ 123.170.551	R\$ 193.450.257
Passivo Circulante	R\$ 9.494.335	R\$ 6.423.410	R\$ 10.680.306
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 2.821.427	R\$ 801.013	R\$ 2.489.692
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.089.476	R\$ 3.353.580	R\$ 5.026.084
Obrigações e Transferências Fiscais a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Passivos Circulantes	R\$ 3.583.432	R\$ 2.268.817	R\$ 3.164.530
Passivo Não Circulante	-R\$ 98.363.136	R\$ 116.747.141	R\$ 182.769.951
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 14.910.912	R\$ 13.511.197	R\$ 8.042.967
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 4.675.069	R\$ 8.556.504	R\$ -
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Obrigações e Transferências Fiscais a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Provisões a Longo Prazo	-R\$ 117.949.118	R\$ 94.679.440	R\$ 166.609.939
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.117.045
Resultado Diferido	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 360.031.494	R\$ 177.146.459	R\$ 121.407.424
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Adiantamentos para Aumento de Capital e Reservas (Capital, Lucro e Outras)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado do Exercício	-R\$ 65.199.432	R\$ 32.025.139	-R\$ 51.148.186
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	R\$ 425.230.926	R\$ 145.121.320	R\$ 172.555.610
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: TCE-MG

O ano de 2020 foi um ano atípico e representativo por causa da pandemia de covid-19, quando todos os municípios, estados e o país sofreram com as recessões e *lockdowns*. Nessa época, o município possuía uma dívida líquida de R\$ 20 milhões. O município Três Marias se recuperou bem no ano de 2021 e voltou a apresentar uma piora no desempenho em 2022, reduzindo sua dívida líquida e acumulando um saldo negativo de caixa de mais de R\$ 8 milhões, uma melhoria de mais de 11 milhões em comparação a 2020. Porém, atenta-se a instabilidade e piora no desempenho de 2021 a 2022.

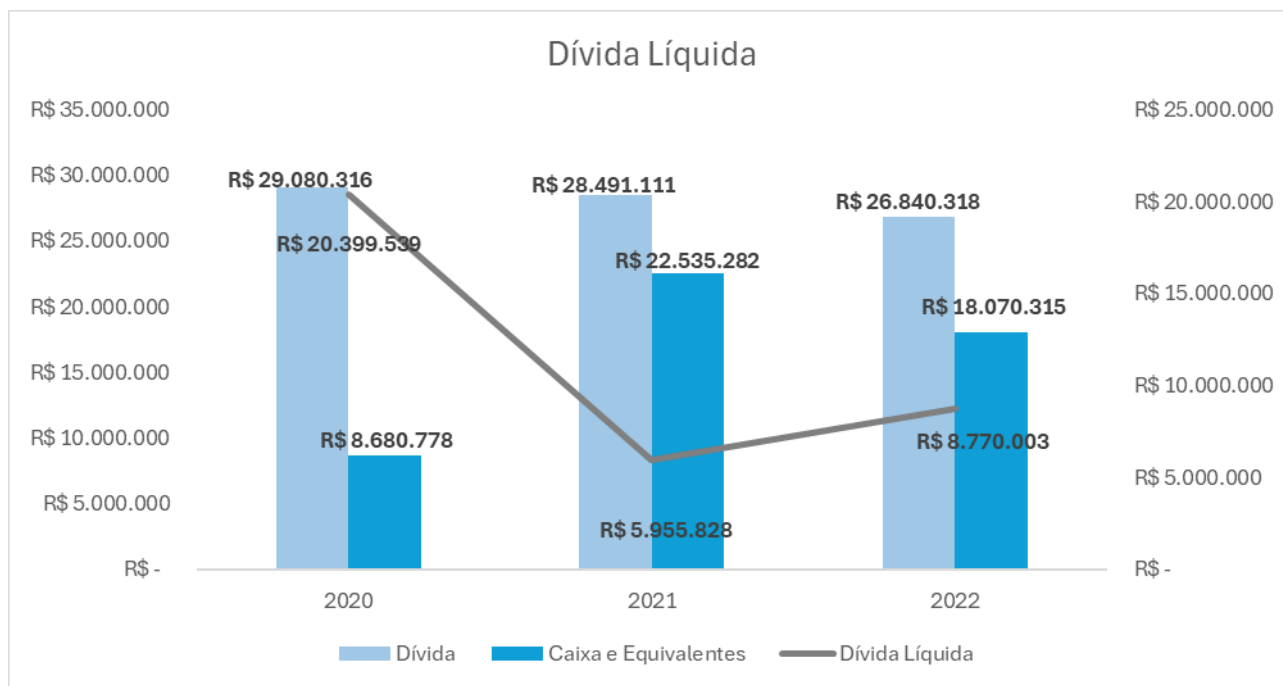


Figura 56: Evolução Dívida Líquida – Três Marias

[Fonte TCE-MG]

5.1.18.4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A cidade de Três Marias só apresentou a nota A em um de três indicadores (Endividamento), enquanto ambos os indicadores de Liquidez Relativa e Poupança Corrente receberam nota C. Desse modo, o município obteve uma nota final de C, o que significa que o município não pode receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos. Além disso, a cidade também apresentou um ranking ruim de qualidade fiscal (Cicf), que classifica a consistência contábil das informações publicadas pelo município.

Tabela 74: Capacidade de Pagamento – Três Marias

!	Nota CAPAG *
C	
✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (7,01%)
!	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	C (95,85%)
!	(Disponibilidade de caixa bruta + Insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)
Indicador III - Liquidez Relativa	C (-2,09%)
!	Ranking da qualidade fiscal
Ranking da qualidade fiscal	Cicf

Fonte: Tesouro Transparente

5.1.18.5. ATIVOS E PASSIVOS RELEVANTES

Segundo informações fornecidas pelo município, atualmente Três Marias não possui passivos de natureza financeira ou fiscal que possam influenciar na implementação desse projeto.

Quanto aos ativos, Três Marias faz parte dos municípios integrantes do Projeto Rio Paraopeba, onde no intuito de reparar parte dos danos gerados pelos rompimentos, o Governo do Estado de Minas Gerais em conjunto com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Ministério Público Federal (MPF), doravante chamados Compromitentes, fecharam um Acordo Judicial com a mineradora Vale S.A., em 4 de fevereiro de 2021. O documento, assinado dois anos após o desastre com a mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, buscou evitar que cada um dos danos fosse discutido em uma ação de reparação independente, o que geraria um número muito elevado de processos judiciais e morosidade.

No âmbito desse projeto Rio Paraopeba, o município possui um recurso de R\$ 16 milhões destinado a um projeto de construção de Aterro Sanitário. O recurso foi disponibilizado ao município em 01/08/2023, que está trabalhando nesse momento com elaboração de projeto para licenciamento ambiental. A previsão de início de operação do aterro é em 2025. Vale ressaltar que esse recurso foi disponibilizado para execução de um Aterro específico para Três Marias, e não faz parte da solução deste projeto do CORESAB,

portanto é preciso que ou haja um acordo para que esse recurso seja disponível para complementar o projeto do CORESAB, ou que o projeto desse Aterro em Três Marias seja inserido no contexto desse projeto, pois essa construção implica em possíveis mudanças nos cenários tecnológicos, e consequentemente na viabilidade econômica do mesmo.

A cidade de Três Marias não possui contratos com terceiros, dado que o SMRSU do município é feito de forma cem por cento própria, portanto, não existe possível passivo em caso de concessão ou PPP.

5.1.18.6. AVALIAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Três Marias apresenta condições financeiras e fiscais razoáveis, uma vez que atende plenamente as obrigações previstas na Constituição Federal e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. O município ainda possui uma dívida líquida no de 2022. É um ponto de atenção, pois não houve evolução do quadro de 2021 a 2022.

Além disso, o desempenho no índice CAPAG foi baixo (nota C), desabilitando o município para receber garantias do Tesouro Nacional em novos empréstimos, além de ter um ranking de qualidade fiscal baixo, o que significa que o município precisa melhorar a qualidade de informações reportadas.

5.2. IMPACTO PRELIMINAR DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Avaliação do impacto preliminar do contrato de concessão, à luz da Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, em especial seu Art. 10, nas condições fiscais e financeiras do ente público, com o objetivo de avaliar sua pré-viabilidade econômico-financeira.

Um estudo preliminar nesta fase não é possível sem os estudos técnico-operacionais adequados, então foi elaborada uma análise comparativa com um projeto já maduro de um outro consórcio envolvendo oito municípios também do estado de Minas Gerais, que são: Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Delta, Sacramento, Planura, Uberaba e Veríssimo. O projeto do CONVALE foi concebido para ser implementado observando as fases:

- FASE I – a primeira fase compreendendo a implantação e operação do sistema de RDO pela Concessionária. Nesta fase, ficou incluída toda a aquisição de equipamentos para a coleta, transporte e aterro; a implantação da coleta seletiva; a operação do aterro; a captura do biogás de aterro e a construção da tecnologia necessária para a redução de disposição de RDO em aterro.
- FASE II – esta fase começa com o início da operação da tecnologia necessária para a redução de disposição de RDO em aterro construída na fase anterior.

Para a FASE I, foi considerada uma redução na tarifa base (TB), conforme percentual apresentado na tabela abaixo:

Tabela 75: Tarifa Base por Fase do Projeto

Fases do Projeto		
Fases	Período (meses)	Redução da TB
Fase I	Do 1º ao 60º mês	78%
Fase II	Do 61º até o final da Concessão	100%

Onde TB = Tarifa Base

A TB é calculada por meio da modelagem econômico-financeira e considera, além dos custos e despesas para desenvolvimento do serviço, fatores como: crescimento populacional e geração de resíduos.

Este modelo tem por efeito escalonar gradativamente a cobrança do valor da tarifa integral, em função da operação da tecnologia e comprovação do atingimento da meta do ano 6, para destinação, definida pela PNRS.

A definição do valor da tarifa única a ser praticada pelo CONVALE para os serviços de gestão de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) consiste em relacionar o valor necessário para o custeio do projeto com a geração de resíduos e o consumo de água do sistema como um todo.

A fixação dos valores devidos pelos contribuintes foi definida pela multiplicação de indicador, fator e volume, por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Tarifa} = \text{TB} \times \text{VA} \times \text{FU}$$

Onde:

TB = Tarifa Base;

VA = Volume Faturado de Água;

FU = Fator de Uso referente ao tipo de ocupação da economia.

Por não se tratar de áreas e populações distintas, precisamos lançar mão de adaptações para se poder compatibilizar os resultados.

Abaixo seguem os dados do CORESAB utilizados para este estudo de compatibilização:

Tabela 76: Dados CORESAB para Estudo de Compatibilização

Município	CORESAB					
	Volume Médio de Água		População		Volume Médio de Água	População Urbana
	m³/ ano - Ano E	Km²	Ano E	Ano 6	m³/ ano - Ano 6	Urbana
Augusto de Lima	159.975	1.254,83	4.538	4.257	150.052	58,95%
Baldim	235.334	556,27	7.492	7.198	226.108	64,00%
Buenópolis	335.921	1.599,88	9.150	8.416	308.978	75,47%
Caetanópolis	475.794	156,04	11.435	12.498	520.023	82,10%
Cordisburgo	293.034	823,65	7.547	6.846	265.826	68,77%
Corinto	1.032.448	2.525,40	23.532	23.252	1.020.144	88,63%
Curvelo	3.697.752	3.296,20	80.665	86.074	3.945.709	90,79%
Diamantina	1.833.884	3.891,65	47.702	49.142	1.889.233	87,32%
Felixlândia	602.256	1.554,63	13.978	13.872	597.697	77,34%
Inimutaba	307.544	527,06	7.371	7.920	330.464	70,53%
Jequitibá	135.125	445,03	5.883	6.535	150.105	38,07%
Monjolos	84.189	650,91	2.169	2.041	79.215	59,43%
Morro da Garça	94.499	414,77	2.411	2.247	88.068	57,23%
Paraopeba	1.165.302	625,62	24.107	25.373	1.226.491	87,15%
Presidente Jucelino	103.033	695,88	3.465	3.181	94.597	47,23%
Santana de Pirapama	156.171	1.255,83	7.030	6.411	142.423	41,59%
Santo Hipólito	126.618	430,66	2.717	2.406	112.133	69,45%
Três Marias	1.472.473	2.678,25	28.895	29.340	1.495.128	94,78%
Total	12.311.352	23.382,56	290.087	297.009	12.642.395	82,90%

Onde:

Ano E = ano de nosso estudo (2024);

Ano 6 = Sexto ano após a assinatura do contrato, considerando que o projeto completo seja implantado em cinco anos, conforme previsto no projeto CONVALE. No caso do nosso estudo, o ano de 2030, considerando que o contrato de concessão do CORESAB seja assinado no ano de 2025.

Abaixo, seguem os dados do CONVALE que foram utilizados para fazermos a compatibilização:

Tabela 77: Dados CONVALE para Estudo de Compatibilização

CONVALE						
Município	Volume Médio de Água	Km²	População			
	m³/ ano - ano 6		Ano 1	ano 6	% Urbana	Urbana
Água Comprida	93.408	492,17	1.989	1.965	75,00%	1.474
Campo Florido	380.817	1.264,25	8.448	9.191	76,00%	6.985
Conceição das Alagoas	2.781.965	1.340,25	28.569	30.010	91,00%	27.309
Delta	596.479	102,78	11.109	12.548	94,00%	11.795
Sacramento	1.531.441	3.073,27	26.585	27.508	81,00%	22.281
Planura	783.181	317,52	12.537	13.546	97,00%	13.140
Uberaba	25.453.147	4.525,96	339.934	353.759	98,00%	346.684
Veríssimo	209.775	1.031,82	4.117	4.413	51,80%	2.286
Total	31.830.213	12.148,01	433.288	452.940	95,37%	431.954

O Fator de Uso (FU) utilizado no projeto CONVALE se refere ao tipo de ocupação de cada “economia” (usuário do sistema e gerador do resíduo). Está associado às características dos resíduos produzidos e aos fatores socioeconômicos dos usuários desse serviço, conforme tabela 72.

Tabela 78: Fator de Uso do projeto CONVALE

Fator de Uso - FU	
Social	0,50
Residencial	1,00
Comercial	1,12
Pública	1,12

Devido as diferentes distâncias envolvidas nos dois projetos, calculamos as distâncias das demais cidades com a maior produtora de RSU. No caso do CONVALE, a cidade de Uberaba, e no caso da CORESAB, a cidade de Curvelo.

Tabela 79: Distância Cidades para Maior Produtora de RSU

Distância para centro de massa - Uberaba (Km)	
Água Comprida	48,60
Campo Florido	75,30
Conceição das Alagoas	64,40
Delta	34,00
Sacramento	78,00
Planura	113,00
Veríssimo	63,40
TOTAL	476,70
Média	59,59

Distância para centro de massa - Curvelo (Km)	
Augusto de Lima	83,50
Baldim	115,00
Buenópolis	112,50
Caetanópolis	67,17
Cordisburgo	46,00
Corinto	48,60
Diamantina	129,00
Felixlândia	54,00
Inimutaba	9,27
Jequitibá	93,50
Monjolos	89,00
Morro da Garça	54,70
Paraopeba	71,30
Presidente Jucelino	46,10
Santana de Pirapama	85,30
Santo Hipólito	74,70
Três Marias	131,60
TOTAL	1311,24
Média	72,85

Distancia para centro de massa - Uberaba (km)	
Água Comprida	48,60
Campo Florido	75,30
Conceição das Alagoas	64,40
Delta	34,00
Sacramento	78,00
Planura	113,00
Veríssimo	63,40
Total	476,70
Média	59,59

Distancia para centro de massa - Curvelo (km)	
Augusto de Lima	83,50
Baldim	115,00
Buenópolis	112,50
Caetanópolis	67,17
Cordisburgo	46,00
Corinto	48,60
Diamantina	129,00
Felixlândia	54,00
Inimutaba	9,27
Jequitibá	93,50
Monjolos	89,00
Morro da Garça	48,00
Paraopeba	71,30
Presidente Jucelino	46,10
Santana de Pirapama	85,30
Santo Hipólito	74,70
Três Marias	131,60
Total	1304,54
Média	72,47

Apresentamos, a seguir, a análise comparativa dos dois projetos, levando-se em consideração as distintas condições entre o Projeto CONVALE e o possível Projeto CORESAB.

Tabela 80: Análise Comparativa Projetos CONVALE x CORESAB

CONVALE		CORESAB	
População Urbana	95,37%	População Urbana	82,90%
Densidade	37,29	Densidade	12,41
Distância Média	59,59	Distância Média	72,85
População	452.940	População 6º ano	297.009
Valor da Receita no 6º ano	R\$ 39.674.022	Relação receita/urbanização	R\$ 34.486.489
Volume Médio de Água 6º ano	31.830.213	Relação Populacional	R\$ 22.614.031
Tarifa Base (R\$/m³)	1,2464	Fator Relação Transporte	1,045
		Receita Ajustada	R\$ 23.620.427
		Volume Médio de Água 6º ano	12.642.395
		Tarifa Base (R\$/m³)	1,8684

Esse quadro final demonstra a compatibilização entre os dois projetos.

A receita do projeto CONVALE no sexto ano foi estimada em R\$ 39.674.020,00, para uma configuração de projeto técnico que consideramos possível de ser implantado no CORESAB, meramente para efeito de se fazer uma análise estimativa preliminar neste relatório. Considerando uma defasagem de dois anos entre as datas-base do Projeto CONVALE para o Projeto CORESAB, o valor atualizado do Projeto CONVALE para 2024 seria de R\$ 50.989.053,07.

Ressalvamos algumas considerações básicas:

1º O volume médio de água estimado a ser consumido no CONVALE, no sexto ano, é 2,52 vezes maior que o volume de água estimado para o CORESAB, derivado da diferença entre as populações de cada um desses consórcios;

2º A extensão territorial de cada município do CORESAB é 1,93 vez maior que a extensão territorial do CONVALE, fazendo com que a densidade populacional do CONVALE seja três vezes maior que a densidade populacional do CORESAB;

3º A população urbana do CONVALE é 11,42% maior que a população urbana do CORESAB;

4º A distância média entre Uberaba e as outras cidades do CONVALE é 22,25% menor que a distância média entre Curvelo e as demais cidades do CORESAB.

Tomando como premissa, para a análise quantitativa, que o projeto qualitativo do CONVALE se aplica para o projeto do CORESAB, precisamos considerar as diferenças apresentadas acima.

Considerando a diferença de urbanização e, por consequência, uma menor geração de resíduos recuperáveis dentro do projeto, a receita do CORESAB seria menor que a receita do CONVALE em 15,04%, resultando no valor de R\$ 44.322.035,23.

Considerando a diferença nas populações envolvidas, a receita do CORESAB ajustada acima fica menor em 52,50%, resultando em uma receita de R\$ 29.063.552,24.

Entretanto, considerando-se a diferença de distâncias médias entre os dois projetos, o custo do transporte no caso do CORESAB ficaria maior que o caso do CONVALE. Daí, considerando-se a relação das distâncias médias, o custo do transporte ficaria 22,25% maior e, como o custo do transporte no Projeto CONVALE corresponde a, aproximadamente, 20% do custo geral na operação, o impacto seria de 4,5% na receita, resultando uma possível receita no projeto CORESAB de R\$ 30.356.972,78.

Chegando-se a esse resultado, a tarifa base considerada no projeto CORESAB seria de 2,4012 R\$/m³, dividindo-se a receita anual no sexto ano pelo volume médio de água do mesmo período.

A tabela abaixo mostra o comprometimento de cada município com as receitas para a Concessionária derivado do resultado apresentado nesta análise:

Tabela 81: Desembolso Estimado com Receitas para Concessionária

Município	CORESAB	
	Volume Médio de Água m ³ / ano - Ano 6	Desembolso Estimado
Augusto de Lima	150.052	R\$ 360.304,73
Baldim	226.108	R\$ 542.932,36
Buenópolis	308.978	R\$ 741.918,40
Caetanópolis	520.023	R\$ 1.248.680,44
Cordisburgo	265.826	R\$ 638.303,60
Corinto	1.020.144	R\$ 2.449.575,25
Curvelo	3.945.709	R\$ 9.474.454,31
Diamantina	1.889.233	R\$ 4.536.435,36
Felixlândia	597.697	R\$ 1.435.193,12
Inimutaba	330.464	R\$ 793.511,16
Jequitibá	150.105	R\$ 360.432,52
Monjolos	79.215	R\$ 190.210,22
Morro da Garça	88.068	R\$ 211.468,83
Paraopeba	1.226.491	R\$ 2.945.056,01
Presidente Juscelino	94.597	R\$ 227.147,07
Santana de Pirapama	142.423	R\$ 341.987,33
Santo Hipólito	112.133	R\$ 269.253,24
Três Marias	1.495.128	R\$ 3.590.108,82
Total	12.642.395	R\$ 30.356.972,78

Considerando-se que as despesas anuais informadas pelos municípios do CORESAB, em 2023, foram de R\$ 22.701.225,00, que, atualizados para 2024 pelo IPCA de 3,93%, corresponderiam a R\$ 23.593.383,10, o impacto do projeto no CORESAB seria de 28,67% nas despesas anuais dos municípios do consórcio nos SMRSU.

Em termos de impacto percentual sobre a Receita Corrente Líquida – RCL dos municípios, estimando a RCL de 2024, de acordo com a média de crescimento da RCL de 2022 para 2023 aplicada para 2024, tem-se:

Tabela 82: Impacto Percentual sobre RCL das Cidades CORESAB

CORESAB			
Município	Desembolso Estimado	RCL estimada 2024	Impacto sobre RCL
Augusto de Lima	R\$ 360.304,73	R\$ 40.140.812,48	0,90%
Baldim	R\$ 542.932,36	R\$ 37.996.962,64	1,43%
Buenópolis	R\$ 741.918,40	R\$ 54.899.834,13	1,35%
Caetanópolis	R\$ 1.248.680,44	R\$ 54.927.208,91	2,27%
Cordisburgo	R\$ 638.303,60	R\$ 37.714.797,45	1,69%
Corinto	R\$ 2.449.575,25	R\$ 109.475.104,97	2,24%
Curvelo	R\$ 9.474.454,31	R\$ 386.579.413,07	2,45%
Diamantina	R\$ 4.536.435,36	R\$ 323.943.277,85	1,40%
Felixlândia	R\$ 1.435.193,12	R\$ 94.064.788,14	1,53%
Inimutaba	R\$ 793.511,16	R\$ 35.042.384,60	2,26%
Jequitibá	R\$ 360.432,52	R\$ 39.416.945,23	0,91%
Monjolos	R\$ 190.210,22	R\$ 27.199.377,35	0,70%
Morro da Garça	R\$ 211.468,83	R\$ 31.338.359,77	0,67%
Paraopeba	R\$ 2.945.056,01	R\$ 128.095.975,93	2,30%
Presidente Juscelino	R\$ 227.147,07	R\$ 31.782.498,74	0,71%
Santana de Pirapama	R\$ 341.987,33	R\$ 37.401.603,96	0,91%
Santo Hipólito	R\$ 269.253,24	R\$ 26.877.511,86	1,00%
Três Marias	R\$ 3.590.108,82	R\$ 227.475.642,06	1,58%
Total	R\$ 30.356.972,78	R\$ 1.724.374.523,13	

Ou seja, o projeto se demonstraria viável do ponto de vista da Lei Federal nº 11.079/2004.

Além deste impacto sobre as contas municipais, foi elaborado o cálculo do possível impacto nas contas dos cidadãos de cada município tendo-se em mente os limites considerados razoáveis de gastos com os serviços de Saneamento Básico pelo Banco Mundial.

Assim, a tabela 83 apresenta os cálculos de participação do setor residencial e a Tarifa média em cada município.

Tabela 83: Participação do setor residencial por município

Municípios	Categoria	Faixas	2022				Tarifas					Tarifa Média 2022
			Economias (média)	Volume Medido	Volume Total	Percentual Participação	Água	Esgoto	Aplicação	Soma*	Ponderação	
Augusto de Lima	Residencial	Fixa	81	-	99.942	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,33
		0 a 5	162	10.369		10,38%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,23	
		5 a 10	153	28.805		28,82%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,35	
		10 a 15	101	28.262		28,28%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 2,05	
		15 a 20	81	17.032		17,04%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,69	
		20 a 40	40	13.408		13,42%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 1,69	
		40 a 99999999	3	2.066		2,07%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,32	
Baldim	Residencial	Fixa	127	-	175.738	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,03
		0 a 5	214	23.937		13,62%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,30	
		5 a 10	206	53.040		30,18%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,41	
		10 a 15	156	47.215		26,87%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 1,95	
		15 a 20	58	25.626		14,58%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,45	
		20 a 40	36	22.320		12,70%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 1,60	
		40 a 99999999	3	3.600		2,05%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,32	
Buenópolis	Residencial	Fixa	70	-	185.722	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 11,25
		0 a 5	215	30.335		16,33%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 3,83	RS 0,63	
		5 a 10	172	64.361		34,65%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 8,15	RS 2,83	
		10 a 15	82	48.468		26,10%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 12,63	RS 3,30	
		15 a 20	37	23.702		12,76%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 17,25	RS 2,20	
		20 a 40	20	16.063		8,65%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 21,94	RS 1,90	
		40 a 99999999	2	2.793		1,50%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 26,76	RS 0,40	
Caetanópolis	Residencial	Fixa	156	-	373.889	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 13,51
		0 a 5	412	31.181		8,34%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 3,83	RS 0,32	
		5 a 10	510	97.058		25,96%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 8,15	RS 2,12	
		10 a 15	346	105.812		28,30%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 12,63	RS 3,57	
		15 a 20	165	66.889		17,89%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 17,25	RS 3,09	
		20 a 40	161	62.154		16,62%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 21,94	RS 3,65	
		40 a 99999999	15	10.795		2,88%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 26,76	RS 0,77	
Cordisburgo	Residencial	Fixa	41	-	176.569	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 12,26
		0 a 5	107	23.436		13,27%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 3,83	RS 0,51	
		5 a 10	92	53.550		30,33%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 8,15	RS 2,47	
		10 a 15	56	47.089		26,67%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 12,63	RS 3,37	
		15 a 20	28	25.967		14,71%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 17,25	RS 2,54	
		20 a 40	19	23.482		13,30%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 21,94	RS 2,92	
		40 a 99999999	2	3.045		1,72%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 26,76	RS 0,46	
Corinto	Residencial	Fixa	101	-	696.500	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 12,30
		0 a 5	344	79.150		11,36%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 3,83	RS 0,44	
		5 a 10	333	219.992		31,59%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 8,15	RS 2,57	
		10 a 15	192	194.653		27,95%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 12,63	RS 3,53	
		15 a 20	97	106.227		15,25%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 17,25	RS 2,63	
		20 a 40	55	83.805		12,03%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 21,94	RS 2,64	
		40 a 99999999	5	12.673		1,82%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 26,76	RS 0,49	
Curvelo	Residencial	Fixa	154	-	2.675.048	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 12,42
		0 a 5	753	280.721		10,49%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 3,83	RS 0,40	
		5 a 10	886	847.263		31,67%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 8,15	RS 2,58	
		10 a 15	526	750.562		28,06%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 12,63	RS 3,54	
		15 a 20	224	417.597		15,61%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 17,25	RS 2,69	
		20 a 40	123	329.359		12,31%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 21,94	RS 2,70	
		40 a 99999999	12	49.546		1,85%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 26,76	RS 0,50	
Diamantina	Residencial	Fixa	213	-	1.255.630	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 12,69
		0 a 5	534	160.333		12,77%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 3,83	RS 0,49	
		5 a 10	613	367.552		29,27%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 8,15	RS 2,39	
		10 a 15	342	314.837		25,07%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 12,63	RS 3,17	
		15 a 20	169	184.066		14,66%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 17,25	RS 2,53	
		20 a 40	181	197.665		15,74%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 21,94	RS 3,45	
		40 a 99999999	15	31.177		2,48%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 26,76	RS 0,66	
Felixlândia	Residencial	Fixa	147	-	417.984	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 12,34
		0 a 5	301	53.594		12,82%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 3,83	RS 0,49	
		5 a 10	240	123.106		29,45%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 8,15	RS 2,40	
		10 a 15	168	115.141		27,55%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 12,63	RS 3,48	
		15 a 20	90	65.105		15,58%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 17,25	RS 2,69	
		20 a 40	55	53.845		12,88%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 21,94	RS 2,83	
		40 a 99999999	3	7.193		1,72%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 26,76	RS 0,46	
Inimutaba	Residencial	Fixa	181	-	203.475	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,35
		0 a 5	284	20.484		10,07%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,22	
		5 a 10	319	58.067		28,54%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,34	
		10 a 15	193	58.475		28,74%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 2,09	
		15 a 20	95	35.184		17,29%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,71	
		20 a 40	78	27.471		13,50%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 1,70	
		40 a 99999999	5	3.794		1,86%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,29	
Jequitibá	Residencial	Fixa	124	-	95.802	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,99
		0 a 5	153	10.632		11,10%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,24	
		5 a 10	175	23.518		24,55%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,15	
		10 a 15	127	22.633		23,62%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 1,72	
		15 a 20	72	15.258		15,93%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,58	
		20 a 40	57	17.617		18,39%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 2,32	
		40 a 99999999	8	6.144		6,41%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,99	
Munizópolis	Residencial	Fixa	31	-	43.864	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,44
		0 a 5	71	4.960		11,31%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,25	
		5 a 10	61	12.080		27,54%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,29	
		10 a 15	38	11.566		26,57%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 1,91	
		15 a 20	18	7.800		17,78%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,76	
		20 a 40	10	6.121		13,95%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 1,76	
		40 a 99999999	1	1.337		3,05%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,47	
Morro da Garça	Residencial	Fixa	65	-	56.500	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,05
		0 a 5	193	7.050		12,48%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,27	
		5 a 10	156	18.464		32,68%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,53	
		10 a 15	98	14.730		26,07%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 1,89	
		15 a 20	37	7.773		13,69%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,36	
		20 a 40	22	6.632		11,74%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 1,48	
		40 a 99999999	2	1.891		3,35%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,51	
Paragipe	Residencial	Fixa	133	-	816.491	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,46
		0 a 5	697	75.797		9,38%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,20	
		5 a 10	1	229.207		28,07%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,32	
		10 a 15	76	23.676		16,37%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 1,88	
		15 a 20	341	138.003		16,90%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,68	
		20 a 40	160	125.598		15,38%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 1,94	
		40 a 99999999	16	14.010		1,72%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,26	
Presidente Juscelino	Residencial	Fixa	67	-	63.066	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,43
		0 a 5	108	7.190		11,40%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,25	
		5 a 10	185	17.514		27,76%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,30	
		10 a 15	116	14.425		17,07%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 1,89	
		15 a 20	47	10.759		12,09%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,76	
		20 a 40	32	9.838		15,60%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 1,97	
		40 a 99999999	2	1.343		2,13%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,33	
Santana de Pirapama	Residencial	Fixa	91	-	103.460	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,30
		0 a 5	361	12.748		12,32%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,27	
		5 a 10	139	29.973		28,97%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,36	
		10 a 15	153	27.303		26,39%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 1,92	
		15 a 20	74	15.541		15,02%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,87	
		20 a 40	48	14.842		14,35%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 1,81	
		40 a 99999999	4	3.053		2,95%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,45	
São João del-Rei	Residencial	Fixa	63	-	86.350	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 21,23	-	RS 7,26
		0 a 5	141	10.116		11,72%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 2,20	RS 0,26	
		5 a 10	134	25.457		29,48%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 4,69	RS 1,38	
		10 a 15	177	23.511		27,23%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 7,26	RS 1,98	
		15 a 20	31	12.881		14,82%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 9,91	RS 1,48	
		20 a 40	20	12.492		14,47%	12,607	9,329	R\$/m²	RS 12,61	RS 1,82	
		40 a 99999999	2	1.893		2,19%	15,381	11,38	R\$/m²	RS 15,38	RS 0,34	
Três Marias	Residencial	Fixa	140	-	1.008.807	0,00%	21,23	15,7	R\$/mês	RS 36,93	-	RS 12,60
		0 a 5	394	112.287		11,13%	2,2	1,63	R\$/m²	RS 3,83	RS 0,43	
		5 a 10	422	305.701		30,40%	4,685	3,467	R\$/m²	RS 8,15	RS 2,47	
		10 a 15	246	278.851		27,63%	7,26	5,372	R\$/m²	RS 12,63	RS 3,49	
		15 a 20	180	156.301		24,06%	9,911	7,334	R\$/m²	RS 17,25	RS 2	

Em sequência foi calculado o Consumo Médio Mensal dos cidadãos de cada um dos municípios, conforme demonstrado na Tabela 84 a seguir:

Tabela 84: Consumo Médio Mensal da população por município

Município	CORESAB				Participação Residencial (% Volume)	População Urbana	População Urbana	Consumo mensal m³/hab
	Volume Médio de Água m³/ ano - 2022	População 2022	População 2031	Volume Médio de Água m³/ ano - Ano 6		2017	Ano 6	
Augusto de Lima	159.975	4.538	4.257	150.052	62,47%	58,95%	2.509	4,98
Baldim	235.334	7.492	7.198	226.108	74,68%	64,00%	4.607	4,09
Buenópolis	335.921	9.150	8.416	308.978	55,29%	75,47%	6.352	4,05
Caetanópolis	475.794	11.435	12.498	520.023	78,58%	82,10%	10.261	4,22
Cordisburgo	293.034	7.547	6.846	265.826	60,26%	68,77%	4.708	4,71
Corinto	1.032.448	23.532	23.252	1.020.144	67,46%	88,63%	20.608	4,13
Curvelo	3.697.752	80.665	86.074	3.945.709	72,34%	90,79%	78.147	4,21
Diamantina	1.833.884	47.702	49.142	1.889.233	68,47%	87,32%	42.911	3,67
Felixlândia	602.256	13.978	13.872	597.697	69,40%	77,34%	10.729	4,64
Inimutaba	307.544	7.371	7.920	330.464	66,16%	70,53%	5.586	4,93
Jequitibá	135.125	5.883	6.535	150.105	70,90%	38,07%	2.488	5,03
Monjolos	84.189	2.169	2.041	79.215	52,10%	59,43%	1.213	5,44
Morro da Garça	94.499	2.411	2.247	88.068	59,79%	57,23%	1.286	5,71
Paraopeba	1.165.302	24.107	25.373	1.226.491	70,07%	87,15%	22.112	4,62
Presidente Juscelino	103.033	3.465	3.181	94.597	61,21%	47,23%	1.503	5,25
Santana de Pirapama	156.171	7.030	6.411	142.423	66,25%	41,59%	2.666	4,45
Santo Hipólito	126.618	2.717	2.406	112.133	68,20%	69,45%	1.671	5,59
Três Marias	1.472.473	28.895	29.340	1.495.128	68,51%	94,78%	27.808	4,48

Finalmente, foi possível calcular o impacto da concessão nos cidadãos de cada um dos municípios e demonstrar que, caso o projeto se consolide nos termos assumidos nesta comparação de modelos, o impacto nas contas dos cidadãos estará dentro das premissas do Banco Mundial, como demonstrado na tabela 85, a seguir:

Tabela 85: Estimativa do Impacto da Futura Concessão nos municípios do CORESAB

Municípios	Tarifa Média 2023	Tarifa Média 2024 (1)	Tarifa Concessão R\$ 2,4012/m³	Consumo mensal m³/hab	Gasto Médio por habitante	Salário Médio Nº de Salário Mínimo		Impacto gastos Saneamento	Limite Banco Mundial
Augusto de Lima	R\$ 7,33	R\$ 8,01	R\$ 10,41	4,983	R\$ 51,894	1,60	R\$ 2.259,20	2,30%	3- 5%
Baldim	R\$ 7,03	R\$ 7,68	R\$ 10,08	4,090	R\$ 41,231	2,00	R\$ 2.824,00	1,46%	3- 5%
Buenópolis	R\$ 11,25	R\$ 12,29	R\$ 14,70	4,054	R\$ 59,575	1,60	R\$ 2.259,20	2,64%	3- 5%
Caetanópolis	R\$ 13,51	R\$ 14,77	R\$ 17,17	4,223	R\$ 72,533	1,70	R\$ 2.400,40	3,02%	3- 5%
Cordisburgo	R\$ 12,26	R\$ 13,41	R\$ 15,81	4,705	R\$ 74,375	1,60	R\$ 2.259,20	3,29%	3- 5%
Corinto	R\$ 12,30	R\$ 13,44	R\$ 15,84	4,125	R\$ 65,355	1,70	R\$ 2.400,40	2,72%	3- 5%
Curvelo	R\$ 12,42	R\$ 13,57	R\$ 15,97	4,208	R\$ 67,212	1,80	R\$ 2.541,60	2,64%	3- 5%
Diamantina	R\$ 12,69	R\$ 13,87	R\$ 16,27	3,669	R\$ 59,697	2,90	R\$ 4.094,80	1,46%	3- 5%
Felixlândia	R\$ 12,34	R\$ 13,49	R\$ 15,89	4,642	R\$ 73,790	1,90	R\$ 2.682,80	2,75%	3- 5%
Inimutaba	R\$ 7,35	R\$ 8,03	R\$ 10,43	4,930	R\$ 51,431	1,50	R\$ 2.118,00	2,43%	3- 5%
Jequitibá	R\$ 7,99	R\$ 8,74	R\$ 11,14	5,028	R\$ 55,999	1,60	R\$ 2.259,20	2,48%	3- 5%
Monjolos	R\$ 7,44	R\$ 8,14	R\$ 10,54	5,443	R\$ 57,354	1,90	R\$ 2.682,80	2,14%	3- 5%
Morro da Garça	R\$ 7,05	R\$ 7,71	R\$ 10,11	5,707	R\$ 57,682	1,60	R\$ 2.259,20	2,55%	3- 5%
Paraopeba	R\$ 7,48	R\$ 8,17	R\$ 10,57	4,622	R\$ 48,878	2,10	R\$ 2.965,20	1,65%	3- 5%
Presidente Juscelino	R\$ 7,43	R\$ 8,12	R\$ 10,52	5,247	R\$ 55,193	1,60	R\$ 2.259,20	2,44%	3- 5%
Santana de Pirapama	R\$ 7,30	R\$ 7,97	R\$ 10,38	4,451	R\$ 46,185	1,70	R\$ 2.400,40	1,92%	3- 5%
Santo Hipólito	R\$ 7,26	R\$ 7,93	R\$ 10,33	5,592	R\$ 57,773	1,70	R\$ 2.400,40	2,41%	3- 5%
Três Marias	R\$ 12,62	R\$ 13,79	R\$ 16,19	4,481	R\$ 72,543	2,20	R\$ 3.106,40	2,34%	3- 5%
(1) Índice de Reajuste Médio de Tarifa COPASA: 9,31%									
SM - Salário Mínimo 2024: R\$ 1.412,00									

Mesmo considerando que o impacto nas contas dos cidadãos estar dentro das premissas do banco mundial, existem alguns caminhos de financiamento que o CORESAB pode procurar para reduzir o impacto do projeto no bolso dos cidadãos dos municípios:

- **FINISA (CAIXA):** FINISA é o Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento voltado ao Setor Público com processos de contratação e prestação de contas ágeis e simplificados. Por meio da linha de financiamento é possível que o ente público pleiteie recursos para apoiar financeiramente diversas ações orçamentárias em curso, como investimentos em infraestrutura, mobilidade, equipamentos, iluminação, construção de escolas, creches, hospitais, entre outros;
- **BNDES FINEM - Saneamento:** Financiamento para projetos de investimentos públicos ou privados que visem à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e à recuperação de áreas ambientalmente degradadas;
- **BNDES FINEM – Desenvolvimento Integrado dos Municípios:** Financiamento para projetos multissetoriais, sustentáveis e integrados alinhados ao planejamento municipal;
- **BB Financiamento Público:** O BB Financiamento Setor Público é uma solução de crédito voltada aos estados, DF e municípios, para apoiar as suas decisões de investimentos, previstos em seus instrumentos de planejamento. A solução de crédito permite a ampliação da capacidade de investimentos da administração pública, contribuindo para atender à crescente demanda da sociedade por melhorias na prestação dos serviços e maior eficiência na gestão pública.

O impacto dos possíveis cenários tecnológicos em cada município, incluindo impacto nas Receitas e Despesas e possibilidade de financiamento serão detalhados no Estudo de Pré-Viabilidade.

6. CONCLUSÕES

A conclusão do RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO FISCAL das Cidades CORESAB exige um resumo das principais conclusões e recomendações, ao mesmo tempo que enfatiza a importância da responsabilidade fiscal e da gestão financeira sustentável. Aqui está um exemplo de conclusão:

Em conclusão, este Relatório de Diagnóstico Fiscal forneceu uma análise abrangente da saúde financeira dos municípios do CORESAB integrantes do contrato com a Caixa Econômica Federal. Através de um exame meticuloso das fontes de receitas, padrões de despesas, níveis de dívida e práticas orçamentais, consideramos que os municípios estão com boa saúde financeira e atendem adequadamente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em uma análise comparativa com o Projeto do CONVALE, os municípios do CORESAB atendem todos os requisitos da Lei Federal nº 11.079/2004, o que traz boas perspectivas para o projeto ora em desenvolvimento.

6.1. RISCOS

A análise de riscos e desafios é um componente essencial do diagnóstico fiscal, pois permite identificar potenciais ameaças à saúde financeira do município e antecipar eventuais dificuldades que possam surgir no horizonte. Nesta seção do relatório, serão destacados os principais riscos e desafios enfrentados pelos municípios do CORESAB, bem como suas implicações para a gestão das finanças públicas.

Riscos Econômicos:

A conjuntura internacional tem se demonstrado instável, com um mercado avesso a riscos quando o Banco Central - FED Americano mantém alta a taxa básica de juros básica devido ao rescaldo da pandemia, associada às guerras recentes, dentre elas a da Rússia x Ucrânia e Israel x Hamas, que impactam, principalmente, sobre os preços de petróleo, gás, transportes e insumos agrícolas que pressionam a inflação mundial.

No Brasil, as instabilidades político-econômicas têm pressionado o Banco Central a frear a queda da taxa SELIC, o que rebate sobre a economia como um todo, pois encarece os financiamentos. Além disso, com o risco Brasil elevado, os *spreads* se mantêm elevados para financiamentos externos. As flutuações no mercado financeiro nacional são reflexo das inseguranças atuais quanto ao déficit fiscal brasileiro.

Riscos Fiscais:

Felizmente, a gestão fiscal dos municípios, incluindo aumento moderado das despesas obrigatórias, boa arrecadação de receitas, endividamento negativo e o cumprimento das obrigações fiscais garantem a sustentabilidade fiscal e o equilíbrio orçamentário dos municípios. No caso de alguns municípios do CORESAB, a redução da população (conforme tabela 1) pode trazer restrições orçamentárias por conta da elevada dependência das transferências obrigatórias do Governo Federal.

Desafios Operacionais:

Os desafios operacionais enfrentados pelos municípios na execução de suas políticas e programas, incluindo limitações de recursos humanos, deficiências na infraestrutura, ineficiências na prestação de serviços públicos e necessidade de modernização administrativa proporcionam um ambiente positivo para uma política de desenvolvimento de novas e mais eficientes infraestruturas através de contratos de Concessão/Parcerias Público-Privadas (PPPs).

6.2. OPORTUNIDADES

Em uma eventual implementação de serviço via concessão ou PPP, a mudança no modelo de tarifação em substituição ao modelo de cobrança via IPTU para um modelo de cobrança através da taxa de água/esgoto via COPASA/COPANOR implicará na atuação de alguma Agência Reguladora de Serviços de RSU (Arisb-MG, Arismig, Aris-ZM ou Arsae-MG) como agência reguladora. Isso trará maior segurança e controle dos serviços, pois são autarquias especiais, caracterizadas pela autonomia administrativa, financeira, técnica e patrimonial.

Realiza, ainda, para cada um desses prestadores, o cálculo para a revisão e o reajuste tarifário, além de atuar na mediação de conflitos entre prestadores e poder concedente (prefeituras) e no atendimento ao usuário, através do serviço de ouvidoria.: identificação de ato(s) que discipline(m) ou organize(m) o SMRSU, incluindo fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos e, quando for o caso, a proposição de valores de taxas ao titular ou à estrutura de prestação regionalizada competente.

6.3. RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além da análise detalhada realizada ao longo deste relatório, apresentamos a seguir uma série de recomendações e considerações finais para promover uma gestão fiscal responsável, transparente e eficiente nos municípios.

a) Fortalecimento da Gestão Financeira:

Recomendamos que os municípios fortaleçam os mecanismos de gestão financeira, implementando práticas de planejamento, controle e acompanhamento orçamentário eficientes. Isso inclui a adoção de sistemas integrados de gestão, a capacitação de servidores e a promoção de uma cultura organizacional voltada para a eficiência e a transparência. Esta recomendação se baseia nas dificuldades na obtenção dos dados necessários para se fazer este relatório, conforme descrito no sumário executivo deste relatório.

b) Monitoramento e Avaliação Contínua:

Sugerimos que os municípios estabeleçam um sistema de monitoramento e avaliação contínua das finanças municipais, com indicadores de desempenho bem definidos e metas claras de gestão. Isso permitirá acompanhar o progresso das medidas adotadas, identificar desvios e realizar ajustes conforme necessário.

c) Promoção da Transparência e Prestação de Contas:

Recomendamos que os municípios aprimorem as ações de transparência e a prestação de contas na gestão das finanças públicas, disponibilizando informações claras e acessíveis sobre receitas, despesas, endividamento e resultados fiscais. Isso contribuirá para aumentar a confiança dos cidadãos na administração municipal e fortalecer a democracia participativa.

Considerações Finais:

Diante dos desafios e oportunidades identificados neste relatório, é fundamental que os municípios continuem e aprimorem a abordagem proativa e responsável na gestão de suas finanças públicas. A implementação das recomendações apresentadas, aliada a um compromisso firme com a transparência, a eficiência e a responsabilidade fiscal, serão

essenciais para garantir o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade local a longo prazo.

Ilo Fonseca Leite

CPF: 127.123.454-87

Consultoria Cidade Limpa – Responsável Econômico-Financeiro